

enti  
ndes  
m  
to

XIII COLÓQUIO  
DE OUTONO

**Vozes,  
Discursos e  
Identidades  
em Conflito**

ORGANIZAÇÃO

ANA GABRIELA MACEDO  
CARLOS MENDES DE SOUSA  
VÍTOR MOURA

LEHUS



Universidade do Minho  
Centro de Estudos Humanísticos

vozes,  
Discur  
sos e  
Iden



XII COLÓQUIO DE OUTONO

# VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO

ORGANIZAÇÃO

Ana Gabriela Macedo

Carlos Mendes de Sousa

Vítor Moura

(Revisão de textos de Bernarda Esteves)

**hnmus**



**Universidade do Minho**  
Centro de Estudos Humanísticos

XII COLÓQUIO DE OUTONO  
**VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO**

Organização: Ana Gabriela Macedo; Carlos Mendes de Sousa e Vítor Moura

Capa: António Pedro

Edição do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho

© EDIÇÕES HÚMUS, 2011

End. Postal: Apartado 7081 – 4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 252 301 382 / Fax 252 317 555

E-mail: [humus@humus.com.pt](mailto:humus@humus.com.pt)

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V.N. Famalicão

1.ª edição: Novembro 2011

Depósito legal: 335941/11

ISBN 978-989-8139-99-3

# ÍNDICE

- 9 **Foreword**  
Ana Gabriela Macedo
- 11 **Introdução**  
Ana Gabriela Macedo, Carlos Mendes de Sousa e Vítor Moura
- 19 **Should culture be part of human rights?**  
Andrew Vincent
- 41 **Los discursos del conflicto y los conflictos del discurso.  
Análisis interdiscursivo y Retórica cultural**  
Tomás Albaladejo
- 61 **Las identidades del conflicto en las democracias modernas**  
Ángel Rivero
- 75 **Testimonios, discurso experto y comisiones de la verdad:  
el contexto de la denuncia**  
Silvia Rodríguez Maeso
- 101 ***"Lost in Transition"*:  
La experiencia española. Una visión desde el Derecho.**  
Javier Chinchón Álvarez
- 133 **L'onomastique et le discours politique**  
Paul Bacot
- 155 **State-building in a multilingual context: the case of Timor-Leste**  
Roland Laval
- 163 **Walking the Line and Crossing the Lines:  
Failures to Communicate in the Contact Zone**  
Rebecca Harwood

- 173 **Ethical lessons from South Africa: the legacy of the Nobel Peace Prize speeches**  
Joana Passos
- 183 **The 'double-bind' non-white, non-male in Chinese American women's writing:Maxine Hong Kingston - a case study**  
Amélia Carvalho
- 199 **Identité, identités à L'heure de la mondialisation : une fausse évidence ?**  
Emmanuel Fraisse
- 213 **The acquisition of clitic pronouns by European Portuguese heritage speakers**  
Maria do Pilar Barbosa e Cristina Maria Moreira Flores
- 239 **Política e jornalismo: algumas práticas discursivas**  
Isabel Margarida Duarte
- 249 **Vozes dissonantes na actividade política brasileira: Um desvendamento crítico.**  
Rosalice Pinto
- 265 **Vozes políticas no discurso mediático sobre o ambiente**  
Rui Ramos
- 281 **A convergência das estratégias na comunicação política e na comunicação publicitária: 'selling a president like a bar of soap'?**  
Elsa Simões Lucas Freitas
- 289 **Os discursos poético e musical na construção de sentido em *Dichterliebe***  
Ângelo Martingo e Pedro Maia
- 297 **'Speak from every mouth – the speech, a poem': Conflicting Voices, Discourses and Identities in the Poetry of Robert Browning**  
Paula Alexandra V. R. Guimarães
- 311 ***O ano da morte de Ricardo Reis*: entre o discurso jornalístico e o discurso ficcional**  
Marilda Beijo

- 333 **Um epílogo que deveria ser um prólogo.**  
**Eça de Queiroz perante a crise dos discursos**  
Orlando Grossegeesse
- 345 **Figurações sinedóquicas da crise em Eça de Queirós**  
Maria João Simões
- 357 **O estilo de Eça/Fradique e a reflexão sobre a linguagem (literária)**  
Francisco Sousa Neto
- 373 **A microficção em Portugal, um género bastardo?**  
**Um quase ensaio em formato de folhetim**  
Luis Ene
- 383 **As sociedades urbanas de *alá e aquí***  
**Filmografia: *La espalda del mundo (Elías Querejeta)***  
Celso Fernández Sanmartín





# XII COLÓQUIO DE OUTONO

## VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO

### FOREWORD

The present volume offers a selection of the papers presented at the XII Colóquio de Outono organized by the research unit *Centro de Estudos Humanísticos* in November 2010, under the global topic *Voices, Discourses and Identities in Conflict*. We believe this to be a pressing and timely debate which calls for a variety of perspectives and a polyphony of testimonies of researchers engaged in a wide spectrum of fields, such as Political Theory, Linguistics, Literary, Cultural, Translation and Postcolonial Studies, amongst others. It has been the concern of CEHUM, all along the various Colóquios de Outono organized in just over a decade, to listen to the signs of the times and prove awareness of the social and cultural dissonances stemming from the world around us. We hope as well that this new volume may give evidence of our concern for multidisciplinary within the Humanities and for the ever present need of sound theoretical debate and engaging dialogue.

Throughout the three days of this Colóquio de Outono we had the privilege to listen to, and henceforth agree with or contest the theses and propositions of a remarkable number of specialists in the manifold fields of enquiry here represented, on topics which ranged from conflicts in human rights, to conflicts in discursive rhetoric, identities in conflict, consensus and negotiation in ex-colonial languages and cultures, issues of multilingualism, or the subject of translation in politically fractured societies, to name just a few. We wish to thank each and every one of the colleagues present at this confer-

ence, our distinct guest scholars, as well as the research members of CEHUM, who so lively and enthusiastically provided a thorough debate on the proposed topic(s) under analysis.

Special thanks are due to our colleagues João Cardoso Rosas and Maria do Pilar Barbosa, coordinators of the areas of Philosophy/Culture and Linguistics within CEHUM, respectively, for the precious help provided towards the co-organization of this conference.

We wish to thank as well the *Instituto de Letras e Ciências Humanas*, the research assistants and staff of CEHUM for all the logistic support.

Finally, our gratitude to our main sponsor, *Fundação para a Ciência e a Tecnologia* (FCT), for encouraging and financially supporting this event and the present publication.

*Ana Gabriela Macedo*  
(CEHUM Director)

## XII COLÓQUIO DE OUTONO VOZES, DISCURSOS E IDENTIDADES EM CONFLITO

### INTRODUÇÃO

*Vozes, Discursos e Identidades em Conflito/ Voices, Discourses and Identities in Conflict* foi o tema do XII Colóquio de Outono organizado pelo Centro de Estudos Humanísticos em Novembro de 2010. Um tema premente, assim o cremos, sobre o qual se debruçaram investigadores em Teoria Política, Ciências da Linguagem, Estudos Literários e Culturais, Musicologia, durante três dias de análise e debate. O CEHUM tem procurado, ao longo de todas as suas edições dos Colóquio de Outono – um Colóquio multidisciplinar que reúne num mesmo evento as várias especificidades da investigação que o Centro incorpora e às quais dá forma – manter aberto o diálogo interno entre as distintas “vozes” que nele coexistem e, simultaneamente, prestar atenção a, e saber escutar, os sintomas sociais mais flagrantes e as dissonâncias do mundo que nos rodeia enquanto seres humanos e investigadores na área das Ciências Humanas. Por essa razão, os Colóquios de Outono têm tido temas tão abrangentes e diversificados como os seguintes: Estudos de Tradução/Estudos Pós-Coloniais; Novos Cosmopolitismos/ Identidades Híbridas; Silêncio e Memória Cultural; O Poder das Narrativas/ As Narrativas do Poder; Censura e Inter/Dito; Artes Performativas/*Global Performance, Political Performance*, entre outros.

O Colóquio de 2010 propôs, a nosso ver, um tema igualmente apelativo e oportuno. *Vozes, Discursos e Identidades em Conflito* deu o mote para que tivéssemos o privilégio de escutar, aceitar e/ou discordar da opinião de um variado grupo de especialistas nas áreas referidas, que ora nos falaram de conflitos e Direitos Humanos, ora de conflitos e retóricas discursivas, ou das Identidades do conflito nas democracias modernas, das negociações e consensos nas línguas ex-coloniais, ou de conflito e a linguagem do discurso

político, ou ainda que perspectivaram a questão da Identidade, ou melhor, *Identities* no plural, em distintos sentidos e contextos, focando perspectivas pós-coloniais, como as sensíveis questões do multilinguismo ou ainda as questões da tradução em sociedades política e identitariamente fracturadas. Poderemos assim desde já postular que não foram os universalismos e a homogeneidade que buscámos neste Colóquio, mas antes auscultar, analisar e debater, em toda a sua plurivocidade, os sintomas da dissonância e das arritmias sociais e culturais.

Queremos assim agradecer vivamente a todos os que colaboraram de modo a tornar este Colóquio tão diverso, uma realidade, começando pelo brilhantismo das comunicações e a presença activa dos nossos convidados nacionais e internacionais ao longo de todo o Colóquio, e salientando o empenho pessoal dos organizadores dos distintos painéis temáticos, particularmente os colegas João Cardoso Rosas e Maria do Pilar Barbosa, coordenadores respectivamente das linhas de acção de Filosofia e Cultura e de Ciências da Linguagem do CEHUM, que estabeleceram contactos cruciais e formularam os convites a especialistas nas referidas áreas de investigação, que pretendemos privilegiar neste XII Colóquio de Outono.

Um agradecimento é também devido aos investigadores e bolsiros do CEHUM que tomaram a seu cargo a organização da exposição de *posters* que tivemos patente durante o Colóquio, assim como às funcionárias do CEHUM, pelo seu profissionalismo e dedicação.

Passamos agora brevemente à sinopse das comunicações coligidas neste volume de Actas do XII Colóquio de Outono.

O texto de Andrew Vincent, “Should culture be part of human rights?”, retoma o recorrente tema de determinar o papel que o conceito de cultura tem na discussão contemporânea sobre os Direitos Humanos. Andrew Vincent desconfia desse papel e considera que as considerações de ordem cultural podem exercer uma influência profundamente negativa, uma vez que, em larga medida, contradizem o sentido básico da noção e do conteúdo dos Direitos Humanos. Depois de apresentar uma breve sinopse da influência da ideia de cultura sobre as várias gerações de Direitos Humanos, o autor enumera alguns argumentos contra a manutenção dessa influência na contemporaneidade.

O artigo de Tomás Albaladejo, “Los Conflictos del discurso y los discursos del conflicto. Análisis interdiscursivo y retórica cultural” analisa a dimensão

retórica dos componentes persuasivos do discurso e, em particular, a manifestação retórica do conflito no discurso. O artigo debruça-se quer sobre o conflito que se estabelece entre os diferentes discursos produzidos e comunicados em sociedade, quer sobre as marcas retóricas do conflito no interior de cada texto compreendido individualmente.

O artigo de Ángel Rivero, “Las identidades del conflicto en las democracias modernas”, aborda a questão da formação da identidade, pessoal e comunitária, nas democracias modernas. Parte-se do princípio segundo o qual a identidade é uma constelação plural e de que somos, a um tempo, identificáveis como cidadãos, vizinhos, crentes numa religião, membros numa raça, etnia, comunidade de língua, etc. As identidades são plurais e mesmo a nossa identidade pessoal é plural. A partir dessa base o autor reflecte sobre a articulação entre todos estes níveis identitários. Essa articulação pode fazer-se de modo pacífico mas pode ser também conflituosa. Nesse sentido, o autor propõe os conceitos de “identidades do conflito” e de “identidades de integração”, bem como um critério para a sua mútua demarcação. Por último, demonstra como as identidades do conflito podem ser integradas nas democracias modernas.

Em “Testimonios, discurso experto y comisiones de la verdad: el contexto de la denuncia”, Sílvia Maeso utiliza o trabalho da Comisión de la Verdad y Reconciliación peruana para interrogar o papel destas Comisiones de la Verdad a um duplo nível: em primeiro lugar, como, através da divulgação de testemunhos, estas comissões promovem o levantamento das violações dos direitos humanos; em segundo lugar, como a intervenção de profissionais oriundos do direito e das ciências sociais concedem legitimidade científica a estes processos. A autora debruça-se, em particular, sobre a forma como o conhecimento científico permite compreender de forma mais exaustiva os “actos de violência” perpetrados, sistematicamente, contra as comunidades camponesas dos Andes.

Na mesma senda prossegue “Lost in Transition”: La experiencia española. Una visión desde el Derecho” de Javier Chinchon. A partir de um breve resumo da experiência espanhola de tratamento dos crimes cometidos durante a Guerra Civil e o período franquista, pretende-se esclarecer e avaliar criticamente o teor dos procedimentos judiciais que têm vindo a decorrer, em Espanha e na Argentina, entre os anos de 2006 e de 2010.

Em “L’onomastique et le discours politique”, Paul Bacot propõe um estudo sobre o uso do nome próprio em política, servindo-se do grande desenvol-

vimento que a onomástica política sofreu ao longo das últimas décadas. O estudo dos nomes das assembleias parlamentares na Europa contemporânea permite entender a realidade social contemporânea sobre um modo conflitual. Estes agorónimos servem, em primeiro lugar, para legitimar a instituição que por eles é designada, o que é facultado pelas palavras comuns que compõem tais nomes. O autor analisa também a razão pela qual certas palavras estão sistematicamente ausentes destas denominações, propondo algumas explicações para essa supressão.

Roland Laval, em “State-building in a multilingual context: the case of Timor-Leste”, apresenta um testemunho relativo à sua experiência em Timor-Leste, entre 2000 e 2004, no quadro da colaboração com o Ministério do Plano e das Finanças deste país, dando conta de um conjunto de propostas que procurou pôr em prática, tendo presente a complexidade multilinguística da realidade timorense. A sua acção passou por medidas concretas no âmbito da tradução e da interpretação.

Rebecca Harwood, em “Walking the Line and Crossing the Lines: Failures to Communicate in the contact Zone”, reflecte sobre os relatos de viagem de Stella Benson, que traduzem o fascínio desta autora pela instabilidade das ideias e das identidades em zonas de fronteira. Este artigo aborda a questão do “fracasso da comunicação intelectual”, nos referidos relatos, e demonstra como os incidentes do fracasso, nessas zonas de periferia, se transformam em possibilidades de comunicação solidária entre os indivíduos.

O artigo de Joana Passos, “Ethical lessons from South Africa: the legacy of the Nobel Peace Prize speeches”, centra-se na leitura de quatro discursos do Prémio Nobel da Paz recebido por activistas sul-africanos em diferentes momentos da luta contra o apartheid: Albert Luthuli (1960), Desmond Tutu (1984), FW de Klerk e Nelson Mandela (1993). O artigo analisa igualmente as apresentações do Comité Nobel a estes prémios e reflecte sobre o facto de os discursos de agradecimento e também as respectivas apresentações constituírem uma herança ética para ser revisitada e lembrada.

Amélia Carvalho, em “The ‘double-bind non-white, non male in Chinese American women’s writing: Maxine Hong-Kingston – a case-study”, analisa o caso paradigmático da escritora sino-americana Maxine Hong-Kingston, focando as obras *The Woman Warrior* e *China Men*, defendendo que estas obras constituem intervenções cruciais na historiografia sino-americana as quais, porém, têm sido maioritariamente lidas pela crítica através do escrutínio apertado do cânone ocidental, marginalizando assim questões outras

de profunda significação na discussão do impacto e popularidade da obra da autora, tais como as variáveis de “exotismo”, etnia e género.

No artigo de Emmanuel Fraisse, procura mostrar-se como as noções de identidade são atravessadas por uma tensão entre o particular e o universal, e como a língua e a literatura desempenham um papel decisivo e complexo neste domínio. Paradoxalmente, segundo o autor, a mundialização, apesar dos seus efeitos unificadores, contribui para um reforço das identidades locais. No seu texto, Fraisse perspectiva a necessidade de considerar a literatura francófona da África subsariana sob um ângulo diferente daquele que é adoptado para o estudo de escritores ocidentais cuja língua materna não é o francês, mas que a escolheram para a sua escrita. Após as independências dos países africanos, a unidade africana e o panafricanismo matêm-se como um universo ideológico desejado por escritores que vêm na literatura a expressão de uma identidade partilhada, e que falta construir.

Pilar Barbosa e Cristina Flores no texto “Clitic placement in Portuguese heritage children” discutem o caso da competência linguística de falantes portugueses da segunda geração de migrantes na Alemanha, especificamente nas localidades de Hamburgo e Stuttgart, no que diz respeito à aprendizagem da colocação de clíticos. Segundo as autoras um estudo deste tipo é de grande relevância para o entendimento dos processos de aquisição linguística, visto tratar-se de um domínio gramatical de grande complexidade.

Com base em exemplos retirados da imprensa escrita, Isabel Margarida Duarte analisa alguns recursos linguísticos usados pelos jornais para conduzir as opiniões políticas dos leitores. Revela como estes mecanismos são utilizados de forma a que os *media* não se responsabilizem enunciativamente pelo comunicado. Apresenta vários exemplos desses recursos linguísticos, desde pressupostos e implicaturas, partículas argumentativas, o uso do condicional e sobretudo do futuro perfeito, verbos modais, expressões definidas, certas escolhas lexicais, o uso dos pronomes “nós” e “eles”, a opção pela activa ou pela passiva, metáforas e outros *topoi*, que condicionam e modificam as crenças do alocutário.

Salientando a relevância da *política* como objecto de reflexão e de debate na sociedade actual, o texto de Rosalice Pinto procura descortinar a presença e a ausência de algumas vozes em entrevistas a candidatas à presidência do Brasil, no ano de 2010, realizadas num telejornal de um canal de televisão brasileiro. Pretende perceber-se de que forma a *heterogeneidade enunciativa*

presente nestes discursos pode ser um elemento de persuasão importante para convencer o eleitorado a votar em determinado candidato. Essas vozes em confronto constituem, na opinião da autora, estratégias argumentativas de grande relevância no discurso político.

O artigo de Rui Ramos descreve e analisa aspectos funcionais e configuracionais relevantes de um breve *corpus* de artigos jornalísticos contemporâneos que tocam a problemática ambiental. Situando-se no quadro da Análise do Discurso, este artigo pretende constituir um contributo para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa contemporânea, numa época em que o ambientalismo é um discurso fortemente operativo na esfera pública nacional.

Partindo de uma leitura de discursos de candidatos políticos nas campanhas eleitorais, o artigo Elsa Simões Lucas Freitas procede à análise de estratégias partilhadas entre a comunicação política e a comunicação publicitária, reflectindo sobre algumas das consequências dessa contiguidade para ambos os discursos.

Em “Os discursos poético e musical na construção de sentido em *Dichterliebe*”, partindo de uma análise de elementos rítmicos, melódicos, harmónicos, e formais, e da relação que se estabelece entre estes elementos e o texto de *Dichterliebe*, Op. 48, de Robert Schumann, Ângelo Martingo e Pedro Maia reflectem sobre a multiplicidade de manifestações dessa relação, propondo, em particular, um levantamento crítico dos momentos em que o texto musical nega o texto poético.

O recurso a máscaras e a utilização de múltiplas personagens e vozes na primeira pessoa constitui um desafio hermenêutico para os leitores da poesia de Robert Browning. O artigo de Paula Guimarães centra-se justamente no estudo das vozes, discursos e identidades na obra poética deste autor, dando conta dos procedimentos linguísticos e literários de que o poeta se socorre para produzir esses efeitos verbais.

O texto de Marilda Beijo, “*O ano da morte de Ricardo Reis: discursos entrecruzados*”, propõe uma análise do processo criativo de construção literária desenvolvido na narrativa de José Saramago, com base na estratégia de intertextualidade que promove o entrecruzamento entre os discursos da história e da ficção. A autora defende que o romance “resgata, assimila, transforma, deforma, (des)constrói e reconstrói, por meio do processo intertextual”, os diferentes discursos de que se apropria. Paralelamente, ainda segundo a



autora, a narrativa enceta toda uma reflexão metalinguística em torno dos diálogos entre os personagens desta obra de José Saramago (Ricardo Reis e Fernando Pessoa).

Por último, uma selecção de textos originários em duas mesas-redondas de cariz muito diverso, encerram o conjunto de textos publicados neste volume. A primeira, intitulada “Vozes da crise e discursos sobre a crise – A actualidade de Eça Queiroz”, foi coordenada por Orlando Grossegeesse, com a participação da Fundação Eça de Queiroz. Nela se debateu a ideia de que para Eça de Queiroz a crise da própria linguagem representa um aspecto crucial da decadência nacional. Sob esta perspectiva, este painel pretende fazer uma releitura de Eça e interrogar-se sobre o valor da sua escrita no momento actual. A esta luz, Orlando Grossegeesse relê o autor, concedendo particular destaque ao ensaio “Europa”, publicado em 1888, ano da edição d’*Os Maias*, para demonstrar como, em contrapartida, os discursos actuais soam quase anacrónicos quando criticam a loquacidade quotidiana e banalizadora sobre a crise. Maria João Simões dá conta do modo como Eça pugnou arduamente contra a passividade, chamando a atenção para as consequências da inércia, do conformismo e da estagnação individual e social. Por seu turno, Francisco Sousa Neto apresenta uma reflexão sobre a originalidade da linguagem literária de Eça, sublinhando a perenidade de uma obra clássica e continuamente actual.

Da mesa-redonda de Contadores (com origem no projecto de investigação “Mutações do Conto nas Sociedades Urbanas”), incluímos dois breves textos, o primeiro da autoria de Luís Ene, e que nos dá conta da situação da microficção em Portugal, e um outro, da autoria do contador galego Celso SanMartin.

Uma vez mais o nosso reconhecimento a todos quantos participaram e se empenharam calorosamente na realização do *XII Colóquio de Outono* do Centro de Estudos Humanísticos, ao *Instituto de Letras e Ciências Humanas* por toda a colaboração prestada e, *last but not least*, à *Fundação para a Ciência e a Tecnologia*, principal patrocinador deste evento.

Braga, Outubro de 2011

Ana Gabriela Macedo  
Carlos Mendes de Sousa  
Vítor Moura



# SHOULD CULTURE BE PART OF HUMAN RIGHTS?

Andrew Vincent  
UNIVERSITY OF SHEFFIELD

## Introduction

The focus of this paper is on one vexed question: what role does the concept of culture have in contemporary considerations of human rights? The question is *prima facie* elusively simple, but its implications are legion. My answer to this question is also alarmingly blunt, that is, culture is largely a negative confusing influence and it conflicts with the basic sense, character and content of human rights and should be resisted. This blunt response will, of course, require some elucidation and explanation in this paper.<sup>[1]</sup>

The plan of the paper will be first to introduce the idea of culture in the context of its relation with human rights debates since 1945. This will require a brief overview of the historical and contextual trajectory of cultural human rights claims. In speaking of this I will invoke a distinction which remains highly contestable, namely, that between generations of rights. I will however explain – but maybe not fully exculpate – my usage of this distinction. Having set the scene and explained the place of culture in human rights debates I will turn to a series of criticisms which aim to undermine the place of culture

---

1 Abbreviations: ICCPR International Covenant on Civil and Political Rights (1966/76); ICE-SCR International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights (1966/76); ILO International Labour Organisation; UDHR Universal Declaration of Human Rights (1948); UN United Nations

in current human rights arguments, although I realise that I am probably a comparatively isolated figure here who is kicking against the *Zeitgeist*.

### **A generational apologia**

In order to get some quick and manageable handle on the debates concerning human rights over the last fifty years it is useful to take up a distinction, which appears and reappears in the literature, that is, between first, second and third generation human rights. At this stage I have no wish whatsoever to say anything about either the truth or falsity of this distinction. It is clearly significant for many and intensely irritating to others. The design of certain human rights covenants appears to confirm, for some commentators, that there is a fundamental difference between these generational categories. However, in other large practical human rights forums, such as the Vienna Human Rights conference in June 1993, there was a strong affirmation of the overall unity of human rights. This would also probably be the more orthodox official view of human rights practitioners. My own adoption of the distinction is mainly because it has some utility as a *pedagogic* or *explanatory* device. It enables various debates in human rights and over specific covenants to be more easily explicated. As to whether it is exactly substantively correct about the nature of the rights involved remains an unresolved question which I will not attempt to address.

However a brief postscript to this point before moving on: even if the critic insists upon the overall unity of human rights, it is still the case that no one would seriously deny that there are distinct categorical elements at play here within even a single concept of human right. Thus, even if one argued that part of one's civil human right to liberty necessitates not only guarantees of certain, say, educational and social benefits (social human rights), and these in turn logically entail being able to realise your liberty right via cultural and linguistic affirmations, nonetheless, these are still different categorical moments within the same capacious concept of human right. Thus, even if denying the generational layout, as long as there is a recognition of internal categorical distinctness, then my argument can still proceed. In other words my argument is not reliant upon the veracity of the generational debate *per se*. It is purely a strategic device of presentation.

### Three generations of rights

My focus in this paper is primarily on the third generational category, however it is important to very briefly indicate what is meant by these terms. The first and second generations cover notionally what might be called civil rights and social-economic human rights. Civil rights can be loosely defined as claims, warrants or entitlements to life, freedom of thought and expression, to seek, receive and impart information and ideas, freedom of peaceful assembly and freedom of association with others. They would also include the right not to be tortured or inhumanely treated, the right to fair trial and not to be unjustly treated; it would again incorporate prohibitions against slavery, genocide, torture, and prolonged arbitrary detention. We might call this general constellation of rights a *civil minimum*. Prima facie they are most easily summed up in the first 21 articles of the UDHR (1948). Social rights imply claims, warrants or entitlements to a modicum of economic and social welfare and a share in the heritage of civilized life. In effect, in social human rights terms, we are speaking of Articles 22-26 of the UDHR and more substantially the *International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights* (1966), particularly the substantive Articles 3-15 of the latter covenant. *The European Social Charter* (1961) also supplements the civil human rights of the *European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms* (1950) with a substantial body of social and economic human rights. This concept of social human rights thus includes commitments to basic equality and non-discrimination for women, children and minorities, access to employment opportunities, fair pay, safe and healthy working conditions, the right to form trade unions and bargain collectively, social security, an adequate standard of living (covering adequate food, clothing, and housing), health care, and education.<sup>[2]</sup> One can conceptualise this constellation of concerns as aiming at a *social minimum*.

---

2 These rights were made part of international law by treaties such as the European Social Charter. The ICESCR's list of rights includes non-discrimination and equality for women in the economic and social area (Articles 2 and 3), freedom to work and opportunities to work (Article 4), fair pay and decent conditions of work (Article 7), the right to form trade unions and to strike (Article 8), social security (Article 9), special protections for mothers and children (Article 10), the right to adequate food, clothing, and housing (Article 11), the right to basic health services (Article 12), the right to education (Article 13), and the right to participate in cultural life and scientific progress (Article 15).

Third generation rights are the most recently debated domain. They have a significant prehistory, however they only really appeared on the international scene in a popular format during the late 1980s and early 1990s. One important manner in which they have been presented is as claims, warrants of entitlements enabling or allowing for the protection or promotion of cultural, ethnic groups and more particularly minority cultural interests. They are thus the rights which affirm and protect the solidarity, mutual support and cohesiveness of conventionally minority or indigenous group cultures. They are frequently regarded as *group orientated* rights. The aim of such rights might be described as a *cultural minimum*. Having now briefly outlined the generic frame of generations, I want to focus on the third of the above categories.

### **Brief genealogy of cultural rights**

Group-based cultural rights ideas have a peculiarly chequered history in European thought. More familiar understandings of group-based political ideas go back to late nineteenth century debates over syndicalism, anarchism, guild socialism and legal pluralism, although these earlier debates over groups were not cast in the form of ‘cultural’ or ‘ethnic’ groups.<sup>[3]</sup> Admittedly such groups were present in certain contexts, such as the Habsburg Empire or Ottoman Empire, but they did not dominate ‘group discussion’ at the time. For most associations in the nineteenth century, the whole issue of minorities and internal groups (within states or empires) could largely be solved by integrating them into the larger political units, particularly nation-states. This was a common theme in many writers in the nineteenth and early twentieth century, including most committed liberals such as J.S. Mill. Minorities, in certain political contexts, such as the Habsburg Empire and Ottoman Empire, were recognized to a degree and their interests were balanced with the institutional framework, however this was more of an exception to the unifying and assimilation trends of states in the late eighteenth and nineteenth century. Minorities were also occasionally used as a pretext for intervention by states. This was the unusual nineteenth century beginning of humanitarian intervention. More notoriously, in the early twentieth century,

---

<sup>3</sup> See Andrew Vincent, *Theories of the State* (Oxford, Blackwell, 1987), ch.6, or Andrew Vincent ‘Can Groups be Persons’ *Review of Metaphysics*, 4 (1989).

this humanitarian claim to help a minority through external intervention can be seen in the German intervention in Czechoslovakia in the 1930s.

Post-1918, minorities became a subject for the League of Nations, which aimed to give protective guarantees to certain minority interests in, for example, Poland, Czechoslovakia, Romania, Greece and Austria. The League also established supervisory functions and procedures for minorities to register complaints. The ILO also looked at the indigenous and minority issue, although primarily in terms of labour rights. Aspects of the role of the ILO were taken over later by the Human Rights Commission. Post-1945 minority concerns did see terminological changes. The term 'ethnic' was commonly substituted for race and to a degree nationality. However European human rights discussion still used the word 'national', for example, in the *Framework Convention for the Protection of National Minorities* (1994). The word culture seems also to have a 'covering' facility for European human rights drafters. It appears occasionally as a convenient ersatz substitute for ethnic, religious and sub-national issues. However the 1948 Universal Declaration was usually chary of group rights and minority claims. The idea does appear very tentatively in Article 27 of the UDHR, which states that, 'Everyone has the right to participate in the cultural life of the community', although one could hardly call it a fulsome commitment to cultural or group rights. It is more of a basic commitment to non-discrimination and equality *for the individual agent*. It is also difficult to know which community is being referred to, *vis-à-vis*, it could simply be referring to the majority national community, which for many is the only viable community. Despite this, a sub-committee of minorities – *The Sub-Commission on Prevention of Discrimination and Protection of Minorities* – was established by the UN Economic and Social Council in 1947. Some scholars have also suggested that recognition of cultural group rights is implicit in some early covenants, particularly the Genocide Convention (1948). The prevention of genocide can appear to subscribe indirectly to group rights, in so far as it tries to prevent harm to groups within states. Yet, it is largely a negative and protective measure, requiring states to abstain from such action. It also aims to protect, primarily individuals – who are members of stigmatized groups – from genocide. It is also clear that the notion of group rights has no connection whatsoever with the original intentions of the framers of the Genocide Convention.

The idea of cultural rights is mentioned in later human rights documents, for example in the 1989 Protocol, (*The Pact of San Salvador*), added

to *The Inter-American Convention on Human Rights* (1969). The African Human Rights Charter also has a section on cultural rights. However, the most explicit, widely referred to and most extensively quoted human rights article on this issue is Article 27 of the ICCPR (1966), which states that, 'In those States in which ethnic, religious or linguistic minorities exist, persons belonging to such minorities shall not be denied the right, in community with the other members of their group, to enjoy their own culture, to profess and practise their own religion, or to use their own language.' This is now more commonly seen as an overt attempt to give some protections to cultural groupings in international law. Although, it is important to remind ourselves, once again, of the wording: it is still for the sake of 'persons belonging to such minorities'.<sup>[4]</sup> The wording may look innocuous, but it is not. The clause exists for the sake of *individual persons*, not *groups*. Further, as the article indicates, it is states which can still determine (to a significant degree) whether such minority or indigenous groups actually exist.<sup>[5]</sup> This, in itself, is very significant. In sum, this is basically the only human rights clause, between 1945 and 1989, which explicitly mentions minorities in human rights vocabulary, although as indicated the clause still remains cryptic.

One other fortuitous coincidence here is the coalescence of group rights ideas with those of *self-determination*. The coalescence occurs in the ICCPR (where Article 27 appears). However, both the ICCPR and the ICESCR begin with an identical assertion 'All peoples have the right of self-determination. By virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development' (that is Article 1 in both Covenants). The historical and international context for this, at the time, was decolonization and suspicion over the legacy of European imperialism in Africa and Asia. The above clause, in respect of decolonizing associations, reflected the intellectual and political mood

---

4 One can see this emphasis throughout the ICCPR document. Thus Article 2 notes that (my italics) 'Each State Party to the present Covenant undertakes to respect and to ensure to all *individuals* within its territory and subject to its jurisdiction the rights recognized in the present Covenant, without distinction of any kind, such as race, colour, sex, language, religion, political or other opinion, national or social origin, property, birth or other status'.

5 Even in Europe there was a tendency between 1945 and 1989 to play down minority rights 'due to the widespread fear that this might rekindle old ethnic conflicts' Jennifer Jackson-Preece, 'Human Rights and Cultural Pluralism' in Lyons, Gene M. and Mayall, James (eds) *International Human Rights in the 21<sup>st</sup> Century: Protecting the Rights of Groups* (Lanham, Boulder NY and Oxford, Rowman and Littlefield Publishers Inc, 2003), p. 58.



of that moment, where decolonizing peoples were seen to be articulating the right of self-determination. Putting aside any overt debate over self-determination, it was the serial ambiguity of words such as 'peoples' and 'self-determination', combined with the enigmatic quality of the ICCPR's Article 27, which allowed, by the 1990s, a subtle slippage and transference of the older 1960s anti-colonial language of self-determination and ethnic autonomy into 'internal' arguments about groups and minorities 'within' existing states. This slippage is of course as worrying (if not more worrying) to the decolonized states, as it is to the older ex-colonial states. Self-determination, cultural autonomy and group rights language are promiscuous discourses which show little discrimination for their partners. In many decolonized states it raised this issue of further rupture and secession with regard to indigenous and sub-national groups.

### **The trajectory of cultural human rights**

If one were to try to conceptualise the trajectory of cultural human rights debates, then a convenient way of thinking about them would be via two waves, the first wave was between 1948-1976. It was the period of decolonization and the end of empires. African and Asian nations, many recently freed from colonial rule, entered the United Nations. They supported the human rights enterprise, but modified to reflect their own concerns, that is finishing off colonialism, criticizing Apartheid in South Africa, and condemning all forms of racial discrimination. The 1966/1976 Covenants, to an extent, reflect many of these concerns. Both have articles asserting rights of peoples to self-determination and to control their own natural resources. Rights against discrimination were also given prominence. This first wave was only though half committed to the notion of group rights per se. If anything it simply prepared the ground for future developments.

The second wave, from the late 1980s (mainly post-1989) to the present day, have seen cultural and group-focused arguments come to the fore. In 1984, for example, the Islamic Republic of Iran announced that it would not recognize any human rights principles which were contrary to the culture of Islam. This trend became more widespread after the International Human Rights based Vienna conference in 1993. The latter conference, although affirming the universality of human rights, nonetheless conceded that

‘norm-setting’ often had a more explicit cultural background.<sup>[6]</sup> This period has largely seen a celebration of cultural difference, a proliferation of anti-universalist argument and attempts to modify and adapt human rights to local cultural concerns.<sup>[7]</sup>

The post-1989 world of cultural and identity-based argument had its origins in late eighteenth and early nineteenth centuries. Thus one deeply influential aspect of this rebirth focused on revived nationalist argument. This underpinned a more intense refocusing on the *nation-state* compound. Not that this latter concept has ever really faded from public usage, far from it; however from 1945 to the 1990s the ‘nation’ component of the ‘nation-state’ compound was often a verbal courtesy, rather than a substantive avowed ideological commitment (apart from the language of nascent decolonizing societies). By the 1990s cultural and national obsessions had though regenerated. Large amounts of intellectual space have been subsequently taken up mulling over ideas of Frenchness, Englishness, Scottishness, ad nauseam. Another important dimension of this same argument was the rise of multiculturalism – although in the last few years it has begun to look more tarnished.<sup>[8]</sup>

---

6 See Michael Freeman, *Human Rights* (Cambridge, Polity, 2002), p.48.

7 However, this second wave of culturalist debates subsequently quickly broke down into three separate lines of argument which are often confused: first, there was the claim that all minorities, indigenous and culture groups should be accorded a human rights status as groups. This argument is one which underpins much discussion of third generation rights, although it often fails to really take on board what is actually meant by this claim. Second, there is an overwhelmingly more negative argument that human rights are really only cultural expressions. The outcome of this assertion is unpredictable as regards human rights discourse. The third, more subtle and positive line of argument claims that human rights ought to find the bulk of their value resource within cultures. This latter argument is still compatible with a universalist argument for human rights.

8 The idea of multiculturalism is much more recent than nationalism. It made its first hesitant and quite minimal appearance in Australia, New Zealand and Canada during the later 1970s, particularly with changes in immigration laws, indeed much of the initial theorizing about the idea arose particularly from Canadian and Australian academics. Although often discussed formally in the context of North American liberalism and communitarianism, it has also figured as a critical component within feminist, ethnic, postmodern and postcolonial political theories. Nathan Glazer argues that multiculturalism is characteristically a North American concept, linked to a strong rights-based tradition with deep immigrant and racial divisions in society and consequently it is seen to have no real connection with European politics’ in Glazer ‘What can Europe Learn from North America?’ in Joppke, C. and Lukes, S (eds) *Multicultural Questions* (Oxford, Oxford University Press, 1999), pp. 183-4. However multiculturalism did begin to make a critical appearance in European debate during the 1990s. Some scholars thus still see the life time of *effectual* multicultural politics as comparatively

Since the 1990s, culture has consequently taken a much higher profile in human rights discussion. The idea also reappears in parallel debates such as those over Asian Values. Human rights are usually configured, in the latter, within a blunt attack on the individualism of civil human rights perspectives – as part of a crude and caricatured understanding of purported Western cultural ideas. However one key recent focus of the cultural human rights perspective has been the issue of both indigenous and minority groups. These are envisaged as forming an important part of the core identities (of their members), which ought to be respected. A number of human rights conventions and declarations have focused on this cultural theme during the last few decades. The *Declaration on the Rights of Persons Belonging to National or Ethnic, Religious and Linguistic Minorities* was passed in the General Assembly in December 1992. The Council of Europe adopted a *Framework Convention for the Protection of National Minorities* in 1995. The ten year from 1995 to 2005 was also declared by the United Nations as the *International Decade of the World's Indigenous Peoples*. In September 2007 the General Assembly passed the *Declaration on the Rights of Indigenous Peoples* after many years of detailed discussion, although it is worth noting that the multicultural-inclined states (with indigenous peoples) of Australia, New Zealand, Canada and the United States voted against it.

Some have admittedly seen no problems with the advent of such cultural argument, that is to say, they see a natural continuity with civil and social human rights. The human rights of minority groups are thus viewed as part of a longstanding concern of the whole human rights movement. For example, Article 27 of the ICCPR (1976) specifically argues that *persons* belonging to ethnic, religious, or linguistic minorities ‘shall not be denied the right, in community with other members of their group, to enjoy their own culture’. The language is still tied here to individual civil human rights. However, if this was the whole case, why create so many separate conventions which explicitly mention culture, peoples and groups? Something different is being envisaged here. The discussion now turns to the distinctive arguments on culture.

---

short. For Glazer, it is a product (largely in educational circles) of the last twenty-five years. For Will Kymlicka, it has only been present since the early 1990s. The fortuitous combination of globalizing forces and the mixing of populations, together with the renewed romanticized interest in ethnicity and culture, has underpinned a more general, if diffuse, interest in culture, nationality and identity.

### Some arguments concerning cultural human rights

Some key arguments concerning the cultural minimum can be directly sketched.<sup>[9]</sup> The first argument affirms the *importance of culture as a determinant of what a human being is*. Humans, as specifically cultural beings, are thus envisaged as being *constituted* through groups. It is consequently the group which constructs, nurtures and embodies the deep identity of the individual person. Given that culture forms the identity, culture constitutes the substance of the individual, therefore to respect the individual is necessarily to respect their actual substance – that is the culture. The notion of the human being cannot therefore be divorced from the cultural context. Conventionally the individual finds themselves with an identity, that is to say they are, as it were, ‘thrown’ into the group by birth and upbringing. Nationalism has its own explicit monistic variant of the above argument; the group in question being the unitary nation. In fact, nationalism embodies the first explicit formulation of this type of argument in European thought; later minority culture arguments just pick up the same baton of nationalist logic but use it for subtly different ends.

The above argument moves rapidly to a second claim: cultural argumentation – partly because of the earlier nineteenth century connections between national culture and the state – often views itself as correlated, in some manner, with a determinative political association, such as the state or alternatively some form of political role. The conceptual device conventionally rolled out to explain this relation is self-determination. In a nutshell, *culture as constitutive of humans, requires concomitantly both respect (as the medium for individual identity) and the right of self-determination in a political sphere*. Thus, the idea that one should be able to ‘freely’ practice one’s culture, language or religion can be inferred from the original constitutive ontological premise. It follows that group cultures require recognition and respect for their pre-existing identity, as well as rights to self-determination. This latter argument, in effect, re-articulates an older European nation-state argument from the nineteenth century, which asserts the prior cultural uniqueness, exclusivity, self-determination and independence of a people or nation; this in turn legitimates resistance to all interference or impositions of another nationality or culture.

---

9 This does not claim to be definitive list of such arguments, it only keys into some the main ones.

The culture argument, in the current scenario, can generate both negative or moderately positive arguments on human rights. The negative argument views universal human rights as residues of a colonial monologic Western (or Eurocentric) mentality which has been imposed on other cultures. Postcolonial theory would be one example of this latter type of argument.<sup>[10]</sup> Western human rights exponents who show deep commitments to universalism are consequently seen to be both ignorant of the deep cultural, religious and philosophical resources of, for example, Asian cultures, as well as the Asian perceptions of the colonial legacy. Western human rights arguments are thus viewed as the progeny of ex-colonial Western states with their particularistic rights miraculously becoming universal 'human values' for humanity. Western human rights exponents are thus seen to fail to see their own culture (as encapsulating law, morality and philosophy) as just *one* amongst many different world cultures.<sup>[11]</sup>

The more positive argument is quite familiar to readers of political theory from the 1990s. The core claim is that rights language should be viewed through the filters of cultures.<sup>[12]</sup> This is, in essence, a variant on the argument one encounters in multicultural theorists, such as Will Kymlicka. All choice requires a cultural context. Human rights exist, but to become meaningful to different groups and cultures, they have to be sifted, in some manner, through the value substance of these cultures. Proponents of this line of reasoning will often argue that although this is an argument against a dominant Western universalist understandings of human rights, it is *not* an argu-

---

10 The basic postcolonial argument is that *power* is embedded in texts and discourse, as well as in military force. Western colonialism therefore represented not just physical or political conquest, but also textual and linguistic domination. For this latter argument, what we then encounter in all Western human rights discourse is Western cultural parochialism in the disguise of universal human entitlements. The task for the postcolonial theorist is then to expose this. Where human rights finally stand in this argument remains obscure.

11 As Charles Taylor comments, 'An obstacle in the path to... mutual understanding comes from the inability of many Westerners to see their culture as one amongst many' see Taylor, 'Conditions of an Unforced Consensus on Human Rights' in Bauer, J.R. and Bell, Daniel (ed) *The East Asian Challenge for Human Rights* (Cambridge, Cambridge University Press, 1999), p.143.

12 As Abdullah A. An-Na'im argues, 'Like all normative systems, human rights regimes must necessarily be premised on a particular cultural framework', see An-Na'im 'The Cultural Mediation of Human Rights: The Al-Arqam Case in Malaysia' in Bauer and Bell (eds) *The East Asian Challenge for Human Rights*, p.147.

ment against human rights as such. Conversely, human rights are seen as just saturated with different cultural referents, aspirations and values.<sup>[13]</sup>

There is though one further point to note here concerning the shared cultural assumptions within nationalism and multiculturalism. Implicit in multicultural theory is the acknowledgment that multiple groups constitute a political association such as a state. This latter scenario configures immediately a potentially profound conflict with nationalism. Nationalism cannot easily accommodate, in theory or practice, too much internal cultural difference. In this context, in many multicultural states, such groups are minorities within a state. The demand is then that, even if they are minorities, there must still be some mechanism for minority cultural groups to be accorded respect and some self-determination. This notion of group self-determination can however rapidly mutate, once again, directly back into standard nationalist claims. Thus in a multicultural state where a minority group's demands for self-determination become strident enough to lead to secession, then the resulting seceding entity will usually be, at first blush, a new nation-state and will often, in turn, become impatient with any internal cultural minorities within its own structure.

### **Critical commentary**

#### *{i} Terminological vagueness*

The discussion turns now to more overt critical commentary on culture human rights. Some of these issues will only be briefly mentioned, others will be developed more fully. My general underlying argument though, which largely applies to everything I say, is that cultural human rights are the least well articulated, most conceptually unsatisfactory and least well explained dimension of contemporary human rights discourse.

Cultural rights are in fact (at a very basic level) plagued, first and foremost, with terminological problems. This is not something that I want to develop, although it is indubitably a serious problem in its own right. In essence, these terminology problems begin in trying to identify what such human rights actually apply to: thus race, language, nationality, religion, kinship or

---

13 The argument reasserts the familiar contention that human rights are cultural products, that cultures must take an absolute priority in human affairs, and that there are an assortment of cultures with different foundational understandings of human rights.

ethnicities have all been projected as distinct group cultural concerns with attached right-based claims. It remains uncertain as to whether all of these contain the same weighting or what they actually mean. Further, do such cultural claims apply to both minority and majority groups, or both? There is further a continuing puzzle (and lack of concurrence) as to what a 'group', 'culture' or 'people' actually denotes as collective entities, and whether such entities can logically be said to have rights in the first place, and, even if they do claim rights, whether collective human rights are simply a category mistake.<sup>[14]</sup> In addition, it is also not at all obvious what these collective rights imply, namely, are they negative or positive in nature (that is to say are they negatively protective or positive promotional claims) and what are the duties which might be said to correlate with such rights? Cultural human rights remain both terminologically unclear and deeply contested and yet oddly they continue creating high expectations well into the 2000s.

### *{ii} Cultural human rights and conceptual confusions*

Cultural ideas have thus been faithfully reflected in certain human rights documents. The UDHR (1948) though was unquestionably more uneasy on the issue of nationality and culture.<sup>[15]</sup> It does though include Article 15, 1, which speaks rather timidly of the human 'right of nationality', although again it is difficult to know precisely what this means. Article 27, 1 also includes the 'right freely to participate in the cultural life of the community', but it is difficult yet again to know what community is being referred to. The term nationality dropped out in 1960s human rights covenants, usually replaced by the anodyne word 'people'. In the ICESCR and the ICCPR, both begin very strangely with the same Article 1 – 'All peoples have the right of self-determi-

---

14 One possible way round part of this dilemma is to see rights in terms of 'interests' or 'benefits'. An interest can be seen as part of an individual's good. A right can therefore be seen as an interest or benefit-based based reason. This, in turn, can imply duties in others to protect or promote that interest. Some of these interests might *only* be enjoyed in common with others (in groups). Therefore there can be collective goods for individuals which imply collective rights, see J. Waldron, J. (1993) *Liberal Rights: Collected Papers 1981-1991* (Cambridge, Cambridge University Press). I am not convinced though that this really encompasses the ontological *spirit* of group rights. Once again, the latter argument views rights largely through the lens of individual interests. The group is not a prior interest to the individual.

15 The proximity of the second world war and the violent culturalist and racial nationalisms of the 1920s and 1930s were too close in time.

nation. By virtue of that right they freely determine their political status and freely pursue their economic, social and cultural development.’<sup>[16]</sup> The concept ‘nation’ is studiously avoided and ‘peoples’ and ‘cultures’ become prevalent. However the gist of the words are parallel. Both 1966 conventions were of course written in the era of decolonization. Thus, the fixation with the self-determining nation or people was to a degree understandable. However, the upshot of both opening articles is paradoxically a human rights blessing upon the old idea of the sovereign nation-state as a culturally distinct self-determining entity. In fact, the article appears to claim that there is a *collective human right* to self-determination by a nation or people.<sup>[17]</sup>

Article 1 of both 1966 conventions is potentially conceptually at odds with two other noteworthy human rights articles. First, as indicated, the human rights blessing on the self-determining nation-state contrasts markedly with Article 1 of the UDHR, which states ‘All human beings are born free and equal in dignity and rights. They are endowed with reason and conscience and should act towards one another in a spirit of brotherhood’. This latter article is clearly focusing on the human individual and civil human rights (first generation rights). It is worth noting again here that the key potential offender against this latter form of human right is the self-determining nation-state. Second, Article 27 of the ICCPR (1966) states that ‘In those States in which ethnic, religious or linguistic minorities exist, persons belonging to such minorities shall not be denied the right, in community with the other members of their group, to enjoy their own culture, to profess and practise their own religion, or to use their own language.’ In this latter context we have a human rights blessing being given to minority cultural groups (and indeed culture itself), and thus implicitly to a multicultural sensibility. The proviso here is that that it is ‘persons’ (belonging to cultural minorities) who are crucially important. This could be categorized as the liberal multicultural response to human rights. However this latter article is potentially at odds with Article 1 of both the ICCPR and the ICESR, insofar as many modernizing self-determining monistic nationalisms are, as a matter of empirical fact,

16 The African Charter on Human and People’s Right , Article 20,1 includes ‘All peoples shall have the right to existence. They shall have the unquestionable and inalienable right to self-determination. They shall freely determine their political status and shall pursue their economic and social development according to the policy they have freely chosen.’

17 If one thinks back to the idea of human rights being largely created in 1948 to deal with the severe downsides of the self-determining nation state, it does have a distinctly spooky feel to it.



violently, and occasionally genocidally, opposed to internal group difference or secession implications within their own policies. Such internal group cultural activity is also potentially ontologically at odds with the individualism of civil human rights which form the substance of the first 21 articles of the 1948 Declaration. Many of these conceptual problems are not insuperable, however they do draw our attention to the problematic aspect of particularly culture in the domain of human rights discussion.

*{iii} Religion and cultural identity*

One mode in which cultural claims have been expressed (particularly over the last twenty years) has been through religious (and quasi-religious) beliefs. I leave to the side here the question as to whether culture can be another way of speaking of religion. Suffice it to say, in the last decade doctrines such as Confucianism, Islam, Buddhism, Christianity, amongst others, have frequently been invoked as cultural foundations for human rights.<sup>[18]</sup> In fact, such doctrines are often invoked to account for the whole structure of human rights. My argument against this latter tendency is that it is a fundamental mistake to view human rights in this manner. Human rights are not privileges granted by any deity (or indeed from some universal moral law). This appears nowhere in the initial planning and constitution of the 1948 UDHR. Culture and more particularly religious culture does not figure in the 1948 document. There were debates, in 1947-8, over a clause on ethnic, religious and linguistic minority groups, however there was no agreement and it was dropped.<sup>[19]</sup> To think that religious cultures have some role is to completely fail to grasp the genealogy of human rights in the twentieth century. Human rights are not based upon any foundational spiritual facts about human beings. Islamic, Christian (and indeed some secularist scholars) who try to relate human rights to foundational religious or moral values are closer in their views to seventeenth century natural law and natural right argu-

---

18 See for example A. Langlois, *The Politics of Justice and Human Rights: Southeast Asia and Universality Theory* (Cambridge, Cambridge University Press, 2001) for a very balanced overview of the arguments.

19 There was a proposal relating to minorities, yet 'as the draft proposal went from one committee to the next, it was edited and finally removed altogether... recognizing diversity was construed as inviting instability', see Jackson-Preece 'Human Rights and Cultural Pluralism', p. 57.

ments than anything else. Such views are largely an irrelevance, although they are (I freely admit) nonetheless continuously invoked in the literature. In all such religious perspectives, rights do not really have much of a central role to play.<sup>[20]</sup> This would include all the world religions to date. The religious claimants are far more interested in spiritual duties than human rights. Duties are thus the main driver of the religious argument. Rights become a courtesy add-on to satisfy modern sensibilities.<sup>[21]</sup>

*{iv} Culture and identity*

A fourth body of criticisms, focuses on an important problem with all recent cultural argument. An important contention of cultural claimants is that culture is a key determinant of who or what a human being is. It forms the *value substance* and *identity* of the person. There are many problematic strands to this argument. I only want to focus on *one* important line of inquiry, namely, that this cultural claim rests upon a deep and persistent error concerning human identity, an error for which we have in the past, as a species, and will in the future pay a high price for, if we carry on fostering it.

The cultural argument essentially fosters the view that human identity is singular. The notion of cultural singularity has been promulgated by both critics and supporters alike. Samuel Huntingdon, as much as Osama bin Laden or Radovan Karadzic, all envisage the world as divided into singular discrete impervious cultural groups: religious, national, civilizational or religious. The world is then seen as a collection of cultures – identified by various categories such as religion, nationality, civilization or ethnicity.

This same argument also gets a definite imprimatur from the multicultural mentality. Amartya Sen, commenting on this tendency, notes that such thinking assumes ‘that the people of the world can be uniquely categorized according to some *singular and overarching* system of partitioning’. This partitioning ‘yields a “solitarist” approach to human identity, which sees human beings as members of exactly one group (in this case defined by civilization or religion, in contrast with earlier reliance on nationalities and classes)’. Sen

---

20 See Arvid Sharma, *Hinduism and Human Rights* (New Delhi, Oxford University Press, 2005).

21 Further, it is unlikely that many religious votaries could make an overwhelmingly strong case for the secular egalitarianism, pluralism and incipient democratic tendencies implicit in much human rights argument.

notes that this solitarist approach is ‘a good way of misunderstanding nearly everyone in the world’. For Sen, reflecting on the global violence of that last two decades, what is most disturbing in this culturalist and identitarian obsession is that ‘The imposition of an allegedly unique identity is often a crucial component of the “martial art” of fomenting sectarian confrontation’. Thus, ‘many of the conflicts and barbarities in the world are sustained through the illusion of a unique and choiceless identity’. Consequently, ‘The uniquely partitioned world is much more divisive than the universe of plural and diverse categories that shape the world in which we live’. As Sen argues ‘identity can...kill – and kill with abandon’.<sup>[22]</sup> In this context, for many radical Islamists, for example, apostasy seems to matter far more than murder, violence or barbarity. Terrorism, pogrom, genocide, community violence, and the like, relate directly to the singularized identity of group culture. One might hazard the point here that the assertion of cultural identity and a potential for violence are regular bedfellows.

This does not mean that one should automatically condemn such cultural categories outright. Group culture can be a positive contribution, in certain circumstances, to achieve collective goods. However culture should also function in tandem with many other factors in civil society. It is never hermetic. No culture is ever unitary or homogenous. Culture changes via interactions. It is *not* something which always needs conserving, simply because it is a culture. This argument bears upon Sen’s critical opinion of multiculturalism and particularly multicultural education in faith schools, which in many ways fixes cultures into a social and educational inertia. He thus sees the policy of multiculturalism, and more particularly faith schools, as acutely damaging to the British state.<sup>[23]</sup> Such policies artificially reconstruct Britain as a federation of narrow cultures: national and religious.<sup>[24]</sup>

---

22 Quotations from Amartya Sen, *Identity and Violence: The Illusion of Destiny* (London, Penguin, 2006), pp. xii-xv, 2

23 Sen, *Identity and Violence*, pp.118-9.

24 This whole enterprise miniaturizes human existence. Religion is now frequently used as one of these artificial cultural dividing lines and for Sen there is something quite bizarre, and deeply misguided in making a child’s identity focus wholly on religious or national culture. This culturalist view makes the further patently false, in fact crass, assumption that all nationalities or religions – Christian, Muslim or Jewish – have exactly the same substance (see Sen, *Identity and Violence*, p.14). The solution that many now offer to problems with religious extremism is equally bizarre for Sen, namely, trying to get other more moderate elements of the religion to mediate with the extreme components; in an odd way this simply amplifies the narrowness of the whole enterprise.

Overall therefore singular cultural categories are conceptually and practically flawed. The idea is an astonishingly rudimentary and historically imprudent way of thinking about humans. What follows from this argument is that culture should not be used as an exclusive or singularly important way of either talking about or demarcating human beings.<sup>[25]</sup> Humans are not just multiple across and within societies, but they are also multiple within their own lives and identities. Human identities are always plural; we cross cut many different types of commitments. The individual may be a woman, working class, part of a large extended family, black, with a partial handicap, who is an ardent vegetarian, Zen Buddhist, primary school teacher specializing in mathematics, who loves film noir, avidly supports Manchester United and is a total devotee of the music of Schoenberg and Jimi Hendrix. All these form aspects of a multi-faceted human identity. If we pushed even deeper, on a psychoanalytic level, it is certain that the thickets constituting human identity would grow even denser. Where then is the core identity?

*{vi} The nationalist and culturalist fallacies*

What we see in the broader ambit of culturalist debates in the 1990s and 2000s is a subtle and sometimes half-conscious reconstitution of nineteenth century arguments concerning the prioritizing of notions such as ethnicity, nationality, race and culture. This is what underpins many of the more innocuous looking arguments about minority or indigenous rights. It is this ontological underpinning which is of most concern. Basically the national and cultural perspective creates a deep paradox for human rights.

The logic of the my argument proceeds as follows: the formation of national-states, in the nineteenth and early twentieth century, was both substantial and widespread and carried on vigorously in the 1950s and 1960s world of decolonisation. One central aspect of the way states formed in this period was via a linkage with the potent artifice, initially, of national culture. National culture was a constructed entity, which envisaged 'nations' as morally, legally and politically prior to other values. Humans became identified wholly through singular national cultures. This did not imply that the

---

25 This discussion will not though deal with an equally problematic issue, namely that the concept of culture itself remain totally opaque, despite its promiscuous usage in modern argumentation.

nation-state compound summarized the state tradition. It is wise to remind ourselves that it is still a compound of quite different concepts – state *and* nation. However the nation-state has nonetheless been the dominant practice.

One underlying implication of the nation-state is the idea of the purified culture. On the surface this might be innocuous and it undoubtedly has had some positive dimensions in terms of collective projects. However, when the nation, and more particularly race, were read through the lens of evolutionary biology in the later 19th and early 20th centuries, new potencies were created. One of these potencies was implicit within the very character of the nation, culture or race. This potency carried the genetic code for genocide. Genocide is ultimately focused on defending or purifying a single cultural identity. Genocide is therefore linked intimately to the idea and practice of the nation-state. What the developed nation-state embodies is the systematic *means* to achieve this cultural uniformity. Quite literally, genocide, as distinct from other forms of mass killing, could not have existed without the nation-state and, as importantly, it was directly related to the *conjunction* of nationality with the state, under certain social and historical circumstances. Genocide, as a potential, is thus an integral aspect of both modernity and the phenomenon of the nation-state.

The real significance of genocide – as a potency of the modern nation state – is therefore that it acted as a catalyst for the human rights movement 1945-1948. It was the culturally unified nation-state, linked indissolubly to the potency for genocide, which created the momentum for human rights. The case of Germany in the 1940s is now taken as the almost symbolic salutary warning concerning this logic. The Nuremberg trials contributed – if ambiguously and open-endedly – to a perception of the lethal danger implicit in this form of human association. A parallel logic has developed in international law post-1945. This is something that has been reinvigorated in the language of the International Criminal Court. The court is premised on a profound apprehension over the potential activities of officials and groups within current nation-states. The concept of state crime has, in the last fifty years, thus made more leeway in international law circles in the same context.

Firstly, it is important to be clear that most advanced nation-states still contain deep commitments to human rights. The problem is rather embodied in the inherited code of cultural uniformity (in my reading this would include the

oblique progeny of nationalism, that is, multiculturalism). This is a genetic *potency* rather than a necessary *actuality*. In this case, the cultural group *can*, in certain circumstances, parasitize on core components of the state structure to seek uniformity. Such cultural singularity can be innocuous – even at times positive – but it also contains unpredictable costs. Through cultural uniformity neighbours, groups or regions, can band together for impressive projects of public works and mutual assistance. However, in other circumstances, the same neighbours, using the same latent cultural logic, can become genocidal fiends, capable of mass indiscriminate killing, sanctioned and assisted by crude state powers.

Thus, the paradox of cultural human rights in the 1990s, is that – even in the context of speaking of minority or indigenous group rights – the very same cultural logic and ontology is being invoked, as that of the late nineteenth or twentieth century national state. In fact, in the opening article of the ICCPR and ICESR, in 1966, it is not even the minority group which is being invoked, it is rather the *self-same* self-determining nation-state, which paradoxically is being given a human rights imprimatur, although discretely hidden under the weasel word ‘people’. As perceived in 1948, this cultural logic still contains, in all essentials, the genetic code of genocide.<sup>[26]</sup>

My argument therefore is that cultural human rights – in the manner that they have been articulated – summon the same underlying intrinsic logic as the nation-state. This latency is the catalyst which actually gave rise to human right in 1948, after the horrors of genocide were revealed. This presents a deep paradox for the contemporary observer of human rights. On the one hand, the current situation is a testament to the subtle power and influence of the nation-state and culturalist logic, such that it can permeate so pervasively into the core of debates about human rights. On the other hand, this should not surprise us too much since all human rights themselves are intimately related to the customary vernaculars of both the state tradition and citizenship. In many ways though there is a broader dialectic at work here, which embodies a struggle for the character of the state tradition. Human rights per se are part of a deep and troubled struggle at the heart of contemporary political association.

---

<sup>26</sup> An equivalent point arises with many of the recent obsessions of identity politics. Such demands embody the same understandings of humanity.

## Conclusion

Some suggest that we should simply view cultural human rights in the context of basic values of equality and non-discrimination; thus they are an uncomplicated and understandable extension of first generation civil rights. In this sense, the language of separate generations might be viewed as both spurious and unhelpful. There is *no* succession of generations. This latter judgment could mean two things. First, it might imply optimistically that all such rights should be integrated into one singular rich conception.<sup>[27]</sup> The second meaning is that there is absolutely no need for third generation cultural rights. It is an unhelpful ‘non-category’ which spoils a useful concept of human rights and is an example of the obstructive post-1945 proliferation of rights-talk. Indeed, such third generation cultural rights potentially undermine the good offices of first generation civil and political rights, and possibly even second generation social and economic rights, by prioritizing the group over the individual.<sup>[28]</sup>

My own critical conclusion would be to try and make the argument about human rights more coherent. This would entail a reaffirmation of the civil and social human rights as the core of the human rights perspective. This, in turn, entails a rejection of cultural human rights arguments as they have been developed from the nation-state tradition. This would also entail deep scepticism concerning the concepts of both nationalism and multiculturalism. Culture is one facet of a larger opaque picture of human idiosyncrasies. It is one of those artifices of human narrative which we can occasionally fixate upon and build up into a rich social imaginary. It can also often be a treacherous and stifling narrative, if given singular or holistic attention. It follows that when culture is given any *primary* role in human association or discussions about human rights it is more of a pollutant than a clarifier of categories.

---

27 See Henry Shue, *Basic Rights: Subsistence, Affluence and US Foreign Policy* (Princeton, Princeton University Press, 1980).

28 Standard individual rights can be especially significant for ethnic and religious minorities, particularly rights to freedom of association, freedom of assembly, freedom of religion, and freedom from discrimination, although once again, most human rights documents phrase this in terms of the individual’s right (as a member group).





# LOS DISCURSOS DEL CONFLICTO Y LOS CONFLICTOS DEL DISCURSO. ANÁLISIS INTERDISCURSIVO Y RETÓRICA CULTURAL

Tomás Albaladejo

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID

## 1. Sociedad, discurso, representación

La comunicación entre los seres humanos se lleva a cabo mediante discursos o mediante expresiones que actúan comunicativamente con función de discursos, como fue explicado en el ámbito de la lingüística del texto (Petöfi & García Berrio, 1979; Albaladejo, 1982). El filósofo español Juan Luis Vives situó la justicia (*iustitia*) y el lenguaje – lenguaje en discurso – (*sermo*) como los dos fundamentos de la sociedad humana (Vives, 1531: 47v; 1998: 90) y se ocupó de la función de la retórica en las sociedades libres, en las que es posible pronunciar libremente discursos. La fuerza del hablar en público se da en la democracia (“in populari imperio”): “In populari imperio quoniam quicquid multitudini est visum, id protinus habetur ratum, plurimum valet ad omnia vis dicendi.” (Vives, 1531: 47v). Para la convivencia del ser humano en la sociedad es necesario el discurso; la que llamo “the need for discourse”, la necesidad del discurso, caracteriza las relaciones entre quienes forman parte de una comunidad y expresan en ella sus ideas, sus opiniones, sus deseos, sus necesidades, sus temores, etc.

Los términos ‘texto’ y ‘discurso’ pueden ser utilizados como sinónimos, si bien el primero tiene una connotación estructural y el segundo una connotación pragmática, comunicativa. Por otro lado, la imagen que tenemos del texto es la de los límites de su construcción lingüística, mientras que la que tenemos del discurso va más allá de estos límites y puede llegar a confundirse

con la situación comunicativa o con el hecho comunicativo, al impregnar la totalidad de este hecho y envolver, si se tiene en cuenta el planteamiento del *lógos* que hace Aristóteles en su *Retórica* (Aristóteles, 1971: 1358a37-1358b8), al que habla, al oyente y aquello de lo que se habla. El discurso envolvente de la *Retórica* de Aristóteles está inserto en la sociedad y en las relaciones que en la misma mantienen por medio de aquél los seres humanos; es el discurso que éstos necesitan para su convivencia. El discurso es representación (Pitkin, 1972) y, como tal, incluye el referente, pero también a quien habla y a quien oye, al productor y al receptor, que están implicados en el discurso de tal modo que, como correspondencia a la impregnación discursiva que los abarca, están presentes en el discurso, al que se incorporan rasgos proyectados desde el orador y desde el oyente, desde el autor y desde el lector. Como representación, el discurso está en lugar de todo aquello que representa: una realidad efectiva o imaginaria, la intención comunicativa de su productor, la actitud interpretativa de los posibles receptores, la configuración de la sociedad, las conciencias de los comunicantes y de otros miembros de ésta. Pero, como representación que es, el discurso incluye también discursos representados en una construcción de metadiscursividad representativa que hace posible que las relaciones que, por medio de los discursos se dan en la sociedad, queden inscritas en los discursos en una construcción de metacomunicación.

El discurso como representación y como metarrepresentación manifiesta la realidad – efectiva e imaginaria – de la sociedad, con su diversidad, con su pluralidad y su diversidad y con sus confluencias y conflictos. El discurso contribuye así al conocimiento de la sociedad, es una vía de conocimiento de la realidad y también de la representación misma de la realidad; es manifestación de la sociedad y de su complejidad, de los conflictos en ella existentes entre diferentes ideas y posiciones, entre diferentes intereses y entre diferentes concepciones del mundo y de la propia sociedad. La pluralidad de la sociedad, que es fundamento de las confluencias y asimismo de los conflictos, se manifiesta en el discurso en su dimensión productiva y en su dimensión interpretativa. La polifonía, explicada por Mijail Bajtin como la pluralidad de voces que representa una pluralidad de conciencias (Bajtin, 1968: 12-13), es un medio de manifestación de la pluralidad de la sociedad, que se proyecta comunicativamente en la pluralidad de los discursos y de los conflictos que pueden darse entre los discursos por su diversidad de origen, de constitución y de finalidad. Pero la pluralidad también se manifiesta en el ámbito de la recepción y de la interpretación, en el que tiene lugar la poliacroasis (Alba-

ladejo, 1998), que es la pluralidad de audiciones e interpretaciones de un discurso. En la galaxia de discursos en medio de los cuales vivimos y por los cuales vivimos – “a galaxy of discourses we live by”, como las metáforas por las que vivimos (Lakoff & Johnson, 1980) – y sin la cual nuestra existencia y nuestra vida en la sociedad serían muy diferentes, quienes son productores discursivos intercambian continuamente su papel por el de receptores discursivos y éstos por el de aquéllos, en una dinámica de alternancia; las posibilidades bidireccionales y multidireccionales de los discursos están garantizadas en la praxis discursiva, de la que no forman parte solamente la producción y la recepción de discursos, sino también las respuestas a discursos, las transducciones (Doležel, 1990: 167-175) discursivas, como procesos de interpretación, transformación y transferencia, las críticas a los discursos, la inclusión de discursos en otros discursos, etc.

Las voces representan las actitudes y las posiciones de los personajes por medio de la intensionalización (Albaladejo, 1992: 27 ss.) – es decir, la transformación de la extensión en intensidad – de construcciones referenciales en conexión con la sociedad y los seres humanos que forman parte de ella. El estilo directo permite la representación literal de las manifestaciones comunicativas de los personajes. Como ha estudiado Bajtin, el componente ideológico de la novela contiene las ideas que en el componente ético son instauradas en los personajes de la novela y que en el componente verbal o estético son expresadas en las voces de los personajes (Bajtin, 1987: 40 ss.). Así, las voces de la novela y de la narrativa en general, pero también del poema y de la obra teatral, representan perspectivas (Baquero Goyanes, 1963; 1972) y están dispuestas para representar los posibles conflictos del discurso; éstos son de índole discursiva porque se encuentran en la sociedad que en parte es construida por los discursos mismos y es objeto de representación en el discurso. Las voces constituyen el medio más directo de manifestación de los conflictos, pero no son el único, ya que éstos pueden estar representados en la globalidad discursiva en la voz narrativa o en la voz autorial; aunque también puede producirse con estas voces la manifestación de la identidad de los personajes que hablan, ésta es establecida principalmente por la propia voz de éstos. Los conflictos están presentes en el discurso porque están presentes en la sociedad. Bajtin plantea la polifonía para explicar la novela y la relación de ésta con la sociedad (Bajtin, 1968; 1987; Albaladejo, 2003), sin embargo, dicho concepto puede ser aplicado a la comunicación retórica (Albaladejo, 2000) y a la comunicación en general que tiene lugar en la sociedad.

El conflicto es transferido en el proceso de producción comunicativa desde la sociedad a las voces, a los discursos, a la construcción polifónica que es la sociedad, por medio de la representación que constituyen los discursos. El conflicto se manifiesta en los conjuntos formados por diferentes discursos y también dentro de un mismo discurso.

## 2. Los discursos del conflicto

La necesidad del discurso que tiene el ser humano se da en los distintos órdenes de la vida. El discurso es necesario para el acuerdo, para la negociación, como también lo es para el desacuerdo, para el conflicto, que tiene su primera y más directa manifestación en el discurso. También para el paso del conflicto al acuerdo es necesario el discurso.

El discurso hace posible el ahormamiento de la realidad para su discursivización; gracias al discurso se produce la representación de aquélla, su manifestación en el lenguaje y su comunicación. La carencia del discurso es la negación de la comunicación en sociedad y la reducción drástica, incluso la eliminación, de las posibilidades de entendimiento, de comprensión, de asunción, de las distintas posiciones sobre la propia sociedad y sobre el propio ser humano. El discurso permite la objetivación de las diferencias de pareceres y de posiciones, por la plasmación de éstas en el *sermo*, pilar de la sociedad. La comunicación discursiva, por el intercambio que constituye, permite el conocimiento de las diferencias, junto a las coincidencias, y en definitiva el conocimiento del conflicto y de sus matices, y pone las bases para su tratamiento negociado y, eventualmente, para su solución. Todo conflicto se manifiesta en discursos que se enfrentan entre sí como voces de los sujetos de sus enunciaciones, es decir, de los productores de los discursos.

La relación dialéctica entre los discursos retóricos es una manifestación activa y dinámica del conflicto. Entre los discursos retóricos de género judicial, que son aquellos en relación con los cuales los oyentes deciden sobre hechos pasados (Aristóteles, 1971: 1358a37-1358b8), se establecen relaciones de carácter dialéctico; cada una de las partes que producen y comunican los discursos en una situación comunicativa actúa argumentativamente, probando sus tesis y refutando los argumentos de las tesis de la parte contraria. También los discursos de género deliberativo, que son los discursos en relación con los cuales los oyentes toman decisiones sobre hechos futu-

ros (Aristóteles, 1971: 1358a37-1358b8) se sitúan en una relación dialéctica dado que quienes los pronuncian defienden diferentes posiciones políticas en la sociedad, sobre las cuales actúan argumentativamente con pruebas y refutaciones. Incluso entre los discursos de género demostrativo o epidíctico, sobre los que los oyentes no toman decisiones (Aristóteles, 1971: 1358a37-1358b8), pero sí actúan adhiriéndose a sus planteamientos o rechazándolos, pueden establecerse relaciones dialécticas. Con distintos matices y con diferentes intensidades, los discursos retóricos constituyen, en los distintos géneros retóricos aristotélicos, expresiones de los conflictos que hay en la sociedad, por manifestarse en ellos posiciones, planteamientos, pareceres, etc. que se enfrentan entre sí en torno a la cuestión de la que se trata. La comunicación de discursos retóricos que se oponen entre sí constituye una situación de *agón* como duelo, competición y por tanto lucha puntual, como conflicto en una determinada situación sobre cuestiones concretas, si bien puede también manifestar en determinados casos una situación de *pólemos* como guerra o lucha continuada (Huizinga, 2008: 117 ss.; Schmitt, 2009: 60 ss.; Montoro Ballesteros, 2005). Ofrece gran interés al respecto el concepto de *trampa del tema específico* planteado por George Lakoff (Lakoff, 2011: 34 ss.; Pujante & Morales, 2009) como reconducción de las cuestiones objeto de comunicación a un tema constante y propio de la ideología de los grupos que se encuentran en conflicto discursivo. La trampa del tema específico puede constituir una proyección hacia el conflicto de *pólemos* de situaciones comunicativas inicialmente planteadas como conflicto de *agón* y una transformación en enfrentamiento global, como conflicto general, de lo que se plantea como un conflicto sobre cuestiones concretas, puntuales, en el *agón* de los discursos.

Todos los discursos que se producen en una determinada situación comunicativa – como es, por ejemplo, una sesión parlamentaria o una polémica sobre una obra literaria, de la que forman parte la obra, los textos críticos sobre ésta, las respuestas a estos textos, etc. – son, en su conjunto, un macrodiscurso. Los distintos macrodiscursos son, a su vez, componentes de un *macrodiscurso social*, de un discurso que abarca el conjunto de la comunicación discursiva de una sociedad, de una comunidad, pero que, en un mundo globalizado como el actual, también puede ser el conjunto de la comunicación global, una galaxia de discursos ilimitada. En el funcionamiento comunicativo de la sociedad es clave el macrodiscurso social formado por distintos discursos situados y activos en los diferentes ámbitos de la sociedad, en la

galaxia de significados producida por ésta y que, en cierto modo, configuran la propia sociedad en su diversidad y pluralidad. La polifonía, tanto de las situaciones comunicativas concretas como del conjunto de discursos de la sociedad, es de carácter macrodiscursivo, al proyectarse al macrodiscurso desde su posición de polifonía en un único discurso, sea éste un discurso retórico, una obra literaria o cualquier otra realización discursiva. Del mismo modo que la polifonía se hace macrodiscursiva, la poliacroasis, que en principio se entiende para cada uno de los discursos, se hace macrodiscursiva al serlo también del macrodiscurso, en el que se multiplica la poliacroasis de cada uno de los discursos.

En el conflicto actúan los discursos, tanto por el hecho de que en ellos se manifiesta el conflicto, como porque los discursos sostienen el conflicto, al contener en el ámbito semántico-extensional, en el macroestructural, en el microestructural y, por supuesto, en el pragmático, la representación del propio discurso y constituyen el medio en el que éste se desarrolla como proceso dialéctico. Son los discursos del conflicto los que lo mantienen en el ámbito comunicativo dialéctico, a la vez que ofrecen el instrumento, constituido por ellos mismos, que hace posible la matización de las posiciones en conflicto, el ponerse en el lugar del otro y en su correspondiente perspectiva, el intercambio de conocimiento e incluso, en la dialéctica de las posiciones de tesis y de antítesis, la síntesis, en el caso de que ésta se produzca, bien de un modo total, bien de un modo parcial.

Uno de los hechos más interesantes de la historia de España, y también del parlamentarismo español, es el de la elaboración de la Constitución de 1812 por las Cortes Generales y Extraordinarias reunidas en la ciudad de Cádiz, sitiada por los ejércitos napoleónicos durante la Guerra de la Independencia. Es en las Cortes de Cádiz donde surge la moderna oratoria política española. El conflicto se plantea a lo largo de las sesiones diarias que tienen lugar desde 1810 hasta la aprobación de la Constitución en 1812. Sirva de ejemplo el conflicto entre las posiciones y, por supuesto, entre los discursos del diputado Agustín de Argüelles y los de otros diputados a propósito del artículo 3º del proyecto de Constitución: “La soberanía reside esencialmente en la Nación, y por lo mismo le pertenece exclusivamente el derecho de establecer sus leyes fundamentales, y de adoptar la forma de gobierno que más le convenga” (DSCGE: 1870-1874, 28 de agosto de 1811: 1707), en el que Argüelles defiende que se mantenga la parte final: “(...) y de adoptar la forma de

gobierno que más le convenga”, y que de este modo quede expresado en la Constitución el derecho de la Nación a establecer su forma de gobierno:

La comision, con este escarmiento, y con el horrible y bárbaro atentado de Bayona, que arrastró á aquella infausta ciudad millares de hombres para comprometerlos con sus familias, no podía menos de introducir en el artículo una cláusula que recordase en todos tiempos que la independenciam de la Nacion debia ser tan absoluta, que á ella sola le tocasse adoptar la forma de gobierno que más le convinier. (...) Además, la comision quiso precaver el caso de que una intriga extranjera ó doméstica, apoyada en aquella, redujese á la Nacion á la esclavitud antigua escudándose con la Constitucion. (Argüelles, DSCGE: 1870-1874, 28 de agosto de 1811: 1709-1710).

Con el discurso de Agustín de Argüelles entra en conflicto el discurso de Francisco Xavier Borrull, que se opone a la cláusula:

Se trata de la soberanía, y se propone generalmente y sin limitacion alguna en este articulo, que pertenece á la Nacion el derecho de adoptar la forma de gobierno que más le convenga. (...) y V. M. mandó también en el célebre decreto de 24 de Septiembre, que jurasen el Consejo de Regencia y demás tribunales y cuerpos conservar el Gobierno monárquico del Reino; y así, no puede establecer ahora generalmente y sin limitacion alguna que la Nacion tiene derecho para adoptar la forma de gobierno que más le acomode. (Borrull, DSCGE: 1870-1874, 28 de agosto de 1811: 1710-1711).

Por otro lado, otro diputado, Francisco Mateo Aguiriano, obispo de Calahorra, expresa en su discurso, que entrega escrito al secretario de la Cámara, por el cual es leído:

Señor, a Fernando VII corresponde ser Monarca Soberano de las Españas; el solo imaginar la menor novedad en este punto esencial de nuestra Constitucion, me hace estremecer. (...)

Así, mi dictámen es que se borre de la Constitucion este artículo y artículos que declaren la soberanía de la Nacion, y todos cuantos estén extendidos sobre tal principio ó hagan alusion á él. (Obispo de Calahorra, DSCGE: 1870-1874, 28 de agosto de 1811: 1713).

Este último discurso entra en conflicto con los de los dos oradores anteriores, aunque coincide con el de Borrull en la supresión de la cláusula sobre

la decisión de la Nación a propósito de la forma de gobierno. Finalmente, el artículo 3º de la Constitución quedó aprobado en los siguientes términos: “La soberanía reside esencialmente en la Nación, y por lo mismo le pertenece exclusivamente el derecho de establecer sus leyes fundamentales” (CPME, 1999), con el mantenimiento de la declaración de que la soberanía reside en la Nación, pero con la supresión de la cláusula sobre la forma de gobierno que formaba parte del artículo en el proyecto de Constitución. Las convicciones ideológicas presentes en las Cortes de Cádiz entran en conflicto activo por medio de la pronunciación de los respectivos discursos, los cuales, como discursos del conflicto que son, al manifestar cada uno de ellos las posiciones políticas de los diputados que los pronuncian, manifiestan el conflicto ideológico existente en el conjunto de los diputados de las Cortes de Cádiz. Los discursos del conflicto se constituyen en su conjunto como una construcción polifónica en la cual se manifiesta la complejidad de la sociedad y, por medio del conocimiento de los discursos, se hace posible la orientación en la galaxia discursiva.

### **3. La interiorización discursiva del conflicto. Los conflictos del discurso**

Por el proceso de representación y por el resultado de éste, un discurso contiene la diversidad y pluralidad de la sociedad, las expresiones que polifónicamente la construyen, las cuales son expresiones por las que el posible conflicto entre distintos pareceres, puntos de vista, planteamientos, ideologías, es acogido en el interior del discurso gracias a la intensionalización. La interiorización de los conflictos en el discurso se constituye como una de las vías de la representación, por la que, en consonancia con la ruptura de la teoría del nivel de Erich Auerbach (1979), se tiende a la representación de la realidad de la sociedad en toda su complejidad. La expresión de los conflictos en el discurso es uno de los elementos lingüísticos que más intensamente contribuyen a la validez de la representación, por la transferencia al discurso de las complejas relaciones existentes en la sociedad. La obra literaria, como discurso en el que en la acción poética tiende a trasladar artísticamente a su interior los conflictos de la realidad, los acoge referencial, macroestructural y microestructuralmente, de tal modo que pueden llegar a ser ejes de su planificación y organización literarias. Ninguno de los géneros literarios es ajeno a esta plasmación de los conflictos en el arte de lenguaje, aunque las



obras en las que se da de manera más evidente son aquellas en las que aparecen las propias voces de los personajes, es decir, las obras narrativas y las obras teatrales, sin que se deba excluir las obras líricas, en las que también puede haber voces. Y es que la poesía no queda al margen de la representación discursiva literaria del conflicto, si bien en un gran número de casos es por medio de la representación del conflicto en la propia voz del sujeto de la enunciación, que se transfiere al poema como sujeto del enunciado (Lázaro Carreter, 1990: 15 ss.). Sirva de ejemplo el poema “Não me peçam razões” de *Os poemas possíveis* de José Saramago:

Não me peçam razões, que não as tenho,  
Ou darei quantas queiram: bem sabemos  
Que razões são palavras, todas nascem  
Da mansa hipocrisia que aprendemos.

Não me peçam razões porque se entenda  
A força de maré que me enche o peito,  
Este estar mal no mundo e nesta lei:  
Não fiz a lei e o mundo não aceito.

Não me peçam razões, ou que as desculpe,  
Deste modo de amar e destruir:  
Quando a noite é de mais é que amanhece  
A cor de primavera que há-de vir. (Saramago, 2005: 210)

El texto de Saramago representa el conflicto del sujeto del poema con el mundo, conflicto que es manifestado en la voz del poeta que expresa su desacuerdo con la realidad, su rebeldía ante ésta. Es discurso del conflicto que se configura literariamente como un poema en el que es expresado el conflicto, que poiéticamente se transforma en conflicto del discurso. Y es que entre los discursos del conflicto es necesario contar con aquellos en los que el sujeto de la enunciación se enfrenta a una situación injusta; los discursos de los responsables de ésta no se encuentran presentes, pero aparecen implícitos en la presentación que en el discurso de dicho sujeto se hace de la situación con la que se encuentra en conflicto y que es objeto de su denuncia. Es, entre otros muchos ejemplos, el caso de las alocuciones radiofónicas que, durante la Segunda Guerra Mundial, Thomas Mann grababa en Estados Unidos y eran emitidas desde Londres por la BBC para que pudieran ser

escuchadas en Alemania, posteriormente publicadas con el título *Deutsche Hörer* (Mann, 2004a). Como discursos contra Hitler y el nazismo, son discursos del conflicto en los que se presuponen el discurso y la realidad de aquél y del nazismo como antagonistas. También es el caso de *Indignez-vous!* de Stéphane Hessel, discurso que se sitúa activamente en contra de la deshumanización de la sociedad actual, en la que se han reducido los derechos sociales (Hessel, 2011); es un discurso del conflicto contra la injusticia y contra la indiferencia ante ésta. Estos discursos se constituyen como manifestación lingüística de los conflictos de la sociedad, que pasan a ser conflictos del discurso que es producido para representar y comunicar una situación conflictiva de su autor, del sujeto del enunciado, con una realidad con la que está en un desacuerdo que no quiere callar, sino expresar y comunicar.

En la novela, de acuerdo con la polifonía bajtiniana, en la medida en que es pluralidad de voces que expresa la pluralidad de las conciencias, se enfrentan las voces como manifestación del enfrentamiento existente entre las conciencias a las que corresponden las voces. Esta dialéctica polifónica se transfiere a la totalidad del discurso en el que es representado el conflicto, en el que éste es intensionalizado como lo es toda la extensión o referente del discurso. En *Doña Perfecta*, novela de Benito Pérez Galdós, el conflicto religioso e ideológico entre Pepe Rey y Doña Perfecta, así como de aquél con otros habitantes de la ciudad de Orbajosa, es manifestado por el conflicto entre sus voces, entre lo expresado por ella y lo expresado por él en varios diálogos:

– Pues no es más – añadió la señora – sino que cuando vuelvas a visitar nuestra hermosa Catedral procures estar en ella con un poco más de recogimiento.

– Pero ¿qué he hecho yo?

– No extraño que tú mismo no conozcas tu falta – indicó la señora con aparente jovialidad—. Es natural: acostumbrado a entrar con la mayor desenvoltura en los ateneos, clubs, academias y congresos, crees que de la misma manera se puede entrar en un templo donde está la Divina Majestad.

(...)

– Señora, yo juro a usted... Pero, en fin, mis ideas religiosas podrán ser lo que se quiera; pero acostumbro guardar compostura dentro de la iglesia. (Pérez Galdós, 1970: 438-439).

Pero el conflicto también es representado en la voz narradora y en los títulos de diversos capítulos de esta novela, de los que son ejemplo los siguientes: “La existencia de la discordia es evidente”, “La discordia crece”, “Aquí fue Troya”, “Un ‘casus belli’”, “La discordia sigue creciendo”, “Sigue creciendo, hasta que se declara la guerra”, “Combate terrible. Estrategia”.

En *Der Zauberberg* de Thomas Mann tienen un importante papel en cuanto al conflicto dentro del discurso y a su manifestación en el mismo de las discusiones entre los personajes Naphta y Settembrini, que constituyen un conflicto amable con elementos comunes que les permiten discutir sobre los elementos diferenciales. Sus discusiones son explicadas sintéticamente por Settembrini como disputas con amistad y con un gran acuerdo:

Ein Schweigen folgte. Die jungen Leute blickten betroffen vor sich hin. Nach einigen Schritten sagte Settembrini, der Kopf und Hals wieder in natürliche Stellung gebracht hatte:

»Sie dürfen sich nicht wundern, dieser Herr und ich, wir zanken uns oft, aber es geschieht in aller Freundschaft und auf Grund manchen Einverständnisses.« (Mann, 2004b: 521).

Una de las formas más interesantes de presencia del conflicto en el discurso es la representación de la pronunciación de discursos retóricos en una obra literaria. Estos discursos forman parte del referente y por su intensionalización son textualizados, son integrados en la obra como parte del discurso que ésta es en su conjunto. Especial interés presenta la incorporación al referente de la obra literaria de discursos retóricos de carácter parlamentario, por la situación comunicativa dialéctica que se constituye con éstos. Precisamente por ocuparse de un período de la historia de España en el que hubo una intensa actividad parlamentaria, el que va desde la Revolución de 1868 hasta la Restauración de 1874, la novela de Benito Pérez Galdós *España sin Rey*, de la quinta serie de sus *Episodios Nacionales*, presenta fragmentos que forman parte del discurso literario que es la novela o hace referencia a los discursos parlamentarios en los que se configura el conflicto entre quienes defendían la libertad religiosa y quienes eran contrarios a ella. Los discursos que hay dentro de la obra son el pronunciado por Manterola y el pronunciado por Castelar, el primero en contra de la libertad religiosa:

(...) don Nicolás María Rivero, con su voz ciclópea, dijo: “El señor Manterola tiene la palabra”:

A este sí había que oírle. Era la Monarquía legítima, era la Religión, era la Verdad, voz augusta que pronto habría de desvanecer y dispersar las gárrulas mentiras. Púsose en pie Manterola, requirió su manteo, desembarazó su garganta con ligera tosecilla y empezó su perorata con ademán grave y modesto, con palabra llana, fácil, sin otro defecto que una leve guturalización de las erres. De él se había dicho que era más tribuno que predicador, y que sus éxitos en el Congreso habrían de superar a los obtenidos en el púlpito. Y era verdad: Manterola se revelaba como un parlamentario hecho y derecho. ¡Con qué habilidad tocaba la delicada cuestión de creencias, sin herir las creencias o incredulidades del contrario! ¡Y qué arte puso en disimular la pesadez de la erudición eclesiástica! (Pérez Galdós, 1971: 281).

El discurso de Castelar es objeto de referencia y de él reproduce Pérez Galdós su famosa *peroratio*, tras presentar la situación comunicativa con la voz del narrador:

El maestro de la elocuencia no atacó la fe: tuvo la extraordinaria habilidad de rodear de veneración y respeto lo fundamental del Catolicismo. Su táctica era describir los inmensos males ocasionados por la intolerancia religiosa. Gran estrategia, sabía llevar al enemigo al terreno en que fácilmente pudiera destrozarlo. En esta maniobra avanzaba despacio, midiendo las cláusulas, graduando los efectos, graduando también las fuerzas que una tras otra al combate lanzaba. A medida que desarrollaba su plan, se iba creciendo; su voz ganaba en sonoridad rotunda, su actitud en desembarazo majestuoso... El interés y la atención del auditorio crecían de igual manera. (...) Y Castelar, como si con letras de fuego escribiera en los aires lo que decía, prosiguió así:

“Grande es la religión del poder; pero es más grande la religión del amor. Grande es la religión de la justicia implacable; pero es más grande la religión del perdón misericordioso; y yo, en nombre de esta religión, en nombre del Evangelio, vengo aquí a pedirlos que escribáis al frente de vuestro Código fundamental la libertad religiosa, es decir, Libertad, Fraternidad, Igualdad entre todos los hombres” (Pérez Galdós, 1971: 282).

El enfrentamiento dialéctico entre Manterola y Castelar, en tanto en cuanto forma parte del discurso que es la novela *España sin Rey* de Pérez Galdós, constituye un conflicto dentro del discurso, aunque este conflicto esté configurado a partir de la existencia de dos discursos en el referente y por medio de la correspondiente intensionalización de éste en el texto de la novela. Ésta es la forma en la que el conflicto que contiene el discurso se construye a partir de discursos del conflicto procedentes de la historia, al tratarse de una novela histórica en cuyo referente el autor, junto a seres, estados, procesos acciones e ideas dependientes de reglas de constitución referencial propias de modelo de mundo de lo ficcional verosímil, ha introducido seres, estados, procesos, acciones e ideas procedentes de la realidad efectiva, de la historia, y por tanto dependientes de reglas de constitución referencial propias de modelo de mundo de lo real, habiendo tomado del Diario de Sesiones de las Cortes los fragmentos del discurso de Castelar que reproduce literalmente. La capacidad de representación inherente a la actividad comunicativa humana hace posible que sea comunicada la propia comunicación, que sean incluidas en un discurso expresiones que pertenecen a otros discursos, en definitiva, que sea comunicado el comunicar mismo, en una relación de recursividad por la que es sostenida la comunicabilidad de toda actividad de comunicación. Por esa capacidad de representación, el conflicto propio de la polifonía constituida por los discursos parlamentarios se transfiere al interior del discurso que representa esa comunicación polifónica, en la que cada uno de los discursos es voz (sin descartar el estilo indirecto empleado por Pérez Galdós para referirse al discurso de Manterola), situada en el componente verbal o estético, que representa a través del componente ético, el de los personajes en los que se instauran las voces – los discursos—, el componente ideológico de la obra, que, como novela histórica que es, tiene parte de su referente constituido a partir de la realidad efectiva.

El conflicto en el interior del discurso narrativo es un soporte dinámico, un motor, del desarrollo de los acontecimientos de la narración; condiciona el funcionamiento narrativo del conjunto de seres, estados, procesos, acciones e ideas que forman el referente o estructura de conjunto referencial de la obra. Sin la polarización de los personajes dentro del conjunto de éstos o de los personajes frente a la realidad o a fuerzas externas, difícilmente se consigue la tensión que requiere la obra narrativa para su progresión desde un comienzo hacia un final. Los conflictos del discurso inciden así en la configuración narrativa y en el planteamiento de las polarizaciones y desenlaces.

Sin los conflictos discursivizados, transferidos al interior del discurso por la intensionalización del referente, no se podría contar con la tensión dinamizadora de la narración. El protagonista necesita uno o varios antagonistas para su participación en la tensión narrativa y para el relato es necesario el conflicto entre protagonista y antagonistas, entre personajes individuales, también entre personajes colectivos. Aquiles necesita a Héctor, los aqueos necesitan a los troyanos y Ulises necesita al Cíclope, a los pretendientes de Penélope y a todos sus antagonistas, como la *Ilíada* y la *Odisea* precisan de los conflictos entre los personajes o entre los grupos para su configuración narrativa. Hay, sin embargo, otras obras narrativas en las que los conflictos aparecen de manera menos directa o evidente, pero también están presentes; es el caso, por ejemplo, de *Der Mann ohne Eigenschaft* de Robert Musil, en el que el conflicto dialéctico entre Ulrich y Paul Arnheim alimenta las reflexiones y los diálogos de esta novela, a la vez que es sostenido por éstos. En el siguiente fragmento de la voz narradora: “Arheim nahm an, daß es ihm nicht schwer fallen würde, seinen Gegner auf irgendeine Weise unschädlich zu machen” (Musil, 2009, I: 539), Ulrich es presentado como ‘Gegner’ (adversario, antagonista) de Arnheim.

Al tratar de los conflictos del discurso no se puede dejar de prestar atención a la presencia del postconflicto en el discurso, como una situación en la que se prolonga el conflicto después de la finalización de éste como enfrentamiento explícito (Demaria & Wright, 2006; Goh & McGuirk, 2007). En el poema “Los andaluces” de *Libro de las alucinaciones* de José Hierro son representados el postconflicto y la actitud de quienes lo sufren, por medio de una relación dialéctica entre lo que exclaman y lo que podrían decir, pero no dicen, los presos políticos andaluces recluidos en la postguerra civil española en la prisión de El Dueso, en Santoña, frente al Mar Cantábrico, en la que también estuvo preso el propio poeta:

Decían: “Ojú, qué frío”;  
 No “Qué espantoso, tremendo,  
 injusto, inhumano frío”.  
 Resignadamente: “Ojú,  
 qué frío...” Los andaluces...

En dónde habrían dejado  
 sus jacas; en dónde habrían

dejado su sol, su vino,  
sus olivos, sus salinas.  
En dónde habrían dejado  
su odio... Parecían hechos  
de indiferencia, pobreza,  
latigazo... “Ojú, qué frío”.  
Tiritaban bajo ropas  
delgadas, telas tejidas  
para cantar y morir  
siempre al sol. Y las llevaban  
para callar y vivir  
al frío de Ocaña y Burgos,  
al viento helado del mar  
del Dueso... Los andaluces...

Éstos que están esperando,  
desde Huelva hasta Jaén,  
desde Jaén a Almería,  
junto a las plazas de cal  
y noche, deben de ser  
hijos de aquéllos. (...) (Hierro, 1998: 124-125)

El que digan “Ojú, qué frío” y no “Qué espantoso, tremendo, injusto, inhumano frío” es planteado por el poeta como una expresión del postconflicto que forma parte del poema, expresión en la que se focaliza el desánimo de los vencidos en el conflicto, a la vez que la persistencia de éste en forma de postconflicto.

#### **4. Discurso, conflicto y análisis interdiscursivo. La función de la Retórica cultural**

El carácter transversal de las relaciones entre discurso y conflicto, que conciernen a la literatura y a los discursos no literarios, a distintas clases de discursos, a la relación entre la sociedad y los discursos, abre el objeto de estudio a un análisis y una explicación desde una perspectiva que tenga en cuenta las relaciones transversales entre los discursos, la transversalidad interdiscursiva. En este sentido, el análisis interdiscursivo puede aportar al conocimiento del objeto de estudio un instrumental formado por aportaciones de

procedencia de la Teoría y la Crítica literarias, la Literatura Comparada, la Retórica, la Lingüística Textual y otras disciplinas relacionadas con el ámbito discursivo y con las clases de discursos (Albaladejo, 2008). La metodología del análisis interdiscursivo cuenta con varios niveles o etapas, que van desde el análisis de discursos concretos al análisis de los géneros literarios y clases de discursos y al de las propias disciplinas que se ocupan de los discursos, de tal modo que examinar discursos de distintos géneros o clases implica tomar en consideración su pertenencia a género o clase discursiva y su proyección hacia la reflexión metateórica sobre el estudio de los discursos. Las relaciones transversales interdiscursivas están presentes en un gran número de discursos y han sido estudiadas atentamente en el discurso retórico y en el discurso literario (Chico Rico, 1987). Así, existe una correspondencia interdiscursiva entre el poema de Saramago “*Não me peçam razões*” e *Indignez-vous* de Hessel, por ser ambos discursos, uno literario y otro no literario, expresión en la que coinciden el sujeto del enunciado y el sujeto de la enunciación, el cual representa su rechazo a una situación con la que no está de acuerdo, con la que se encuentra en conflicto, estando, sin embargo, explícita la función conativa en el discurso del autor francés. El análisis interdiscursivo también abarca el estudio de la relación entre los discursos que son pronunciados en una situación comunicativa real como es una sesión parlamentaria y la inclusión de discursos retóricos, tanto realmente pronunciados como contruidos por el autor de la obra como parte de la ficción; la transformación de conjuntos de discursos, independientes aunque relacionados entre sí, en parte de un discurso, como macrodiscurso en el discurso, implica una intensificación de la transversalidad interdiscursiva. La presencia del conflicto en la narrativa, en la poesía, en el teatro, en el ensayo, en el discurso retórico, etc. sitúa las relaciones del discurso con el conflicto, así como con el postconflicto, en el campo de las relaciones interdiscursivas, contando con una base o un núcleo de polarización que, desde la realidad, desde la sociedad, a través de su representación, se inserta dinámicamente en los discursos y contribuye a su organización y a su fundamentación simbólica y representacional.

A partir de las relaciones interdiscursivas y del correspondiente análisis interdiscursivo, la Retórica cultural (Albaladejo, 2009) se presenta como un instrumental y una vía de explicación de los discursos literarios y no literarios a partir de su consideración como construcciones culturales y su vinculación con las demás construcciones culturales, y asimismo de sus implicaciones sociales y políticas, atendiendo especialmente al componente persuasivo



(persuasivo-convincente), activado en la producción y reconstruido hermenéuticamente en la recepción de aquéllos. La Retórica cultural se ocupa de la función cultural de los discursos y de los elementos culturales de las obras literarias, los discursos retóricos y todo tipo de discursos. La Retórica cultural estudia, entre otros aspectos de los discursos, el uso de los recursos expresivos, dispositivos culturalmente construidos y asumidos, y su incidencia en dicho componente; así, la anáfora “Não me peçam razões” en el poema antes citado de Saramago o la *sermocinatio* “Ojú, qué frío” de “Los andaluces” de José Hierro actúan al servicio del componente persuasivo-convincente a través del cual el receptor acepta la condición cultural de dichos recursos y se vincula con su interpretación al productor. La Retórica cultural también se ocupa de la imagen cultural que se tiene de los discursos en la sociedad, de tal modo que permite explicar por qué los lectores de una obra como *España sin Rey* conectan los discursos incluidos en la obra con la práctica parlamentaria. Las convenciones discursivas, que conciernen interdiscursivamente a las obras literarias y a muchas clases de discursos, con sus fórmulas rituales en la comunicación, son otro de los aspectos de interés para la Retórica cultural. Además, la Retórica cultural estudia el discurso como construcción de la identidad y de los distintos aspectos de ésta, como puede ser la ideología o la pertenencia a un determinado grupo; en este sentido, contribuye al conocimiento de los productores, de los sujetos de la enunciación y de los sujetos del enunciado (o sujetos en el enunciado en los casos de comunicación dentro del discurso) en cuanto a sus ideas, conciencia de la realidad, conciencia de posición en cuanto a las propias ideas y a las de los demás, etc.

En el caso de la relación entre discurso y conflicto, la propia naturaleza dialéctica de la Retórica dota a la Retórica cultural de un arsenal metodológico de primer orden para el estudio de la argumentación y de todos los recursos dialécticos que con ésta son activados. El funcionamiento como *ágon* del conflicto que es representado por los discursos retóricos es objeto de la Retórica cultural, con especial atención al ritual cultural de su comunicación; y aquélla intenta dilucidar el funcionamiento agónico de todo tipo de discursos.

El conflicto y asimismo el postconflicto se muestran así como realidades necesariamente conectadas con el discurso y potenciadoras de la transversalidad de los discursos, a la vez que el discurso es imprescindible para la manifestación, la comunicación y la comprensión del conflicto y del postconflicto,

abriéndose en su pluralidad y diversidad a la representación de su complejidad y a la comunicación de la misma.

(Este trabajo es resultado de la investigación llevada a cabo en el proyecto de I+D+i “Retórica cultural”, de referencia FFI2010-15160, concedido por la Secretaría de Estado de Investigación del Ministerio de Ciencia e Innovación de España).

## Referencias

- ALBALADEJO, Tomás (1982), “On Text Linguistic Theory”, in János S.Petöfi (ed.), *Text versus Sentence Continued*, Buske, Hamburgo, pp. 1-15.
- ALBALADEJO, Tomás (1992), *Semántica de la narración: la ficción realista*, Madrid, Taurus.
- ALBALADEJO, Tomás (1998), “Polyacroasis in Rhetorical Discourse”, *The Canadian Journal of Rhetorical Studies / La Revue Canadienne d'Études Rhétoriques*, 9, pp. 155-167.
- ALBALADEJO, Tomás (2000), “Polifonía y poliacroasis en la oratoria política. Propuestas para una retórica bajtiniana”, in Francisco Cortés Gabaudan, Gregorio Hinojo Andrés & Antonio López Eire (eds.) (2000), *Retórica, Política e Ideología. Desde la Antigüedad hasta nuestros días*, Logo, Salamanca, pp. 11-21.
- ALBALADEJO, Tomás (2003), “Mijail Bajtin: Poética / política y novela / sociedad. El problema de la representación (Notas en la literatura española)”, in Bénédicte Vauthier & Pedro M. Cátedra (ed. al cuidado de), *Mijail Bajtín en la encrucijada de la Hermenéutica y las Ciencias Humanas*, Salamanca, SEMYR, pp. 191-211.
- ALBALADEJO, Tomás (2008), “Poética, Literatura Comparada y análisis interdiscursivo”, *Acta Poetica*, 28, 2, pp. 247-275.
- ALBALADEJO, Tomás (2009), “La poliacroasis en la representación literaria: un componente de la Retórica cultural”, *Castilla. Estudios de Literatura*, nueva época, 1, pp. 1-26, disponible en <http://www5.uva.es/castilla/wp/wp-content/uploads/2009/11/Albaladejo-Tom%C3%A1s.-La-poliacroasis-en-la-representaci%C3%B3n-literaria2.pdf>, consultado el 25/10/2010.
- ARISTÓTELES (1971), *Retórica*, trad. y ed. bilingüe griego-español Antonio Tovar, Madrid, Instituto de Estudios Políticos.
- AUERBACH, Erich (1979), *Mimesis. La representación de la realidad en la literatura occidental*, trad. I. Villanueva y E. Imaz, México, Fondo de Cultura Económica [1942].

- BAJTIN, Mijail [BACHTIN, Michail] (1968), *Dostoevskij. Poetica e stilistica*, trad. Giuseppe Garritano, Torino, Einaudi.
- BAJTIN, Mijail [BAKHTINE, Mikhaïl] (1987), *Esthétique et théorie du roman*, trad. Daria Olivier, París, Gallimard.
- BAQUERO GOYANES, Mariano (1963), *Perspectivismo y contraste (De Cadalso a Pérez de Ayala)*, Madrid, Gredos.
- BAQUERO GOYANES, Mariano (1972), *Temas, formas y tonos literarios*, Madrid, Prensa Española.
- CHICO RICO, Francisco (1987), *Pragmática y construcción literaria. Discurso retórico y discurso narrativo*, Alicante, Universidad de Alicante.
- CPME (1999), *Constitución Política de la Monarquía Española promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812*, edición fotostática de la reimpresión en la Imprenta Nacional de Madrid, año de 1820, prólogo de Eduardo García de Enterría, Madrid, Civitas.
- DEMARIA, Cristina & Colin WRIGHT (2006), *Post-Conflict Cultures. Rituals of Representation*, London, Zoilus Press.
- DSCGE (1870-1874), *Diario de Sesiones de las Cortes Generales y Extraordinarias*, Madrid, Imprenta de J. A. García y Biblioteca Virtual Constitución 1812 de la Fundación Centro de Estudios Constitucionales 1812:  
[HTTP://WWW.CADIZ2012.ES/DIARIO\\_CAL.ASP?ID=2](http://www.cadiz2012.es/diario_cal.asp?id=2), consultado el 25/10/2010.
- DOLEŽEL, Lubomír (1990), *Occidental Poetics. Tradition and Progress*, Lincoln, University of Nebraska Press.
- GOH, Constance & Bernard McGUIRK (eds.) (2007), *Happiness and Post-Conflict*, Nottingham, Critical, Cultural and Communication Press.
- HESSEL, Stéphane (2011), *¡Indignaos!*, trad. Telmo Moreno Lanaspá, Barcelona, Destino.
- HIERRO, José (1998), *Libro de las alucinaciones*, edición de Dionisio Cañas, Madrid, Cátedra, 4ª ed. [1964].
- HUIZINGA, Johan (2008), *Homo ludens*, trad. Eugenio Imaz, Madrid, Alianza [1938].
- LAKOFF, George (2011), *Puntos de reflexión. Manual del progresista*, trad. Judith Wells, Barcelona, Península, reimpresión.
- LAKOFF, George & Mark JOHNSON (1980), *Metaphors we live by*, Chicago, Chicago University Press.
- LÁZARO CARRETER, Fernando (1990), *De poética y poéticas*, Madrid, Cátedra.
- MANN, Thomas (2004a), *Oíd, alemanes...*, trad. Bernardo Moreno, Barcelona, Península [1945].
- MANN, Thomas (2004b), *Der Zauberberg*, Frankfurt am Main, Fischer [1924].
- MONTORO BALLESTEROS, Alberto (2005), "La aleatoriedad en el derecho y el problema de la justicia", *Anales de Derecho. Universidad de Murcia*, 23, pp. 71-102.

- MUSIL, Robert (2009), *Der Mann ohne Eigenschaften*, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt [1930-1943].
- PÉREZ GALDÓS, Benito (1970), *Doña Perfecta*, in Benito Pérez Galdós, *Obras Completas. Novelas*, Madrid, Aguilar [1876].
- PÉREZ GALDÓS, Benito (1971), *España sin rey*, in Benito Pérez Galdós, *Obras Completas. Episodios Nacionales*, IV, Madrid, Aguilar [1908].
- PETÖFI, János S. & Antonio GARCÍA BERRIO (1979), *Lingüística del texto y Crítica literaria*, Introducción de Hannes Rieser, trad. de los textos de János S. Petöfi y Hannes Rieser de Tomás Albaladejo, Madrid, Comunicación.
- PITKIN, Hannah Fenichel (1972), *The Concept of Representation*, Berkeley, University of California Press.
- PUJANTE, David & Esperanza MORALES (2009), “Los aspectos argumentativos de las respuestas de Rajoy a un grupo de ciudadanos en el programa de televisión española Tengo una pregunta para usted”, *Oralia. Análisis del Discurso Oral*, 12, pp. 357-390.
- SARAMAGO, José (2005), *Poesía completa*, Madrid, Alfaguara.
- SCHMITT, Carl (2009), *El concepto de lo político*, trad. Rafael Agapito, Madrid, Alianza [1932].
- VIVES, Juan Luis (1531), *De causis corruptarum artium*, tomo I de *De disciplinis libri XX*, Amberes, Michael Hillenius.
- VIVES, Juan Luis (1998), *El arte retórica. De ratione dicendi*, estudio introductorio de Emilio Hidalgo-Serna, edición, trad. y notas de Ana Isabel Camacho, Barcelona, Anthropos [1532].

# LAS IDENTIDADES DEL CONFLICTO EN LAS DEMOCRACIAS MODERNAS

Ángel Rivero

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE MADRID

Al contrario de lo que sostienen el nacionalismo, el multiculturalismo, el racismo, el etnicismo y muchas otras ideologías, las identidades colectivas no preexisten a la toma de conciencia, no son resultado de que uno descubra aquello que es, sino que son resultado de la identificación, esto es, de una elección voluntaria y revisable. La *identidad* hace pues referencia a la auto-identificación y por tanto sólo los seres conscientes y reflexivos –las personas- y sólo las instituciones compuestas por personas, como Estados, asociaciones, organizaciones y clubes tienen identidad. Una persona tiene identidad cuando se auto-identifica y por eso decimos que las personas que se identifican con otros –artistas, celebridades, líderes políticos o charlatanes- carecen de personalidad, porque no se identifican con ellos mismos, se niegan y carecen de auto-estima. Por su parte, una institución tiene identidad cuando sus miembros no sólo la distinguen de otras instituciones, sino cuando también pueden verbalizar aquello que la hace diferente, aquello que constituye su seña de identidad. Así, por ejemplo, un territorio, una narración nacional y también, y sobre todo, un proyecto político con el cual se identifican sus miembros.

Los humanos tienen pues una identidad personal que les distingue de los demás, en general, e identidades colectivas, que les identifican como miembros de grupos humanos y que distinguen a unos grupos de otros. Entre estas

últimas, la identidad nacional es sobresaliente en las sociedades modernas y la identidad religiosa en las sociedades tradicionales. Además existen otras identidades colectivas con relevancia política: la clase, la etnia, la lengua, el género, la región, la localidad. Puesto que las identidades colectivas son muy importantes para la identidad personal, el lugar que éstas ocupen en la esfera pública se ha convertido en un tema político. La cuestión hace referencia a si las identidades colectivas distintas de la identidad nacional debe tener un lugar en el espacio público o si, por el contrario, deben permanecer en el terreno privado de la identidad personal. Lo que subyace a esta cuestión es la presunción de que la identidad nacional no es sino el resultado de la identificación de los miembros de una comunidad política como ciudadanos y, por lo tanto, constituye una identidad colectiva neutral culturalmente y que, por tanto, integra a todos los miembros de una comunidad política como sujetos iguales de derechos y obligaciones. Para algunos, abrir el espacio público a la expresión de determinadas identidades colectivas que no operan bajo el principio de la igualdad de derechos y la “neutralidad cultural” iría en detrimento de la libertad civil y política de los ciudadanos. Quienes sostienen este modelo de gestión pública son denominados republicanos (en su sentido francés). Sin embargo, los defensores del derecho de los miembros de grupos con identidad colectiva a su expresión y promoción en el espacio público alegan que la identidad nacional no es neutral culturalmente sino que es expresión de una mayoría cultural o de una cultura hegemónica y que privar de acceso al espacio público a la expresión de identidades colectivas diferentes es una forma de “dominación cultural”. Quienes defienden la emancipación de las culturas dominadas mediante su reconocimiento como sujetos colectivos de derechos son denominados “multiculturalistas”. Creo que ambas posiciones son radicales y, por tanto, equivocadas, pero el hecho cierto es que el conflicto sobre las identidades y su expresión en la esfera pública existe. Es por esto que en las sociedades democráticas contemporáneas se habla de “políticas de la identidad”, y con esta dominación se cubre dicho conflicto de identidades en el espacio público y también la gestión política del reconocimiento de las identidades colectivas.

Como ha señalado Zygmunt Bauman,

la identidad no merece pensamiento alguno cuando *pertenecer* resulta natural, cuando no requiere luchar por ello, ni ser ganado, reclamado o defendido (...) Esa pertenencia que hace redundante cualquier preocu-

pación acerca de la identidad sólo es posible (...) en un mundo *confinado localmente* (...). En tales *minimundos*, estar *aquí* se siente de una manera evidentemente distinta de estar *allí fuera* y el paso de aquí a allí raramente se da, si se llega a dar (Bauman, pp.51-52)

Ahora bien, el signo de la modernidad es el incremento del volumen y del alcance de la movilidad y esto hace que los *minimundos*, nos dice Bauman, se debiliten:

por la misma razón, la modernidad también es una época de totalidades supralocales, de *comunidades imaginadas* aspirantes o sostenidas por el poder, de construcción de naciones y de identidades culturales fabricadas, postuladas y edificadas. (Bauman, p.52).

En suma, la pregunta por la identidad es una pregunta exclusiva de las sociedades modernas, reflexivas, y no de las sociedades tradicionales, cerradas. Ahora bien, el mundo en el que vivimos ya no puede dar por sentada tal división: ya solo hay sociedades más o menos modernas en las que las identidades adscriptivas y las electivas están mezcladas, en ocasiones de forma violenta.

Así pues, es la fluidez de las pertenencias modernas la que genera la pregunta por la identidad:

la identidad *personal* confiere significado al *yo*. La identidad *social* garantiza ese significado y, además, permite hablar del *nosotros*, en el que se puede albergar, descansar a salvo e, incluso, sacudirse sus ansiedades un *yo* que, de otra manera, resultaría precario e inseguro (Bauman, p. 54)

Sin embargo, como ha señalado Kathrin Woodward, al estudiar la identidad es necesario tomar una serie de cautelas. La primera es que es un concepto relacional y precisa analizarse junto a la *diferencia*; en segundo lugar, ha de evitarse el peligro del esencialismo, esto es la idea de que la identidad es algo fijo e inmutable bien a través de una historia construida como verdad permanente, bien a través de la naturalización de la identidad mediante el concepto de raza o etnicidad (Woodward, p.12). Así pues, debe quedar claro que las identidades modernas no preexisten al proceso de identificación de los sujetos, pero realizan la función necesaria de aliviar el aislamiento de los individuos, de dar seguridad y permanencia a su identidad personal y de

permitir la cooperación referida al conjunto de los miembros o a la sociedad como un todo. Estos son los aspectos positivos de las identidades colectivas. El problema radica en que algunas identidades colectivas no se relacionan de forma pacífica con las otras identidades presentes en la sociedad, entonces sobreviene el conflicto.

Denomino identidades del conflicto son aquellas cuyo núcleo de identificación consiste en la oposición violenta a otras identidades sociales. Esto es, las identidades del conflicto son aquellas que no solo satisfacen la necesidad identitaria de los sujetos que la suscriben sino que prescriben tal identidad para aquellos que no la han elegido o que declara enemigos a aquellos que no participan de la misma. Este tipo de identidades, por tanto, representan una amenaza directa al respeto de los derechos de las personas de las sociedades democráticas. La cuestión es sencilla y tiene la forma de un juego de suma cero: las identidades del conflicto exigen ser reconocidas como identidades públicas, no sólo como elecciones individuales, y al mismo tiempo, se demanda que tal reconocimiento implique la aceptación de tal identidad no sólo por el grupo sino por la sociedad toda en detrimento de las otras identidades sociales. Esto es, la identidad del conflicto solo entiende su reconocimiento válido como la eliminación de tal reconocimiento a otras identidades colectivas presentes en la misma sociedad. Lo que pide y gana, es lo que a otros se les quita y pierden.

Así pues, la pregunta que quiero responder en este artículo es ¿cómo se puede responder de forma democrática al desafío que plantean a la democracia las identidades conflictivas? ¿Cómo se puede satisfacer el derecho al reconocimiento de las identidades plurales de la sociedad cuando éstas exigen limitar este derecho a otras identidades?

Para abordar la pregunta que quiero responder es necesario que me refiera brevemente a un presupuesto que es necesario discutir. Algunos autores como Huntington, cuando hablaba de un choque de civilizaciones o Fukuyama, en su fin de la historia, declararon que finalizada la Guerra Fría, las amenazas para la democracia (occidental) ya no vendrán del conflicto interno generado por la rivalidad ideológica sino de identidades culturales no occidentales que serán movilizadas políticamente contra los valores de la civilización occidental (vid. Huntington y Fukuyama). Estas identidades son definidas como conflictivas porque su expresión significa la negación de la modernidad de la que la democracia forma parte esencial. Las identidades del conflicto son principalmente el nacionalismo (étnico) y el fundamenta-



lismo religioso y, en la visión de estos autores, son vistas como identidades pre-modernas que, en Huntington, resurgen con el propósito de destruir la modernidad o, para Fukuyama, existen marginalmente en las sociedades modernas porque satisfacen una necesidad de pertenencia que el mundo moderno de los individuos aislados no cubre. Así pues, estas sub-ideologías identitarias son para Fukuyama formas patológicas parasitarias del desarrollo pleno de una modernidad que promete individualismo pero también soledad.

La denominación “fundamentalismo religioso” hace referencia a aquellos movimientos que hacen uso en el presente de la teología política, esto es, que entienden que la sociedad tiene en su origen un fundamento religioso del que emanan prescripciones de carácter universal contenidas en un libro sagrado o revelación de la divinidad. Del proyecto de hacer que la sociedad se acomode a su fundamento religioso viene fundamentalismo. Así pues, el fundamentalismo religioso tiene una dimensión moderna: forma parte de la política ideológica, la política dirigida no a la gestión del conflicto sino al desarrollo de un proyecto. Aunque, al usar el lenguaje de la teología política, su apariencia pudiera confundirse con el tradicionalismo. Este fundamentalismo religioso puede manifestarse de dos maneras principales. Una llamada pasiva es cuando el grupo de creyentes decide aislarse del mundo para vivir en acuerdo con la revelación. Los grupos anabaptistas conservadores, menonitas y amish, constituyen ejemplos pintorescos de esta posición. La otra es el fundamentalismo activo que, al ser una ideología con pretensiones de imponerse en toda la sociedad, es necesariamente conflictiva. De este tipo son el islamismo y algunos movimientos de tipo cristiano, judío e hindú.

La otra ideología del conflicto, el nacionalismo, tiene un credo igualmente exclusivo. La nación es concebida como una comunidad natural que preexiste a la organización política de las sociedades y que tiene unos derechos superiores a cualquier ordenamiento positivo. Esto es, la nación es soberana y los individuos deben plegarse a ella. Como el criterio de pertenencia a la nación es etno-cultural, las exigencias sobre los individuos son muy altas y aquellos que no encajen en un molde tan rígido serán objeto de la limpieza étnica, del genocidio, de la exclusión o, en el mejor de los casos, de la asimilación.

Ciertamente, las tesis de Huntington y de Fukuyama pueden parecer bastante groseras y exigen algunos matices. En primer lugar, Huntington habla de choque de civilizaciones y no de choque cultural. Sin embargo los conflictos entre civilización y cultura constituyen la columna vertebral del conflicto

europeo de los últimos cuatrocientos años: el conflicto entre modernizadores secularistas y conservadores religiosos. El choque de civilizaciones no nos cuenta nada nuevo, es nuestra historia occidental ampliada al mundo completo. Sin embargo, es contundente el uso que hace de la palabra civilización. Civilización es siempre el proyecto de transformar en un sentido positivo, civil, un mundo que se considera bárbaro. El hecho es que no tenemos proyectos civilizatorios enfrentados. Lo único que tenemos, en todo el planeta Tierra, es el proyecto civilizatorio de una modernidad capitalista con o sin instituciones democráticas y los proyectos de aquellos que se resisten alegando la defensa de su cultura o por otros motivos. No hay un choque de civilizaciones sino movimientos de resistencia frente a la única civilización. Esto tiene su continuación en lo que dice Fukuyama. En su descripción la imaginación social y política del mundo ya está agotada y el único horizonte cierto para todos los hombre es el de la civilización que acabo de referir. En sus palabras: una atractiva combinación de consumo y democracia liberal que, sin embargo, nos promete un gran aburrimiento. Para Fukuyama el fundamentalismo religioso y el nacionalismo étnico son las únicas resistencias que encuentra este mundo global, que podemos abandonar sumergiéndonos en el conflicto pre-moderno pero que no podemos trascender.

Sin embargo, en mi opinión y frente a lo que dicen los autores reseñados, tanto el fundamentalismo religioso como el nacionalismo étnico no deben ser entendidos como resistencias al proyecto moderno sino como respuestas al fracaso del proyecto moderno. Esto es así porque ni uno ni otro son encarnación de movimientos generados en sociedades tradicionales con la forma de la resistencia sino que forman vanguardias violentas y agresivas en aquellos sitios en los que las promesas de la modernidad sólo se han cumplido para destruir la sociedad tradicional pero no para crear un mundo mejor, feliz o más justo. Esto es, el fundamentalismo religioso y el nacionalismo étnico no son movimientos de resistencia, son movimientos alternativos cuya dimensión más visible es la negativa, la destrucción de la sociedad moderna fracasada, pero cuya dimensión positiva es nihilista porque la sociedad tradicional ya no existe.

Si estoy en lo cierto, los errores de conceptualización de Huntington y Fukuyama pueden dar lugar a equívocos peligrosos. El más obvio es pensar que estas identidades del conflicto desaparecerán si la modernidad persiste y la secularización alcanza a todos los individuos del planeta. Por el contrario, si estoy en lo cierto, el fracaso de la modernidad en la mayor parte de un

tercer mundo que no se ha acercado al mundo moderno –no se ha beneficiado de sus promesas- pero que ha abandonado la seguridad de la sociedad tradicional -ha pagado un precio terrible-, producirá la movilización nihilista contra la modernidad de una forma cada vez más amplia y violenta.

Este presupuesto, la idea de que la persistencia de la modernidad resolverá el conflicto de las identidades es el núcleo de la ideología de la civilización. Se sintetiza en el prejuicio occidental de que la modernidad alcanzará una fase superior en la que:

- el conflicto en general, también el de identidades, desaparecerá dando lugar a una sociedad no conflictiva.
- Lo que presupone, por tanto, que las identidades colectivas en general son necesariamente pre-modernas (forman parte del pasado, son anacrónicas) y conflictivas. Esto es, desaparecerán con el desarrollo de la modernidad y son incompatibles con la democracia.

Esto es, según esta visión las identidades colectivas forman parte del mundo pre-moderno y la modernización es el proceso en curso de sustitución de esas identidades colectivas por la afirmación de una identidad individual. Es más, el tránsito de las identidades colectivas a la afirmación del individuo es visto como un progreso que puede ser evaluado de forma objetiva: si alcanzamos una sociedad de individuos sin identidades colectivas, entonces el conflicto desaparecerá y llegaremos al fin de la historia.

Richard Dawkins, el polémico defensor del evolucionismo y del materialismo como un antídoto contra la religión; de la ciencia como enemiga de la superstición, sostiene este punto de vista en relación a la modernidad como abolición de las identidades colectivas. Para él, la raíz de todos los males es la religión. Si esta desapareciera, los conflictos sociales desaparecerían. En su visión parece que el valor sobresaliente de la ciencia no es mejorar nuestras vidas sino librarnos de la religión. Si esto sucediera, viviríamos en un mundo feliz. Así nos dice:

“Imagine, with John Lennon, a world with no religion. Imagine no suicide bombers, no 9/11, no 7/7, no crusades, no witch-hunts, no Gunpowder Plot, no Indian partition, no Israeli/Palestinian war, no Serb/Croat/Muslim massacres, no persecution of Jews as *Christ-killers*, no Northern Ireland troubles, no honour killings”

Para Dawkins, el mundo sin religión sería un mundo sin conflictos o, al menos, sin los peores conflictos que asolan a la humanidad. En todo caso, sería un mundo de progreso y de libertad.

Parece algo sorprendente cómo alguien que ha dedicado su vida a la ciencia pueda pensar que los crímenes contra la humanidad se explican por las justificaciones que nos han dado los criminales que los han perpetrado. Cuando la religión tenía prestigio social o allí donde la religión tiene prestigio social, esta se utiliza para justificar los peores males pero donde el recurso de la religión no funciona para legitimar el crimen se utilizan otras cosas, por ejemplo la ciencia. Así, en nombre de la ciencia social se han asesinado a millones en el siglo XX. Dawkins podría haberse dado cuenta de que la ciencia puede utilizarse como ideología.

Pienso, por tanto, que Dawkins está equivocado y es por ello que ha de recordarse que el conflicto forma parte constitutiva de la vida humana y que es, sencillamente imposible de abolir sino es acabando con la condición humana. Ciertamente se ha intentado científicamente la construcción del hombre nuevo, pero no ha funcionado. El conflicto es tan natural en los hombres como el miedo, la felicidad, el sufrimiento o la alegría. El conflicto no puede abolirse, ni siquiera es deseable su abolición. El conflicto debe gestionarse. En particular, la democracia moderna no tiene como fin acabar con el conflicto sino, como señaló James Madison, controlar sus efectos. La razón de que el conflicto no deba abolirse es muy sencilla: el precio que habría de pagarse para eliminarlo sería sacrificar “la libertad esencial para su existencia” (Madison, p.54). No vale la pena. Aunque algunos sin embargo piensan que sí e incluso acusan a Dawkins de tentaciones totalitarias, en nombre de la ciencia.

Conflicto significa choque de elementos contrarios, discordia, antagonismo, oposición, en fin, lucha entre poderes diversos con intereses antagónicos. Puesto que las sociedades modernas son sociedades pluralistas, esto es, que admiten la pluralidad y la diversidad en su seno, el conflicto es su situación natural. Es por esto mismo por lo que la democracia se entiende en las sociedades modernas como un instrumento dirigido a acomodar el conflicto, a gestionarlo de manera pacífica. Y es por esto que se denomina política a esta actividad: la gestión pacífica del conflicto que, cuando se realiza con el concurso de los ciudadanos, se denomina política democrática. Ahora bien, ha de quedar claro que ni la política ni la democracia están dirigidas a la abolición del conflicto sino a su gestión. Cuando la política (y la

democracia) abandona la gestión del conflicto y se dirige a su eliminación entonces estamos en el terreno de la ideología (la política ideológica). Esto es, del radicalismo político.

La política radical participa de la idea de Marx de que los problemas sociales deben resolverse de raíz, esto es, deben abordarse en su origen y causa. Para Marx el origen del conflicto social era la desigualdad entre los hombres, resultado del acceso diferenciado a la propiedad que creaba un mundo de clases enfrentadas. Pero otros han encontrado otras raíces para los males de la sociedad: los extranjeros o los gentiles, para las ideologías del conflicto de las que aquí me ocupo. Lo importante es que la política ideológica busca atacar las causas de los conflictos y, al hacerlo, utiliza el lenguaje de la guerra en lugar de la política, de modo que los conflictos no se resuelven sino que, como era de esperar, se radicalizan.

De modo que siempre que se ha intentado la eliminación radical del conflicto, esto es, su eliminación de raíz, la democracia ha sido la primera víctima: así en el comunismo, cuya eliminación de la propiedad privada dirigida a acabar con el conflicto de clases ha dado lugar a unos Estados totalitarios dirigidos por déspotas sanguinarios. El conflicto se ha querido eliminar mediante la creación de una autoridad arbitraria con soberanía ilimitada, algo ciertamente moderno, pero al precio de sacrificar la libertad esencial para los modernos. También habría que añadir que la escasez ha sido endémica en las sociedades socialistas y que el grito de protesta de en muchas de ellas, como Cuba, es “tenemos hambre”. El conflicto no se ha resuelto, el conflicto se ha escondido.

Suerte parecida ha corrido la democracia frente al nacionalismo, la ideología que busca hacer de la nación un colectivo homogéneo eliminando el pluralismo de identidades colectivas (sea por secesión, limpieza étnica, genocidio o asimilación). Cuando el nacionalismo se radicaliza, va un paso más lejos, y entonces la causa del conflicto que se quiere eliminar es la culpa de los enemigos internos y de los enemigos externos, que se sacrifican apelando al sagrado egoísmo de la nación. Así llegamos al fascismo. E incluso el modernismo puede ser la ideología que busca, si es necesario por la fuerza, disolver todas las identidades tradicionales limitando o atacando la libertad de los individuos para expresar sus creencias o practicar sus religiones.

Así pues, todas las ideologías dirigidas a la eliminación de los diversos conflictos acaban, de facto, justificando la eliminación de la democracia.

Cierto es que en las democracias de la antigüedad no había espacio para el reconocimiento de las diferencias y, por tanto, el conflicto era percibido como una enfermedad grave del cuerpo político que podía debilitar la comunidad e incluso destruirla. De hecho, el conflicto era la fuente de la corrupción y el conflicto era el resultado de que los ciudadanos lejos de atender sus obligaciones públicas, lejos de ser virtuosos, se dedicaban a hacer valer su interés particular por encima de sus obligaciones públicas.

Ahora bien, el conflicto que articula la democracia moderna se desarrolla sobre un consenso tácito en torno a la utilización de instrumentos pacíficos para su gestión. Cuando los medios que utilizan los distintos actores políticos no son pacíficos, entonces no estamos en la democracia sino en la guerra. Ya no es un conflicto agonístico, entre adversarios, sino polémico, entre enemigos. Esto es, el conflicto ya no se dirige a la búsqueda de un acuerdo sino hacia la eliminación del otro. La guerra no forma parte de los instrumentos políticos de la democracia pero sí de las ideologías: la lucha de clases, la defensa de la nación, de la religión, de lo más sagrado, etc.

De modo que el problema de las identidades del conflicto no radica en el conflicto. El problema es que tales identidades se articulen como ideologías. Como he señalado, la política ideológica puede ser resultado de la movilización política de identidades (religiosas, étnicas, de clase) pero es importante señalar que la identidades pueden cambiar, no son algo cerrado, son abiertas y son en general plurales. Sin embargo, las ideologías tratan estas identidades como algo clausurado, esencial, natural y no negociable. Por eso, en el lenguaje de la ideología, la conversión de la identidad en un programa político adquiere la forma de una súbita revelación de algo que estaba oculto y que tiene un valor esencial y primigenio: así el marxismo habla de la conciencia de clase, el nacionalismo del despertar nacional, y el fundamentalismo del re-nacimiento y de la luz de la revelación. Cuando estas formas de reconocimiento de lo que uno es *esencialmente* no se dan, entonces las ideologías hablan de falsa conciencia, traición o de prisioneros del vicio y el pecado.

Como refería al comienzo de este texto, es importante reiterar que la identidad que movilizan las ideologías no es algo que preexista, con carácter objetivo, sino que tales identidades son resultado de la auto-identificación y por tanto son algo propio de la acción de seres conscientes y responsables. De modo que incluso la conversión de sujetos no ideologizados en militantes nacionalistas o fundamentalistas aunque sea narrado, típicamente, en términos de experiencias personales de despertar nacional, toma de concien-

cia o iluminación, no por ello dejan de ser actos voluntarios. Las razones de tales identificaciones pueden tener explicaciones personales o sociales y, por supuesto, operan en un contexto de oportunidad. Lo importante, de nuevo, es que no resultan del descubrimiento de una esencia oculta sino de la identificación.

Pero además, la identidad es un concepto relacional y sólo se entiende por relación con la diferencia. Muchos de estas identidades son sobre todo manifestación negativa de rechazo frente a la modernidad fracasada y, por tanto, no pueden verse como defensa de algo natural, permanente o esencial. Son el resultado de procesos sociales que pueden ser explicados en sus circunstancias y motivaciones. Como he señalado, se puede correlacionar el auge del nacionalismo y el fundamentalismo con el fracaso de la modernidad en sociedades que han abandonado sus formas tradicionales de vida y que, lejos de encontrar una mejora, se ven abocadas a los problemas del despotismo y corrupción de las élites *modernizadoras*, de la urbanización caótica, la explosión demográfica, el desempleo y la emigración.

Las ideologías del nacionalismo étnico y del fundamentalismo religioso han sido calificadas como ideologías del conflicto porque la acción política que procuran no es la acomodación no conflictiva, sino la guerra, esto es, no están dirigidas a la gestión del conflicto sino a una movilización destructora. Además de la defensa de la guerra, todos estos movimientos tienen en común que apelan a la identidad de todos aquellos que comparten un rasgo de cultura (la religión, la lengua, la raza, otros) para que se movilice en la violencia.

Esto significa, a priori, que las identidades del conflicto tienen difícil acomodación en las sociedades democráticas. En estas sociedades, la integración como miembros responde al principio de igualdad entre diferentes. Para que la integración sea efectiva debe producirse un doble proceso. Esto es, por parte del Estado deben aceptarse igualmente las diferencias y, por parte de aquellos que tienen derecho a ser integrados, debe darse la voluntad de integración. Esto significa que para que haya efectiva integración debe haber una efectiva protección de las identidades colectivas en el espacio público. Si ésta no se produce, el malestar de la modernidad convertirá las identidades del conflicto en ideologías del conflicto y entonces la radicalización del mismo se tornará irreversible e innegociable.

Pero también es necesario que las identidades del conflicto busquen su acomodación de forma no ideológica, redefiniendo sus identidades de forma

más inclusiva y extendiendo su reconocimiento a las diversas identidades presentes en cada sociedad. Esta es la solución moderna a un problema moderno. Hay aquí una pequeña paradoja que merece ser desentrañada. ¿Cómo una solución moderna a un problema moderno? Sí, la cuestión de la identidad es moderna, y son los modernos los que elaboran su identidad mediante la identificación; pero también es la modernidad la que crea sistemas de identificación como las ideologías que conducen a la radicalización de los conflictos identitarios.

Es por ello que cualquier remedio a los desafíos planteados por las identidades del conflicto debe resolverse teniendo en cuenta estas dos facetas de la modernidad: la libertad que abre a la definición de la identidad y el peligro de que la identidad se convierta en un proyecto de ingeniería social. Por eso yerran quienes piensan, como Huntington y Fukuyama, que las identidades del conflicto son el resultado de un descontento con la modernidad que se resolverá con mayor modernidad, esto es, con la secularización completa de las sociedades que acabará con el conflicto. Pero también yerran quienes piensan que la solución está en la ideología, en radicalizar la política, para atacar las causas del conflicto y así hacerlo desaparecer. Aquí la esperanza es el retorno a una sociedad arcádica en la que el conflicto moderno no existía. Sin embargo, como he intentado mostrar, una y otra actitud exacerbarán el conflicto identitario y lo convertirán en un problema inmanejable.

A modo de conclusión me gustaría reiterar que comencé este artículo señalando que la pregunta por la identidad sólo surge en sociedades donde ésta ya no es obvia y donde la identificación se convierte en una necesidad para las personas. Señale que la identidad moderna es resultado de la identificación y que en las sociedades modernas hay identidades del conflicto. Además quise señalar que el conflicto es un elemento esencial de las democracias modernas y que su abolición no conduce a una sociedad mejor sino a la destrucción de la democracia.

Así, las identidades del conflicto, vinculadas a las ideologías del conflicto, plantean un enorme desafío a la democracia puesto que buscan, mediante la violencia, su destrucción. Pero la respuesta de la democracia no puede ser la persecución de dichas identidades sino su acomodación. Esta acomodación no puede ser entendida, por tanto, como violencia ni como asimilación, sino como integración. Con ello quise señalar que las democracias modernas, a la hora de gestionar públicamente las identidades, deben operar bajo el principio de que las identidades diversas forman parte del todo que constituye



una sociedad democrática y no pueden ser eliminadas. Solo así se hará que la modernidad se desarrolle de forma no conflictiva con las diversidad identitaria y el conflicto permanecerá en el terreno propio de la política y no del choque violento e innegociable de la política ideológica.

### Referências:

- BAUMAN, Zygmunt (2002), *La cultura como praxis*, Barcelona, Paidós.
- DAWKINS, Richard (2008), *The God Delusion*, Londres, Mariner Books.
- FUKUYAMA, Francis (2006), *The End of History and the Last Man*, Nueva York, Free Press.
- HAMILTON, Alexander; Jay, John; Madison, James (2001), [1787-1788], *The Federalist. A Commentary on the Constitution of the United States*, Nueva York, Random House.
- HUNTINGTON, Samuel (1998), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, Nueva York, Simon and Schuster.
- WOODWARD, Kathrin (1997), *Identity and Difference*, Londres, The Open University-Sage.



# TESTIMONIOS, DISCURSO EXPERTO Y COMISIONES DE LA VERDAD: EL CONTEXTO DE LA DENUNCIA

Silvia Rodríguez Maeso

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

“El Comité de Violaciones de los Derechos Humanos [de la CVR sudafricana] invitó a las personas a producir declaraciones escritas y orales. Aproximadamente un diez por ciento fueron escuchadas en audiencias públicas organizadas por todo el país. Episodios seleccionados o partes de los testimonios públicos fueron transmitidos por televisión y radio. La Comisión creó la oportunidad de observar y de ser testigo de un evento de recordación: la duplicación del ser testigo [witness]” (Ross, 2001: 253).<sup>[1]</sup>

“[El Informe Final de la CVR peruana]Es una utilización de la información de acuerdo a tus hipótesis y entonces ahí hay un tema porque en realidad, ¿es la voz de los 17.000 testimonios o es la lectura de los 17.000 testimonios?; entonces, por tanto, para mí el informe de la CVR, como yo siempre digo, el informe de la CVR es un punto de partida, es una narración, como puede haber otras, pero hacer que el informe de la CVR se convierta en la Biblia [...] es el peor error que podemos cometer porque significa dejar de lado las discrepancias, dejar de lado a aquellos que no están de acuerdo, dejar de lado a aquella gente que dijo “ese testimonio no me representa”, gente que no habló. Entonces hay la concepción de una verdad, de una narración construida por una comunidad intelectual, entonces, que esa comunidad intelectual se haya basado en 17.000 testimonios, ¿le da legitimidad?, eso es discutible; digamos, finalmente, sigue siendo una comunidad intelectual analizando un proceso” (Abogada, entrevista de la autora; Lima: septiembre 2006).

---

1 Todas las traducciones son propias salvo especificación.

Las Comisiones de la Verdad (CV) se han convertido, desde mediados de la década de 1980, en “estructuras estandarizadas” (Wilson, 2001: XVIII) para dar cuenta desde el Estado de la violación sistemática de derechos humanos mediante la investigación de los hechos y las responsabilidades correspondientes. Las CV se insertan por tanto como uno de los mecanismos con mayor relevancia dentro del proceso de globalización del discurso y práctica jurídica de los derechos humanos, así como del campo de la llamada “justicia transicional” que analiza los contextos de cambio político de un régimen totalitario hacia uno democrático-liberal, y en especial, el papel de la justicia y del derecho.<sup>[2]</sup>

En este texto voy a centrarme en dos aspectos interrelacionados del trabajo de las CV: uno, los testimonios como elemento central de las CV tanto desde el punto de vista de su legitimidad ético-política como de su labor en la determinación de las violaciones de los derechos humanos; y dos, el trabajo de los profesionales del derecho y de las ciencias sociales dentro de la CV como expertos que aportan legitimidad científica a estos procesos y que son también testigos privilegiados de la producción de la verdad, en esa duplicación del acto de testimoniar que las comisiones propician (Ross, 2003: 253). Mi análisis se construye a partir de una investigación sobre la Comisión de la Verdad y Reconciliación peruana (CVR-P)<sup>[3]</sup> desde la experiencia de diferentes profesionales que en ella trabajaron, así como del análisis de diferentes documentos de trabajo que la comisión produjo durante el período de su mandato (2001-2003).<sup>[4]</sup>

---

2 Sobre el trabajo y repercusión de las comisiones de la verdad en diferentes contextos de democratización del sistema político, véase, entre otros: Allen (1999); Barahona de Brito (1997); Cavallaro y Albuja (2008); Crenzel (2009); Hayner (2001); Minow (1998); Popkin y Roht-Arriaza (1995); Rotberg y Thompson (2000); Steiner (1997); Teitel (2000); Wilson (2001).

3 La Comisión de la Verdad fue establecida en el año 2000 durante el gobierno de transición presidido por Valentín Paniagua tras la caída del régimen de Alberto Fujimori (1990-2000). Cuando Alejandro Toledo gana las elecciones presidenciales ratificó y complementó su designación como Comisión de la Verdad y Reconciliación. La CVR-P tenía como finalidad “esclarecer el proceso, los hechos y responsabilidades de la violencia terrorista y de la violación a los derechos humanos producidos desde mayo de 1980 hasta noviembre de 2000, imputables tanto a las organizaciones terroristas como a los agentes del Estado, así como proponer iniciativas destinadas a afirmar la paz y la concordia entre los peruanos” (Decretos Supremo 065-2001-PCM).

4 El trabajo empírico se centró por un lado, en entrevistas a profesionales de las ciencias sociales y del derecho que trabajaron en diferentes ámbitos y niveles de la CVR-P (comisionados, área jurídica, estudios en profundidad, área metodológica, estudios de caso, redacción del

No obstante, mi análisis no pretende ofrecer una evaluación del trabajo de las CV en un sentido global. Las CV son procesos complejos y no deben ser consideradas como totalidades monolíticas. En este sentido, lo que pretendo es mostrar –desde el estudio de los dos aspectos ya mencionados– la multiplicidad de perspectivas de los expertos, los encuentros y desencuentros entre ellas, teniendo en cuenta los diferentes niveles en que trabajaron: desde el nivel más micro de la toma de testimonios y de los estudios en profundidad de los casos estudiados, hasta el nivel más macro de construcción del marco jurídico-legal y de la meta-narrativa que unifican el Informe Final (IF). Más concretamente, me interesa discutir las posibilidades de intervención del conocimiento científico en la interpretación de los “hechos de violencia” que pasa por mostrar cómo la problematización de la agencia política de determinadas poblaciones, en este caso de las comunidades campesinas andinas, continúa siendo un aspecto esencial para comprender las relaciones de poder que atraviesan procesos como las CV.

Sitúo el trabajo de los expertos considerando las CV como procesos que siguen una *lógica representacional* de lo que Luc Boltanski (1990; 2007) denomina un “régimen de justicia”. Así, el mandato de la CVR-P y en particular el trabajo científico que lo respaldó, se desarrolló dentro de un régimen representacional donde las operaciones principales son la *denuncia* pública –que fija y legitima la condición de víctimas–<sup>5</sup> y la *acusación* –que asume la revelación de las acciones e intenciones de los perpetradores. Así, considero que las CV son procesos políticos que tratan de evitar una *crisis* en la representación de las violaciones a los derechos humanos es decir, evitar que las operaciones de acusación y de denuncia se mantengan en una situación de precariedad conduciendo, no tanto a la imposibilidad de diferenciar entre perpetradores y víctimas así como su respectiva responsabilidad en los hechos, sino más bien que estos roles se intercambien constantemente. La CVR-P no solamente debió lidiar con esa “zona gris” descrita por Primo Levi

---

informe final, toma de testimonios en los equipos móviles), y por otro lado, el análisis de documentación producida durante el trabajo de la CVR y que se encuentra reunida en el archivo de la Defensoría del Pueblo en Lima (*Centro de información para la Memoria Colectiva y los Derechos Humanos*). Realicé el trabajo empírico entre los meses de marzo-abril y agosto-noviembre de 2006, período en el cual fui investigadora asociada en el Instituto de Estudios Peruanos (IEP).

5 La CVR trabajó dentro del campo legal y ético de los derechos humanos, por lo que las víctimas lo son en tanto que fruto de violaciones de los derechos humanos; se consideró víctimas *fatales* a los muertos y desaparecidos.

para referirse a aquellas situaciones e individuos que no pueden ser fácilmente identificables en base al binomio víctimas/verdugos, sino también con una suerte de círculo vicioso donde quien es considerado perpetrador en un determinado contexto y desde una determinada perspectiva, pasa a ser víctima en otro. Es decir, estaríamos ante una constante “incertidumbre referencial” (Boltanski, 2007: 300-305), que revelaría, entre otras cosas, una *lucha ideológica* dentro del análisis e interpretación de los hechos, y sobre todo de sus causas y principales consecuencias, incluyendo los criterios que definen el estatus de perpetrador y de víctima.

El texto se divide en tres secciones. En la primera me centro en cómo los testimonios se encuadraron en las diferentes “tecnologías de la verdad” (Wilson, 2001: 33) que la maquinaria de una CV pone en funcionamiento, teniendo en cuenta la labor de los expertos en derecho y en ciencias sociales. En la segunda sección analizo los testimonios como narrativas reveladoras del *contexto de la denuncia* a partir de la negociación con lo silenciado y con lo implícito, así como el lugar del discurso experto en la producción de una “verdad” –que se asume puede ser progresivamente más “completa”– de los procesos de violencia. Finalmente, concluyo con unas reflexiones en torno a la precaria legitimidad que suele envolver a procesos como las CV, cuestionando la forma como construye a sus audiencias privilegiadas, en definitiva, ¿para quién estaba dirigido el trabajo de la CVR-P?

## **1. Verdades *parciales* y tecnologías del testimonio: el derecho y las ciencias sociales en la CVR peruana**

Analizar cómo se establece un régimen de justicia desde un proceso particular como una comisión de la verdad requiere tener en cuenta ciertas cuestiones: ¿estamos ante un tipo de verdad(es) específico(as), fruto de un formato ya consolidado?, ¿cómo se inserta este formato en los procesos que ya se están dando en los contextos afectados por el conflicto? Mahmood Mamdani, en su análisis de la comisión sudafricana, consideró dos tipos de verdad: la verdad que se enfrenta con el poder para mostrar públicamente tensiones irresueltas, y la verdad institucional, que en vez de oponerse al poder se vincula con él, ofreciendo una “versión parcial” de los hechos. Esta verdad institucional huiría de ser calificada a partir de la dicotomía verdad/mentira pues se va a justificar, si bien implícitamente, como la narrativa plausible políticamente para mantener la “paz social”. Para Mamdani la

verdad “producida institucionalmente” de la CVR sudafricana se estableció a partir de la experiencia de una “reducida minoría... que incluía dos grupos, por un lado, los perpetradores – los agentes estatales – y por el otro, las víctimas – los activistas políticos. La CVR sudafricana definió a más de 20,000 sudafricanos como las ‘víctimas’ del apartheid, dejando a la gran mayoría en el frío proverbial” (Mamdani, 2000: 178). Si bien Mamdani trabaja a partir de las características del contexto sudafricano y concretamente del *apartheid* como régimen, creo que su énfasis en la producción de una “verdad institucional” como característica del trabajo de la comisión y su relación con la diferenciación entre víctimas y perpetradores, son útiles para comprender el proceso de la CVR-P.

La legitimidad de la *verdad* producida en la CVR-P se confió, en gran medida, a la labor científica de profesionales del derecho y las ciencias sociales, y en particular, a su capacidad de trabajar con las informaciones provenientes de los testimonios y de los estudios de caso:

“Muchas de las investigaciones llevadas a cabo por la CVR han tenido por finalidad establecer un registro detallado y preciso de los hechos de violencia, de las condiciones en que se produjeron, de sus participantes directos y de las secuelas que dejaron. En todos estos casos, la CVR recurrió a los expertos y a los métodos científicos y técnicos más actualizados, a fin de garantizar la mayor objetividad posible: informes criminológicos, pericias judiciales, antropología forense, análisis de laboratorio, etc. Pero esta dimensión científica ha estado presente igualmente en los trabajos de análisis e interpretación de las causas de los hechos, pues se solicitó el concurso de una amplia gama de científicos que, desde disciplinas distintas –como la antropología, la sociología, la historia y la psicología– y con el instrumental metodológico disponible, han contribuido a esclarecer el proceso en cuestión. Se ha dado así un respaldo científico al relato éticamente articulado” (CVR, 2003, Introducción: 32-33).

Los diferentes expertos trataron de reconstruir, desde el punto de vista interpretativo de ambos campos disciplinares, el contexto de la violación de los derechos humanos y de un modo más amplio, del conflicto armado. Me distanciaré en este punto del debate entre “legalistas” (quienes defienden que los informes sobre violaciones de los derechos humanos se circunscriban a la información relevante para su constitución como casos jurídicos) y “contextualistas” (que defienden el valor de incluir un mayor proporción de

material social y contextual en los informes) (Wilson, 1997: 138).<sup>6[6]</sup> Más que en una visión crítica de cómo se reconstruyó el contexto de la violación de los derechos humanos, mi perspectiva se centra en el propio contexto de la denuncia y su historicidad. Parto así del presupuesto de que en procesos como las CV las verdades que pueden ser producidas serán siempre *parciales*, lo mismo que su legitimidad, siendo ésta una cuestión –como veremos– relacionada no sólo con la diversidad de experiencias y subjetividades que las tecnologías del testimonio son capaces de recoger, sino también con las relaciones de poder en la cual todos los actores están inmersos y que han condicionado el establecimiento de ciertas narrativas –y *sus* verdades– como dominantes.

Es desde esta perspectiva que podemos considerar el trabajo de los expertos en las CV como una labor destinada a evitar una *crisis de representación*; no obstante, al detenernos sobre las experiencias concretas de los expertos en este tipo de mecanismos, debemos considerar más bien una suerte de conciencia –que permanece generalmente en el nivel de lo implícito– de que su labor debe mostrar la capacidad del aparato científico (del derecho y de las ciencias sociales) de evitar esa crisis. Los contornos de esa “amenaza” y los elementos sobre los cuales actúa varían dependiendo de cada contexto y de las narrativas que se fueron gestando para interpretar los “hechos de violencia”. En el caso peruano la amenaza de esta crisis está directamente relacionada con la participación de las comunidades andinas en el conflicto armado y en particular con el proyecto del Partido Comunista del Perú– Sendero Luminoso (PCP-SL) y sobre cómo este proyecto político ha sido analizado. Desde el inicio del conflicto el PCP-SL fue pensado como una exterioridad a las comunidades, como un agente cuando menos “insólito” en ese contexto, una idea que se fue gestando ya en las primeras coberturas periodísticas desde las región de Ayacucho, principal escenario de la violencia armada<sup>7[7]</sup>.

---

6 Richard Wilson (2005) ha defendido que el lenguaje globalizado de los derechos humanos, dominado por un aura de cientificismo, tiene una limitada contribución para comprender de un modo más amplio conceptos como la libertad, la ciudadanía o el bien común. Desde esta perspectiva, la pragmática en la que está envuelta el lenguaje jurídico de los derechos humanos, debe abrirse según Wilson, a los debates sociológicos más amplios relativos a la interpretación, comprensión y explicación de las evidencias empíricas y de los límites de su representación (1997: 140). Respecto a los límites del lenguaje legal, véase también el trabajo de Kristen Hastrup (2003) y Fiona Ross (2003b).

7 En el departamento de Ayacucho, región andina situada en el centro-sur del país, se concentró el 40% de las víctimas reportadas a la CVR-P.



Por ejemplo, en 1981, Máximo González, entonces teniente-alcalde Cangallo, pequeña capital provincial, muestra a los periodistas de una revista limeña las pintadas con *slogans* maoístas aparecidas en algunos muros de la ciudad, calificadas en el reportaje como “exóticas” en ese contexto, y afirma:

“Hay en Cangallo dos centros educativos con 2.200 alumnos del lugar y de una docena de comunidades campesinas. Entre los profesores, hay por lo menos cinco que se dedican a adoctrinar en vez de a enseñar. Les hablan a sus alumnos de marxismo, de muchas cosas por el estilo, los sacan a las calles para pintar paredes con ‘consignas revolucionarias’ y no podemos hacer nada” (Revista Oiga, 23-02-1981, p. 26).

Esta perspectiva se fue afianzando con el tiempo, instaurándose así una narrativa que reflejaba la exteriorización del espacio comunitario, no tanto de la violencia como sobre todo de lo político-ideológico: un adentro pacífico, *apolítico* (las comunidades campesinas) vs. un afuera ideologizado y violento (los *terroristas*) (Theidon, 2004; 2006a). En estas narrativas se irá destacando cómo “los militantes y las masas pasaron *de ser victimarios a ser víctimas* en resistencia, para luego corroer y golpear la estructura política y militar del partido [PCP-SL]” (del Pino, 2007: 6, énfasis añadido). Teniendo en cuenta este proceso de construcción de determinadas narrativas dominantes, se va produciendo una división entre la noción de “actores armados” y “no armados”, siendo aquí la *población civil* (= el grueso de la población campesina andina) la gran categoría referencial con límites precarios pero cuya fijación es vital en la reproducción de esas narrativas.

Así, cuando un mecanismo como la CVR-P entra en este escenario, procede a *amortiguar* esta “amenaza” de una crisis de representación desde dos frentes. En un frente se asume la interrelación y complementariedad entre la “verdad jurídica” y la “verdad histórica” y por tanto entre el conocimiento legal y el socio-histórico:

“Documentos de trabajo del área de esclarecimiento de hechos señalaron en una primera aproximación que su objetivo era la afirmación de la verdad histórica y no de la verdad jurídica. En posteriores discusiones de trabajo ha quedado en claro que éstos no constituyen enfoques antagónicos ni excluyentes, sino más propiamente entradas que contribuyen desde la historia, pero también desde el Derecho, a la reconstrucción y comprensión cabal de la verdad. En este sentido, la reconstrucción histórica de los hechos, en sus

contextos (nacional- regional – local), así como la construcción de narraciones colectivas (historias regionales), se integra con la vertiente de los derechos humanos en donde el esclarecimiento de hechos apelará al empleo de las categorías jurídicas que correspondan. De esta manera queda completa la secuencia que responde a las preguntas claves de la investigación. Qué pasó – quién lo hizo – qué hizo – dónde–cómo – cuándo” (Centro de información para la Memoria Colectiva y los Derechos Humanos. [SCO-38-04; 020412] Presidencia/Área d la CVR/Esclarecimiento de los hechos; documento: “El enfoque de Derechos Humanos en la labor de esclarecimiento de hechos Documento de trabajo”: sin paginar).

Desde esta perspectiva, siguiendo lo señalado por Fiona Ross en su análisis de la comisión sudafricana, podemos considerar que la CVR-P asumió un vínculo incuestionable entre “voz” y “dignidad”, y entre “voz” y “ser escuchado”:

“En el concepto de ‘voz’ de la Comisión (sudafricana) se asumió la precisión en la comunicación y la claridad en la recepción; la desigualdad de ámbitos sociales y su saturación de poder no lo fueron. (...) Este modelo asumió que aquello que precedió al trabajo de la Comisión fue ausencia de discurso (voicelessness) y silencio respecto al apartheid. De hecho, mucho era lo que ya se conocía sobre el apartheid, contado en diversos géneros – historias, canciones, retórica política, órdenes administrativas, casos judiciales, periódicos, trabajos académicos, debates parlamentarios, funerales, reuniones, etc.” (Ross, 2003: 327).

El énfasis discursivo de la CVR-P en la importancia de su labor como una “oportunidad histórica” fue una estrategia política para dar relevancia a un pasado reciente marcado por la tremenda distancia entre los derechos legalmente reconocidos y una realidad de exclusión sufrida por la mayoría de la población (CVR, 2003, Introducción: 30), es decir, la CVR-P como un espacio de reconocimiento de ciudadanía:

“No podemos reparar, no podemos ofrecer justicia, pero por lo menos que lo que nos dicen esté bien registrado, tratar a la gente con respeto, como seres humanos, que sí es necesario hacer un reconocimiento. Reconocer que esta parte de la sociedad era más bien ignorada, prescindible, creo que es parte del mensaje de la comisión” (Sociólogo, Entrevista de la autora; Lima: septiembre de 2006).

“Obviamente, tomando en cuenta una tradición histórica por el cual nuestro poder judicial siempre se ha mostrado una actitud bastante reaccionaria hacia la población campesina. Esa historia misma de ir a la Corte superior en Ayacucho y denunciar el caso de desaparecidos y que los abogados no nos digan nada e incluso que muchos jueces u oficiales los echen a las señoras que iban a pedir justicia. Obviamente que en la CVR se trató con una horizontalidad bien, bien importante, que a mi modo de ver significó mucho el hecho de que la población nos concibiera a nosotros como entes del Estado que les estábamos dando voz a ellas que nunca habían hablado, que nunca habían podido hablar” [Antropólogo, integrante de equipos móviles en provincias de Ayacucho, Entrevista de la autora; Huanta: septiembre de 2006].

En un segundo frente, se asume la tarea de construcción de los actores principales del conflicto bajo la figura de “actores armados”, diferenciados y distinguibles de la sociedad civil, con un énfasis particular en la delimitación del PCP-SL como actor fundamental en el conflicto y su inclusión en el campo de los derechos humanos y del derecho internacional humanitario:

“[...] los organismos de Derechos Humanos (DDHH) a mediados de los 80 cuando conformamos el organismo federal de segundo nivel que es la Coordinadora Nacional de Derechos Humanos, establecimos dos principios...uno, la condena de todo asesinato a sangre fría venga de donde venga, es decir, sin importar quién sea el agente responsable, lo cual significaba condenar los asesinatos que hacía de un lado, Sendero Luminoso, y condenar los asesinatos a sangre fría que hiciera el Estado. Lo que nos diferenciaba del movimiento de DDHH continental, porque el movimiento de DDHH continental era contra el Estado; usted tiene los organismos chilenos de DDHH y son contra el Estado; los organismo argentinos, ídem, ¿no? [...] en Colombia durante muchísimos años el movimiento criticaba al Estado pero a las FARC no las criticaba. Luego, a partir de la experiencia peruana los organismos colombianos van también a comenzar a criticar a las FARC usando el Derecho Internacional Humanitario, el Derecho de la Guerra... y más aún en Guatemala o El Salvador, donde los organismos de DDHH eran contra el Estado. [...] esta historia [la peruana] es diferente, aquí no hay manera de ocultar la cantidad tan importante de crímenes cometidos por grupos subversivos” (Doctor en Derecho, entrevista realizada por la autora: noviembre de 2006).

Como ha señalado Richard Wilson analizando el proceso de violencia armada en Guatemala, la categoría de “violación de los derechos humanos” se ha constituido sobre la dicotomía entre Estado y sociedad civil – como víctimas *inocentes* – diferenciándose así de la categoría de “crimen común” (1997: 140-141). El aporte crítico de Wilson al legalismo de los informes sobre violaciones a los derechos humanos aborda las luchas sobre la representación de estos hechos, cómo los representantes gubernamentales aprovechan las dudas que surgen al calificar un crimen como político y cómo el legalismo del discurso de los derechos humanos no ayuda a contextualizar los hechos y por tanto a determinar el carácter político de los mismos. El discurso legal en la CVR-P tiene, no obstante, otros matices, pues su principal dificultad no es tanto en relación a la participación del Estado en la violación de derechos humanos, sino en relación a una delimitación clara de la población civil respecto de los *senderistas*. Así, ya desde los años 1990, el discurso jurídico va a enfatizar la singularidad del conflicto peruano en relación a lo acontecido en el resto de la región latinoamericana pues “por primera vez una fuerza insurgente de izquierda practicó sistemáticamente la violencia contra la población civil igualando, y quizás sobrepasando,<sup>[8]</sup> a la practicada por el Estado” (Basombrío, 1998: 426). Este proceso de fijación de una frontera entre un actor armado “subversivo” y la población civil es indispensable para que las verdades “jurídica” e “histórica” sean complementarias.

¿Cómo podemos entender la labor de los expertos en ciencias sociales en estos dos frentes de actuación: la relación entre verdad histórica y jurídica, y la delimitación de los actores del conflicto? Debemos enmarcar su trabajo a partir de su relación directa con la toma de testimonios, tanto aquellos que pasarían a ser registrados formalmente por la comisión, como aquellos que formaron parte de los estudios de caso y por tanto parte del trabajo de tipo etnográfico y que conformaron la *Base de Datos Interpretativa* (BDI), que en algunos casos fue utilizada como principal fuente para escribir el IF (CVR, 2003, *Anexo 6*). Así, su labor fue central sobre todo en dos áreas –*El Proceso Nacional de la Violencia y Esclarecimiento de los Hechos*– enfocadas hacia la

8 Esta singularidad fue corroborada en el IF de la CVR: “Para la CVR, el PCP-SL fue el principal perpetrador de crímenes y violaciones de los derechos humanos tomando como medida de ello la cantidad de personas muertas y desaparecidas. Fue responsable del 54 por ciento de las víctimas fatales reportadas a la CVR. Esta cuota tan alta de responsabilidad del PCP-SL es un caso excepcional entre los grupos subversivos de América Latina y una de las singularidades más notorias del proceso que le ha tocado analizar a la CVR” (CVR, 2003, *Conclusiones Generales*: 317).

reconstrucción de la “verdad histórica”. Esta última área de trabajo comprendía la toma de testimonios, las historias regionales y los estudios en profundidad de aquellos casos considerados representativos del período analizado.<sup>9</sup> Estas múltiples reconstrucciones del contexto se llevaron a cabo a través de lo que Carlos Iván Degregori – ex comisionado de la CVR-P– ha llamado una “antropología de urgencia” (2005:14), pues los científicos sociales realizaron un trabajo de campo muy limitado por la escasez de tiempo y recursos, aunque muchos entre ellos ya tenían experiencia en las áreas rurales más afectadas por el conflicto armado. La toma de *testimonios* fue un proceso central pues ellos conformarían el grueso de la base de datos<sup>10</sup> de la CVR, que registró 16.917 testimonios individuales y colectivos, participando un total de 18.217 declarantes de los cuales, el 61% eran familiares próximos de personas muertas o desaparecidas. Los testimonios fueron registrados por los equipos fijos instalados en las oficinas de la comisión y por los equipos móviles que recorrían las comunidades. Para su operacionalización cada testimonio se traducía en un *relato* con la información principal (¿quién hizo qué a quién?, ¿cuándo y dónde?) relativa a la violación de derechos humanos. Adicionalmente, se desarrollaron investigaciones específicas sobre casos escogidos por su representatividad. Así, entrevistas en profundidad, grupos de discusión y seminarios formaron parte de la Base de Datos Interpretativa (BDI), que en algunos casos fue utilizada como principal fuente para escribir el IF (CVR, 2003, *Anexo 6*).

Entendiendo los testimonios como narrativas sobre el contexto de la denuncia, podemos apreciar su cualidad como relatos construidos a partir de esas narrativas *instauradas* a lo largo de las décadas que duró el conflicto armado, donde se tuvo que gestionar una relación compleja con las autoridades del Estado, reconociendo implícitamente, de parte de la población de las comunidades, su participación en la lucha armada. Debemos considerar

9 La CVR trabajó como un organismo descentralizado en cinco oficinas regionales encargadas de recoger testimonios y escribir informes: 1. Huamanga (sierra sur-central: Ayacucho, Apurímac y Huancavelica); 2. Huánuco (Sierra norte y región amazónica oriental); 3. Sicuani (sierra sur: Cusco, Puno, Apurímac, Madre de Dios); 4. Huancayo (sierra central: Junín, Pasco, Huancavelica); 5. Lima (Lima, costa sur y norte; y región amazónica nororiental).

10 En este trabajo la CVR siguió la metodología del la *American Association for the Advancement of Science – la Estimación de Sistemas Múltiples* – que había sido aplicada anteriormente para los casos de Guatemala y Kosovo. Para el caso peruano la base de datos con el número de víctimas y perpetradores se complementó con los datos de la Defensoría del Pueblo (denuncias de desapariciones forzadas), y de varias ONG que llevaban muchos años recogiendo denuncias de violaciones a los derechos humanos. Véase: Ball *et al.* (2000).

también que los declarantes dieron su testimonio teniendo en cuenta ciertas expectativas respecto a las posibles reparaciones individuales y colectivas,<sup>[11]</sup> y que reflejan, en gran medida, aquello que era plausible de ser contado así como las formas narrativas aceptadas para contarlos. En este sentido, los testimonios son parte fundamental de los lenguajes políticos *plausibles* en los contextos posconflicto armado cuando una gran mayoría de los declarantes (con)viven en “escenarios densos” donde la gente cometió actos de violencia colectiva contra individuos con los cuales habían vivido durante años (Theidon, 2001; 2006a; 2006b). Así, un gran número de testimonios recogidos entre poblaciones de comunidades ayacuchanas nos muestran que la estrategia de las víctimas y sobre todo de sus familiares fue no sólo suprimir determinados compromisos y discursos políticos de la población en relación con el conflicto armado, sino también su adaptación a esa conceptualización ya instaurada del PCP-SL como *exterioridad* a las comunidades andinas, produciendo una suerte de *revelación estandarizada* de un proceso político complejo, cuya traducción en un relato permite la delimitación de los actores y sobre todo de su participación en el conflicto, siendo incorporados en una temporalidad lineal que marca nítidamente el antes y el después del *ingreso* de “la violencia” y de “la política” en la comunidad. Los siguientes extractos de los relatos de tres testimonios que refieren a lo acontecido en el distrito ayacuchano de Socos, son un ejemplo de este procesamiento de las narrativas:

“Recuerda que en el año de 1981, los senderistas ingresaron a este distrito, reuniendo a los pobladores en la plaza del distrito, donde les hablaron de su partido, luego les pedía que los apoye en sus diferentes acciones” (CVR-Sede Huamanga, Relato del Testimonio n° 202918).

“La declarante refiere que el distrito de Socos era un pueblo tranquilo, pero en 1980 se oían comentarios que en los demás pueblos los miembros de Sendero Luminoso ya habían incursionado; sin embargo, los pobladores del distrito hicieron caso omiso a las habladurías, por el contrario se dedicaban a la agricultura y a la ganadería” (CVR-Sede Huamanga, Relato del Testimonio n° 202927).

---

11 La CVR no podía prometer nada y esto debía quedar claro a la hora de relacionarse con los declarantes. En los talleres de preparación destinados a los grupos que iban a recoger los testimonios, se insistió mucho en este aspecto.

“Recuerda que, cuando inicio la subversión, los “terroristas” (militantes de Sendero Luminoso), amenazaban a los hacendados del distrito de Socos, por ello, las autoridades del pueblo, exigieron que se instalara un puesto policial en el distrito para que los protegiera de los “terroristas”” (CVR-Sede Huamanga, Relato del Testimonio n°202935).

La alusión, por un lado, a la llegada casi repentina de los *senderistas* – aquellos que “venían diciendo” a las comunidades – como un momento de ruptura de la vida comunitaria, y, por otro lado, a la ignorancia política de los comuneros es constante.<sup>[12]</sup> Podemos vislumbrar como la parcialidad de la verdad socio-histórica se compatibilizó con la parcialidad de la verdad jurídica, permitiendo una separación entre población civil (= víctimas) y actores armados (= Ejército / PCP-SL). Las narrativas predominantes en los testimonios actúan también en esos dos frentes que facilitan la amortiguación de una posible crisis en la representación de la violación de los derechos humanos; la “verdad histórica” confluye con la “verdad jurídica” pues los testimonios recogidos entre las comunidades más afectadas por el conflicto armado *confirman* la exterioridad de la violencia “subversiva”, una perspectiva que también apareció como dominante en las interpretaciones ofrecidas en diversas entrevistas por quienes trabajaron en la toma de testimonios en las comunidades:

“Yo entiendo y he podido apreciar que el hecho de que la población se haya adherido de alguna forma a Sendero por ese discurso [de justicia social]; se ha dado, pero en determinados lugares; [...] se ha dado en lugares como por ejemplo Huamanga, Ayacucho, acá, en la ciudad, o Huanta, básicamente en las poblaciones, en las pequeñas ciudades o en poblados. No tanto así en las comunidades. ¿Por qué? Porque en las comunidades, la gente, los campesinos son...casi no tienen mucha instrucción, gente que no sabe leer ni escribir muy bien, que tranquilamente uno va y con cualquier engaño haces que esta persona, bueno, te siguen, pero no porque están bien informados y porque tienen esa ideología. Porque los convencen, o los amenazan. En cambio, en la ciudad sí, sí se ha dado. La población ha apoyado a Sendero, porque se ha informado, sabía, compartía su ideología, gente de izquierda que ha querido apoyar ese movimiento, se ha dado en las ciuda-

---

12 El trabajo etnográfico de Kimberly Theidon en comunidades ayacuchanas ha explorado cómo el “pasado fratricida” ha tenido consecuencias decisivas en las relaciones intra-/intercomunitarias; una de las estrategias sociales y psicológicas que Theidon encontró de forma reiterativa en los relatos de comuneros fue la presencia del “encapuchado”, como una manera de “mantener distancia y anonimato allí donde poco de los dos existe” (2006a: 166).

des” [Abogado, coordinador equipos móviles en provincias de Ayacucho y Andahuaylas, Entrevista de la autora, Huamanga: septiembre de 2006].

## 2. La política de lo silenciado y de lo implícito

Podemos asumir, por tanto, que gran parte de los testimonios recogidos por la CVR-P participaron también de la construcción de una “verdad parcial”, lo cual implica que estos relatos se fueron instaurando en la negociación con lo silenciado y con lo implícito que delimitan el contexto de la denuncia. Así, el trabajo de los científicos sociales se desarrolló en un ambiente de *desconfianza* en muchas comunidades, una desconfianza que remite a lo que aparece como implícito en los testimonios – haber sido marcadas como “zona roja”, es decir, como poblaciones que apoyaron y fueron parte del PCP-SL – y que marca la vida cotidiana:

“La desconfianza y temor sigue pautando las relaciones y vida cotidiana en estas comunidades. Esto nos plantea preguntas hacia el largo plazo, ¿cómo construir comunidad si no hay confianza entre ellos?, ¿Qué implica reconstruir la comunidad y qué obstáculos encuentran para lograrlo? La gran desconfianza para hablar sobre la época de la violencia política y el miedo a represalias, nos hace pensar que estamos en una comunidad donde viven víctimas y victimarios de ambos lados. Esto ha provocado cambios importantes en la comunidad, donde los conflictos y los rencores están presentes en el discurso formal de reconciliación, que aún dista mucho de ser real” (CVR, 2003, Historias Representativas de la Violencia: 82).

Durante los estudios de caso muchos de los expertos percibieron que el nivel de aceptación y participación en la lucha y el proyecto del PCP-SL tuvieron un mayor alcance de lo que se podía constatar mediante los testimonios y las entrevistas; determinado discurso político de la población campesina permanecía, por tanto, silenciado:

“[...] las comunidades rurales se prepararon para la visita de la CVR-P pactando que sólo los “inocentes” podían testificar para no arriesgar ser excluidos de los posibles beneficios compensatorios. Las autoridades alejaron a los trabajadores de la CVR-P de aquellos que habían participado en Sendero Luminoso, e insistieron en que la “violencia había llegado” de fuera” (Laplante y Theidon, 2010: 303).



Es intrínseco a su carácter *retrospectivo* (Ross, 2001: 252-253) que el testimonio manifieste más sobre el contexto de la denuncia que acerca del conflicto armado, siendo que de éste último se revelan verdades “parciales” –el paso “de victimarios a víctimas”– configuradas desde una particular política de lo silenciado (ciertos discursos político-ideológicos) y de lo implícito (la participación en la lucha “subversiva”). Una desconfianza que está atravesada –si bien no hay espacio en este texto para abordar este aspecto– por estructuras y relaciones étnico-raciales<sup>13</sup> asimétricas que condicionaron la labor de la CVR-P en las comunidades:

“[...] en muchos aspectos por ejemplo la toma de testimonios, el trabajo mismo de la comisión de la verdad, siempre fue...como si fuera desde una instancia jerárquica superior de la sociedad peruana. Y eso yo lo he notado desde el principio, que nosotros estamos viniendo a los pobrecitos afectados de la sierra a reconocerle, a tomarle los testimonios. En lo simbólico y en todo, muchas veces, lamentablemente, la CVR ha estado en una esfera de jerarquía alta que la población lo ha percibido, creo, en cierta medida no como parte de su entorno de la organización más cercana, sino que alguien ha venido en compasión hacia ellos, algo así he notado” (Antropólogo; entrevista de la autora: Huamanga: septiembre de 2006).

¿Esta cualidad del testimonio y del contexto en que fueron registrados, supone invalidar su facultad como restaurador de dignidad ciudadana, como proveedor de un espacio para contar las violaciones a los derechos humanos?; ¿qué espacio queda, desde esta perspectiva, para el trabajo de los científicos sociales en un proceso como las CV así como en el contexto que las sucede? Una primera respuesta nos llevaría a descentrar la capacidad del discurso experto en la construcción de esa “verdad histórica” y colocarse como una parte más dentro de una variedad de actores y de sus subjetividades políticas (Rodríguez Maeso, 2010a). Este descentramiento requiere, desde mi punto de vista, de la ausencia de una contraposición entre discurso experto y la “voz” de los testimonios, un aspecto que aparecía constantemente en las opiniones de muchos de los científicos sociales sobre su labor en la CVR-P:

---

13 En otro trabajo he analizado el lugar del racismo y la diferencia étnico-racial en los testimonios y en el IF de la CVR-P: Rodríguez Maeso (2010b).

“Dicho brevemente...en todo caso los testimonios, si acaso se utilizaban, me parece que los informes locales no se utilizaron. Si se hizo, fue para ilustrar un discurso relativamente más o menos ya construido antes y esto permitía ilustrar bien, radicalizarlo, demostrar la enormidad de discursos que probablemente tenían mucha razón de ser, que son muy verdaderos, muy legítimos. No me parece que hubo la conciencia ingenua, la actitud más abierta de decir: “a ver qué pasó, y entonces me guío por lo que me dicen las personas a las que...”. Entonces yo tengo la idea de que los testimonios se han desperdiciado. Mejor dicho, hasta ahora los testimonios no se han usado. Eso me parece un tema complicado sobre esa relación entre quienes elaboraron el informe y las personas que vivieron procesos de violencia. Su discurso no aparece” (Historiadora; entrevista de la autora; Lima: abril 2006).

La relación entre las interpretaciones desde la experticia y las “voces” de los testimonios requiere de una fina aritmética; en este sentido, y sin despreciar la relevancia de este dilema, no creo que la cuestión central deba ser planteada en términos de un exceso de interpretación científica que marginaliza las narrativas de los testimonios. Esta perspectiva corre el riesgo de encapsular los testimonios en una retórica positivista que alimenta una “industria de la extracción” y que, paradójicamente, resitúa el discurso experto en un lugar privilegiado en la construcción de conocimiento sobre las “víctimas” (Castillejo Cuellar, 2005: 50-51), y de modo más general, sobre “lo que pasó”. En este sentido, mi propuesta considera más bien qué es lo que desde el discurso experto podemos trabajar a partir de las verdades parciales que se producen (y producimos) y distanciarnos así de la idea de una reconstrucción de la “la verdad histórica” que nos llevarían a interpretar el contexto de la denuncia desde la perspectiva de la “confiabilidad” y “objetividad” de los relatos y testimonios:

“La noción de “nunca más” es ostentada en base a la creencia de que un relato confiable y objetivo de las violaciones de los derechos humanos y de la represión, puede ser producido a partir de las memorias y los testimonios de las víctimas de tales violaciones y represiones. Sin embargo, surgen cuestiones sobre en qué medida “la verdad” se encuentra en el hecho de relatarla: si la verdad varía con la forma en que se narra, con las percepciones de aquellos que la cuentan, y de la audiencia que decide lo que es verdad” (Schirmer, 2003: 60-61).

Comparto con Jennifer Schirmer que el establecimiento de “la verdad” está sujeto a las relaciones de poder entre quien habla y quien escucha, y defendemos que en un conflicto armado como el peruano, o el guatemalteco desde el cual Schirmer habla, es preciso entender “procesos complejos de lealtades políticas, polaridades, y complicidades que resultaron en extraordinarios niveles de violencia” (*Ibidem*: 63). No obstante, soy escéptica ante su propuesta hacia la inclusión de más voces, más actores, como camino hacia la *reconstrucción* de “la historia”:

“Lo que precisamos obtener ahora son testimonios más específicos, más detallados y evidencia de todas las partes del conflicto, desde las FIL [Fuerzas Irregulares Locales]<sup>[14]</sup> a las Patrullas de Autodefensa Civil, desde los guerrilleros hasta los oficiales [del ejército] de todas las áreas y rangos, para ser capaces de reconstruir esta historia” (*Ibidem*: 73).

Aun reconociendo la importancia de aportar cuadros más complejos de interpretación de los *hechos* de la violencia, posiciones como la de Schirmer caen en esa visión positivista erigida sobre la obtención de “testimonios más detallados y específicos, así como evidencias de todas las partes del conflicto” que prevén un futuro con una verdad completa donde el trabajo de los científicos sociales —en este caso de la antropología y del trabajo etnográfico— sería crucial:

“Si la historia final de la verdad depende de con quién eliges hablar —y creer—, entonces necesitamos hablar con muchos, muchos más guatemaltecos antes de tener un sentido completo de la complejidad de la violencia. No podemos asumir que ya sabemos cuál es la verdad, especialmente si esa verdad va a servir como el fundamento político para el futuro de Guatemala” (*Ibidem*: 73).

No podemos asumir que sabemos la verdad, pero tampoco podemos asumir que la vamos a saber o más bien, que vamos a conseguir “extraerla”. El trabajo experto debe, por el contrario, situarse como uno más dentro de esa política de lo silenciado y de lo implícito, reconociendo que su labor fundamental no es “dar voz” a todas las partes, ni “explicitar” determinadas narra-

---

14 Organizaciones de base del Ejército Guerrillero de los Pobres (EGP).

tivas, sino entender las relaciones de poder que producen tanto los silencios como las narrativas dominantes, y su legitimidad ético-política:

“Teóricamente había que comenzar a trabajar el tema de agencia más allá de cualquier respuesta institucional; cómo la gente comenzó a ser parte de este proceso. Lo otro es la narrativa que construyó la gente y estas narrativas esquivas que pretende silenciarlas. Hubo una historia que silencia sutilmente otras historias. Entonces, cuál es la historia que nos cuentan y por qué nos las cuentan y esa historia no es necesariamente la historia que pueda darnos lo que pasó realmente. Entonces la agencia no era sólo analizar el hecho, sino en analizar las propias narrativas y cómo se construyen las narrativas. En el hecho ya de la construcción de las narrativas uno podía encontrar también todo este proceso de agencia y el proceso de relación con el Estado” (Historiador, entrevista de la autora; Huamanga: abril de 2006).

### 3. ¿A quién se dirigió la CVR peruana?

“Todos fuimos, en una u otra forma, culpables de esto, desde la tranquilidad de Lima no quisimos enterarnos de lo que pasaba. A todas las víctimas, perdón (Enrique Espinoza, sin fecha; Testimonio de un visitante de la exposición de fotos Yuyanapaq” [“Para recordar”])<sup>15</sup>.

Podemos concluir que la labor del saber experto en la CVR-P consiguió una cierta compatibilización entre la “verdad jurídica” y la “verdad histórica” a partir del tratamiento de una narrativa dominante en los testimonios –sobre todo aquellos recogidos en las comunidades andinas más afectadas por el conflicto armado– que negociaba con lo silenciado y con lo implícito. Esta negociación se dio desde el inicio del conflicto y se fue gestionando durante las dos décadas que precedieron el trabajo de la Comisión. En este contexto, la CVR-P apareció como un proceso ambicioso que tenía como unos de sus principales objetivos, común a todas las CV, legitimar el conocimiento de la violación a los derechos humanos desde la perspectiva de las “víctimas”. No obstante, su propia legitimidad estuvo siempre puesta en causa desde diversos frentes:

“[...] sí hubo un enfoque que privilegiaba la interpretación de los hechos y creo que también privilegiaba responder a algunas hipótesis, hipótesis que

---

15 Testimonio destacado en una de las salas de la exposición en el *Museo de la Nación* en Lima.

tienen que ver con temas por ejemplo, que son preguntas jurídicas: ¿hubo o no crímenes de lesa humanidad?, ¿hubo genocidio?, tales crímenes ¿fueron cometidos de manera generalizada, sistemática, o son excesos?, ¿quién mató más? Claro, todo el mundo decía, no, eso no es lo importante, es una pregunta política. Bueno, todas las preguntas eran políticas. Bueno, éticamente todas las vidas son iguales, entonces no importa quién mató más. [...] Si la Comisión dice que fueron igual, entonces es anti no sé qué, si la comisión dice que fue más Sendero, como el Estado ha financiado, no sé qué... y si la Comisión dice al revés entonces son una sarta de comunistas. Entonces ¿cómo sentarse a dar una respuesta que obviamente va a dejar insatisfacciones, como lo ha hecho, a todos?” (Sociólogo, Entrevista de la autora; Lima: 2006).

“La comisión venía también a competir...la gente tenía ya su propia memoria, entonces en otra lectura lo puedes ver como un espacio de contenciones: ¿por qué vas a venir a hablar de mis muertos?” (Historiador, entrevista de la autora; Huamanga: abril de 2006).

En cierto sentido, la legitimidad científica de la CVR-P fue escamoteada por la precariedad de su legitimidad política; si todas las preguntas, todas las hipótesis de trabajo eran políticas, también lo fue, obviamente, el IF y la “verdad” producida en ese relato. Los testimonios –tanto los ofrecidos confidencialmente como en las Audiencias Públicas– fueron parte de las diversas estrategias de las víctimas, de sus familiares y sobre todo de la población de las comunidades andinas, para posicionarse frente al Estado y la “sociedad nacional”, que en gran medida los legitimaría como *héroes* que vencieron al PCP-SL y como *víctimas* de violaciones de los derechos humanos. Pero los profesionales que trabajaron en la CVR-P los consideraron también como *los relatos* que podían contar y mostrar el escenario de horror y violencia a esa sociedad peruana que no había vivido el conflicto en carne propia y que no le atribuyó la importancia necesaria. Es decir, estaríamos ante la construcción de lo que Boltanski ha denominado el “espectador moral”, es decir, cuando los informes introducen no solamente la descripción del “sufrimiento” de la víctima (*le malheureux*) sino también la del “espectador que lo observa” (2007: 90-91). Sin embargo, en el IF se denunció, precisamente, la *ausencia* de un “espectador moral” entre grandes sectores de la sociedad peruana, un aspecto que se explicaría por las “brechas” que separan a las víctimas del resto de población peruana en términos de estatus socio-económico, nivel de educación formal, origen étnico-racial:

“Debido al racismo y la subestimación como ciudadanos de aquellas personas de origen indígena, rural y pobre, la muerte de miles de quechua hablantes fue inadvertida en la opinión pública nacional. Su ausencia y el clamor de sus familiares no fueron suficientes para constituir una memoria pública activa e influyente. Durante los años de violencia, resultó más fuerte la distancia que separa a la mayoría de víctimas y al resto de la población peruana” (CVR, 2003, Tomo VIII, Capítulo 2: 103).

La CVR-P pretendió conformarse como un espacio de restauración de ese cordón de transmisión entre víctimas, familiares y el Estado, por un lado, y entre víctimas, familiares y conciudadanos, por otro. No obstante, parecería que ese cordón de transmisión funcionó sólo parcialmente, o dicho de otro modo, todas las partes se involucraron en la acción de relatar y de recibir/aprender ese relato desde perspectivas que no pusieran en causa ciertas verdades ya negociadas, y que por tanto no pusieran en causa ni lo silenciado ni lo implícito. Así, la transmisión hacia la “sociedad nacional” que no vivió el conflicto de la forma en que afectó a las comunidades andinas enfatizó –sobre todo a través de las Audiencias Públicas– una “dignificación moral” de las víctimas que pasaba por su despolitización:

“Para dignificar moralmente a las víctimas, éstas son obligadas a parecer puras e inocentes. Aquí es donde el sentimentalismo kitsch juega su papel. Cuando se dirige a los inocentes, la solicitud de respetar a los seres humanos es fácil. Pero la idea de respetar a los seres humanos es más necesaria cuando no son puros y solo parcialmente inocentes” (Margalit, 2004: 8).

Así, la formación de una “comunidad emocional” mediante la conexión de experiencias individuales que puedan ser apropiadas de manera colectiva (Jimeno, 2007: 187) es decir, la duplicación del ser testigo, pasaba por el silenciamiento de determinada parte de la historia y la reificación de “la violencia” como opuesta a un presente y un futuro democráticos. En relación al Estado se creó, como hemos visto, una relación precaria donde la CVR-P tuvo que gestionar el contexto de la denuncia. Además, la trayectoria de muchos de los profesionales que trabajaron en la Comisión, marcada por el trabajo académico y en ONG vinculadas con los derechos humanos y con proyectos de desarrollo local en las comunidades, ha condicionado la incorporación del trabajo de la CVR como parte del Estado y de su disponibilidad a dar cuenta de su responsabilidad en la violación a los derechos humanos:

“Era una mixtura entre ser una administración pública y ONG, porque eso era la CVR, actuó como ONG [...]. Y por qué el discurso de la CVR... una de mis hipótesis es que la CVR nunca fue vista como que hablaba en nombre del Estado, o sea, cuando tú ves la entrega del Informe por Salomón Lerner, ves la entrega de un ciudadano representante de la sociedad civil o de las ONG, pidiéndole al Estado y no de una relación Estado- Estado, yo creo que ahí es un tema, cuánto la CVR contribuyó con su forma de... a no tener presencia de Estado [...]” (Abogada; entrevista de la Autora; Lima: septiembre de 2006).

Un mecanismo como las CV actúa en un espacio político moldeado por las fisuras en la relación entre las poblaciones más afectadas por el proceso de violencia armada y el Estado así como en las relaciones entre los ciudadanos. Es por tanto evidente que la “verdad histórica” y la “verdad jurídica” serán siempre parciales y en gran medida, así debe ser. Es decir, los dispositivos puestos en funcionamiento por las CV no pueden ejercer como mecanismos de disrupción total de las narrativas ya instauradas aunque sí pueden lograr un escenario de confrontación Estado-Estado, el aspecto en el cual quizás la CVR-P fue menos exitosa. Es desde esta perspectiva que podemos entender los efectos de la despolitización de las “víctimas” –un proceso por otra parte recurrente en este tipo de mecanismos políticos– en un contexto como el peruano que no ha tenido el mismo cariz en otros casos como el de la CONADEP y el informe *Nunca Más* donde esa confrontación Estado-Estado se convirtió en uno de los principales si no el principal efecto político de la comisión<sup>[16]</sup>.

Desde esta perspectiva, creo que es posible apuntar a las diferencias entre las herramientas del conocimiento legal y aquellas de las ciencias sociales que no pasarían necesariamente por el debate ya mencionado entre “legalistas” y “contextualistas”. Así, el conocimiento experto desde las ciencias sociales y sus herramientas metodológicas no tiene en este contexto un valor añadido por su capacidad de “extraer” las posiciones subjetivas sobre lo que pasó, y por tanto de poder completar esa verdad parcial, en contrapunto con la rigidez del conocimiento legal al proponer una relación directa entre “los hechos” y las categorías normativas. Considero más bien que la intervención desde las ciencias sociales tiene la capacidad de evidenciar los límites de su

---

16 Sobre la construcción de la figura de “víctimas inocentes” y la narrativa humanitaria en el informe de la CONADEP véase Crenzel (2008: 44-51).

conocimiento y de apuntar hacia otras vías de interpretación del conflicto armado y sobre todo, en el contexto peruano, de reinsertar lo político-ideológico en sus variadas formas y por tanto, el “viejo” problema de la agencia política. En este sentido, debemos tener en cuenta que la “verdad jurídica” se estableció a partir de ciertos presupuestos interpretativos –sobre todo en relación a la naturaleza de la lucha armada y del PCP-SL– que fueron gestados en gran medida en las ciencias sociales. Y son estos presupuestos los que condicionaron también los contornos de la amenaza de una crisis de representación del conflicto que pondrían en causa las dicotomías violencia/democracia y subversión/Estado. Estamos aquí ante una fina línea entre la búsqueda de otras formas interpretativas y de otros testimonios; mi posición asume que las primeras no requieren necesariamente de los segundos, ni que la conciencia de los límites de las verdades producidas por un mecanismo como las CV no restan legitimidad a los testimonios ni capacidad en la restauración/producción de ciudadanía.

### Referências:

- ALLEN, Jonathan (1999), “Balancing Justice and Social Unity: Political Theory and the idea of a Truth and Reconciliation Commission”, *University of Toronto Law Journal*, 49: 3, 315-353.
- BALL, Patrick, Spierer, H. y Spierer, L. (2000), *Making the Case: Investigating Large Scale Human Rights Violations using Information Systems and Data Analysis*, AAAS: Washington D.C.
- BARAHONA DE BRITO, Alexandra (1997), *Human Rights and Democratization in Latin America: Uruguay and Chile*, Oxford: Oxford University Press.
- BASOMBRÍO, Carlos (1998), “Sendero Luminoso and Human Rights. A Perverse logic that Captured the Country”, in Steve Stern (Ed.), *Shining and other Paths. War and Society in Peru, 1980-1995*, Durham: Duke University Press.
- BOLTANSKI, Luc (1990), *L'Amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*, Paris : Éditions Métailié.
- BOLTANSKI, Luc (1993/2007), *La souffrance à distance*, Paris : Gallimard.
- CAVALLARO, James y Albuja, Sebastián (2008), “The Lost Agenda: Economic Crimes and Truth Commissions in Latin America and Beyond” in Kieran McEvoy y Lorna McGregor (Eds.), *Transitional justice from below. Grassroots activism and the struggle for change*. Oxford & Portland, Oregon: Hart Publishing,



- CASTILLEJO CUÉLLAR, Alejandro (2005), “Las texturas del silencio: violencia, memoria y los límites del quehacer antropológico”, *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, N° 9, enero-junio, 39-59.
- Comisión de la Verdad y la Reconciliación (2003), *Informe Final* ([www.cverdad.org.pe](http://www.cverdad.org.pe); último acceso: 3 de septiembre de 2010)
- CRENZEL, Emilio (2008), *La historia política del Nunca Más. La memoria de las desapariciones en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- DEGREGORI, Carlos Iván y Rivera Paz, Carlos (1993) *Perú 1980.1993: Fuerzas Armadas, subversión y democracia. Redefinición del papel militar en un contexto de violencia subversiva y colapso del régimen democrático*, Lima, IEP.
- DEGREGORI, Carlos Iván (2005), “Presentación” en Edilberto Jiménez, *Chungui: Violencia y Trazos de Memoria*, Lima: COMISEDH.
- DEL PINO, Ponciano (2007) “Familia, cultura y ‘revolución’. Vida cotidiana en Sendero Luminoso”, en Anne Pérotin-Dumon (dir.), *Historizar el pasado vivo en América Latina*. [www.etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es\\_contenido.ph](http://www.etica.uahurtado.cl/historizarelpasadovivo/es_contenido.ph) (último acceso: 9 de septiembre de 2009).
- HASTRUP, Kristen (2003), “Representing the common good. The limits of legal language” in Richard A. Wilson & Jon P. Mitchell, *Human Rights in Global Perspective. Anthropological studies of rights, claims and entitlements*, London: Routledge (ASA Monographs, V. 40), 16-32.
- HAYNER, Priscilla (2001), *Unspeakable Truths. Confronting State Terror and Atrocity*. Nueva York: Routledge.
- ISELL, Billie Jean (1985/2005), *Para defendernos. Ecología y ritual en un pueblo andino*, Cuzco: Centro Bartolomé de Las Casas.
- JIMENO, Myriam (2007), “Lenguaje, subjetividad y experiencias de violencia”, *Antípoda*, n° 5 (julio-diciembre), 169-190.
- LAPLANTE, Kisa J. y Theidon, Kimberly (2010), “Commissioning Truth, Constructing Silences.
- THE PERUVIAN TRUTH COMMISSION AND THE OTHER TRUTHS OF ‘TERRORISTS’, in Kamari Maxine Clarke; Mark Goodale, *Mirrors of Justice. Law and power in the post-Cold War era*, New York: Cambridge University Press, 291-315.
- LERNER, Salomón (2004), “La verdad, la justicia y los retos de la democracia en el Perú” in *La rebelión de la memoria: selección de discursos 2001-2003*, Lima: PUCP/IDEHPUCP, 195-218.
- MACHER, Sofía (2005), “Audiencias públicas: un espacio para legitimar el testimonio y dignificar a las víctimas del conflicto interno en el Perú” in *New Tactics in Human Rights – Centro de Víctimas de la Tortura*: Minneapolis. [www.newtactics.org./file.php?ID=931](http://www.newtactics.org./file.php?ID=931) (último acceso: 21 de enero de 2006).

- MAMDANI, Mahmood (2000), "The Truth According to the TRC" in Ifi Amadiume & Abdullahi An-Ma'im (Eds.), *The Politics of Memory: Truth, Healing and Social Justice*, London: Zed Books, 176-183.
- MARGALIT, Avishai (2004), "Human Dignity between Kitsch and Deification", Litowitz Lecture: Yale University. ([www.filosoficas.unam.mx/act\\_acad/simposio/AMargalit.pdf](http://www.filosoficas.unam.mx/act_acad/simposio/AMargalit.pdf)) (último acceso: 21 de Agosto de 2008).
- POPKIN, Margaret; Roht-Arriaza, Naomi (1995), "Truth as Justice: Investigatory Commissions in Latin America", in *Law & Social Inquiry*, 20: 1, 79-116.
- RODRÍGUEZ MAESO, Silvia (2010a), "Comunidades campesinas y la construcción de 'la violencia' en el Perú: secretos, memorias y científicos sociales" in Pablo de Marínis, Gabriel Gatti, Ignacio Irazuzra (Eds.), *La comunidad como pretexto. En torno al (re)surgimiento de las solidaridades comunitarias*, Barcelona: Anthropos, 281-306.
- RODRÍGUEZ MAESO, Silvia (2010b), "Política del testimonio y reconocimiento en las comisiones de la verdad guatemalteca y peruana: En torno a la figura del "indio subversivo", *Revista Critica de Ciências Sociais*, 88: 1, 23-55.
- ROSS, Fiona C. (2001), "Speech and Silence. Women's Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the South African Truth Commission and Reconciliation" in Veena Das, Arthur Kleinman et al. (Eds.), *Remaking a World. Violence, Social Suffering, and Recovery*, Berkeley: University of California Press: 250-279.
- ROSS, Fiona C. (2003a), "On having voice and being heard. Some after-effects of Testifying before the South African Truth and Reconciliation Comisión", *Anthropological Theory*, Vol. 3: 3, 325-341.
- ROSS, Fiona C. (2003b), "Using rights to measure wrongs. A case study of method and moral in the work of the South African Truth Commission" in Richard A. Wilson & Jon P. Mitchell, *Human Rights in Global Perspective. Anthropological studies of rights, claims and entitlements*, London: Routledge (ASA Monographs, V. 40), 163-182.
- ROTBURG, Robert; Thompson, Dennis (eds.) (2000), *Truth vs. Justice. The Morality of Truth Commissions*. New Jersey: Princeton University Press.
- SCHIRMER, Jennifer (2003), "Whose Testimony? Whose Truth? Where are the Armed Actors in the Stoll-Menchú Controversy?", *Human Rights Quarterly*, 25, 60-73.
- STEINER, Henry J. (ed.) (1997), "Truth Commissions: a Comparative Assessment. A Transcript of an International Meeting". *World Peace Foundation Reports*, 16.
- TEITEL, Ruti (2000), *Transitional Justice*, Oxford: Oxford University Press. s
- THEIDON, Kimberly (2003), "Disarming the subject: Remembering war and Imagining citizenship in Peru", *Cultural Critique*, 54, 67-87.
- THEIDON, Kimberly (2004), *Entre prójimos. El conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Perú*, IEP: Lima.

- THEIDON, Kimberly (2006a), "Los encapuchados: enfrentando el pasado en el Perú" en Elizabeth Jelin & Susana G. Kaufman (comps.), *Subjetividad y figuras de la memoria*, Buenos Aires: siglo XXI editores.
- THEIDON, Kimberly (2006b), "Justice in Transition: The Micropolitics of Reconciliation in Postwar Peru", *Journal of Conflict Resolution*, 50: 3, 433-457.
- WILSON, Richard A. (1997), "Representing Human Rights Violations: Social Contexts and Subjectivities" in Richard Wilson (Ed.), *Human Rights, Culture and Context. Anthropological Perspectives*, London: Pluto Press, 134-160.
- WILSON, Richard A. (2001), *The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa. Legitimizing the Post-Apartheid State*, Cambridge: Cambridge University Press.



# “LOST IN TRANSITION”: LA EXPERIENCIA ESPAÑOLA. UNA VISIÓN DESDE EL DERECHO

Javier Chinchón Álvarez

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID

## 1. De la Ley de Amnistía de 1977 a la “Ley de Memoria Histórica” de 2007: Algunas claves

Como marco general, es importante recordar que en España, durante largos años se ignoró la convicción de especialistas como Weschler, para quien si en un proceso de transición las cuestiones relativas al castigo de los crímenes pasados no son abordadas con rapidez, pueden volver en formas más perversas pasados los años<sup>[1]</sup>. Lo que puede ser expresado con otras palabras más generales, también cercanas, y sin duda más gráficas, como las del profesor Reig Tapia: “... como la Historia misma se encarga de demostrar, cuanto más se tarda en aceptar la realidad, más gravosas resultan las consecuencias de semejante empecinamiento, que no trae otras consecuencias que las derivadas siempre de escupir al cielo”<sup>[2]</sup>. Así, los desarrollos iniciales de la última transición a la democracia española se caracterizaron por la elección de lo que se ha conocido como “Modelo de olvido del pasado absoluto”<sup>[3]</sup>; esto

---

1 Cfr. Boraine, A., Levy, J. y Sheffer, R. (eds.): *Dealing with the Past: Truth and Reconciliation in South Africa*, IDASA, Ciudad del Cabo, 1994, p. 58.

2 Vid. Reig Tapia, A.: *AntiMoa. La subversión neofranquista de la Historia de España*, Ediciones B, Barcelona, 2006, p. 457.

3 Ésta es la terminología empleada por el Instituto Max-Planck para el Derecho Extranjero e Internacional en su estudio basado en distintas experiencias transicionales. Cfr. ARNOLD, J.: “Cambio de sistema político y criminalidad de Estado desde una visión del derecho penal”; “Esbozo del Proyecto: Elaboración jurídico-penal del pasado tras un cambio de sistema político en diversos países”, en Sancinetti, M. A. y Ferrante, M.: *El derecho penal en la*

es, por la renuncia tanto a toda medida de índole sancionatoria/reparatoria como a toda forma de investigación y averiguación de la verdad. Todo ello, sin discusión jurídica identificable, públicamente al menos, sobre la viabilidad o licitud internacional de semejante elección<sup>[4]</sup>. En este diseño inaugural fue pieza formalmente clave, no cabe duda, la Ley 46/1977 de Amnistía<sup>[5]</sup>, cuyo artículo 2 e) y f), como ya he destacado en otro lugar<sup>[6]</sup>, se asimiló y asimila muy notablemente a lo contenido en posteriores normas correctas y comúnmente consideradas como “leyes de impunidad”: Por poner algunos ejemplos, el Decreto Ley chileno N°. 2191 de 1978<sup>[7]</sup>, la argentina Ley de Amnistía de delitos cometidos con motivación, finalidad terrorista o subversiva<sup>[8]</sup>, el hondureño Decreto número 30-90 de 1990<sup>[9]</sup>, la Ley General de Amnistía para la Consolidación de la Paz de El Salvador<sup>[10]</sup>, o la peruana Ley 26479 de 1995<sup>[11]</sup> – grotescamente completada con la Ley 26492<sup>[12]</sup> – ; sin olvidar las tristemente célebres leyes de “caducidad de la pretensión punitiva

---

*protección de los derechos humanos. La protección de los derechos humanos mediante el derecho penal en las transiciones democráticas. Argentina, Ed. Hammurabi, Argentina, 1999.*

- 4 Para una primera aproximación desde esta perspectiva, puede acudir a Chinchón Álvarez, J.: “Transición española y Justicia Transicional: ¿Qué papel juega el ordenamiento jurídico internacional en un proceso de transición? A propósito de la coherencia, buena fe y otros principios de derecho internacional postergados en la transición política española”, en Gálvez Biesca, S. (coord.): *La memoria como conflicto. Memoria e historia de la Guerra Civil y el Franquismo*, Número monográfico de *Entelequia, Revista Interdisciplinar*, núm. 7, septiembre de 2008, pp. 331-354. Para una visión más amplia sobre el problema general, así como actualizada, Chinchón Álvarez, J.: “Derecho internacional y “transformaciones del Estado”: Del desuso, uso y abuso del ordenamiento jurídico internacional cuando de ciertas “transformaciones que afectan a la forma de gobierno” se trata”, en Soroeta Liceras, J. (ed.): *Cursos de Derechos Humanos de Donostia-San Sebastián. Volumen XI*, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, Bilbao, 2010.
- 5 B.O.E. Número 248, de 17 de octubre de 1977.
- 6 Cfr., entre otros, Chinchón Álvarez, J.: “*El viaje a ninguna parte: Memoria, leyes, historia y olvido sobre la Guerra Civil y el pasado autoritario en España. Un examen desde el derecho internacional*”, en *Revista del Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, núm. 45, enero-junio de 2007, pp. 12-129.
- 7 Decreto Ley N°. 2191, de 19 de abril de 1978.
- 8 Ley 22924, de 23 de marzo de 1983.
- 9 Decreto número 30-90, emitido el 14/12/1990.
- 10 Según su artículo 1 – que no hizo más que derogar de hecho lo dispuesto en el artículo 6 de la Ley de Reconciliación Decreto N°. 486, de 20 de marzo de 1993.
- 11 Ley 26479, de 14 de junio de 1995.
- 12 Ley 26492, de 30 de junio de 1995.

del Estado” del Uruguay<sup>[13]</sup>, o de “punto final”<sup>[14]</sup> y de “obediencia debida”<sup>[15]</sup> de la Argentina de 1986-1987<sup>[16]</sup>. De este modo, y en virtud de los incisos referidos de la Ley de Amnistía de 1977, ya desde los albores de su transición política, en el caso español se pretendieron dejar amnistiados, impunes, a la postre, *todos los delitos cometidos por los funcionarios y agentes del orden público contra el ejercicio de los derechos de las personas*.

De este punto en adelante, pero siempre sin afectar a la vigencia de la Ley de Amnistía de 1977, que aún hoy sigue concitando la defensa y apoyo oficiales, ya sea por omisión<sup>[17]</sup> o por acción<sup>[18]</sup>, se fue desarrollando un lento y confuso proceso en el que sería aprobado un muy amplio conjunto de medidas pretendidamente reparatorias, en sentido amplio; en cuyo repaso no podemos detenernos en esta ocasión<sup>[19]</sup>. Para algunos, el proceso referido se

13 Ley 15848, aprobada el 22 de diciembre de 1986.

14 Ley 23492, de 23 de diciembre de 1986.

15 Ley 23521, de 5 de junio de 1987.

16 Para mi visión sobre todas estas medidas legislativas desde la perspectiva de este trabajo, puede verse Chinchón Álvarez, J.: *Derecho Internacional y transiciones a la democracia y la paz: Hacia un modelo para el castigo de los crímenes pasados a través de la experiencia iberoamericana*, Ediciones Parthenon, Madrid, 2007, pp. 323-471; de forma más resumida y actualizada, Chinchón Álvarez, J.: “Modelos de persecución penal y Justicia Transicional en Iberoamérica. Algunas enseñanzas jurídico-internacionales tras los procesos de transición iberoamericanos: Impunidad fáctica, amnistías e indultos”, en Capellà I Roig, M. y Ginard I Ferón, D. (coords.): *Represión política, justicia y reparación. La memoria histórica en perspectiva jurídica (1936-2008)*, Ediciones Documenta Balear, Palma de Mallorca, 2009, en especial pp. 274-312.

17 A modo de ejemplo, resulta de interés recordar que en el documento que está en el origen de la actual “Ley de Memoria Histórica”, el Informe General de la Comisión Interministerial para el estudio de la situación de las víctimas de la guerra civil y del franquismo, de julio de 2006, al comentar el contenido e implicaciones de la Ley 46/1977, la Comisión pareció entender que no ameritaba especial valoración lo dispuesto en el artículo 2.e) y f) de esta norma, que solamente se menciona a efectos, pareciera, meramente informativos, agregando tan sólo que esta previsión “ponía de relieve la decisión política de renunciar a la persecución judicial de los servidores del régimen franquista que habían participado en la represión”. Vid. Comisión Interministerial para el Estudio de la Situación de las Víctimas de la Guerra Civil y del Franquismo: “Informe General”, 28 de julio de 2006, pág. 30.

18 Como ejemplo próximo en el tiempo, no debe dejarse de consultar, Comité de Derechos Humanos: “Examen de los Informes Presentados por los Estados Partes de Conformidad con el Artículo 40 del Pacto: España. Adición. Comentarios del Gobierno de España sobre las observaciones finales del Comité de Derechos Humanos”, Documento de las Naciones Unidas: CCPR/C/ESP/CO/5/Add.1, 13 de enero de 2009, p. 3. En lo relativo a los órganos de justicia, véanse los apartados siguientes.

19 Para un examen más detallado de las medidas en cuestión, puede acudirse a Chinchón Álvarez, J.: “*El viaje a ninguna parte: Memoria, leyes, historia y olvido sobre la Guerra Civil...*”, *op. cit.*, pp. 122 y ss., así como a la abundante bibliografía que se refiere; de forma

vio culminado treinta años después, hacia finales del año 2007, con la aprobación de la popularmente conocida como “Ley de Memoria Histórica”<sup>[20]</sup>. De hecho, en el propio Preámbulo de esta norma se sostenía venir a dar cumplida y definitiva respuesta a las demandas de la sociedad española en este punto, y con ello contribuir a cerrar las heridas todavía abiertas en los españoles y dar plena satisfacción a los ciudadanos que sufrieron, directamente o en la persona de sus familiares, las consecuencias de la Guerra Civil o de la represión franquista<sup>[21]</sup>.

Ahora bien, conviene tener presente que tanto el texto legal definitivamente aprobado a finales de diciembre de 2007, como la inmensa mayoría de las medidas que se adoptaron anteriormente, descansaban sobre una lógica común; cuya comprensión permite entender de forma más adecuada el significado específico de la serie de denuncias presentadas por diversos particulares y asociaciones de familiares-víctimas<sup>[22]</sup> ante los tribunales españoles, señaladamente ante la Audiencia Nacional a partir de finales de 2006.

---

más resumida, puede acudir a CHINCHÓN ÁLVAREZ, J.: “Justicia Transicional, “Memoria Histórica”, y responsabilidad internacional del Estado: Un análisis general a propósito del cumplimiento de ciertas obligaciones internacionales en juego después de más de tres décadas del inicio formal de la transición política española”, en *Revista de Derecho de Extremadura*, núm. 4, enero/abril de 2009, pp. 53 y ss. Con carácter exhaustivo y más próximos en el tiempo, pueden consultarse el completo trabajo de AGUILAR, P.: *Políticas de la memoria y memorias de la política*, Alianza Editorial, Madrid, 2008, en especial pp. 233 y ss.; de manera condensada, resultan de gran interés y utilidad las tablas contenidas en las pp. 506-520; así como el libro de GIL GIL, A.: *La justicia de transición en España. De la amnistía a la memoria histórica*, Atelier, Barcelona, 2009, pp. 47 y ss.

20 Ley 52/2007, de 26 de diciembre, por la que se reconocen y amplían derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la Guerra Civil y la dictadura, en B.O.E. núm. 310, de 27 de diciembre de 2007.

21 Cfr., párrs. 3 y 18 de la Ley 25/2007, de 26 de diciembre.

22 Como es bien sabido, en atención a la regulación internacional de la figura de la desaparición forzada, son víctimas de este crimen tanto la persona desaparecida como “toda persona física que haya sufrido un perjuicio directo como consecuencia de una desaparición forzada” (véase, por ejemplo, artículo 24.1 de la Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas). Junto a ello, debe tenerse en cuenta que como en varias ocasiones ha señalado el Tribunal Europeo de Derechos Humanos, en determinadas circunstancias el familiar-víctima de una desaparición forzada es también víctima de un acto de tortura, trato inhumano, cruel o degradante (consúltense, entre otros, Tribunal Europeo de Derechos Humanos: *Kurt c. Turquía*, sentencia de 25 de mayo de 1998, en *Reports 1998-III*, párrs. 130-134; *Çakici c. Turquía*, sentencia de 8 de julio de 1999, nº. 23657/94, párrs. 88-99, en especial 98; *Orhan c. Turquía*, sentencia de 18 de junio de 2002, nº. 25656/94, en especial párr. 358; *pek c. Turquía*, sentencia de 17 de febrero de 2004, nº. 25760/94, párrs. 178-183, en especial párrs. 181-183; *Osmano lu c. Turquía*, sentencia de 24 de enero de 2008, nº. 48804/99, en especial párrs. 96-97).



A este respecto, baste recordar que el mismo Tribunal Constitucional español ya señaló a inicios de la década de 1990 que aunque legalmente algunas de estas medidas vengan denominadas como "indemnizaciones", eran en realidad, prestaciones establecidas *graciamente* por el legislador, de acuerdo a una decisión política<sup>[23]</sup>. A mi entender, ésta es la clave esencial del caso español. Así, pese a lo mucho que se ha dicho en múltiples foros, y aunque muchas de las medidas implementadas en estos últimos años han de ser cuantitativamente celebradas, su razón de ser fundamental es idéntica a la que subyace en la más reciente "Ley de Memoria Histórica". En este sentido, es paradigmático que en su literal nunca se hable de obligaciones o derechos, sino sólo de "peticiones o demandas legítimas" de algunos ciudadanos<sup>[24]</sup>, en un escenario que aparece pues como si de relaciones entre particulares o sujetos privados se tratase, y en el que el Estado sólo figura como coadyuvante, o en su caso, como sujeto que podrá "establecer subvenciones"<sup>[25]</sup>. De hecho, y por recordar las propias palabras del Tribunal Supremo, ante lo que estamos no es otra cosa que "la mera colaboración con particulares que la Ley 52/2007 (...) estableció respecto a la contribución de los poderes públicos en la deseable reparación de las víctimas de la Guerra Civil y de la dictadura que le siguió"<sup>[26]</sup>. En definitiva, como certeramente se ha concluido, la realidad no es otra que: "... la Ley renuncia a una investigación oficial de las violaciones de derechos humanos (...), mantiene la regla de la impunidad y de la no investigación"<sup>[27]</sup>. Por todo ello, resulta tan censurable como injustificable la posición defendida por las autoridades españolas ante el propio del Grupo de Trabajo sobre las Desapariciones Forzadas o Involuntarias de las Naciones Unidas; al sostener que:

---

23 Cfr. Sentencia del Tribunal Constitucional de España en las cuestiones de inconstitucionalidad acumuladas 2.645, 2.646, 2.647 y 2.648/92 y 12 y 420/93, promovidas, las cuatro primeras, por la Sala de lo Contencioso-Administrativo del Tribunal Superior de Justicia de Asturias, y la quinta y la sexta por las Salas del mismo orden jurisdiccional de los Tribunales Superiores de Justicia de Castilla-La Mancha y de Madrid, respectivamente, en las que se plantea la posible inconstitucionalidad de la Disposición adicional decimoctava de la Ley 4/1990, de 29 de junio, de Presupuestos Generales del Estado para 1990, STC 361/1993, Fundamentos Jurídicos, párr. 2.

24 Cfr. Exposición de Motivos de la Ley 52/2007, de 26 de diciembre.

25 Cfr., a modo de ejemplo, artículo 11.2 de la Ley 52/2007, de 26 de diciembre.

26 Vid. Tribunal Supremo: Auto de 3 de febrero de 2010, Causa Especial Nº. 20048/2009, p. 52.

27 Vid. GIL GIL, A.: *La justicia de transición en España*, op. cit., p. 76.

“... en cuanto a la denuncia de que no ha habido investigaciones de las desapariciones ocurridas durante la Guerra Civil española y el franquismo, el Gobierno citó varias medidas adoptadas desde 2004, incluid[a] (...) la Ley de 2007 por la que se amplían y reconocen derechos y se establecen medidas en favor de quienes padecieron persecución o violencia durante la guerra civil y la dictadura”<sup>[28]</sup>.

Lo anterior es, por supuesto, singularmente evidente en el articulado concreto aprobado respecto a las víctimas<sup>[29]</sup> de desaparición forzada durante la Guerra Civil y el franquismo, esto es, los artículos 11 al 14. Se seguía y sigue pues actuando dentro de la lógica de, a lo más, la concesión discrecional del Estado; perspectiva que difícilmente se acomoda con el reconocimiento de la existencia de responsabilidad (internacional) del Estado, en relación a una serie de víctimas que han visto violentados un conjunto de derechos, que el mismo Estado ha convenido en respetar y garantizar, y cuyo quebranto exige una investigación y reparación acorde con las detalladas pautas existentes en este ámbito. Nada de esto está presente ni en la letra, ni en el espíritu, ni por supuesto en el diseño de todo el conjunto de medidas tomadas hasta la fecha. Ni tan siquiera frente a hechos como la desaparición forzada de personas, cuyo carácter permanente o continuado<sup>[30]</sup> resulta indiscutible; como bien ha recordado recientemente el Tribunal Europeo de Derechos Humanos<sup>[31]</sup>. De aquí que al hablar del caso español, pueda suscribirse plenamente

---

28 *Vid.* Consejo de Derechos Humanos: “Informe del Grupo de Trabajo sobre las Desapariciones Forzadas o Involuntarias”, Documento de las Naciones Unidas: A/HRC/13/31, 21 de diciembre de 2009, párr. 486.

29 Sobre este concepto, recuérdese lo señalado en la nota 22.

30 Como es sabido, a diferencia del lenguaje propio del Derecho interno, en lo relativo al ordenamiento jurídico internacional son de uso común y aceptado ambas calificaciones. Recuérdese, a modo de ejemplo, lo expresamente señalado por el Grupo de Trabajo encargado de elaborar un proyecto de instrumento normativo jurídicamente vinculante para la protección de todas las personas contra las desapariciones forzada: “A propuesta de una delegación, y para tener en cuenta la diferencia de terminología empleada en las legislaciones de los países de América Latina, el Grupo de Trabajo aceptó que la expresión “caractère continu” que figura en el apartado b) del párrafo 1 se traduzca en la versión española del instrumento por “carácter continuo o permanente”. *Vid.* Documento de las Naciones Unidas: E/CN.4/2006/57, 2 de febrero de 2006, párr. 113.

31 *Cfr.* *Caso Vardana and others v. Turkey (GC), Applications nos. 16064/90, 16065/90, 16066/90, 16068/90, 16069/90, 16070/90, 16071/90, 16072/90 and 16073/90*, 18 de septiembre de 2009.

la siguiente caracterización: "El proceso español de justicia transicional: Ni verdad, ni justicia, sólo reparación y aún a medias"<sup>[32]</sup>.

Todo lo dicho explica entonces que ya desde los finales borradores del Proyecto de lo que después sería la "Ley de Memoria Histórica", parte de las víctimas de algunos de los crímenes cometidos en la Guerra Civil y la dictadura franquista agotaran su paciencia y terminasen por convencerse de que más allá de lo que el ejecutivo o el legislativo tuvieran a bien querer conceder, la única vía que les quedaba para reclamar plenamente sus derechos, acallados o ignorados durante décadas<sup>[33]</sup>, era acudir a la Audiencia Nacional. Ahora bien, a este respecto conviene subrayar dos cuestiones importantes: En primer lugar, estas acciones de 2006 no fueron, en caso alguno, las primeras o únicas acciones activadas ante los órganos de Justicia. Motivos de espacio impiden que nos detengamos aquí en este particular, pero sí conviene apuntar al menos que las diversas actuaciones anteriores a fines de 2006 no encontraron otra respuesta que la imposibilidad de llevar adelante investigación alguna; como bien ilustra ya el Auto del Juzgado de Instrucción Nº. 1 de Arenas de San Pedro de 15 de diciembre de 1999<sup>[34]</sup>. En segundo lugar, ha de destacarse que aunque parece ciertamente extendida la convicción de que lo acaecido en los tiempos más recientes es una especie de iniciativa personal del Magistrado Garzón, que nacía y moriría en la Audiencia Nacional, o en el Tribunal Supremo, en definitiva, que nacía y moriría en él o con él, como bien ha destacado recientemente el historiador Espinosa Maestre, "... aunque no se diga, este reconocimiento generalizado a honrar a las víctimas del fascismo es fruto en exclusiva del movimiento pro memoria, que desde fines de los 90 y concretamente desde el año 2000 logró mostrar a la sociedad una realidad oculta y prohibida durante el franquismo y también a partir de

---

32 Vid. Capellà I Roig, M.: "Represión política y derecho internacional: una perspectiva comparada", en Capellà I Roig, M. y Ginard I Ferón, D. (coords.): *Represión política, justicia...*, op. cit., p. 234.

33 En relación con este particular, es interesante la lectura de Davis, M.: "Is Spain Recovering its Memory? Breaking the Pacto del Olvido", en *Human Rights Quarterly*, vol. 27, núm. 3, agosto de 2005, pp. 858-880. También ha de consultarse, Capellà I Roig, M.: Las "desapariciones forzadas" en España durante la guerra civil y el franquismo: violaciones y crímenes de derecho internacional sin reparación ni castigo", en Soroeta Licerias, J. (ed): *Conflictos y protección de derechos humanos en el orden internacional. Cursos de Derechos Humanos de Donostia-San Sebastián. Volumen VI*, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, Bilbao, 2006.

34 Cfr. Juzgado de Instrucción nº. 1 de Arenas de San Pedro: Auto de 15 de Diciembre de 1999, Diligencias Previas Proc. Abreviado 1557/1999.

la transición (las exhumaciones de entonces fueron hechas al margen del sistema cuando no en contra<sup>[35]</sup>)”<sup>[36]</sup>.

En definitiva, la idea a retener en este punto es que tras un tan agotador como infructuoso tránsito entre autoridades e instancias políticas y judiciales, fue como la Audiencia Nacional acabó por presentarse como el único y último recurso efectivo para, específicamente, llevar adelante las demandas de los familiares-víctimas de los desaparecidos forzados de la Guerra Civil y el franquismo.

## 2. Las acciones ante la Audiencia Nacional (2006-2008)

Como hemos apuntado, las primeras acciones judiciales ante la Audiencia Nacional se enmarcan en un proceso iniciado a raíz de una serie de denuncias presentadas por distintas asociaciones y particulares a partir de mediados de diciembre de 2006, por, en líneas generales, la comisión de crímenes contra la humanidad a través de actos de desaparición forzada de personas durante la Guerra Civil y el franquismo. En consonancia con lo que señalamos en el apartado anterior, esta actuación ante la justicia presentaba una singularidad de fondo de notable influencia, en tanto que los mismos representantes de los denunciadores manifestaron en varias ocasiones que no era su pretensión la búsqueda o el establecimiento de responsabilidades penales

---

35 Sobre el particular, este mismo autor expone en otro de sus trabajos que “frente al deseo del Gobierno de la UCD y de las cúpulas de todos los partidos políticos hubo personas en numerosos lugares del país que decidieron dar sepultura digna a sus familiares víctimas del fascismo. Los gobernadores civiles se vieron ante hechos consumados en los que intervenían centenares de personas, a veces con los alcaldes y concejales al frente. Actos tensos, silenciosos y sumamente emotivos ante los que la derecha tuvo que contentarse con poner todo tipo de impedimentos, lanzar amenazas, realizar denuncias y silenciarlos, evitando por todos los medios que trascendieran. En la mayoría de los casos la prensa ni habló de ellos y los responsables de los partidos miraron para otro lado. Sin embargo fue esa inhibición de los poderes públicos y la seguridad de que el asunto interesaba a la gente la que llevó a la revista *Interviú* a realizar reportajes sobre muchos de estos actos a lo largo de varios años. Ésta es la referencia que tenemos. Desde luego el tratamiento sensacionalista que la mencionada revista dio a estas noticias no fue el más conveniente pero lo que demuestra la avidez con que desaparecían aquellos números es el vacío existente. La gente quería saber y la única información que circulaba sobre las matanzas fascistas que habían tenido lugar 41 años antes era aquella.” Vid. Espinosa Maestre, F.: “De saturaciones y olvidos. Reflexiones en torno a un pasado que no puede pasar”, en *Hipania Nova-Revista de Historia Contemporánea*, núm. 7, 2007, pp. 427-428.

36 Vid. Espinosa Maestre, F.: “Cuando el presente excluye el pasado”, en *Todos (...) los nombres*, agosto de 2010, p. 1 (disponible en versión electrónica en [www.todoslosnombres.org](http://www.todoslosnombres.org)).

individuales por los crímenes que hubieran podido cometerse. Así, a modo de ejemplo, en una de las primeras denuncias presentadas, la de la *Associació per a la Recuperació de la Memòria Històrica de Mallorca*, se subraya la que es la demanda básica de la gran mayoría de los denunciantes, esto es, que: "Por todo ello, pedimos el auxilio de la justicia en la localización del paradero o destino final de las personas enumeradas"<sup>[37]</sup>. De este modo, se presentaría una primera cuestión de orden general, a saber, cómo y en qué medida un órgano de la naturaleza del Juzgado/Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional podría atender esta demanda fundamental. Particular de amplio calado que se mantendrá presente, directa o indirectamente, en todo el devenir jurisdiccional<sup>[38]</sup>; compitiendo, en realidad, con otro aspecto que ha alcanzado los mayores niveles en la polémica mediática, esto es, el más que probable fallecimiento de la mayoría de los máximos responsables (penales) de los crímenes en cuestión.

Las denuncias señaladas encontrarían finalmente respuesta en el Auto de 16 de octubre de 2008, Diligencias Previa- Procedimiento Abreviado 399/2006 V, del Juzgado Central de Instrucción Nº. 5 de la Audiencia Nacional. El titular de este órgano, el Magistrado-Juez Baltasar Garzón, probablemente consciente de la enorme trascendencia, y quizás oposición, que a todos los niveles estaría llamada a tener su decisión, comenzaría su Auto indicando expresamente, por una parte, que la acción de la justicia se produce con el máximo respeto para todas las víctimas que padecieron actos violentos execrables, masacres y gravísimas violaciones de sus derechos durante la Guerra Civil y la posguerra, con independencia de su adscripción política, ideológica, religiosa o de cualquier otra clase, y, sin que se establezca razón de diferenciación alguna entre ellos por tales circunstancias<sup>[39]</sup>; y por otra, que con este procedimiento no se trata de hacer una revisión en sede judicial de la Guerra Civil española, ya que ello supondría la formación de una especie de "Causa General"<sup>[40]</sup>. En similar línea interpretativa habría de valorarse la mención que se hace en el Razonamiento Jurídico Decimoprimer a las "Diligencias

37 Vid. Denuncia destinada al Juzgado de Instrucción Central de Guardia de la *Associació per a la Recuperació de la Memòria Històrica de Mallorca*, 14 de diciembre de 2006, p. 31.

38 En cuanto a la posición adoptada en el primer Auto de 16 de octubre sobre este particular, véanse Auto de 16 de octubre de 2008, Diligencias Previa- Procedimiento Abreviado 399/2006 V, del Juzgado Central de Instrucción Nº. 5 de la Audiencia Nacional, Razonamientos Jurídicos Decimotercero a Decimoquinto.

39 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Primero, párr. 2.

40 Cfr. *Ibid.*, párr. 3.

Indeterminadas 70/1998”, es decir, la desestimación, primero en 1998 y confirmada después en el año 2000, de la querrela presentada contra Santiago Carrillo, el Partido Comunista, el Partido Socialista Obrero Español, la Comunidad de Madrid y el Estado español por los delitos de genocidio, torturas y terrorismo que se sostenía que habían sido cometidos en la horrible masacre de Paracuellos del Jarama<sup>[41]</sup>. Y así que a tenor de los términos en los que se expresa el Auto en este punto, parece querer subrayar que no existe agravio comparativo posible entre la resolución sobre ese caso y la que se dará sobre los hechos que ahora se estaban examinando<sup>[42]</sup>. El Auto destaca, de igual modo, que a diferencia de lo ocurrido con otros crímenes cometidos durante la Guerra Civil, los hechos objeto de denuncia nunca han sido investigados penalmente por la Justicia española, con el agravante de que podrían revestir la calificación jurídica de crímenes contra la humanidad<sup>[43]</sup>.

A partir de estas pautas, el Auto ciertamente concreta la labor del órgano jurisdiccional en lo acaecido principalmente en un extenso espectro temporal; concordante con la amplitud de los hechos denunciados ante la Audiencia. Así, distingue específicamente tres períodos, a saber: 1ª) La de represión masiva a través de los Bandos de Guerra y que comprende desde el 17 de Julio de 1936 a Febrero de 1937. 2ª) La de los Consejos de Guerra sumarísimos de urgencia entre Marzo de 1937 y los primeros meses de 1945. Y 3ª) la acción represiva entre 1945 y 1952 marcada por la eliminación de guerrilleros y personas que les apoyaban<sup>[44]</sup>. Todo ello, sin perjuicio de ampliar estos límites temporales si aparecieran otros casos posteriores, siempre y cuando, aclara, se hallasen integrados en el plan sistemático de desaparición, objeto de investigación fundamental de la causa<sup>[45]</sup>. Desde estos parámetros, el Auto valora y describe pormenorizadamente lo que parcialmente el célebre informe de Leo Brincat calificó como “deeply disturbing Franco’s human rights record”<sup>[46]</sup>; hecho, resulta evidente, de sobresaliente trascendencia, y desde luego no ajeno a parte del reconocimiento debido buscado por muchos

---

41 Sobre este particular, puede consultarse GIL GIL, A.: *La justicia de transición en España*, op. cit., pp. 90-92.

42 Cfr. Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Decimoprimer.

43 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Primero, párr. 1. En sentido similar, véase el Razonamiento Jurídico Decimocuarto.

44 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Primero, párr. 6.

45 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Sexto.

46 Consejo De Europa: “Need for international condemnation of the Franco regime”, Doc. 10078, Ref. 2926, 2 de marzo de 2004, adoptado por unanimidad el 4 de octubre de 2005.

de los denunciantes, como el mismo Auto se encarga de destacar<sup>[47]</sup>. En este sentido, son singularmente reveladoras las siguientes líneas, que aunque para algunos autores, pese a todo, se "han quedado cortas" ante la magnitud de lo ocurrido<sup>[48]</sup>, merecen reproducirse en su integridad:

"... de los hechos que acontecieron posteriormente al 18 de Julio de 1936, se constata que el alzamiento o insurrección armada que se materializó en esa fecha, fue una decisión perfectamente planeada y dirigida a acabar con la forma de Gobierno de España, en ese momento, atacando y ordenando la detención e incluso la eliminación física de personas que ostentaban responsabilidades en los altos Organismos de la Nación y ello, como medio o al menos como paso indispensable para desarrollar y ejecutar las decisiones previamente adoptadas sobre la detención, tortura, desaparición forzada y eliminación física de miles de personas por motivos políticos e ideológicos, propiciando, asimismo, el desplazamiento y exilio de miles de personas, dentro y fuera del territorio nacional, situación que continuó, en mayor o menor medida, durante los años siguientes, una vez concluyó la Guerra Civil..."<sup>[49]</sup>.

Así, y aun en una primera aproximación eminentemente provisional, se cifrará el número de víctimas de desaparición forzada en estos períodos en 114.266 personas<sup>[50]</sup>; cifra que posteriormente se elevaría a entre 136.062 y 152.237 víctimas<sup>[51]</sup>.

Ahora bien, aunque el párrafo citado deja entrever ya lo que, con independencia de la naturaleza de los crímenes denunciados, serán los dos pilares esenciales del razonamiento jurídico que se despliega en el Auto, en su literal, el Magistrado nos comparte la existencia de siete cuestiones clave que a su juicio podrían ser problemáticas para poder entender de los hechos denunciados; aspectos que él mismo califica a través del vocablo de "escollos"<sup>[52]</sup>. Con todo, la naturaleza y objeto de este breve artículo hacen

47 Cfr. Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Decimocuarto.

48 En este sentido, Penella, M.: *La Causa contra Franco. Juicio al franquismo por crímenes contra la humanidad*, Planeta, Barcelona, 2010, p. 8.

49 *Vid.* Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Tercero.

50 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Sexto.

51 Cfr. el Auto de 26 de diciembre de 2008, Sumario (Proc. Ordinario) 0000053/2008 E, del Juzgado Central de Instrucción Nº. 5 de la Audiencia Nacional, párr. 7.

52 En concreto: "El de la irretroactividad de la ley penal que recoge el delito citado con posterioridad a la comisión de los hechos y su conflicto con las normas consuetudinarias de

inviabile que profundicemos aquí en todas estas importantes y complicadas cuestiones jurídicas<sup>[53]</sup>; si bien conviene destacar que muchas de ellas se basan, a mi entender, en la deficiente legislación española en este punto, a diferencia de lo legalmente previsto para crímenes similares cometidos en el extranjero -quizás en la estrecha o interesada mente del legislador español, nunca estuvo presente que este tipo de crímenes se pudieran cometer o haber cometido en España. Lo importante entonces, a los efectos de este trabajo, es que a partir de una sofisticada y compleja construcción jurídica, parcialmente sostenida tanto en el Derecho internacional pertinente como en la decisión anterior del Tribunal Supremo en el caso *Scilingo*<sup>[54]</sup>, en este Auto se terminará por afirmar la competencia de la Audiencia Nacional para investigar los crímenes, cometidos durante la Guerra Civil y el franquismo, de detención ilegal sin dar razón del paradero, o desaparición forzosa, en el contexto de crímenes contra la humanidad y en conexión con delitos contra la Constitución y los Altos Organismos de la Nación. Conclusión que, entre otras consideraciones, evidentemente conllevaría la no aceptación de los pretendidos efectos de la Ley de Amnistía de 1977<sup>[55]</sup>.

---

derecho penal humanitario que han sido ratificadas por España y que forman parte del denominado “*ius cogens*” y que ya han sido citadas. La cuestión de la permanencia o no permanencia delictiva de los hechos, esencialmente de detenciones ilegales (desaparición forzada de personas) en las cuales aún no se ha dado razón cierta del paradero de las víctimas y su incidencia sobre la prescripción. El de la posible aplicación de la amnistía a los hechos denunciados. La competencia de este Juzgado y de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional, en función del concurso de delitos que puede darse. Identificación de las personas posibles responsables de los mismos delitos a los que se refieren las denuncias presentadas. La protección de las víctimas de estos hechos.” *Vid.* Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Séptimo.

53 Para ello, puede acudir a CHINCHÓN ÁLVAREZ, J.: “Examen del Auto del Juzgado de Instrucción N.º 5 de la Audiencia Nacional por el que se acepta la competencia para investigar los crímenes contra la humanidad cometidos en la Guerra Civil y el franquismo”, en *La Ley: Revista Jurídica Española de Doctrina, Jurisprudencia y Bibliografía*, año 2008, tomo 5, pp. 1388-1397.

54 Sentencia del Tribunal Supremo N.º: 798/2007, de 1 de octubre de 2007. En lo que aquí interesa, sobre esta sentencia puede acudir a OLLÉ SESÉ, M.: *Justicia universal para crímenes internacionales*, La Ley, Madrid, 2008, págs. 64-67, 161-183, cuya posición y conclusiones comparto en este extremo. Para una perspectiva parcialmente divergente, véase GIL GIL, A.: “Principio de legalidad y crímenes internacionales. Luces y sombras en la Sentencia del Tribunal Supremo en el caso Scilingo”, en CUERDA RIEZU, A. y JIMÉNEZ GARCÍA, F.: *Nuevos Desafíos del Derecho penal internacional: Terrorismo, crímenes internacionales y derechos fundamentales*, Tecnos, Madrid, 2009.

55 Sobre esta cuestión, Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Undécimo.



Sobre esta base, se toman importantes decisiones concretas: Tras reiterar las dificultades fácticas que la investigación de los hechos denunciados plantean, el Magistrado acordó la creación de un "Grupo de Expertos" y otro de Policía Judicial con el fin de desarrollar las labores de búsqueda y localización para, en un plazo razonable, ofrecer a las víctimas una respuesta acorde con las peticiones señaladas<sup>[56]</sup>. En lo que se refiere al primero, señalar que su misión sería la localización y sistematización de víctimas, la obligación de averiguación de las circunstancias de su desaparición y muerte, y específicamente de las personas que intervinieron en la misma; y asimismo deberían continuar, bajo la directriz de la autoridad judicial competente, la investigación hasta que se acreditase suficientemente la comisión de los hechos denunciados. Por su parte, respecto al mucho más trascendente "Grupo de Expertos", se indicaba en el Auto que para su formación se solicitaría a las partes que, de común acuerdo, designasen el nombre de cinco personas, a las que se unirían otras dos que serían nombradas por el propio Juzgado. Su misión sería estudiar, analizar y valorar y dictaminar sobre el número, lugar, situación e identificación de las víctimas en un solo informe que incluyese el número total de víctimas en el período estudiado; diferenciándolos, luego de estudiar todos los datos aportados y que se aporten a la causa, en tres grupos: 1) Personas detenidas y desaparecidas hasta el día de la fecha, con propuesta de localización y métodos de recuperación e identificación de sus restos. 2) Personas detenidas y desaparecidas cuyos cuerpos se recuperaron pero aún están sin identificar, con la misma propuesta del punto anterior sobre su identificación. 3) Personas detenidas desaparecidas y que han sido identificadas<sup>[57]</sup>. Pese al expreso carácter de órgano pericial, resulta evidente que todo aquel habituado a lo que se ha venido a conocer con el neologismo de "Justicia Transicional", o "Justicia de Transición", podrá encontrar aquí ciertos ecos y/o consecuencias prácticas del denominado como "Derecho a la Verdad", cuya concreción más conocida son las llamadas "Comisiones de la Verdad"<sup>[58]</sup>. Jurídicamente no cabe duda de que no estamos ante un órgano de esta naturaleza, pero de hecho, todo parece llevarnos hacia ese ámbito fundamental; lo que podría permitir, ha de destacarse, cubrir uno de los más vergonzantes vacíos de España en lo que refiere a las medidas a adoptar den-

56 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Decimosexto.

57 Cfr. *Idem.*

58 Sobre ellas, a mi juicio el trabajo ya clásico de referencia es el Hayner, P. B.: *Unspeakable Truths. Confronting Terror and Atrocity*, Routledge, Nueva York, 2001.

tro del escenario de la “Justicia Transicional”. En todo caso, y dejando ahora al margen potenciales conflictos o problemas fácticos entre lo que podría haber sido la futura labor de este “Grupo de Expertos” y lo dispuesto en artículos como el 12 de la ya referida “Ley de Memoria Histórica”, así como con el desarrollo normativo previsible de la Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas<sup>[59]</sup>, es obvio que lo indicado habría de depender finalmente de la composición definitiva del Grupo que se acordase, y del modo en que sus miembros enfocasen y desarrollasen su mandato.

Junto a lo anterior, en el Auto se aborda el examen de varias peticiones de exhumaciones deducidas de la causa, y a este respecto, y en lo que ahora interesa, establece una serie de criterios básicos, tanto para las presentes como para futuras exhumaciones, con vistas a autorizar su inicio, desarrollo o continuación<sup>[60]</sup>. Finalmente, también se acuerda cursar oficio a los correspondientes Registros Civiles para que aporten certificado de defunción de los sujetos que, *a priori*, ha identificado como máximos responsables de los crímenes en cuestión; todo ello con vistas a declarar la extinción de responsabilidad penal por fallecimiento<sup>[61]</sup>. Para a continuación, reclamar al Ministerio del Interior los datos que identifiquen a los máximos dirigentes de la Falange Española, entre el 17 de julio de 1936 y 31 de diciembre de 1951, para una

59 Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas, adoptada por la Asamblea General de las Naciones Unidas el 20 de diciembre de 2006, Documento de las Naciones Unidas: A/RES/61/177. Como texto de origen, véase Documento de las Naciones Unidas: E/CN.4/2005/WG.22/WP.1/REV.4, 23 de septiembre de 2005. Sobre esta Convención desde la perspectiva aquí escogida, puede verse Chinchón Álvarez, J.: “La Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas: Nunca es tarde si la dicha es ¿buena? Examen general y perspectivas en España tras la aprobación de la ‘Ley de Memoria Histórica’”, en *Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Foro, Nueva Época*, núm. 7/2008, pp. 11-55.

60 Cfr. Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Decimoséptimo.

61 En concreto, nombra a: Francisco Franco Bahamonde, Miguel Cabanellas Ferrer, Andrés Saliquet Zumeta, Miguel Ponte Manso de Zúñiga, Emilio Mola Vidal, Fidel Dávila Arrondo, Federico Montaner Canet, Fernando Moreno Calderón, Francisco Moreno Fernández, Germán Gil y Yuste, Luis Orgaz Yoldi, Gonzalo Queipo de Llano y Sierra, Francisco Gómez-Jordana y Souza, Francisco Feroso Blanco, Luis Valdés Cabanilla, Nicolás Franco Bahamonde, Francisco de Asís Serrat i Bonastre, José Cortés López, Ramón Serrano Súñer, Severiano Martínez Anido, Tomás Domínguez Arévalo, Raimundo Fernández Cuesta y Merelo, Valentín Galarza Morante, Esteban Bilbao y Eguía, Jose Luis Arrese y Magra, Juan Yagüe Blanco, Salvador Moreno Fernández, Agustín Muñoz Grandes, José Enrique Varela Iglesias, Juan Vigón Suerodíaz, Blas Pérez González, Carlos Asensio Cabanillas, Eduardo Aunós Pérez, Eduardo González Gallarza, y Francisco Regalado Rodríguez. Cfr. Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Párrafo Dispositivo segundo.

vez identificados, acordar lo necesario sobre la imputación y extinción, en caso de fallecimiento, de la responsabilidad penal<sup>[62]</sup>. Si bien ya apuntamos que el Auto expresamente señala a todos estos sujetos sin perjuicio de que existan otros posibles responsables vivos no identificados aún,<sup>[63]</sup> esta primera decisión dejaría sobre la mesa algo que tendrá gran importancia en el desarrollo jurisdiccional posterior: qué ocurrirá una vez quede demostrado el fallecimiento de todos los sujetos identificados en este momento.

Tras todo lo resumido, si para llegar a lo decidido en el Auto de 16 de octubre tuvimos que esperar cerca de dos años desde la presentación de las primeras denuncias, a partir de esa fecha los hechos se precipitarían de manera extraordinaria. Lo que no deja de ser llamativo, cabría decir, si el proceso en cuestión estaba llamado a enfrentar la inicial investigación de unos hechos con un sobresaliente "grado de dificultad"<sup>[64]</sup>, que además, como subrayó el mismo Auto de 16 de octubre, nunca han sido investigados penalmente por la Justicia española, por lo que hasta el día de la fecha, la impunidad había sido la regla<sup>[65]</sup>. Unos hechos, en definitiva y por usar las palabras de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarrui García y Sáez Valcárcel, que habrían de conformar una causa de una singular "importancia histórica"<sup>[66]</sup>, en tanto que entre otras muchas cosas, posiblemente sean los hechos con relevancia penal más grave – por su intensidad y extensión- que se han presentando ante la jurisdicción española<sup>[67]</sup>. Sin embargo, contra todo pronóstico, en prácticamente mes y medio desde la notificación de aquel trascendental Auto, fuimos

62 Cfr. *Ibid.*, Párrafo Dispositivo tercero.

63 Cfr. *Ibid.*, Razonamiento Jurídico Sexto.

64 *Vid. Ibid.*, Razonamiento Jurídico Primero. A este respecto, y dejando por el momento la valoración del contexto en que se sostuvieron, es interesante reproducir en este punto algunas ilustrativas consideraciones del posterior Auto de 18 de noviembre: "La investigación es muy compleja, de acuerdo; presenta muchas dificultades de prueba, por el tiempo transcurrido, de acuerdo; es difícil que existan autores vivos, posiblemente, pero no imposible en vista de que existen víctimas vivas; será una cuestión diferente la del enjuiciamiento en función de la edad..." *Vid.* Auto de 18 de noviembre de 2008, Sumario (Proc. Ordinario) 53/2008 E, del Juzgado Central de Instrucción N.º 5 de la Audiencia Nacional, p. 132.

65 Cfr. Auto de 16 de octubre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Primero, párr. 1. En sentido similar, véase el Razonamiento Jurídico Decimocuarto.

66 *Vid.* Voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarrui García y Sáez Valcárcel, al Auto de 2 de diciembre de 2008, Procedimiento ordinario número 53/08 del Juzgado Central de Instrucción N.º 5, Expediente número 34/08, Cuestión de competencia del artículo 23LECR, del Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional, párr. I.1.

67 Cfr. *Idem.*

testigos de una frenética y tan inaudita como poco edificante sucesión de acciones y reacciones jurisdiccionales que culminaron en el Auto del Pleno de la Sala de Penal de 2 de diciembre<sup>[68]</sup>; y cuyo pistoletazo de salida podemos situar ya en el mismo 17 de octubre, día en el que el Magistrado Garzón transformó las Diligencias Previas 399/2006 en el Sumario 53/2008<sup>[69]</sup>; hecho llamado a repercutir en los posibles recursos a presentar, en su caso.

Tras este primer evento, asistimos casi sin aliento a la interposición de un extraordinariamente severo<sup>[70]</sup> recurso de apelación de la Fiscalía, el 20 de octubre<sup>[71]</sup>, en el tras rebatir todos y cada uno de los planteamientos del Magistrado Garzón, ya se solicitaba que en atención a la naturaleza y trascendencia del asunto, su resolución fuera avocada al Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional<sup>[72]</sup>; actuación que coincidió con el nombramiento, por parte del Magistrado Garzón, del ex fiscal Anticorrupción, Carlos Jiménez Villarejo, y el ex Presidente de la Audiencia Provincial de Barcelona, Antonio Doñate Martín, como miembros del ya referido “Grupo de Expertos”, creado en virtud del Auto de 16 de octubre. El recurso de apelación sería respondido, el 23 de octubre, por un Auto del mismo Juzgado Central de Instrucción N.º. 5<sup>[73]</sup> en el que se declaró su no admisión a trámite y se fijó un plazo de tres días para, en su caso, interponer recurso de reforma contra el Auto de 16 de octubre de 2008<sup>[74]</sup>; decisión que volvió a coincidir con otro hito en el desarrollo del (con todo, fugaz<sup>[75]</sup>) “Grupo de Expertos”, esto es, con la definitiva

---

68 Cfr. Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*

69 Cfr. Auto de 17 de octubre de 2008, Diligencias Previas-Procedimiento Abreviado 0000399/2006 E, del Juzgado Central de Instrucción N.º. 5 de la Audiencia Nacional.

70 En cuanto a la actitud del Ministerio Fiscal en todo el devenir procesal de la causa, puede verse Amnistía Internacional: “España: La obligación de investigar los crímenes del pasado y garantizar los derechos de las víctimas de desaparición forzada durante la guerra civil y el franquismo”, noviembre de 2008, Índice AI: EUR410008-20809, en especial pp. 9-10; Plataforma por las víctimas de las desapariciones forzadas del franquismo: “Nota de Prensa”, 18 de octubre de 2008. Original en poder del autor; así como: “Comunicado Público tras la Jornada de Trabajo de Asociaciones de la Memoria en Barcelona, 15 de noviembre de 2008. Original en poder del autor (parte de los documentos de la entonces Plataforma pueden verse en <http://memoriadesaparecidos.blogspot.com>).

71 Cfr. Recurso de Apelación del Fiscal Jefe de la Audiencia Nacional de 20 de octubre de 2008. Original en poder del autor.

72 Cfr. *Ibid.*, Primer Otrosí.

73 Cfr. Auto de 23 de octubre de 2008, Sumario (Proc. Ordinario) 0000053/2008 E, del Juzgado Central de Instrucción N.º. 5 de la Audiencia Nacional.

74 Cfr. *Ibid.*, Párrafo Dispositivo segundo.

75 Véanse las páginas siguientes.

elección, a cargo de las partes en la causa, de los restantes cinco miembros: los historiadores Julián Casanova, Queralt Solé, Maribel Brenes y Francisco Espinosa Maestre, y del médico forense Francisco Etxeberria.

No obstante, y quizá tras la lectura del propio Auto de 17 de octubre y la interiorización de sus posibles consecuencias procesales, la Fiscalía, el mismo 21 de octubre, había promovido ya el cuasi-inédito<sup>[76]</sup>, ambiguo<sup>[77]</sup> y extraordinario<sup>[78]</sup> incidente previsto en el artículo 23 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal<sup>[79]</sup>; resultando que si resolviera declarando la falta de competencia del instructor, la consecuencia añadida que parecía pretenderse era, ni más ni menos, que la nulidad de pleno derecho de todo actuado<sup>[80]</sup>. Todo ello, apúntese al menos, sin que, de un lado, el Ministerio Fiscal indicara expresamente en sus escritos quién sería entonces, y a su juicio, el órgano jurisdiccional competente en lo que nos interesa; y del otro, aunque vinculado al anterior, en un viraje ciertamente destacable, en tanto que la mayoría de

---

76 A este respecto, como se recuerda en el voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarrui García y Sáez Valcárcel, "al plantear horas después ante la Sala un incidente del art. 23 Lecrim – alguna parte con razón ha hablado de descubrimiento a la activación de ese mecanismo, por su desaparición en la práctica del foro- abusó del proceso." *Vid.* Voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarrui García y Sáez Valcárcel, al Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, párr. III.1.1.

77 En este sentido, de la Oliva Santos, A. Y Otros: *Derecho Procesal Penal*, Centro de Estudios Ramón Areces, Madrid, 2007, págs. 138 y ss. Dentro del propio procedimiento, véase el voto particular concurrente que formula don Javier Martín Lázaro en el incidente de competencia del art. 23 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal, procedimiento 34/08, formulado en el procedimiento ordinario 53/08 del Juzgado Central de Instrucción nº. 5, 2 de diciembre de 2008, en especial pág. 2.

78 A este respecto, son interesantes las consideraciones que hace el mismo Pleno de la Sala de lo Penal en su Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, págs. 5-7. Para una interpretación mucho más severa, acúdase al voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarrui García y Sáez Valcárcel, al Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, párr. III.

79 Cfr. Escrito del Fiscal Jefe de la Audiencia Nacional de 21 de octubre de 2008, por el que se promueve el incidente previsto en el artículo 23 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal. Original en poder del autor. En este artículo se dispone que "si durante el sumario o en cualquier fase de instrucción de un proceso penal el Ministerio Fiscal o cualquiera de las partes entendieran que el Juez instructor no tiene competencia para actuar en la causa, podrán reclamar ante el Tribunal superior a quien corresponda, el cual, previos los informes que estime necesarios, resolverá de plano y sin ulterior recurso". *Vid.*, artículo 23 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal, en Gaceta nº 260, 17 septiembre 1882 a Gaceta nº 283, 10 octubre 1882.

80 Con todo, en lo que ahora nos ocupa, véase lo que señala en concreto el Pleno de la Sala de lo Penal en el Razonamiento Jurídico Sexto de su Auto de 2 de diciembre de 2008. Para más datos, cfr., *infra*.

sus argumentos hasta la fecha no se habían dirigido a rebatir la competencia de la Audiencia como tal, sino más bien a defender la extinción de la posible responsabilidad criminal en liza<sup>[81]</sup>.

Pero aun más, apenas dos días después de que el Comité de Derechos Humanos nos compartiera sus fundados recelos sobre la licitud internacional de la Ley de Amnistía de 1977, y recomendara algunas medidas concretas en relación a las violaciones de los derechos humanos cometidas durante la Guerra Civil y la dictadura franquista<sup>[82]</sup>, el 29 de octubre se dictaría una nueva providencia en la que el Juzgado Central de Instrucción N.º 5 – a cargo del Magistrado-juez Pedraz en aquellos días por baja médica de Garzón- acordaría atender a algunas de las peticiones de nuevas exhumaciones<sup>[83]</sup> (junto a nuevas personaciones en la causa); decisión que no encontró oposición aparente por parte del Ministerio Fiscal. De hecho, la Fiscalía no había recurrido ninguna de las providencias acordadas con anterioridad a estas convulsas jornadas de octubre<sup>[84]</sup>, y quizás en esa línea, en su recurso del día 20 quiso aclarar, sobre la base de una tan particular como generosísima interpretación de la conocida como “Ley de Memoria Histórica”, que en el trabajo de localización, identificación, “exhumación y entrega de los restos mortales de asesinados y ajusticiados en ese período negro de nuestra reciente historia, las víctimas contarán siempre con la incondicional colaboración del Ministerio Fiscal”<sup>[85]</sup>. Sin embargo, apenas un día después de una nueva autorización

81 En este sentido, es interesante lo apuntado por el voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarri García y Sáez Valcárcel, al Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, párr. III.1.2.

82 Cfr. Comité de derechos humanos: “examen de los informes presentados por los estados partes con arreglo al artículo 40 del pacto. Observaciones Finales: España”, Documento de las Naciones Unidas: CCPR/C/ESP/CO/5, 27 de octubre de 2008, en especial párr. 9. En cuanto a la respuesta de España a estas observaciones, véase nota 18.

83 Las más señaladas en Cáceres, Granada, Valencia (en el cementerio general), y en los cementerios mallorquines de Porreres y Calviá, en el de Aguilar de la Frontera en Córdoba, y en el Valle de los Caídos.

84 Llamativamente, el mismo Fiscal Jefe destaca este hecho en su recurso de 20 de octubre, en el que dice textualmente: “Esas medidas de localización, identificación, exhumación y traslado de restos de desaparecidos también pueden ser acordadas en el proceso penal por el Juez Instructor al amparo de los arts. 13, 326 y ss., y 334 y ss. de la Ley de Enjuiciamiento Criminal, y debe quedar constancia expresa de que el Ministerio Fiscal nunca se ha opuesto a su adopción en sede jurisdiccional, razón por la cual no consideró procedente la interposición y formalización de recurso alguno contra las providencias de 28 de Agosto y de 25 de Septiembre.” *Vid.* Recurso de Apelación del Fiscal Jefe de la Audiencia Nacional, *doc. cit.*, p. 7.

85 *Vid.* Recurso de Apelación del Fiscal Jefe de la Audiencia Nacional, *doc. cit.*, pág. 7.

para exhumar los cadáveres de ocho personas enterradas, sin el conocimiento ni el consentimiento de sus familiares, en el Valle de los Caídos<sup>[86]</sup>, el Fiscal Jefe presentaría, el 7 de noviembre, un *inesperado* escrito de ampliación en el que solicitaba a la Sala de lo Penal<sup>[87]</sup> que adoptase las medidas oportunas y ordenase al juez instructor que se limitase a practicar diligencias esenciales que no "causasen a terceros perjuicios irreversibles de difícil reparación"<sup>[88]</sup>. Y así, aquel mismo 7 de noviembre, en una verdaderamente sorprendente *reunión de urgencia*, el Pleno de la Sala de lo Penal aprobaría un Auto en el que se acogía la petición del Ministerio Fiscal<sup>[89]</sup>, subrayando específicamente el requerimiento para que se paralicen las actividades tendentes a la exhumación de cadáveres en tanto no se resolviera la cuestión de incompetencia planteada por el Ministerio Fiscal<sup>[90]</sup>; todo ello, como destacaron los cinco Magistrados que votaron en contra<sup>[91]</sup>, sin audiencia de las partes y sin que fuere a través de un recurso<sup>[92]</sup>.

Pero a pesar de todo, esta febril actividad no se detuvo ni un instante. Así, el 18 de noviembre se haría público un nuevo y singularmente extenso Auto del Juzgado Central de Instrucción Nº. 5<sup>[93]</sup>, en el que, una vez declarada la extinción de la responsabilidad penal por fallecimiento respecto de los delitos contra Altos Organismos de la Nación y la Forma de Gobierno, así como respecto del delito de detención ilegal/desaparición forzada de personas, en el contexto de crímenes contra la humanidad, de aquellas personas que ya señalamos se habían identificado en el Auto de 16 de octubre, se acordó la inhibición de la causa, con todas sus piezas, a favor de los Juzgados de Ins-

---

86 En concreto, Valerico Canales, Celestino Puebla, Emilio Caro, Flora Labajos, Pedro Ángel Sanz, Román González y Víctor Blázquez, miembros de la Casa del Pueblo de Pajares de Adaja (Ávila), y Fidel Canales, quien estuvo enterrado en el cementerio de Griñón (Madrid) hasta que el 30 de diciembre de 1968 sus restos fueron llevados al Valle de los Caídos.

87 Cfr. Escrito de ampliación de 7 de noviembre de 2008 al escrito de 21 de octubre de 2008.

88 Cfr. *Ibíd.*, párr. 4.

89 Cfr. Auto de 7 de noviembre de 2008, Procedimiento Ordinario 53/08 del Juzgado Central de Instrucción Nº. 5, Cuestión de incompetencia expediente número 34/08, del Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional.

90 Cfr. *Ibíd.*, Párrafo Decisorio segundo.

91 En concreto, los Magistrados Palacios Criado, Fernández Prado, Barreiro Avellaneda, Martínez Lázaro y Sáez Valcárcel.

92 Cfr. Voto particular de los Magistrados Palacios Criado, Fernández Prado, Barreiro Avellaneda, Martínez Lázaro y Sáez Valcárcel, al Auto de 7 de noviembre de 2008, *doc. cit.*, párr. 4.

93 Cfr. Auto de 18 de noviembre de 2008, *doc. cit.*

trucción de las localidades a las que pertenezcan los lugares en los que estén ubicadas las fosas identificadas<sup>[94]</sup> -cuya enumeración fue “aclarada” por Auto de 24 de noviembre<sup>[95]</sup>; así como, la inhibición de la causa, con todas sus piezas, a favor de los Juzgados que se identifiquen, en el futuro, por las partes, respecto de los hechos que les correspondan territorialmente<sup>[96]</sup>. Ahora bien, cabe adelantar que en realidad el Magistrado Garzón en este Auto, más que simplemente inhibirse y enviar la causa a los juzgados territoriales, siguiendo una de las potenciales alternativas que, como dijimos arriba, parecía apuntar ya en su Auto de 16 de octubre, no hizo sino ratificarse en sus posiciones centrales anteriores, desarrollarlas teóricamente en mayor profundidad y ampliarlas fácticamente, incluyendo menciones específicas a siniestros hechos como el de los conocidos como “niños perdidos del franquismo”<sup>[97]</sup>. Todo ello, sin privarse ni un instante de responder, con extrema dureza y punto por punto<sup>[98]</sup>, a los argumentos que el Fiscal Jefe fue manteniendo a lo largo de todos los escritos que hemos referido. Con todo, del contenido de este nuevo Auto, probablemente fueron las referencias a los “niños perdidos del franquismo”<sup>[99]</sup> el elemento añadido que congregó mayor interés social y

---

94 En concreto, y por provincias, nomina a A Coruña, Asturias, Badajoz, Burgos, Castellón, Córdoba, Granada, Huelva, Huesca, León, Lugo, Madrid, Navarra, Palencia, Pontevedra, Salamanca, Soria, Toledo, Zamora y Zaragoza. Así como a favor de los Juzgados de Instrucción Decanos de Barcelona, Burgos, Valencia, Vizcaya, Madrid, Málaga y Zaragoza. Cfr. *Ibid.*, Párrafo Dispositivo segundo.

95 Cfr. Auto de 24 de noviembre de 2008, Sumario (Proc. Ordinario) 0000053/2008 E, del Juzgado Central de Instrucción N.º 5 de la Audiencia Nacional.

96 Cfr. *Ibid.*, Párrafo Dispositivo tercero.

97 Cfr. Auto de 18 de noviembre de 2008, *doc. cit.*, pp. 6-10, 50-75.

98 En este sentido, véase *ibid.*, pp. 18, 36-39, 44, 74, 78, 79, 81-83, 85, 91, 92, 95-97, y muy especialmente pp. 118-139.

99 En concreto: “En España, según se desprende de los documentos aportados y de los estudios realizados, podría haberse desarrollado un sistema de desaparición de menores hijos de madres republicanas (muertas, presas, ejecutadas, exiliadas o simplemente desaparecidas) a lo largo de varios años, entre 1937 y 1950, desarrollado bajo la cobertura de una aparente legalidad, al contrario de lo que décadas después ocurriría en Argentina (...), pero, precisamente por ello, con unos efectos más perdurables en el tiempo y más difíciles de detectar y hacer que cesen. Pero no cabe duda, al menos aparentemente, que los métodos de desaparición “legalizada” se institucionalizaron gracias al sistema de impunidad impuesto por quienes lo diseñaron y al miedo desarrollado en las víctimas, conscientes de la práctica inutilidad de su acción. Esta situación, a pesar de lo terrible que puede parecer hoy día y de que a gran mayoría de los ciudadanos les puede resultar casi inverosímil, lo cierto es que presuntamente ocurrió y tuvo un claro carácter sistemático, preconcebido y desarrollado con verdadera voluntad criminal para que las familias de aquellos niños a las que no se les consideraba idóneas para tenerlos porque no encajaban en el nuevo régimen, no pudieran



mediático; lo que, apúntese al menos, contrasta notablemente con el silencio absoluto del posterior Auto del Pleno de la Sala Penal sobre este particular.

A todo lo anterior convendrá añadir finalmente que respecto al "Grupo de Expertos", que apenas tuvo tiempo de reunirse un par de veces, en este Auto se acordó acabar con su desempeño como tal, y dirigir comunicación al Ministro de Justicia, informándole de su existencia y de que estaba informatizando la causa y todos los datos y documentos, para su conocimiento, y, en su caso compatibilizar la actividad con la que compete al desarrollo de la "Ley de Memoria Histórica"<sup>[100]</sup>.

De este modo, tras este tan apresurado como desenfrenado tránsito, llegamos al 2 de diciembre de 2008. Día en que el Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional decidió, pese a todo, atender la reclamación del Ministerio Fiscal vía artículo 23 de la Ley de Enjuiciamiento Criminal; haciendo público poco después un Auto<sup>[101]</sup> en el que se acordó declarar la falta de competencia objetiva del Juzgado Central de Instrucción N.º 5 para la investigación de los hechos y presuntos delitos a que se refiere el Auto de 16 de octubre, y en consecuencia, dejar sin efecto todas las actos y resoluciones posteriores, incluido el Auto de 18 de noviembre de 2008. Sin perjuicio, añadiría, de la competencia que pudiera corresponder a otros órganos judiciales, aunque sin mencionar en concreto quienes serían<sup>[102]</sup>. Del otro lado, tres Magistrados presentaron un comparativamente extenso voto particular discrepante, que terminaba con este rotundo párrafo:

"Creemos que la resolución no ha logrado (...) optimizar los derechos humanos básicos concernidos. Al clausurar el proceso en su primer momento, sin señalar el cauce para la competencia de otro órgano de la jurisdicción no se ha atendido – tras tantos años de silencio e impunidad impuestos- el derecho al acceso a la justicia y a una tutela judicial efectiva de los derechos de

---

volver a tener contacto con ellos. De esta forma se propició una desaparición "legalizada" de menores de edad, con pérdida de su identidad, cuyo número indeterminado dura hasta la fecha, correspondiendo al Poder Judicial y a ningún otro, la obligación de investigar el alcance delictivo de unos hechos que, por su carácter permanente y contextualizados como crímenes contra la humanidad, hasta el día de hoy, no están prescritos ni amnistiados y sus víctimas (los hijos y algunos progenitores) podrían estar vivas, y por ende sus efectos seguirían perpetuándose sobre éstas, ante la inacción de las instituciones del Estado." *Vid.* Auto de 18 de noviembre de 2008, *doc. cit.*, pp. 73-74.

100 Cfr. Auto de 18 de noviembre de 2008, *doc. cit.*, Párrafo Dispositivo sexto.

101 Cfr. Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*

102 Cfr. *Ibid.*, pp. 11-12.

los que son portadores las víctimas y sus asociaciones, entre ellos el derecho a una investigación adecuada. Si se hubiera producido una denegación de justicia, ello podría determinar la responsabilidad internacional del Estado español, y el poder jurisdiccional es Estado y está en condiciones de asumir dicha responsabilidad, según ha declarado el Comité de Derechos Humanos de Naciones Unidas<sup>[103]</sup> que estableció el Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos<sup>[104]</sup>.

En línea similar, el 16 de diciembre se presentaría recurso de súplica por parte de varias asociaciones personadas en la causa, que se unió a diversos recursos de queja, incidentes de nulidad de actuaciones, así como recusaciones. Todo ello, según manifestaron ya entonces los mismos representantes de las demandantes, sin descartarse la ulterior presentación de recurso ante el Tribunal Supremo, el Tribunal Constitucional y, llegado el caso, el Tribunal Europeo de Derechos Humanos; hecho, este último, que tomó cuerpo con la presentación de la consecuente demanda ante el Tribunal de Estrasburgo el día 2 de julio de 2010<sup>[105]</sup>.

Ahora bien, como ya reconocimos arriba, razones de espacio hacen imposible que nos detengamos en esta ocasión en los argumentos jurídicos esgrimidos por unos, por otros, y finalmente por el Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional<sup>[106]</sup>. Como lo que en lo que aquí ocupa, baste destacar que en *realidad, leyendo las apenas doce páginas del Auto de 2 de diciembre del Pleno de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional*, y una vez declara sin efecto todo lo actuado hasta la fecha<sup>[107]</sup>, la conclusión a extraer es relativamente sencilla. Así, tras más de siete décadas del inicio de la Guerra Civil, más de tres decenios del inicio formal de la transición política española, y después de los noventa días de frenética actividad que hemos resumido, lo

---

103 Sobre la decisión a la que se refieren en este punto, véase apartado siguiente.

104 *Vid.* Voto particular discrepante de los Magistrados de Prada Solaesa, Bayarruri García y Sáez Valcárcel, al Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, págs. 16-17.

105 El texto de la demanda puede encontrarse en <http://www.elclarin.cl/images/pdf/20100702demandadecarmennegrinpdf.pdf>

106 Para examinar esta cuestión en detalle, puede acudirse a CHINCHÓN ÁLVAREZ, J.: “La actuación de la Audiencia Nacional en la investigación y juicio de los crímenes contra la humanidad cometidos en la Guerra Civil y el franquismo: Del Auto de 16 de octubre a la decisión del Pleno de la Sala de lo Penal de 2 de diciembre de 2008”, en *La Ley: Revista Jurídica Española de Doctrina, Jurisprudencia y Bibliografía*, año 2009, tomo 1, en especial pp. 1417 y ss.

107 Cfr. Auto de 2 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, Razonamiento Jurídico Sexto.

único que sabíamos al fin por instancia judicial es que el golpe de Estado de julio de 1936 fue un delito de rebelión y que la Audiencia Nacional no es competente para investigar los crímenes (conexos) de derecho internacional que se pudieran haber cometido a partir de entonces, durante la Guerra Civil y el franquismo. ¿Quién será entonces el órgano competente? En ningún sitio se aclaró o indicó<sup>[108]</sup>.

### 3. El desarrollo posterior

Tras todo lo que vivimos y presenciamos durante los últimos meses de 2008, lo cierto es que la situación jurisdiccional en España parecía condenada a un panorama en el que la definitiva respuesta a la inmensa mayoría de las cuestiones de fondo suscitadas entre el Magistrado Garzón y el Fiscal Jefe de la Audiencia, quedaría largamente postergada. Y todo ello, en un escenario en el que a la vista de las resoluciones judiciales que hemos comentado, ya de inicio no parecía sencillo concluir acerca de cuál, si es que hay alguno, sería el órgano u órganos jurisdiccionales competentes en España para investigar los crímenes cometidos durante la Guerra Civil y el franquismo. Desde luego, un balance nada edificante. No obstante, sobre todo a partir de mayo de 2009, se daría un nuevo giro, una nueva vuelta de tuerca, que nos ha colocado ante un territorio radicalmente diferente. Su primer paso fue la presentación de sendas querellas, por parte del "sindicato" Manos Limpias el 26 de enero de 2009, la organización Libertad e Identidad, el día 9 de marzo, y el partido ultraderechista Falange Española de las JONS, el 20 de julio del mismo año<sup>[109]</sup>. En todas ellas, se acusaba al Magistrado Garzón de haber cometido delito de prevaricación sobre la base de las decisiones y Autos que comentamos *supra*.

No obstante, antes de adentrarnos en esta cuestión, es pertinente señalar al menos que en los últimos días de aquel 2008, escribía yo que aunque a partir de las decisiones de la Audiencia Nacional se hubiera seguido "la senda de acudir a las diversas jurisdicciones territoriales (como ya se hizo, recordemos, antes de concurrir en la Audiencia Nacional), nada (vuelve a) indicarnos que éstas vayan a seguir una interpretación uniforme de las normas en liza, ya en la línea de lo sostenido en su momento por el Magistrado-juez

---

108 Sobre esta cuestión, cfr. *Ibid.*, pp. 11-12.

109 Puede consultarse el texto de las tres querellas en <http://www.crimenesinternacionales-franquismo-casogarzon.es/p/documentos-legales.html>.

Garzón, ya en consonancia con lo defendido por el Ministerio Fiscal, ya en una posición entre ambas posturas<sup>[110]</sup>. Y lo cierto es que poco tuvimos que esperar para que mientras varios juzgados territoriales, a los que se remitió la causa en la línea de lo concluido en el Auto de 18 de noviembre, declarasen su archivo ya invocando la Ley de Amnistía, la prescripción, o la “Ley de Memoria Histórica”, ya las tres cosas a la vez<sup>[111]</sup>; otros no hicieran otra cosa que devolver las denuncias a la misma Audiencia Nacional, al considerar que ésta es la instancia competente, pese a todo<sup>[112]</sup>. Un lamentable viaje de ida y vuelta, en definitiva, que bien ejemplifica lo que un comunicado público denunciaba recientemente, esto es, que en los crímenes cometidos por y durante la dictadura franquista, “se da un caos total de respuestas en cualquiera de las instancias del sistema judicial español”<sup>[113]</sup>.

Pareciera entonces que habría de ser finalmente el Tribunal Supremo el que, de una vez por todas, aclarase quién ha de ser el órgano competente en España para la investigación de todos estos crímenes; y así se había planteado en la consiguiente Cuestión de Competencia 6/20380/2009 (acumulada 6/20431/2009). Sin embargo, el Alto Tribunal decidió otra cosa bien diferente. Tras haber admitido a trámite las querellas presentadas contra el Magistrado Garzón, y rechazar su sobreseimiento<sup>[114]</sup>, el Tribunal Supremo acordó suspender la cuestión de competencia planteada hasta no resolver la causa

---

110 *Vid.* Chinchón Álvarez, J. “La actuación de la Audiencia Nacional en la investigación y juicio de los crímenes contra la humanidad cometidos en la Guerra Civil y el franquismo...”, *op. cit.*, p. 1421. En este mismo orden de ideas, recuérdese lo expresamente señalado por el Auto de 26 de diciembre de 2008, *doc. cit.*, esto es, que: “sirviendo de base para la inhibición acordada y que ahora se materializa, según lo decidido por la Sala, serán los juzgados que resulten competentes los que tendrán que asumir o no asumir dicha calificación y la continuidad o no de los respectivos procedimientos, incluidos los derivados de lo expuesto en el Hecho Sexto de esta resolución.”

111 Véase a modo de ejemplo, juzgado de instrucción nº. 2 de Aranda de Duero: Auto de 8 de febrero de 2010, Diligencias Previas núm. 304/09.

112 En el momento de redacción de este trabajo, véase Auto del Juzgado de Instrucción Número 3 de Granada, Diligencias Previas nº. 3209/2009, de 28 de mayo de 2009; así como Auto del Juzgado de Primera Instancia e Instrucción Número 2 de San Lorenzo de El Escorial, Diligencias Previas nº. 427/2009, de 2 de julio de 2009..

113 *Vid.* “Contra el ataque a la independencia de un juez, en favor del proceso contra el franquismo, y en favor de la investigación de todos los crímenes de lesa humanidad”, disponible en <http://dimemarchena.blogspot.com/2009/09/manifiesto-contra-el-ataque-al-juez.html>.

114 *Cfr.* Auto del Tribunal Supremo de 3 de febrero de 2010, Causa Especial Nº. 20048/2009.

abierta contra al Magistrado Garzón por delito de prevaricación<sup>[115]</sup>; supeditando, a la postre y sorprendentemente, una decisión sobre competencia a la que resultase de una causa penal. De este modo, lo que se comenzó como una iniciativa a demandar la investigación de los crímenes cometidos durante la Guerra Civil y el franquismo, así como especialmente la discusión jurídica que ello conllevó en el seno de la Audiencia Nacional, ha terminado convirtiéndose en un sorprendente debate acerca de si lo actuado por el Magistrado Garzón fue algo delictivo. En otros términos, acerca de si resultaban de algún modo sostenibles los argumentos ofrecidos por el Magistrado Instructor D. Luciano Varela Castro, en su Auto de 3 de febrero de 2010, en virtud de los cuales se concluía que las actuaciones del Magistrado Garzón revelaban:

“... como hecho probable, que el Magistrado querellado actuó con la *finalidad de eludir la decisión del legislador* sobre el régimen de localización y exhumación de víctimas de los horribles crímenes del franquismo, erigidos en *aparente objeto del procedimiento*, sabiendo que éstos habían sido objeto de *amnistía* por las Cortes democráticas de España, cuya *voluntad decidió conscientemente ignorar u orillar*. Tal hecho puede constituir el delito de *prevaricación* del artículo 446.3º del Código Penal...”<sup>[116]</sup>.

El objeto de este trabajo no es profundizar con el detalle necesario en este último procedimiento<sup>[117]</sup>, si bien, señalaremos al menos que en su seno se ha manejado tanto una caracterización de la prevaricación altamente criticada<sup>[118]</sup>, como operaciones procesales que han merecido expresas censuras<sup>[119]</sup>, sin olvidar, por supuesto, notables deficiencia en cuanto al fondo de

115 Cfr. Providencia del Tribunal Supremo, Cuestión de Competencia 6/20380/2009 (acumulada 6/20431/2009), de 26 de marzo de 2010

116 Vid. Auto del Tribunal Supremo de 3 de febrero de 2010, Causa Especial Nº. 20048/2009, p. 54.

117 Puede encontrarse una ampliada y constantemente actualizada información sobre el mismo, en <http://www.crimenesinternacionales-franquismo-casogarzon.es/>

118 A este respecto, véase a modo de ejemplo, Manjón-Cabeza Olmeda, A.: “Prevaricación e interpretación judicial. (A propósito del Auto del Tribunal Supremo, de 3 de febrero de 2010, por el que se deniega el sobreseimiento pedido por el Juez Baltasar Garzón en la causa de la «Guerra Civil»)”, en *Diario la Ley*, año XXXI, núm. 7367, 2010.

119 En sentido, consúltese Gimeno Sendra, V.: “Posibilidad de subsanación de determinados requisitos del escrito de acusación. Comentario al ATS de 28 de julio de 2010”, en *Diario la Ley*, año XXXI, núm. 7497, 2010.

los argumentos esgrimidos en las decisiones clave del Tribunal<sup>[120]</sup>. Con todo, sí debemos apuntar que sorprende singularmente los planteamientos invocados por el Instructor de esta causa en lo relativo a la aplicación propuesta por el Magistrado Garzón de la normativa internacional pertinente. Ciertamente, no se llega a extremos como sostener expresamente, como hizo la Audiencia Provincial de Palma de Mallorca, que a la legislación española en la materia, “no cabe estimar incorporada cualquier otra de carácter internacional, pues la existencia de un derecho penal de esta naturaleza no deja actualmente de ser un *desideratum*”<sup>[121]</sup>; aunque a la postre parece compartirse una posición de fondo similar. De tal suerte que como en alguna ocasión ya escribimos, en este proceso seguido ante el Tribunal Supremo parece subyacer la siguiente máxima: “todo por el Derecho, pero sin el Derecho internacional”<sup>[122]</sup>.

En lo que a este breve artículo corresponde, lo fundamental es retener que todo lo resumido mantiene la respuesta definitiva a las grandes preguntas sobre la viabilidad de investigar los crímenes de la Guerra Civil y el franquismo en un lamentable nuevo limbo. Aunque ha de subrayarse que la posición mantenida por el Tribunal Supremo hasta la fecha ha influido, directa o indirectamente, en algunas decisiones de otros tribunales de justicia<sup>[123]</sup>; como igual ha ocurrido con algunas de las posiciones del Fiscal Jefe de la Audiencia Nacional durante el proceso comentado *supra*<sup>[124]</sup>. Presentando todas ellas una resultante común: Por decirlo en palabras de otro órgano jurisdiccional, el Juzgado de Instrucción N.º 2 de Talavera de la Reina, que: “ninguna obligación legal existe de abrir una investigación penal”<sup>[125]</sup>; con lo que, por acudir a un ejem-

120 A este respecto, puede verse Chinchón Álvarez, J. y Vicente Márquez, L.: “La investigación de los crímenes cometidos en la Guerra Civil y el franquismo como delito de prevaricación. Análisis crítico del Auto del Tribunal Supremo de 3 de febrero de 2010 desde la perspectiva del Derecho internacional”, en *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, núm. 19, 2010.

121 *Vid.* Audiencia Provincial, Sección Segunda, Palma de Mallorca: Auto de 25 de febrero de 2010, p. 2.

122 *Vid.* Chinchón Álvarez, J. y Vicente Márquez, L.: “A propósito de los argumentos esgrimidos en la causa contra Baltasar Garzón. Todo por el Derecho, pero sin el Derecho internacional”, en *Diario Rebelión*, 23 de abril de 2010, disponible en <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=104580>.

123 De entre los varios ejemplos identificables, puede verse su recepción expresa en Audiencia Provincial, Sección Decimoquinta, de Madrid: Auto de 8 de febrero de 2010, p. 4.

124 A modo de ejemplo, cfr. Juzgado de Instrucción n.º 10, Palma de Mallorca: Auto de 14 de octubre de 2009, Diligencias previas proc. Abreviado 0001169/2009, p. 2.

125 *Vid.* Juzgado de Instrucción n.º 2, Talavera de la Reina: Auto de 9 de febrero de 2007, Diligencias indeterminadas 22/05, pp. 1-2.

plo concreto, los crímenes en cuestión “quedarían impunes por aplicación a l[o]s mism[o]s de la Ley de Amnistía de 46/1977 de 15 de octubre”<sup>[126]</sup>.

Así las cosas, tras el breve repaso que hemos compartido, probablemente no sería exagerado concluir que hasta la fecha, la posición mayoritaria de los órganos de justicia de España tiende a defender, de entre las diversas interpretaciones normativas posibles, aquellas que no ofrecen otra conclusión que la imposibilidad de iniciar ni tan siquiera una investigación sobre los crímenes cometidos durante la Guerra Civil y el franquismo. En otros términos, ya con un argumento u con otro, se descarta toda posibilidad de búsqueda de alguna senda que hicieran viable tal investigación; como sólo por referir algunos ejemplos cercanos, ya propuso y demandó la jueza Amaya Olivas<sup>[127]</sup>, o más recientemente Magistrados como Martín Pallín<sup>[128]</sup>, o académicos como el profesor Paredes Castañón, en un texto de ilustrativo título<sup>[129]</sup>. De aquí que finalmente, pueda mejor entenderse la presentación de una querrela el 14 de abril de 2010 ante la jurisdicción argentina por estos mismos crímenes<sup>[130]</sup>; estando en este momento a la espera de la respuesta de las autoridades españolas al exhorto liberado para obtener información sobre, en fin:

“... si efectivamente se está investigando la existencia de un plan sistemático, generalizado, deliberado y planificado para aterrorizar españoles partidarios de la forma representativa de gobierno a través de su eliminación física, y de uno que propició la desaparición “legalizada” de menores de edad con pérdida de su identidad, llevado a cabo en el período comprendido entre el 17 de julio de 1936 y el 15 de junio de 1977”<sup>[131]</sup>.

126 Vid. Audiencia Provincial de Burgos: Auto de 18 de julio de 2010, p. 3, recogiendo y ratificando la postura del Auto del Juzgado de Instrucción n.º 2 de Aranda de Duero, Diligencias Previas núm. 304/09, de 8 de febrero de 2010.

127 Olivas Díaz, A.: “La intervención del juez de instrucción en las diligencias de investigación seguidas por desapariciones forzadas en la dictadura franquista”, en *Jueces para la Democracia*, núm. 63, 2008, pp. 86-102.

128 Cfr. Martín Pallín, J. A.: “¿Es posible iniciar un proceso penal contra una persona fallecida?”, en prensa (original en poder del autor).

129 Cfr. Paredes Castañón, J. M.: “Soluciones, haberlas, haylas: Acerca de garantismos falsos y de desconsideraciones verdaderas hacia el Derecho internacional de los derechos humanos”, 12 de mayo de 2010, disponible en <http://www.crimenesinternacionales-franquismo-casogarzon.es/>

130 El texto de la querrela puede consultarse en <http://www.crimenesinternacionales-franquismo-casogarzon.es/p/documentos-legales.html>.

131 Vid. Exhorto de la Jueza María Servini de Cubría, Juez Federal a cargo del Juzgado Nacional en lo Criminal y Correccional Federad N.º. 1, 14 de octubre de 2010, p. 8.

## Referências

- AGUILAR, P. (2008), *Políticas de la memoria y memorias de la política*, Madrid, Alianza Editorial.
- Amnistía Internacional (2008), “España: La obligación de investigar los crímenes del pasado y garantizar los derechos de las víctimas de desaparición forzada durante la guerra civil y el franquismo”, noviembre, Índice AI: EUR410008-20809.
- ARNOLD, J. (1999), “Cambio de sistema político y criminalidad de Estado desde una visión del derecho penal”; “Esbozo del Proyecto: Elaboración jurídico-penal del pasado tras un cambio de sistema político en diversos países”, en Sancinetti, M. A. y Ferrante, M., *El derecho penal en la protección de los derechos humanos. La protección de los derechos humanos mediante el derecho penal en las transiciones democráticas. Argentina*, Argentina, Ed. Hammurabi.
- BORAINE, A., Levy, J. y Sheffer, R. (eds.) (1994), *Dealing with the Past: Truth and Reconciliation in South Africa*, Ciudad del Cabo, IDASA.
- CAPELLÀ I ROIG, M. (2006), “Las “desapariciones forzadas” en España durante la guerra civil y el franquismo: violaciones y crímenes de derecho internacional sin reparación ni castigo”, en Soroeta Licerias, J. (ed), *Conflictos y protección de derechos humanos en el orden internacional. Cursos de Derechos Humanos de Donostia-San Sebastián. Volumen VI*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- \_\_\_\_\_ (2009), “Represión política y derecho internacional: una perspectiva comparada”, en Capellà I Roig, M. Y Ginard I Ferón, D. (coords.), *Represión política, justicia y reparación. La memoria histórica en perspectiva jurídica (1936-2008)*, Palma de Mallorca, Ediciones Documenta Balear.
- CHINCHÓN ÁLVAREZ, J. (2007a), *Derecho Internacional y transiciones a la democracia y la paz: Hacia un modelo para el castigo de los crímenes pasados a través de la experiencia iberoamericana*, Madrid, Ediciones Parthenon.
- \_\_\_\_\_ (2007b), “El viaje a ninguna parte: Memoria, leyes, historia y olvido sobre la Guerra Civil y el pasado autoritario en España. Un examen desde el derecho internacional”, en *Revista del Instituto Interamericano de Derechos Humanos*, núm. 45, enero-junio.
- \_\_\_\_\_ (2008a), “Transición española y Justicia Transicional: ¿Qué papel juega el ordenamiento jurídico internacional en un proceso de transición? A propósito de la coherencia, buena fe y otros principios de derecho internacional postergados en la transición política española”, en Gálvez Biesca, S. (coord.), *La memoria como conflicto. Memoria e historia de la Guerra Civil y el Franquismo*, Número monográfico de *Entelequia, Revista Interdisciplinar*, núm. 7, septiembre.
- \_\_\_\_\_ (2008b), “La Convención Internacional para la Protección de Todas las Personas contra las Desapariciones Forzadas: Nunca es tarde si la dicha es ¿buena? Examen



- general y perspectivas en España tras la aprobación de la `Ley de Memoria Histórica´”, en *Revista de Ciencias Jurídicas y Sociales, Foro, Nueva Época*, núm. 7.
- \_\_\_\_ (2008c), “Examen del Auto del Juzgado de Instrucción N.º. 5 de la Audiencia Nacional por el que se acepta la competencia para investigar los crímenes contra la humanidad cometidos en la Guerra Civil y el franquismo”, en *La Ley: Revista Jurídica Española de Doctrina, Jurisprudencia y Bibliografía*, tomo 5.
- \_\_\_\_ (2009a), “Justicia Transicional, “Memoria Histórica”, y responsabilidad internacional del Estado: Un análisis general a propósito del cumplimiento de ciertas obligaciones internacionales en juego después de más de tres décadas del inicio formal de la transición política española”, en *Revista de Derecho de Extremadura*, núm. 4, enero/abril.
- \_\_\_\_ (2009b), “La actuación de la Audiencia Nacional en la investigación y juicio de los crímenes contra la humanidad cometidos en la Guerra Civil y el franquismo: Del Auto de 16 de octubre a la decisión del Pleno de la Sala de lo Penal de 2 de diciembre de 2008”, en *La Ley: Revista Jurídica Española de Doctrina, Jurisprudencia y Bibliografía*, tomo 1.
- \_\_\_\_ (2009c), “Modelos de persecución penal y Justicia Transicional en Iberoamérica. Algunas enseñanzas jurídico-internacionales tras los procesos de transición iberoamericanos: Impunidad fáctica, amnistías e indultos”, en Capellà I Roig, M. y Ginard I Ferón, D. (coords.), *Represión política, justicia y reparación. La memoria histórica en perspectiva jurídica (1936-2008)*, Palma de Mallorca, Ediciones Documenta Balear.
- \_\_\_\_ (2010), “Derecho internacional y “transformaciones del Estado”: Del desuso, uso y abuso del ordenamiento jurídico internacional cuando de ciertas “transformaciones que afectan a la forma de gobierno” se trata”, en Soroeta Liceras, J. (ed.), *Cursos de Derechos Humanos de Donostia-San Sebastián. Volumen XI*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco.
- CHINCHÓN ÁLVAREZ, J. y Vicente Márquez, L. (2010a), “La investigación de los crímenes cometidos en la Guerra Civil y el franquismo como delito de prevaricación. Análisis crítico del Auto del Tribunal Supremo de 3 de febrero de 2010 desde la perspectiva del Derecho internacional”, en *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*, núm. 19.
- \_\_\_\_ (2010b), “A propósito de los argumentos esgrimidos en la causa contra Baltasar Garzón. Todo por el Derecho, pero sin el Derecho internacional”, en *Diario Rebelión*, 23 de abril, disponible en <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=104580>.
- Comisión Interministerial para el Estudio de la Situación de las Víctimas de la Guerra Civil y del Franquismo (2006), “Informe General”, 28 de julio.
- Comité de derechos humanos (2008): “Examen de los informes presentados por los estados partes con arreglo al artículo 40 del pacto. Observaciones Finales:

- España”, Documento de las Naciones Unidas: CCPR/C/ESP/CO/5, 27 de octubre.
- \_\_\_\_ (2009), “Examen de los informes presentados por los estados partes de conformidad con el artículo 40 del pacto: España. Adición. Comentarios del Gobierno de España sobre las observaciones finales del Comité de Derechos Humanos”, Documento de las Naciones Unidas: CCPR/C/ESP/CO/5/Add.1, 13 de enero.
- Consejo de derechos humanos (2009), “Informe del Grupo de Trabajo sobre las Desapariciones Forzadas o Involuntarias”, Documento de las Naciones Unidas: A/HRC/13/31, 21 de diciembre.
- Consejo de Europa (2004), “Need for international condemnation of the Franco regime”, Doc. 10078, Ref. 2926, 2 de marzo de 2004, adoptado por unanimidad el 4 de octubre de 2005.
- DAVIS, M. (2005), “Is Spain Recovering its Memory? Breaking the Pacto del Olvido”, en *Human Rights Quarterly*, vol. 27, núm. 3, agosto.
- DE LA OLIVA SANTOS, A. y otros (2007), *Derecho Procesal Penal*, Madrid, Centro de Estudios Ramón Areces.
- ESPINOSA MAESTRE, F. (2007), “De saturaciones y olvidos. Reflexiones en torno a un pasado que no puede pasar”, en *Hipania Nova-Revista de Historia Contemporánea*, núm. 7.
- \_\_\_\_ (2010), “Cuando el presente excluye el pasado”, en *Todos (...) los nombres*, agosto de 2010, disponible en versión electrónica en [www.todoslosnombres.org](http://www.todoslosnombres.org).
- Gil Gil, A. (2009a), *La justicia de transición en España. De la amnistía a la memoria histórica*, Barcelona, Atelier.
- \_\_\_\_ (2009b), “Principio de legalidad y crímenes internacionales. Luces y sombras en la Sentencia del Tribunal Supremo en el caso Scilingo”, en Cuerda Riezu, A. y Jiménez García, F., *Nuevos Desafíos del Derecho penal internacional: Terrorismo, crímenes internacionales y derechos fundamentales*, Madrid, Tecnos.
- GIMENO SENDRA, V. (2010), “Posibilidad de subsanación de determinados requisitos del escrito de acusación. Comentario al ATS de 28 de julio de 2010”, en *Diario la Ley*, año XXXI, núm. 7497.
- HAYNER, P. B. (2001), *Unspeakable Truths. Confronting Terror and Atrocity*, Nueva York, Routledge.
- MANJÓN-CABEZA OLMEDA, A. (2010), “Prevaricación e interpretación judicial. (A propósito del Auto del Tribunal Supremo, de 3 de febrero de 2010, por el que se deniega el sobreseimiento pedido por el Juez Baltasar Garzón en la causa de la «Guerra Civil»)”, en *Diario la Ley*, año XXXI, núm. 7367.
- MARTÍN PALLÍN, J. A. (en prensa), “¿Es posible iniciar un proceso penal contra una persona fallecida?”.

- OLIVAS DÍAZ, A. (2008), "La intervención del juez de instrucción en las diligencias de investigación seguidas por desapariciones forzadas en la dictadura franquista", en *Jueces para la Democracia*, núm. 63.
- OLLÉ SESÉ, M. (2008), *Justicia universal para crímenes internacionales*, Madrid, La Ley, Madrid.
- PAREDES CASTAÑÓN, J. M. (2010), "Soluciones, haberlas, haylas: Acerca de garantismos falsos y de desconsideraciones verdaderas hacia el Derecho internacional de los derechos humanos", 12 de mayo, disponible en <http://www.crimenesinternacionales-franquismo-casogarzon.es/>.
- PENELLA, M. (2010), *La Causa contra Franco. Juicio al franquismo por crímenes contra la humanidad*, Barcelona, Planeta.
- Plataforma por las víctimas de las desapariciones forzadas del franquismo (2008a), "Nota de Prensa", 18 de octubre, disponible en <http://memoriadesaparecidos.blogspot.com>.
- \_\_\_\_ (2008b), "Comunicado Público tras la Jornada de Trabajo de Asociaciones de la Memoria en Barcelona", 15 de noviembre, disponible en <http://memoriadesaparecidos.blogspot.com>.
- REIG TAPIA, A. (2006), *AntiMoa. La subversión neofranquista de la Historia de España*, Barcelona, Ediciones B.



# L'ONOMASTIQUE ET LE DISCOURS POLITIQUE

Paul Bacot

UNIVERSITÉ DE LYON

Conformément aux conventions dominantes en analyse du discours, j'appelle « discours » tout énoncé considéré comme production socialement située. Il peut s'agir d'un discours au sens courant du mot en français : quelqu'un « fait un discours », qui dure quelques minutes ou parfois quelques heures (comme dans la tradition cubaine), souvent à une tribune, souvent devant un micro, toujours face à un public visible ou invisible, qui l'entend en direct ou l'entendra en différé, ou encore le lira par le truchement de la transcription écrite. Mais il peut s'agir aussi de propos tenus en privé, d'éléments de conversation, de textes juridiques, de motions, de déclarations, de réponses d'enquêtes, d'ordres donnés, de réactions à un événement, etc.

Un discours peut comporter un certain nombre de phrases ou une seule phrase, ou quelques mots voire un seul mot, qui est alors à lui seul un discours – un nom propre en politique doit être étudié comme un syntagme dans un discours, mais aussi comme un discours à soi seul.

Pour ce qui est du discours plus spécialement politique, j'entends le mot *politique* de façon assez classique (le politique comme lieu de concurrence pour le pouvoir et comme lieu de prises de décisions publiques – *politics* et *policy*), mais au-delà, de façon à la fois plus précise et plus large : le politique est alors un mode spécifique de représentation de la conflictualité sociale, caractérisé par la mise en scène d'identités individuelles et collec-

tives opposées, de camps de part et d'autre d'un clivage à portée très générale, permettant de mettre en relation de nombreux conflits, de nombreux débats, de nombreux choix, de nombreuses concurrences – en synchronie, mais aussi en diachronie. Je parle alors de conflictualité élargie et d'intertraduction de clivages, ou plus simplement de processus de politisation (Bacot, 1993).

Dans le discours politique ainsi défini, les noms propres ont une place particulière que je me propose d'évoquer ici. C'est donc d'onomastique politique qu'il va s'agir dans les pages qui suivent.

Je dresserai d'abord un rapide panorama de la littérature de langue française en la matière, je verrai en quoi les évolutions récentes de l'onomastique générale sont d'un grand intérêt pour l'onomastique politique, et je me demanderai à quoi servent les noms propres en politique – dans le discours politique ou en tant qu'ils sont eux-mêmes du discours politique. Au passage, j'évoquerai différents chercheurs et différents travaux, dont les miens, puisque depuis quelques années, l'onomastique politique est devenue mon principal centre d'intérêt, avec la terminologie politique. Puis dans un second temps, j'illustrerai mon propos général avec des éléments concernant les noms d'assemblées – les agoronymes – en montrant comment ils contribuent à la légitimation des institutions qu'ils dénomment, soit de façon subjective, soit de façon plus rationnelle.

Je précise qu'en la matière, je travaille comme un chercheur en science politique et non pas en sciences du langage, puisque je suis politologue : et pour bien signifier la différence de points de vue, je distingue volontiers la lexicologie politique, opérée par des linguistes s'intéressant aux mots politiques pour faire avancer la connaissance des processus langagiers, et la politologie lexicale, opérée par des politologues s'intéressant également aux mots politiques, mais pour faire avancer la connaissance des processus politiques (Bacot, 2011).

## **1. Discours politique, identités en conflit et onomastique politique**

J'ai eu l'occasion de faire le point, nécessairement incomplet, de la littérature d'onomastique politique de langue française, dans un article du numéro spécial que la revue *Mots. Les langages du politique* a livré à l'occasion de son trentenaire (Bacot, 2010c). J'en reprends ici l'essentiel.

### 1.1. Une onomastique politique en plein développement

La science politique a jusqu'à une date récente très largement délaissé ce champ de recherche qu'est l'onomastique. L'onomastique politique a pourtant toute sa place dans une politologie lexicale elle-même indissociable des autres approches de la sociologie du politique. Mais nombreux sont, en sciences du langage, les travaux utiles, voire indispensables à la compréhension du fait dénomiatif en matière politique. On constate d'ailleurs que les noms propres pris en exemples ou les problématiques qui leur sont appliquées relèvent souvent de l'analyse politique – surtout si l'on ne s'en tient pas à la politique entendue comme un ensemble particulier d'acteurs, d'institutions et de terrains ainsi étiquetés dans le discours courant, mais que l'on prend en considération *le* politique, entendu comme une mise en scène de la conflictualité sociale.

C'est dans cette optique qu'a été établie récemment une première recension, nécessairement non exhaustive, de la production francophone traitant d'onomastique dans une perspective susceptible d'intéresser directement ou indirectement les spécialistes de l'étude du discours politique (Bacot, Douzou & Honoré, 2008b). On aura par ailleurs une idée de la grande variété des noms propres en politique à travers la lecture d'une partie des notices contenues dans certains ouvrages de la collection « Les mots de... » créée en 2001 par Marlène Coulomb-Gully aux Presses du Mirail, comme notamment ceux sur la colonisation (Dulucq, Klein & Stora, 2008), la République (Agulhon, 2007) et Mai 1968 (Tournier, 2007), à travers celle des *Lieux de mémoire* (Nora, 1984 ; 1986 ; 1992), ou encore à travers celle des résumés des contributions au Séminaire d'onomastique politique initié à Lyon en 2008, accessibles sur le site du laboratoire Triangle<sup>[1]</sup>.

Si l'onomastique a toujours intéressé les linguistes, ceux-ci s'en sont longtemps tenus à l'étude des seuls noms de lieux (toponymes), de personnes et de peuples (anthroponymes et ethnonymes). Traditionnellement, on considère en effet que le nom propre (en général) permet de répondre aux questions *qui ?* (anthroponymes et ethnonymes) et *où ?* (toponymes), auxquelles en toute logique il conviendrait d'ajouter *quand ?* En effet, dit autrement, le nom propre renvoie aux déictiques *je, ici, maintenant* (Van de Velde, 2000). La consultation de la collection de la *Nouvelle revue d'onomastique* confir-

1 <http://triangle.ens-lyon.fr/spip.php?rubrique283>

mera le tropisme de cette discipline pour les deux premières catégories, et une bien moindre attention portée à la troisième.

De fait, la toponymie est fortement représentée dans la littérature onomastique à portée politique, qu'il s'agisse d'ouvrages ou de dossiers à visée générale (Honoré, Paveau & Périès, 2000) ou de travaux plus spécifiques portant sur les noms de continents ou d'ensembles géopolitiques, de pays, de régions, de villes ou de villages, de quartiers, de rues, ou plus largement sur la toponymie urbaine, mais aussi sur les noms d'espaces naturels. L'ouvrage que j'ai dirigé avec Sylvianne Rémi-Giraud, *Mots de l'espace et conflictualité sociale* contient un certain nombre d'études de ce type (Bacot & Rémi-Giraud, 2007).

Parfois traitées concurremment à la toponymie, l'anthroponymie et l'ethnonymie sont également très présentes, notamment dans une perspective diachronique, que les travaux portent sur les dénominations individuelles ou collectives, sur les dénominations officielles, officieuses ou polémiques, et donc finalement sur les concurrences et les jeux de dénomination.

Les autres catégories de noms propres – leur classement ne va d'ailleurs pas de soi – n'ont fait l'objet que d'études plus rares, et souvent plus récentes. Ainsi en va-t-il des noms de périodes ou chrononymes (Bacot, Douzou & Honoré, 2008a), ou encore des noms d'actions : noms de guerres, de batailles, d'événements (Lecolle, Paveau & Reboul-Touré, 2009), mais aussi de négociations (Barbet, 2009), mais aussi d'organisations et d'institutions – la morphologie des noms de partis politiques a été interrogée pour la première fois par Maurice Tournier (Tournier, 1981), et depuis lors, si l'interrogation a été souvent reprise, rares sont les recherches consacrées à l'onomastique partisane (Tournier, 2010), ou aux noms des organisations syndicales (Pernot, 2002), des alliances politiques ou des listes de candidats.

Les études des dénominations d'institutions portent notamment quant à elles sur les noms d'assemblées ou agoronymes (Bacot, 2009 ; 2010a ; 2010b ; 2011) et sur les noms de ministères. On a aussi commencé à s'intéresser aux dénominations des textes juridiques, comme par exemple celles des constitutions, mais aussi des régimes politiques (Bellescize, 1993) , des mythes politiques ou encore des politiques publiques.



### *1.2. Les nouvelles perspectives de l'onomastique*

Les développements de l'onomastique générale durant les récentes décennies (Leroy, 2004) s'avèrent tout particulièrement intéressants pour les noms propres en politique.

D'abord parce que le renouveau d'intérêt porté à l'objet et les nouvelles approches mobilisées se proposent de saisir le nom propre en discours – c'est-à-dire dans la mise en œuvre de la langue par un acteur parlant socialement construit et socialement situé, au sein d'une phrase ou d'un ensemble d'énoncés plus large – et non plus seulement en langue. Or, c'est bien toujours en discours que le nom propre se manifeste comme politique – et, d'une certaine façon, comme nom propre.

Ensuite, ces nouvelles approches replacent volontiers la dénomination dans une perspective dialogique – de nombreux travaux ont été produits en la matière à l'Université de Montpellier (voir par exemple : Cassanas, Demange, Laurent & Lecler, 2004). Or, la dimension nécessairement conflictuelle du politique est inséparable d'une réalisation dans et par le dialogue, notamment mais pas seulement lors des débats institués comme tels.

Enfin, la remise en cause de l'asémantisme du nom propre au profit d'une recherche de son sens ou de sa « signifiante » (Siblot, 1987) se révèle particulièrement porteuse s'agissant par exemple des noms de personnes ou de lieux, et surtout d'institutions ou d'organisations, mais aussi de périodes ou d'événements. L'intérêt de cette approche est grand, notamment lorsque le processus de dénomination entre clairement dans des stratégies plus ou moins explicites : les baptêmes en politique sont le plus souvent datables et localisables, on peut rechercher qui en ont été les principaux acteurs – décideurs, politiciens, journalistes, mais aussi savants – et l'on peut donc voir dans le choix d'une dénomination propre des intentions de légitimation, d'argumentation, de mobilisation.

Ces trois dimensions (discursive, dialogique, sémantique) n'en font en réalité qu'une seule : ces études portent bien sur les usages multiples des noms propres, et s'avèrent particulièrement utiles s'agissant de ces noms propres polylexicaux appelés « descriptifs » et « mixtes » (Jonasson, 1994) ou « dénominations propres » (Véniard, 2009), comme par exemple les noms de partis ou d'assemblées.

On est donc loin de la seule volonté d'identifier et de distinguer un référent par le moyen d'une étiquette vide de sens – mais la seule existence d'un

nom quel qu'il soit vaut déjà reconnaissance de la réalité dénommée, et *a contrario*, l'absence de dénomination propre est lourde de sens (Cheriguen, 1998).

Avant même d'être pris *dans le discours*, le nom propre à caractère politique – ou utilisé politiquement – est en soi *un discours*. Pour autant, une fois le nom choisi et attribué, de multiples locuteurs vont s'en saisir comme de tout autre nom propre. Les travaux les plus récents s'intéressent donc non seulement aux conditions sociales et aux modalités linguistiques de sa constitution – néologie, composition, emprunt – mais aussi à ses modifications morphologiques – troncation, siglaison (Bacot, Desmarchelier & Honoré, 2011), dérivation, traduction (ou calque) – ou syntaxiques – modification – ou encore à ses manipulations sémantiques : polysémie ou polyréférentialité, par exemple à propos de *11-Septembre* (Fragnon, 2007) ; détournement, par exemple avec le CPE (Pires, 2007) ; métonymie, métaphore (Bacot & Rémi-Giraud, 2007), antonomase (Barbet, 2009).

À ces considérations principalement linguistiques, s'en ajoutent d'autres liées à l'évolution de nos sociétés – et notamment à celle de leur sphère politique – vers un marketing envahissant et une juridicisation croissante : le nom propre est perçu comme une ressource appropriable qu'il convient de défendre, ou d'attaquer. Au croisement de ces diverses interrogations, se trouvent les études en matière de changements de dénominations – qu'il s'agisse de personnes, de collectivités, d'institutions ou d'organisations.

### 1.3. Les usages politiques du nom propre

Finalement, que fait-on quand on donne ou qu'on utilise, en politique ou de façon politique, un nom propre pour parler d'un objet, de quelque nature qu'il soit – personne, groupe, lieu, période, institution, organisation, événement ?

D'abord, bien sûr, on pointe une portion de la réalité – qu'en quelque sorte on découpe – et on la présente comme spécifique : la dénomination propre sert avant tout à procéder à cette sélection et à afficher cette singularité, et par là même s'oppose à l'usage du nom commun qui ne fait que classer une entité dans une catégorie définissable. L'usage du nom propre est inséparable d'une procédure de découpage et d'une stratégie de distinction : tout ne mérite pas d'être désigné par un nom propre. Jean-Louis Vaxelaire ne souli-

gne-t-il pas qu'un chevalier peut donner un nom à son épée, mais qu'il est plus rare que nous en donnions un à nos couteaux de cuisine (Vaxelaire, 2009) ? Mais paradoxalement, cette mise en exception ne trouve sa raison d'être politique qu'en cela qu'elle permet la revendication d'unité autour d'elle, et d'une certaine façon de sa représentativité, pour construire un camp, pour donner à voir un clivage, pour unir et opposer. C'est parce que le « panache blanc » est unique qu'on peut appeler à s'y « rallier »...

Ensuite, le choix du nom, puis le fait de l'utiliser, contribuent à légitimer ou à délégitimer, et donc à argumenter, à convaincre et à imposer. Nous l'avons dit, le nom propre est en soi un discours, il est un récit qui nous parle de ce qu'il dénomme, évoquant un certain passé vu d'une certaine façon, voire un certain futur, dessinant un environnement, suggérant d'autres entités en relation avec celle qui est dénommée, esquissant sa description. Le nom propre n'est politique que s'il n'est pas arbitraire, que s'il est porteur d'un message, que s'il ne se contente pas de désigner l'objet qu'il présente comme unique, mais dit quelque chose à son sujet – quelque chose qui lui fait jouer un rôle dans la conflictualité sociale. Tant il est vrai que « l'activité de nomination [...] sert moins à désigner des fragments de réalité qu'à les sémiotiser en fonction de l'expérience sociale des locuteurs » (Branca-Rosoff, 2007).

Mais quelquefois, la dénomination propre ne nous parle pas, ou pas seulement, du dénommé immédiat, mais d'un dénommé antérieur, déjà porteur du nom. Il en est ainsi quand on attribue à X le nom de Y – comme en patroponymie, dans le cas de l'hommage à une personnalité dont on donne le nom à une rue. Le processus peut nous dire l'importance que l'on accorde à cette voie, mais surtout, elle nous dit l'importance que l'on accorde à la personne honorée et sa caractéristique mise en avant à travers la modalité retenue de sa dénomination (Bacot, 1991).

Pour autant, il ne faut jamais oublier qu'au-delà du récit dont les baptêmes chargent le nom choisi, il y a les récits que percevront de multiples autres acteurs quand ils le liront ou l'entendront, et les récits que ces acteurs voudront faire circuler quand ils l'utiliseront. Tant il est vrai que si le nom propre, en politique, nous parle de ce qu'il dénomme, il nous parle aussi de ceux qui l'ont adopté et de ceux qui en font usage. S'il ne classe pas ce qu'il dénomme, il classe par contre plus ou moins ceux qui l'emploient, qui refusent de l'employer ou qui le contestent, par exemple par quelque modalisation autony-

mique comme l'utilisation de guillemets. Ces comportements langagiers s'expliqueront par des considérations d'ordres cognitif et stratégique.

Les noms propres politiques ne classent pas que les locuteurs, mais aussi les destinataires du discours. Car pour une part, dans la pratique discursive politique, il en va du nom propre comme du nom commun. Le même nom peut ne pas être entendu de la même façon par tout le monde ou dans tous les contextes. S'agissant de nom commun, on jouera de la polysémie pour rassembler le plus largement possible, au risque de la confusion (le vocabulaire des « valeurs » doit à son caractère flou une partie de sa capacité mobilisatrice). De même pour le nom propre, son usage peut entraîner des citoyens divers, pour des raisons diverses : d'où par exemple l'intérêt d'un nom de parti ancien, qui peut rassembler au-delà des divergences.

Mais symétriquement, deux noms différents peuvent avoir le même référent, mais se voir attribuer des sens distincts ici et là : la synonymie produira alors de la distinction pour mobiliser son camp contre le camp adverse, au risque cette fois-ci de l'artificialité – il en ira de même de la néologie : créer un mot, c'est dire quelque chose autrement, c'est donner une autre image de cette chose. L'exemple des usages politiquement différenciés des mots a priori plus ou moins synonymes *austérité* et *rigueur*, est bien connu en politique française – sans oublier le néologisme *rilance*, invention ministérielle due à ce qui est devenu la quasi impossibilité d'utiliser les deux termes précédents. Il en va de même pour les noms propres. Modifier le nom d'une assemblée ou d'un parti, alors même que l'entité dénommée n'a guère changé, permet d'espérer tirer profit de cette stratégie de distinction entre un prétendu nouveau et un prétendu ancien.

Ainsi, le nom propre en politique n'est-il jamais qu'une manière de dire la réalité d'une façon conflictuelle – et donc en même temps consensuelle, puisque tout clivage rassemble en même temps qu'il sépare.

## 2. Le cas des agoronymes

Les noms d'assemblées, que j'appelle agoronymes, fournissent un champ d'investigation particulièrement intéressant en matière d'onomastique politique. J'ai plus particulièrement travaillé sur les noms des assemblées parlementaires nationales de la quasi-cinquantaine d'Etats internationalement reconnus de la grande Europe (de l'Atlantique à l'Oural) : noms actuels et

noms passés, noms officiels et noms officieux. Je m'intéresserai ici plus spécialement aux dénominations officielles de ces institutions, et je montrerai qu'elles sont susceptibles tout à la fois de provoquer de l'émotion et de suggérer un raisonnement : un agoronyme contribue à la construction et à l'entretien de la légitimité de l'institution qu'il dénomme – légitimité dont il tente de nous convaincre, soit par le *pathos*, soit par le *logos*.

Étant des noms propres, les agoronymes ne nous livrent certainement pas une définition précise ou une description objective de l'institution : on pourrait par exemple se demander si le « peuple » était bien présent dans la *Volkskammer* est-allemande. C'est tellement vrai que, dans un pays bi- ou multilingue, une même assemblée peut porter des noms différents, dont la correspondance n'est pas de l'ordre de la pure traduction (les noms propres sont d'ailleurs réputés ne pas se traduire), ce qui montre bien qu'il s'agit plus, à travers eux, de convaincre (en l'occurrence, des communautés linguistiques différentes) que de décrire l'institution dénommée. Ainsi, en Belgique, la dénomination néerlandaise *Kamer van Volksvertegenwoordigers* a pour correspondant français *Chambre des Représentants*, alors qu'une stricte traduction française serait « Chambre des Représentants du Peuple ». On notera de même que le parlement finlandais se dénomme *Eduskunta* en finnois, mais prend en suédois, seconde langue officielle du pays, le nom de son homologue de Suède (*Riksdag*), alors que les composants des deux noms ne sont pas sémantiquement équivalents dans les deux lexiques (« communauté de représentants » et « diète royale »).

Nous l'avons dit, l'analyse de ces dénominations d'assemblées nous conduit à distinguer deux modalités principales de légitimation par l'agoronyme, qui peuvent se combiner<sup>[2]</sup>. Dans certains cas, c'est moins le sens des mots employés qui compte que le fait du changement, du maintien ou de la reprise d'une dénomination : on joue alors plutôt sur l'affect, on est dans la connotation, l'argument est implicite. On est fort loin de la description. Il s'agit plutôt d'une sorte de mise en scène. Mais le plus souvent, le sens des mots employés est essentiel : on joue alors plutôt sur la raison, on est dans la dénotation, l'argument est explicite. On se rapproche d'une description, même si elle est de nature très sélective. Du coup, les mots qui sont absents, ou dont la fréquence d'usage diminue dans les agoronymes contemporains,

2 Nous reprenons ici l'essentiel du propos développé dans : Bacot (2009a). Voir aussi : Bacot (2010b ; 2011).

nous disent ce qui n'est plus retenu pour contribuer à la légitimité d'une assemblée à travers sa dénomination.

### 2.1. La légitimation affective de l'assemblée

Dans ce premier cas de figure, c'est la référence à l'histoire qui occupe la place principale : par le maintien ou le changement d'un nom, il y a affichage d'une continuité ou d'une rupture avec le passé, voire d'un retour au passé. Les mots utilisés semblent avoir moins d'importance par eux-mêmes que le fait qu'on les change, qu'on les garde ou qu'on les rétablisse : c'est dans la dialectique du changement et de la continuité que s'inscrit alors le choix de l'agronyme.

On ne change en effet jamais le nom d'une assemblée sans prétendre signifier le changement de certaines de ses caractéristiques, voire le provoquer : la dénomination peut alors s'analyser comme un énoncé performatif, partie intégrante du discours (et donc de l'action) politique – la modification du nom ne dit pas seulement la modification de l'institution, elle contribue à la production de cette modification. En tout état de cause, ces mots dénotent moins qu'ils ne connotent. Ils sont pourvus d'une importante charge symbolique. Voici quelques exemples illustrant ce type de stratégie discursive.

#### *En France*

Durant la préparation du nouveau texte constitutionnel français de 1958 (la base de l'actuelle loi fondamentale de la Cinquième République), devant l'Assemblée générale du Conseil d'État consulté, fut proposé par certains le retour à l'appellation *Chambre des députés* pour désigner la première chambre, au nom « de la longue tradition républicaine » (Bonnard, 1992, p. 290). Pour eux, le mot *Assemblée* était jugé comme connotant trop ce « régime d'assemblée » qui venait d'être abattu, alors que pour d'autres, *Assemblée nationale* signifiait la fidélité à la filiation révolutionnaire de 1789 (le 17 juin 1789, le Tiers-Etat se déclara *Assemblée nationale* et en février 1871, c'est une *Assemblée nationale* qui fut élue après que la République eut été une troisième fois proclamée). Pour ces derniers, parler de *Chambre des députés* aurait incontestablement été trop lourd de portée symbolique négative : la première utilisation de *Chambre des députés* datait de la Restauration monarchique et de la Charte constitutionnelle de 1814.

Pour ce qui est de l'autre chambre parlementaire française, le *Conseil de la République* instauré en 1946 par la Quatrième République prit le nom de

*Sénat* lors du changement de régime de 1958 – tout en gardant d'ailleurs une composition inchangée durant plusieurs mois. Le principal auteur du nouveau texte constitutionnel, Michel Debré, justifia a posteriori ce retour à l'ancienne appellation en affirmant que ce nom était « légitime parce que traditionnel » (Debré, 1988, p. 369). Mais si *Sénat* renvoyait à une tradition jugée positive par certains, la connotation était négative pour d'autres, notamment pour certains de ceux qui avaient imposé l'appellation nouvelle *Conseil de la République*, douze ans plus tôt. L'enjeu lexical était alors particulièrement évident, comme en témoigne la façon dont le rapporteur général de la Commission de la Constitution avait présenté, le 20 août 1946, le projet du texte qui allait régir la Quatrième République : « Le Parlement se compose de deux chambres : l'Assemblée nationale et le Conseil de la République. [...] Le projet de la commission ne rétablit nullement un Sénat » (Baroli & Robert, 2002, p. 188). C'est qu'en France, le nom *Sénat* porte le poids de tout un passé : ainsi, lors du débat de 1948 sur l'attribution du titre de *Sénateur* aux membres du *Conseil de la République*, l'un des arguments négatifs utilisés par une conseillère communiste fut l'antiféminisme de l'ancien *Sénat* – celui de la Troisième République (Baroli & Robert, 2002, p. 17).

#### *Hors de France*

Les assemblées de l'URSS, quant à elles, avaient cette particularité d'être éponymes du pays : les Soviets survivraient-ils à la fin de l'Union soviétique ? S'agissant de la première chambre, le président Eltsine refusa l'usage maintenu du mot *soviet*, lequel était jugé par lui incompatible avec la démocratie (Tolz, 1993) : revenant à l'appellation *Douma*, il choisissait d'évoquer les assemblées qui avaient précédemment porté ce nom, avant la période soviétique, sous le règne des Tsars. Mais la seconde chambre s'appellera *Soviet Federatsii* (« Conseil fédéral »), permettant donc de se réclamer à la fois du changement par le retour en arrière, et de la continuité.

Dans le même ordre d'idées, les députés du Front populaire moldave tentèrent en 1991 de faire appeler l'assemblée législative *Sfatul Tarii* (« Assemblée populaire »), en arguant de la tradition nationale : c'était le nom donné à l'assemblée de Bessarabie après l'effondrement de l'Empire russe (Crowther & Roper, 1996, pp. 134 et 145).

Lors de la transition démocratique en Bulgarie au début de 1990, la Table ronde décida de la convocation d'une *Veliko narodno Sobranie* (« Grande Assemblée nationale »), législative et constituante – appellation déjà utilisée à sept reprises dans l'histoire de la Bulgarie, depuis 1879, notamment dans

les périodes de rupture (De Waele, Gueorguevia & Soare, 2004). On voit bien comment on cherche ainsi à légitimer le nouveau en l'appelant comme l'ancien.

Méritent ici tout particulièrement notre attention certaines pratiques dénominatives que les relations internationales appellent et qui peuvent être porteuses d'enjeux politiques majeurs. Ainsi certains États, au sortir de l'Union soviétique, bien que conservant au moins pour un temps le nom de leur assemblée formulée dans leur langue nationale, ont-ils demandé que la traduction anglaise en fût modifiée. Le xénisme lourd de connotation *soviet* a ainsi été remplacé par *council* – traduction fidèle, par exemple, de *rada*, s'agissant de la chambre ukrainienne (Bach, 1996). De même, le composant *kogu* fut-il traduit par le mot *soviet* avant l'indépendance estonienne (*Ülemnõukogu / Supreme Soviet*), puis par *Council* lors de l'indépendance alors même que le nom estonien restait inchangé (*Ülemnõukogu / Supreme Council*), et enfin par *Assembly* en 1992 lorsque le nom estonien changea partiellement (*Riigikogu / State Assembly*) (Kask, 1996).

Hors de la dynamique de la sortie du système soviétique, on pourra signaler aussi le cas de la Belgique, qui a changé les noms de ses institutions parlementaires en devenant fédérale : au-delà d'un simple affichage, il s'agissait incontestablement de contribuer ainsi à la réalité du changement constitutionnel. L'affirmation du caractère fédéraliste d'un système politique dans le nom de l'une de ses assemblées est d'ailleurs la règle : on peut y voir un gage de respect des principes du fédéralisme.

Un bel exemple de bataille de dénominations parlementaires concerne l'Allemagne de l'immédiat après-guerre. Lors de la conférence de Herrenchiensee préparatoire à la Loi fondamentale de 1949, l'utilisation du mot *Rat* fut un enjeu de lutte symbolique entre Français et Britanniques, les premiers l'associant à l'image rassurante d'une Allemagne plus confédérale que fédérale et la préférant donc à *Senat* : la France y voyait quasiment un retour un siècle en arrière, avant l'unité allemande (Waguët, 1987). Là encore, les mots comptent moins par leur sens objectif que par leur charge affective ou symbolique, leurs usages antérieurs et les réminiscences historiques jouant ici un grand rôle.



## 2.2. *La légitimation rationnelle de l'assemblée*

Passons maintenant à ces noms d'assemblées, qui nous disent quelque chose de précis sur ce qu'elles sont censées être – quelque chose qui, conforme ou non à la réalité, doit contribuer à la légitimité de l'institution. La stratégie de légitimation argumentée de l'assemblée est très nette lorsqu'il s'agit de mettre en avant la légitimité de ses membres, ou de son lieu de réunion, ou encore de son activité.

### *La légitimité des membres de l'assemblée*

Le tiers environ des actuelles assemblées parlementaires en Europe porte des noms qui nous renseignent sur la qualité de leurs membres. On peut distinguer trois modes de légitimation alors revendiquée : la représentativité, la notabilité ou la noblesse, l'âge avancé et la sagesse qu'il est censé garantir.

Le nom de l'assemblée peut afficher clairement le caractère représentatif de ses membres, en comportant des mots qui les désignent comme représentants : *Antiprosopon* ; *Député*, *Deputati*, *Deputatilor*, *Diputados* ; *Edus* ; *Poslanec* ; *Predstavnicki* ; *Représentant*, *Representative* ; *Temsilciler* ; *Vertegenwoordiger*. C'est le cas d'un peu moins d'une assemblée sur cinq en Europe : la représentativité des membres est suggérée en référence au principe démocratique selon lequel l'assemblée doit afficher un lien direct avec le peuple. Il s'agit de quelques assemblées uniques, mais surtout de chambres basses de parlements bicaméraux, et jamais de chambres hautes : la distinction entre assemblées issues du suffrage direct et assemblées d'une autre composition est ainsi très présente dans les dénominations en bicamérisme, alors qu'en monocamérisme la nécessité d'une telle précision ne s'impose pas.

Dans un registre non officiel et polémique, on peut contester la légitimité d'une assemblée par la façon dont on la désigne, comme dans le cas du Sénat des Pays-Bas au lendemain du Congrès de Vienne, baptisé *Ménagerie du roi* par les Belges, nouvellement intégrés au royaume, parce que ses membres étaient nommés par le monarque (Bécane, 1987), et donc jugés non représentatifs – mais la métaphore animalière signale que, faute de remplir une fonction de représentation, ces sénateurs en remplissaient une autre, semblable à celle des bêtes des ménageries de Versailles puis d'autres cours royales, symbolisant « la puissance, le faste, la richesse et le statut extraordinaire du collectionneur, son goût du gratuit, son dédain du vulgaire... » (Baratay, 2003).

Le caractère résiduel, dans l'Europe d'aujourd'hui, de la référence à la noblesse apparaît clairement. Une seule des assemblées ainsi dénommées, la britannique *House of Lords*, garde une composition en relation avec sa dénomination. Pour les autres, il s'agit de la trace d'un passé révolu et le caractère archaïque du nom rend compte moins de la réalité présente que de la référence symbolique à une situation passée : on est alors plutôt dans le schéma précédemment évoqué, celui de la légitimation que nous avons dit affective. Il s'agit en fait du Parlement irlandais et de ses deux assemblées, dont les dénominations comportent des mots opérant une telle projection dans la tradition : *Dail ; Oireachtas, Oireachtas*.

*Seanad, Senaat, Senado, Sénat, Senato, Senatul* : une assemblée parlementaire nationale européenne sur huit est désignée comme étant une assemblée d'Anciens, tel le *Senatus* romain. On pourra se demander dans quelle mesure est présente, dans la réception de leurs noms, une étymologie rappelée par d'autres mots présents dans la langue courante (en français : *sénile, sénilité, sénescence, senior* ; en espagnol : *senectud, senil, sénilidad* ; en italien : *senescenza, senile, senilità, sénior* ; en roumain : *senil, senilitate, seni r*). Mais, comme du fait de règles et de pratiques spécifiques, la moyenne d'âge de leurs membres est effectivement élevée, le lien sémantique semble assez probable, y compris au-delà des pays de langues romanes : le lexique tchèque comporte d'ailleurs les mots *senior, senlní, senilita, senilnost*. La combinaison de l'origine du nom et de ce que l'on sait de son référent peut conduire à penser à l'âge des membres de l'assemblée. On remarquera que les assemblées ainsi dénommées sont toutes des chambres hautes de parlements bicaméraux. D'ailleurs, le mot *sénat* – et dans la plupart des langues européennes, des mots aux formes très proches de *sénat* – en vient à devenir un terme générique pour désigner toute seconde chambre, évoquant néanmoins, du fait de l'histoire et du droit, une instance marquée par l'âge de ses membres, et au-delà, par son conservatisme.

#### *La légitimité du lieu de l'assemblée*

L'idée d'un lieu clos et protégé se retrouve dans les noms de près du cinquième des assemblées, à travers les mots : *Camera, Chambre, Kamer, Kamra ; Dom ; House ; Palata ; Tithe*. De fait, pour qu'il y ait assemblée, il faut un lieu commun à ceux qui sont réunis. Mais ces mots vont au-delà de la seule notion de lieu, pour évoquer plus précisément l'idée de clôture et de protection, ce qui n'est pas sans lien avec la façon dont Nicolas Roussellier relate l'histoire

du parlementarisme : « Le pouvoir devenait un exercice de haute réflexion enfermée dans une assemblée [...]. Pour ses promoteurs, un tel exercice collectif, si périlleux pour la stabilité du pouvoir s'il était mal compris ou s'il se dévoyait, devait être protégé. Les Parlements furent des assemblées fermées [...] » (Roussellier, 1997). Presque inusité pour les assemblées uniques, ce mode de dénomination s'observe essentiellement pour les chambres basses en bicamérisme. Ce vocabulaire est manifestement lié à la tradition du parlementarisme bicaméral classique d'inspiration anglo-saxonne.

#### *La légitimité de l'activité de l'assemblée*

Que fait l'assemblée dénommée ? Elle débat : ses membres pensent et parlent. Le dire en la dénommant contribue à sa légitimité. Un peu plus d'une assemblée parlementaire nationale sur dix en Europe porte un nom plus ou moins proche de la forme française *Parlement* : *Parlament*, *Parlamento*, *Parlamentu*, *Parlament*, *Parliament*. On constate, comme pour *sénat*, qu'il s'agit d'un mot devenu terme générique, quasiment international et translinguistique, ce qui, à une exception près, limite son usage à la dénomination d'entités regroupant deux assemblées. Ces noms propres pourraient alors être confondus avec des noms communs, s'ils n'étaient toujours écrits avec une majuscule initiale, et si l'on ne constatait pas que nombre de parlements ne portent pas le nom *Parlement* ou un nom de forme voisine. Toujours comme pour *Sénat*, on peut se demander ce que ces mots évoquent dans les différentes communautés linguistiques européennes. S'ils peuvent suggérer à des locuteurs de langues romanes l'idée de parole (cf. en français *parler*, *parlementer*, *parlote...*), rien n'est moins sûr quand le mot est emprunté dans des pays utilisant des langues appartenant à d'autres familles. En fait, il est clair que l'euphémisation du terme a conduit à une évolution de son sémantisme : son usage dès avant la fin du 20<sup>ème</sup> siècle fait davantage référence à une certaine conception de l'organisation du pouvoir politique (la démocratie dite « occidentale ») qu'à l'activité des membres de l'assemblée. C'est sans doute ce qui explique que dans vingt-et-une des vingt-deux langues officielles de l'Union européenne, les mots proches de *parlement* se retrouvent dans l'appellation officielle du Parlement européen – même en hongrois, en estonien, en finnois ou en albanais. La Grèce nous fournit la seule exception, qui appelle l'institution strasbourgeoise *Koinoboulon* (« assemblée »).

C'est bien ainsi que doit être comprise la stratégie qui a visé naguère à imposer progressivement, dans les discours puis dans les traités, l'appella-

tion *Parlement européen* pour désigner l'Assemblée de Strasbourg. Olivier Costa rappelle que ce nom « a sans doute modifié l'image que les citoyens et les responsables politiques avaient de l'institution » (Costa, 2001). On peut aussi considérer, avec Nicolas Roussellier, qu'une évolution majeure de la conception même du pouvoir parlementaire est en cause : « Aujourd'hui [...] les Parlements ne sont plus que les instruments de contrôle et d'expertise des actes du gouvernement ; ils ne constituent plus la source discursive du pouvoir » (Roussellier, 1997, p. 9). Pour autant, c'est bien encore par la parole que s'opère le contrôle de l'exécutif, comme c'est par la parole que s'actualise la représentation du pluralisme des intérêts et des opinions. Et là réside bien une part de la légitimité des institutions parlementaires.

Signalons au passage que les noms des assemblées parlementaires internationales mobilisent très largement la référence parlementaire (Bacot, 2009). Les mots *parlement*, *parlementaire* (nom et adjectif) et l'élément *parlementaire* dans l'adjectif *interparlementaire* figurent dans la dénomination française de cinq assemblées internationales sur six. L'examen des dénominations anglaises donne le même résultat, avec *parliament* et *parliamentary*. La fréquence de ces mots est bien supérieure à celle enregistrée en matière d'institutions nationales, alors même que la réalité est souvent très éloignée de la définition d'un parlement.

Tous les éléments de dénomination référant au débat, autres que ceux du type *parlement*, sont des mots qui évoquent la pensée, le fait d'élaborer et de donner un avis – ce que rend parfaitement le terme français *conseil* : *Consell*, *Conseil*, *Consiglio* ; *Duma* ; *Kuvendi* ; *Rada*, *Rat* ; *Soviet*, *Svet*. Les dénominations qui utilisent ces mots désignent uniquement des parlements (entendus abstraitement comme ensembles de deux assemblées) ou des chambres hautes, présentées précisément comme organes de réflexion, mais jamais des chambres basses, dont la légitimité revendiquée ne résulte donc pas de son activité intellectuelle. Mais pour certains mots disant le débat et utilisés pour dénommer une assemblée, la figure métonymique peut ne plus être perçue : ainsi est-il peu probable que les Russes associent clairement l'idée de pensée au nom de leur *Douma*, même si c'est bien le même mot qui signifie « pensée » et « assemblée parlementaire ».

#### *Les légitimations obsolètes*

Je voudrais enfin m'arrêter sur les modes en déclin de légitimation des assemblées par leur dénomination. Certaines façons de dénommer les

assemblées parlementaires ont en effet disparu ou sont en voie de disparition. Pourquoi n'a-t-on plus recours à certaines formes d'argumentation dans les agoronymes ? Pourquoi ne plus évoquer certaines raisons de leur reconnaître la légitimité qu'elles revendiquent ? La réflexion va se porter vers des mots devenus rares ou carrément absents, et dont la carence nous apporte des informations précieuses sur l'évolution des agoronymes, et au-delà, sur celle de la légitimité parlementaire.

Ainsi en va-t-il de l'affichage républicain. Certes, de même que certaines appellations sont réservées aux fédérations, l'évocation de la république (*Republica*, *Republika*, *Respublika*, *Republiky*) ne convient qu'aux régimes ainsi labellisés. Mais peu de républiques affichent leur qualité dans la dénomination de leurs assemblées. Peut-on en déduire que le clivage République v. Monarchie ne constitue plus un enjeu majeur ni par rapport à l'histoire nationale, ni par rapport aux autres pays.

A disparu des agoronymes européens l'adjectif *législatif* et ses équivalents dans les langues autres que française : la fonction première des assemblées parlementaires n'est plus mentionnée, contrairement à une pratique relativement courante dans le passé. Pour la France, on avait connu l'*Assemblée législative* de 1791, le *Corps législatif* de l'An III et celui de l'An VIII, l'*Assemblée législative* de la Deuxième République élue en octobre 1849, et pour finir, le *Corps législatif* de la constitution de 1852. Il semble que la dernière référence à la fonction normative dans un nom d'assemblée en Europe ait disparu avec l'abandon par la Belgique des appellations *Chambres législatives* et *Wetgevende Kamers* au profit de *Chambres fédérales* et *Federale Kamers*, pour dénommer le parlement (Bécane, 1987). L'explication du phénomène par l'évidence de la fonction législative et donc de son inutilité désignationnelle semble trop facile : selon cette logique, on aurait pu pronostiquer à tort l'absence de références au débat. En tout état de cause, on sait que chaque agoronome ne met en valeur que tel ou tel élément légitimant. Peut-être faut-il plutôt considérer l'évolution qui est celle de la légitimité d'assemblées parlementaires au pouvoir normatif réduit, au profit d'un exécutif qu'elles contrôlent plus qu'elle ne le contraignent, et fonctionnant principalement comme des scènes de représentation de la conflictualité sociale. Mais, plus largement, on pourra noter qu'il n'est plus d'usage en Europe de dénommer une assemblée parlementaire par référence à sa fonction. S'il n'y a plus d'assemblée « législative », il n'y a également plus ni de sénat « conservateur », ni d'assemblée « pondératrice » – comme en Roumanie après le Congrès de Paris de 1856 (De Waele *et al.*, 2004).

Une autre absence mérite peut-être explication : aucune assemblée n'est qualifiée de « démocratique » dans l'Europe d'aujourd'hui. Sans doute le mot a-t-il été par trop galvaudé dans l'histoire politique du continent au 20<sup>ème</sup> siècle ; mais sans doute aussi la revendication démocratique est-elle de moins en moins un mode de discrimination pertinent.

Il est donc clair qu'à chaque époque, dans chaque pays, dans chaque conjoncture historique, les raisons de dénommer les assemblées d'une façon ou d'une autre ne sont pas les mêmes. Mais qu'il s'agisse de jouer avec l'émotion ou la raison, avec la mémoire ou l'argumentation, c'est bien toujours plus ou moins la légitimité de l'Assemblée qui est en jeu – une légitimité nécessairement affirmée en opposition avec d'autres formes de légitimité. Ce qui est vrai des agoronymes l'est de tous les noms propres en politiques : que ce soit lors de son choix ou/et lors de son usage, le nom propre permet d'afficher une identité dans la conflictualité. En cela, il n'est pas seulement un outil du discours politique, il est un discours politique à soi seul.

## Références

- AGULHON, Maurice (2007), *Les mots de la République*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail.
- BACH, Stanley (1996), "From Soviet to Parliament in Ukraine: The Verkhovna Rada During 1992-94", *The Journal of Legislative Studies*, 2(1), p. 213.
- BACOT, Paul (1991), « L'Affaire Claude Bernard'. De quelques hommages publics à une illustration scientifique et de leur politisation », in Jacques Michel (éd.), *La nécessité de Claude Bernard*, Paris, Méridiens-Klincksieck.
- BACOT, Paul (1993), « Conflictualité sociale et geste électoral. Les formes de politisation dans les lieux de vote », *Revue française de Science politique*, 43 (1), pp. 107-135.
- BACOT, Paul (2009), « Parlement, Région, Sécurité. Les noms des institutions parlementaires internationales régionales », in Houchang Hassan-Yari & Abdelkérîm Ousman (éd.), *Régionalisme et sécurité internationale*, Bruxelles, Bruylant.
- BACOT, Paul (2010a), "A legitimação pela denominação. O agorônimo como discurso argumentativo", in Ida Lucia Machado & Renato de Mello (éd.), *Análises do discurso hoje. v.3*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira (trad. R. de Mello et I. L. Machado).
- BACOT, Paul (2010b), « La dénomination des assemblées parlementaires en Europe », in Jean Garrigues et al. (éd.), *Assemblées et parlements dans le monde du Moyen-*

- Âge à nos jours, 57<sup>ème</sup> Conférence de la Commission internationale d'histoire des Assemblées d'Etat, Paris, Assemblée nationale.
- BACOT, Paul (2010c), « Développement et diversification d'une onomastique politique », *Mots. Les langages du politique*, 94, pp. 47-56.
- BACOT, Paul (2011), *La construction verbale du politique. Etudes de politologie lexicale*, Paris, L'Harmattan.
- BACOT, Paul, DESMARCHELIER, Dominique & HONORÉ, Jean-Paul, éd. (2011), *Sigles et acronymes en politique*, *Mots. Les langages du politique*, 95.
- BACOT, Paul, DOUZOU, Laurent & HONORÉ, Jean-Paul, éd. (2008a), *Chrononymes. La politisation du temps*, *Mots. Les langages du politique*, 87.
- BACOT, Paul, DOUZOU, Laurent & HONORÉ, Jean-Paul (2008b), « Onomastique politique. Eléments de bibliographie », *Mots. Les langages du politique*, 87, pp. 85-95.
- BACOT, Paul & RÉMI-GIRAUD, Sylvianne, éd. (2007), *Mots de l'espace et conflictualité sociale*, Paris, L'Harmattan.
- BARATAY, Eric (2003), « Le zoo, un lieu politique (XVI<sup>e</sup> – XIX<sup>e</sup> siècles) », in Paul Bacot, Eric Baratay, Denis Barbet, Olivier Faure & Jean-Luc Mayaud, *L'animal en politique*, Paris, L'Harmattan.
- BARBET, Denis (2009), *Grenelle. Histoire politique d'un mot*, Rennes, Presses universitaires de Rennes.
- BAROLI, Marc & ROBERT, Dominique (2002), *Du conseil de la république au Sénat, 1946-1958*, Paris, PUF.
- BÉCANE, Jean-Claude (1987), « Belgique. Le Sénat », in Jean Mastias & Jean Grangé, *Les secondes chambres du parlement en Europe occidentale*, Paris, Economica.
- BELLESCIZE, Diane (1993), « De l'Acte additionnel aux Constitutions de l'Empire (22 avril 1815). Une Constitution mal nommée pour un régime sans nom », *Revue de droit public et de science politique*, 4, pp. 1043-1077.
- BONNARD, Maryvonne (1992), « Le statut du parlement », in Didier Maus, Louis Favoreu & Jean-Luc Parodi (éd.), *L'écriture de la constitution de 1958*, Aix-en-Provence, Paris, Presses universitaire d'Aix-Marseille, Economica.
- BRANCA-ROSOFF, Sonia (2007), « Approche discursive de la nomination/dénomination », in Georgeta Cislaru et al. (éd.), *L'acte de nommer. Une dynamique entre langue et discours*, Paris, Presses de la Sorbonne nouvelle.
- CASSANAS, Armelle, DEMANGE, Aude, LAURENT, Bénédicte & LECLER, Aude, éd. (2004), *Dialogisme et nomination*, Montpellier, Presses universitaires de Montpellier 3.
- CHERIGUEN, Foudil (1998), « Nommer pour exister. De l'ethnonyme comme enjeu politique », *Mots. Les langages du politique*, 57, pp. 29-37.
- COSTA, Olivier (2001), *Le Parlement européen, assemblée délibérante*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles .

- CROWTHER, William & ROPER, Steven D. (1996), "A Comparative Analysis of Institutional Development in the Romanian and Moldovan Legislatures", *The Journal of Legislative Studies*, 2(1).
- DE WAELE, Jean-Michel, GUEORGUIEVA, Petia & SOARE, Sorina (2004), « Les parlements en Europe centrale et orientale : Bulgarie, Pologne et Roumanie », in Olivier Costa, Eric Kerrouche & Paul Magnette (2004), *Vers un renouveau du parlementarisme en Europe ?*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.
- DEBRÉ, Michel (1988), *Trois Républiques pour une France*, Paris, Albin Michel.
- DULUCQ, Sophie, KLEIN, Jean-François, STORA, Benjamin (2008), *Les mots de la colonisation*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail.
- FRAGNON, Julien (2007), « Quand le 11-Septembre s'approprie le onze septembre. Entre dérive métonymique et antonomase », *Mots. Les langages du politique*, 85, pp. 83-95.
- HONORÉ, Jean-Paul, PAVEAU, Marie-Anne, PÉRIÈS, Gabriel, éd. (2000), *Noms propres, Mots. Les langages du politique*, 63.
- JONASSON, Kerstin (1994), *Le nom propre. Constructions et interprétations*, Louvain-la-Neuve, Duculot.
- KASK, Peet (1996), "Institutional Development of the Parliament of Estonia", *Journal of Legislative Studies*, 2(1).
- LECOLLE, Michelle, PAVEAU, Marie-Anne & REBOUL-TOURÉ, Sandrine, éd. (2009), *Le nom propre en discours, Les Carnets du Cediscor*, 11.
- LEROY, Sarah (2004), *Le nom propre en français*, Paris, Ophrys.
- NORA, Pierre, éd. (1984, 1986, 1992), *Les lieux de mémoire*, Paris, Gallimard (trois volumes).
- PERNOT, Hélène (2002), « L'appropriation du mot *sud* par les militants Sud-PTT », *Mots. Les langages du politique*, 68, pp. 109-121.
- PIRES, Mat (2007), « Le détournement de sigle. Le cas de *CPE* », *Langage et société*, 121-122, pp. 289-303.
- ROUSSELLIER, Nicolas (1997), *Le Parlement de l'éloquence. La souveraineté de la délibération au lendemain de la Grande Guerre*, Paris, Presses de Sciences po.
- SIBLOT, Paul (1987), « De la signification du nom propre », *Cahiers de praxématique*, 8, pp. 197-114.
- TOLZ, Vera (1993), 'Drafting the New Russian Constitution', *Radio Free Europe/Radio Liberty Research Report*, 2/29, July 16.
- TOURNIER, Maurice (1981), « Vers une grammaire des dénominations socio-politiques au début de la Troisième République (1879-1905) », *Mots*, 2, pp. 51-72.
- TOURNIER, Maurice (2007), *Les mots de mai 68*, Toulouse, Presses universitaires du Mirail.
- TOURNIER, Maurice (2010), *Des noms et des gens en République (1879-1914)*, Paris, L'Harmattan.



- VAN DE VELDE, Danielle (2000), « Existe-t-il des noms propres de temps ? », *Lexique*, 15, pp. 35-45.
- VAXELAIRE, Jean-Louis (2009), « Lexicologie du nom propre et onomastique », *Nouvelle revue d'onomastique*, 51, pp. 301-315.
- VÉNIARD, Marie (2009), « La dénomination propre *la guerre d'Afghanistan* en discours : une interaction entre sens et référence », in Michelle Lecolle et al. (éd.), *Le nom propre en discours, Les Carnets du Cediscor*, 11, pp. 61-76.
- WAGUET, Philippe (1987), « Allemagne (République fédérale). Le Bundesrat », in Jean Mastias & Jean Grangé (éd.), *Les secondes chambres du parlement en Europe occidentale*, Paris, Economica.



# STATE-BUILDING IN A MULTILINGUAL CONTEXT: THE CASE OF TIMOR-LESTE

Roland Laval

ONU

In December 1999, while on my long flight to East-Timor, I took advantage of this opportunity to review the documentation the DPKO, UN provided me. One phrase in particular was of utmost importance for me. The issue of language is one of the most complex problems East-Timor is confronted with, in regards to the state building. I kept this in mind for the duration of my 5-year assignment in Timor-Leste.

## 1. General Context

### *1.1 East-Timor : A linguistic Babel*

In a public lecture given at the University of Adelaide, Australia, March 29, 2000, Dr Geoffrey Hull said

“As for language, Timor is one of those parts of the world that may be described as a linguist’s paradise or hell, depending on his appetite for hard work (...). Wishing to exclude from Timorese life potentially useful languages like Portuguese, Indonesian and English, is a recipe for isolation and economic suicide. What the new East Timor needs above all is an inclusive language policy, one which makes the most of all the languages-indigenous and foreign-currently available to the people.”

Incidentally, the June 2005 presentation to Deakin University's "East Timor Studies Symposium", describes Timor-Leste as "a nation with some fifteen indigenous languages spread over three language families with significant use of foreign and introduced languages, one of which, of course, has made it to the status of an official "national language".

### *1.2 East-Timor : An institutional challenge for United Nations*

From September 1999 to May 2002, East-Timor is under the administration of the United Nations as specified in the Report of the UN SG to the SC n°S/1999/1024 dated 4th October 1999. The International Financial Institutions are pushing for the faster transfer of sovereignty, irrespective of the electoral agenda set forth by the UN Special Representative. All State's institutions must be built from the ground up: a Parliament must be created, along with a Government, and the Constitution drafted.

### *1.3 East Timor : Confronted with an economic disaster, while legally being at the head of the richest South Asian country's offshore oil reserve*

At the end of 1999, following the immediate aftermath of the UN supervised auto-determination referendum, the country's infrastructure is 90% destroyed, and civilians are living in shelters, including Senior Timorese Staff.

East-Timor, a former Portuguese colony is sharing the Island of Timor with Indonesian-speaking West-Timor. It overall shares offshore oil reserves with English-speaking Australia. A small country of 15,410 km<sup>2</sup> (5,400 sq mi) or 17% of Portugal's surface, Timor-Leste is located about 640 km (400 mi) northwest of Darwin, Australia. Its population amounts to 1,066,582 (with a density of 76.2/ km<sup>2</sup>) or 10% of Portugal's population of 11 millions (11,317,192) (or half the 114/ km<sup>2</sup> of Portugal's density). Its GDP Gross Domestic Product per capita amounts to \$542, or 2,5% of the \$21,407's Portugal *per capita* GDP.

Consequently, in 2000, at the inception of my mission in East-Timor, the National Staff is more concerned with their day-to-day (lodging, food and overall livelihood) than with addressing the complex language situation of their country.

My response to this multilingual challenge in a professional environment was threefold:

- 1) Personal English coaching with the World Bank and Asian Development Bank's funded Community Empowerment Project
- 2) A Translation Unit within Timor-Leste's Ministry of Planning and Finance
- 3) The first International Symposium on Professional Interpretation and Translation in Timor-Leste

## 2. Stakes and challenges of multi-language

### *2.1 At the World Bank and Asian Development Bank's funded Community Empowerment Project*

#### *a) The peculiar context of an Emergency Development Project*

East-Timor (Timor-Leste after re-establishment of the Independence in May 2002) was expected to rely on International Assistance for the next decade, thus its Senior Representatives should master Foreign Languages e.g. English, the Lingua Franca between Asian Natives attending international meetings alike ASEAN.

Because of the former trouble with Indonesia, Technical Assistance from this 200 million people inhabited country, was not expected to immediately flow into East-Timor, despite the shared common language, a linguistic result of 25 years of Indonesian occupation.

World Bank International Experts, deployed from Djakarta spoke Indonesian, also the most common language used within the project by the National Staff. None of these Experts spoke sufficient Portuguese. Most International Staff recruited by the UN, the legal power of East-Timor up to Independence, spoke English and/or Portuguese (hence the dilemma).

#### *b) Outcomes*

In 2000, as Project Director of the World Bank and Asian Development Bank's funded Community Empowerment Project, I appointed an English teacher to each Timorese senior staff, as their individual coach. The other intermediary

staff was offered collective lectures. In order to gain their full participation, I told the staff that irrespective of their understandable interest in Bahasa-Indonesian, Tetum and eventually Portuguese, mastering the English language will contribute to their personal empowerment, and in the future, will facilitate their professional contacts with neighboring Asian countries, including Australia.

## *2.2 Translation Unit at the Ministry of Planning and Finance*

### *a) The peculiar context of creating the administrative structure of a Ministry from the ground up in a Multilanguage Environment*

From 2000 to 2004 and after, a continuous presence of International staff who spoke English or Portuguese, rarely both languages was noticeable. Similarly, Ministers and Senior Staff who lived in exile during 25 years in Portugal or Portuguese speaking countries hardly spoke English, except a handful. They did not speak Indonesian, but Portuguese (and Tetun). Senior figures who lived on exile in Australia, spoke fluent English and Tetun and Young Senior Staff spoke fluent Indonesian and Tetun. Some of them spoke English, but rarely Portuguese.

### *b) Outcomes at Translation Unit, MoPF*

As Director of Administration for Timor-Leste's Ministry of Planning and Finance, in 2001 I created within the Office of Administration, a Translation unit working with online translators. The purpose of working with online translators was to take advantage of the time difference between Asia and Europe to obtain time sensitive translations between the English and Portuguese languages. Because of this system, documents were made available to the Ministry's staff members in the shortest possible time in English, Portuguese and Bahasa-Indonesian (and some times, in Tetun).

Two Timorese chiefs of the Translation unit were successively trained in 2001 and 2002, during three weeks at Language Services Section (LSS), UN ESCAP (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific), Bangkok, Thailand. The Ministry also organized English and Portuguese classes for all the staff, with support from Australian and Portuguese Cooperation bodies.

Consequently, all important documents were made available in the shortest possible time in three languages, English, Portuguese, and Indonesian. When necessary (ex. Press Release) short documents were translated into Tetun. In addition, Senior Timorese Staff were invited to attend specialized forum abroad whenever necessary (e.g. Annual Congress of the Indonesian Interpreters/Translators Association).

### *2.3 The first International Symposium on Professional Interpretation and Translation in Timor-Leste*

#### *a) The need for remedies to the linguistic bottlenecks*

In the third quarter of 2003, almost at the end of my assignment in Timor-Leste, I regretfully noticed that the Government and the United Nations did little on an institutional level, to alleviate the day-to-day linguistic bottlenecks.

In an article titled, "Peace-keepers as Nation-builders: Dilemmas of the UN in East Timor", published in *International Peacekeeping*. Vol. 8, no 4 (2001), Astri Suhrke, a Finish scholar said, "the intense competition for interpreters signaled the fundamentally foreign nature of the governance mission". He could have added, the tremendous search for trained or simply knowledgeable interpreters.

I was astonished to see Timorese with real language skills, struggling to perform as professional interpreters because they had no knowledge of the commonly used techniques. Even UN-paid Timorese Language Assistants were never trained.

By luck, my preoccupation with this system flaw, met a similar request for capacity building, which launched albeit with no success, by a professional interpreter and translator, spouse of a Timorese figure. We thus combined our efforts.

#### *b) Immediate outcomes*

With funds from the Ministry of Planning and Finance, I sponsored the first International Symposium on Professional Interpretation and Translation in Timor-Leste.

The purpose of this Symposium was to provide a broad review of interpretation and translation skills to future Timorese professional interpreters and translators. UN Language Department, ESCAP, Bangkok provided its technical expertise, President Xanana Gusmao attended the entire meeting, as a testimony of his unwavering commitment, and the session was opened by Senior Minister, Minister of Justice, Ana Pessoa.

Similarly, UNDP Timor-Leste took opportunity of the presence in Dili on November – December 2003, of M. Christian de Sutters, LSS, United Nations ESCAP, Bangkok to launch the preliminary feasibility study of a long lasting project, aimed at training Translators and Interpreters for the Timorese Justice System.

### 3. Availability of data on Timor-Leste Interpretation / Translation resources (figures A to H)

The following data are extracted from a non published survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003. Data was collected during the first International Symposium on Professional Interpretation and Translation in Timor-Leste, November – December 2003 (courtesy of UN Language Department, ESCAP, Bangkok, October 2010).

Figure #III.1 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Work experience in interpretation/translation (64 of 65)):

- |   |  |
|---|--|
| <p>a) 65 Timorese Translators and/or Interpreters attended the Symposium and 64 declared having work experience e.g. :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 27 in Simultaneous Interpretation (42%)</li> <li>• 29 in Consecutive Interpretation (45%)</li> <li>• 23 in Business Interpretation (36%)</li> <li>• 11 in Whispered Interpretation (17%)</li> </ul> |  |
| <p>b) The following thematic experience were mentioned :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 22 General Politics (34%)</li> <li>• 24 Timores Politics (37%)</li> <li>• 22 UN/Int Politics (34%)</li> <li>• 38 Law/Judiciary (59%)</li> <li>• 13 Economy / Finance (24%)</li> <li>• 11 Science (17%)</li> </ul>   |  |



Figure #III.2 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Contact by Past Language Experience (55 out of 65)):

|                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| - 42 Indonesian (76%) | - 1 Malay (2%)      |
| - 36 English (65%)    | - 1 Spanish (2%)    |
| - 22 Portuguese (40%) | - 1 Baikeno (2%)    |
| - 20 Tetun (36%)      | - 1 Bunak (2%)      |
| - 6 Mambae (11%)      | - 1 Hresuk (2%)     |
| - 5 Tokodede (9%)     | - 1 Kemak (2%)      |
| - 3 Galolen (5%)      | - 1 Laleia (2%)     |
| - 3 Makasae (5%)      | - 1 Lequede (2%)    |
| - 2 French (3%)       | - 1 Raklungu (2%)   |
| - 2 Naweti (3%)       | - 1 Rasua (2%)      |
| - 1 German (2%)       | - 1 Veniliffle (2%) |

Figure #III.3 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Contact by Recent Language Experience (61 out of 65))

|                       |                       |
|-----------------------|-----------------------|
| - 56 Indonesian (91%) | - 53 Tetun (87%)      |
| - 54 English (88%)    | - 25 Portuguese (41%) |
|                       | - 1 Baikeno (2%)      |

Figure #III.4 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Language combination (65 forms collected))

|   |   |
|---|---|
| - 59 Blank or unexploitable forms (91%) | - 4 Interpretation/Translation (6%):                          |
| - 2 Translation (3%):                   | • 1 English to Indonesian & Tetun and vv                      |
| • 1 Bunak to English and Indonesian     | • 1 English to Portuguese and vv, and English to Tetun and vv |
| • 1 English to Tetun & Indonesia        | • 1 English to Tetun  |
|   | • 1 English to Indonesian                                     |

Figure #III.5 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Language combinaison (65 forms collected))

- 34 University (52%)
- 30 Secondary (46%)
- 1 None (2%)

Figure #10 : Results of a survey on TL Interpretation/Translation resources as of Dec. 2003 (Gender (65 forms collected))

- 10 Female (15%)
- 55 Male (85%)

### **To conclude: an Institutional outcome in progress**

In October 2004, the Ministry of Justice and UNDP launched the first courses in legal translation and court interpreting at the *Universidade Nacional Timor Lorosa'e*, through the Pilot Project "Capacity Development for Translators and Interpreters for the Justice Sector in Timor-Leste". UNDP issued a Press Release on 4<sup>th</sup> October 2004, in which it reminds that the TL Constitution defines two official languages (Tetun and Portuguese) and, temporarily, two working ones, English and Malay-Indonesian.

Nonetheless, in the Final Evaluation Report on the afore-mentioned Project dated July 2010, it was stated that "Tetun can be a functional language in all areas of professional, technical, academic, judicial and social life".

On the 28<sup>th</sup> of June 2005, a first group of 11 Translators and 7 Interpreters for the Judiciary graduated. Regretfully, the experience was not renewed.

Timor-Leste will definitely remain a linguist's paradise, should I quote Dr. Geoffrey Hull.

# WALKING THE LINE AND CROSSING THE LINES: FAILURES TO COMMUNICATE IN THE CONTACT ZONE

Rebecca Harwood  
UNIVERSIDADE DO MINHO

A whole history remains to be written of *spaces* – which would at the same time be the history of *powers* (both of these terms in the plural) – from the great strategies of geopolitics to the little tactics of the habitat.  
(Michel Foucault)

## Living Alone

“Exile,” as Christine Brooke – Rose has said,

is an immense force for liberation, for extra distance, for automatically developing contrasting structures in one’s head, not just syntactic and lexical but social and psychological; it is, in other words, undoubtedly a leaping forth. But there is a price to pay.” (Brooke-Rose, 1998: 20)

The price paid by Stella Benson was the loss of intellectual conversation and the periods of acute loneliness she suffered in remote Chinese outposts, but the rewards of exile were made manifest in the creative force of her writing wherein she constructed a new home, a room of her own, a narrative of universal knowledge, imagination and human communication in the spaces in between.

In her time, Stella Benson was fêted by writers whose work she in turn admired; Rebecca West, Virginia Woolf, Winifred Holtby and Naomi Mitchison were among those she called her friends. By her own admission, however, she most often felt like a displaced person, an exile, always on the periphery and never at the centre.

But as Caren Kaplan writes in her book on postmodern discourses of travel, “each metaphor of displacement includes referentially a concept of

placement, dwelling, location, or position. Thus exile is always already a mode of dwelling at a distance from a point of origin.” (Kaplan, 1996:143).

Benson’s own particular ‘mode of dwelling’ is powerfully voiced in the quirky beauty and humanity of the sketches comprising her two travel writing collections, *The Little World* (1925) and *Worlds Within Worlds* (1928). Read together, these two books chart a decade of travel in the author’s life, first as a young unmarried adventurer, who accepts her loneliness as the condition of her independence, and then later as the wife, in unhappy exile, of an Anglo-Irish officer in the Chinese Customs Service (CCS), who finds her independent identity much diminished. Benson craved personal and political transformation, and travel, which cannot avoid a transformation of an existing order, provided escape from stagnation. Crossing borders also affords the possibility of behavioural transgressions: “Walking the line” as McCotter says, “is a metaphor for appropriate behaviour, but crossing it means something else entirely.” (McCotter, 2007: 491). Benson’s transgressions set her apart from the missionaries and other wives who expected her to take her place in the artificially constructed collective identity of ex-pat society. Instead she pursued a risky course across unknown spaces on a venture towards self-determination.

In this paper, I would like to focus on Benson’s particular attempts to authenticate her experiences in the unstable spaces of the contact zone. The ability to authenticate is not the prerogative of any one group; ‘authenticity’ is, to use Said’s expression, a ‘travelling theory’. Following this argument, McCotter states that, “Authenticity’ is not simply determined by the visual; tourism takes place in a polysensual world.” (McCotter, 2007:498). The truth of McCotter’s observation is clearly borne out by Benson’s particular method of authenticating her travels. For Benson, the authentic is frequently located in interpersonal relations, where her natural empathy for the unvoiced and the unseen translated the gestures, words or acts of the Other as expressions of a human mentality, and not as objects to be manipulated at will.

Empathy, according to the philosopher, Wilhelm Dilthey,

“was the sympathetic reconstituting of the world of alien thought which released the investigator from the limitations of his own world-view on the one hand, and from the ‘willing suspension’ of judgement of relativism on the other.” (*apud* Mitter,1987:26)

In her travel writing, Benson resists the temptation to put the individual in a collective mould. This does not mean she fully suspends judgement of cultural difference but her interpretations of the Other reveal a commitment to a non-hierarchical study of cultures. She achieves an empathetic articulation of the foreign, seeking an effective equivalence for her target audience without diminishing the individuality of her subject. In a sketch called 'The Accident', for example, Benson describes an everyday practice for the Chinese commuter and finds its equivalent in the behaviour of British commuters:

“When two palanquins met, the servants of the mandarins would hold their fans before their masters’ faces in order to create a fiction of not having met, since a barefaced meeting would entail an endless polite delay. I have seen British business men in buses taking refuge in the same harmless fiction – only they use the *Daily Mail* instead of painted fans.” (*Benson, 1928: 83*)

In this way, she strips away the potentially alienating symbols of cultural difference, replacing palanquins with buses, and fans with newspapers, to reveal the culturally non-specific oddity of human behaviour, inviting the reader to share a moment of universal humour rather than misplaced mockery.

### **Failure of intellectual communication**

In her travel writing, Benson, as Meredith Bedell observes, “returns over and over again to incidents that suggest the failure of intellectual communication”, while, “the very success of her imagery nurtures the sympathetic communication between individuals that she found so often lacking.” (Bedell, 1983:120).

Benson attributes not only all people but also all things with a soul; the cactuses of Mexico, the oxen in India and even her car, Stephanie. Her preoccupation with the true spirit of things is evident in both volumes of her travel writing: in Laos, for example, she is fascinated by the cocks and hens she comes across in the wild, never having conceived of a hen as anything other than ‘an egg-laying machine always seen through a rabbit-wire fence’, which leads her to wonder,

“whether all the tame poor things of our civilisation have somewhere a jungle in which they are radiant and wild, whether somewhere unsuccessful

clerks and shy curates and lady-companions to irascible old ladies come into their heritage of lovely savagery;" (Benson, 1925: 281)

Benson's second volume of travel essays, *Worlds Within Worlds* starts in anger, at her diminished independence as a wife travelling on a path decided by her husband's profession rather than her own fancy, but moves through moods of pathos, loneliness, and frustration, until finally arriving at a state of mature understanding and humility which is less pronounced in her earlier volume, *The Little World*. In Manchuria, the site of her husband's new posting, she is posited on the unstable Korean and Russian borderlands, at that time nominally controlled by a belligerent Japanese presence. Benson's sense of exile has never been more acute – she has no children of her own, but has lost a dog she cherished as a child, and has now been sent to Northern China, where she must make her home among the other displaced peoples. Benson's identification with the underdog, those who have little or no power to affect change among the ruling elite, is blatant in *Worlds Within Worlds*. To the suppressed she lends her voice; not by describing the plight of nations, of peoples, but instead by bringing to life fleeting moments of contact with individual people. Moments such as these demonstrate Benson's sensitivity to the complex workings of race, class and gender: in the sketch entitled 'Nei-San', for example, she describes a moment in a Japanese inn, in northern Korea, which illustrates the ambiguities inherent to any positioning of the Self and the Other in spaces where opposing discourses of power meet and compete.

The essay begins with an apparent re-affirmation of the liberated Western woman's disdain for the Japanese woman's acceptance of her subordinate place in society;

"They walked on broad, flat, two-toed feet. The hunched *obi* and the modestly turned-in feet give a woman a look of confessed inferiority, as though she lived under a sun to which she could never raise her eyes." (Benson, 1928: 149)

This position, though, is soon reversed with a subversion of the Imperial subject's notion of Self which allows the author to see the comic value of her own foreignness in the gaze of the young servant girl, Nei-San;

“We seemed to her a couple of large jokes and she laughed at us so much that I began to be conscious of the various points of us – seen as jokes; [...] We knew very well we were out of place –we must be content to amuse, content to be clumsy louts in fairyland.” (Benson, 1928: 150)

The Western visitors are entirely at the mercy of this Japanese woman as she prepares them for the bath; she gestures and laughs at their ‘senseless modesty’, until she is interrupted in her merriment to attend to a Japanese male guest. The author notes the change in the dynamics of power in this social encounter and recognises her own irrelevance in the structure of the local hierarchies of gender, race, empire and nationhood;

“She was changed entirely before him; she touched the mat with her forehead; there was no dominancy left in her and no mockery; she was a slave with a cold obedient face. That little knock-kneed man with his narrow puffed eyes behind thick glasses, his prominent gold-edged teeth, his cropped round head, his slouching shuffle and his Olympian manner – he and his like commandeered the world she knew and were never funny. As for us, we had no like, we came from a world that didn’t exist; our halting tongues knew no commands – and so we were slaves – we were contemptible and funny.” (Benson, 1928: 154-155)

Benson’s extensive physical description of the Japanese man invites the reader to see him, as she obviously does, as a posturing personification of misplaced power. The fact that this Japanese man is ‘never funny’, despite the theatrical quality of his sinister aspect, is, of course, the point of this essay; in this world, he commands, and Benson and her like must accept that in this ‘fairyland’ it is they, and not he, who is contemptible. In this encounter, Benson shows an understanding of the fragile complexity of local and global power structures and the inherent contradictions of the Self/Other dichotomy.

Benson accepts the failure of intellectual communication in this contact with the Other but continues to privilege the possibility of some more instinctive form of communication based on a shared emotional response to a situation, translating this into a space of empathy existing beyond the boundaries of any artificial social restraints.

A later essay in the same volume entitled, ‘The Barber’s Wife’, illustrates Benson’s belief in the potential for a humanist communication, which would

break the cycle of the dehumanizing attitudes and interaction patterns she saw around her. At the beginning of the essay she admits the effects of the loneliness she suffers in Manchuria; “Living entrenched as I did in a high-walled compound, with only puppies within and only Japanese without, I lived removed from senses” (Benson, 1928: 187). She has transferred all her affections to her puppies and is put out by the Japanese barber’s request to have one of her puppies for breeding purposes, unhappy that her “spoilt, fantastic, uninhibited puppies should be thought of as simple, puppy-producing machines” (Benson, 1928: 187). She hands over the puppy to the barber’s wife but continues to imagine her lost child/puppy unloved in her new home. Some days later, her Korean cook, acting as the barber’s wife’s translator, tells her that the puppy has died. The barber’s wife weeps, and the cook/translator, standing over her, “as if he were still needed to interpret her meaning”, explains with a laugh that she is crying because, just like Benson, she has no child of her own, and “so she like dog.” (Benson, 1928: 188). The tragedy of personal loss is briefly and wordlessly communicated between the two women with a look. The moment of complicity is sealed with Benson handing the woman a bunch of sweet peas, “the only comment I could think of” (Benson, 1928: 190), and the barber’s wife walking away with a bow. The final words of the essay reaffirm the importance of the encounter, voicing the universal potential such moments of unworded human communication.

“It was as though a ghost of lovely and sorry unreason had shimmered itself into two, and the two halves walked away from each other in the form of an English female novelist and a respectable Japanese tradesman’s wife.” (Benson, 1928:190)

Benson’s insight here is arguably informed by her gendered identity as a lonely, childless woman in an imperial context, but gender, as Judith Butler has said, is a performance; it is conditioned by other variables, and is what you do at particular times, it is not everything you are.

The usefulness of the interpreter character in this sketch is mocked and oral communication is replaced here by a universal gesture of kindness, the offering of a gift. In this instance the loss of language does not have any undesirable consequences. The use of gesture and mime is a standard set-piece in travel writing where the possibility of language contact is remote. As Michael Cronin has noted,



“The suggestion by travel writers of an understanding that is arrived at through gesture and that obviates the need for language points to the birth of a commonality of human experience and understanding that (...) [is] concomitant with the gestural emergence of language.” (Cronin, 2000: 72)

However, cultural encounters in intersemiotic contexts can be fraught with tensions resulting from the miscomprehension of gestures and cultural systems. In the sketch, ‘The Cigarette’, Benson illustrates the mutual suspicions and misunderstandings which arise from cultural encounters but does so in a way that subverts the usual superiority of the position of the literate subject over the illiterate native. The narrative takes place on the Manchurian railway. The train is already filled to overflowing when,

“a minute before the train started, a surplus thirty or so of unmistakable third-class passengers brimmed over into first class. The damned had burst the bounds of their outer darkness and trickled into Paradise, timidly at first, but presently bold with sheer necessity. They were all Koreans.” (Benson, 1928: 127)

The other passengers on the train, Japanese, Chinese, English and Russian, all nominally occupying a superior status to the lowly Koreans, were unhappy about the invasion. In the crush of bodies, a Korean father, “who was padded to about twice his original size with layers of quilted white robes”, and carrying his little son strapped on his back, leant across an Englishwoman to close a door with the result that “his wide innermost cuff devoured her lighted cigarette”. The English woman, in fact Benson herself, attempts to tell him in English what has happened, but “the Korean and his attached baby turned a blank benevolent double gaze upon her.” (Benson, 1928: 131). She persists with a gesture intended to represent an explosion, but “he looked *only* gently surprised. He was absolutely convinced that he and the Englishwoman could have nothing in common – nothing to say to one another.” (Benson, 1928: 132)

At this point the other passengers entered into the performance:

“Nobody knew quite what had happened, but every one felt convinced that the Korean had done something wrong. The Korean exchanged a sombre glance of intelligence with a Korean friend. “Look what comes of associating with foreigners,” the glance said. The Englishwoman made a final

effort. Seizing the sufferer desperately by his cushioned arm to pin his attention, she made an exaggerated show of shaking her own arm downwards. ... All the Koreans watched her for a moment, probably thinking she had a flea, what of it? Then they sighed and began talking in low voices one to another about something else, as well-bred people talk to discourage the offensive advances of a vulgar stranger.” (Benson, 1928: 132)

Finally, at the next station, the Korean left the train, “put his little hat straight on its steeple with a dignified hand and turned away, leaving a thin curling wire of smoke behind him on the cold air.” (Benson, 1928: 135) Despite the obvious failure of language and gesture here to communicate the important message of danger, it is the unaffected dignity of the Korean which communicates the true meaning of the encounter. In a neat turning of the tables, Benson underlines the comedy of her linguistic failures by looking at them through the eyes of the Korean. By imaginatively reconstructing his perception of her odd behaviour, she admits her helplessness, making her, the Imperial subject, seem the child or barbarian who cannot communicate rather than suggesting that it is the Korean’s failure to understand that is childlike or somehow barbaric.

### **‘The Exile’s Reward’**

Benson’s state of exile may have been largely self-determined, engendered by her inability to bow to physical, social and emotional constraints, but her travel essays do not escape from the manifestations of nostalgia which Caren Kaplan observed in Euro-American constructions of exile. The nostalgia Benson feels for ‘home’ is overpowering. But, once located in the longed for ‘home’ of England, something compels Benson to again leave for the exile of China, although she knows the isolation and unhappiness that awaits her there. In this, she seems to join the ranks of the modernist writers, who, Kaplan suggested, conflated exile and expatriation, finding evidence “in the way that, distance has come to be privileged as the best perspective on a subject under scrutiny and in the related discourse of aesthetic gain through exile”, because “when detachment is the precondition for creativity, then disaffection or alienation as states of mind becomes a rite of passage for the ‘serious’ modern artist or writer.” (Kaplan, 1996: 36).

Stella Benson's version of exile has much in common with this "model of aesthetic gain through exile". Benson sits apart from the expatriate community in China by choice, but it seems to be precisely this position of exile which hones her eye and her pen for a more mature appreciation of the humour and beauty in the world around her. From the position of her perceived displacement and rootlessness Benson constructed a powerful space in the world of human relations from which the possibility for a level of universal understanding could emerge. So that, although she always felt herself to be "living alone", she in fact inhabited a space of limitless potentialities for human communication.

## References

- BEDELL, R. Meredith (1983), *Stella Benson*. Boston, Twayne Publishers.
- BENSON, Stella (1932), *The Little World*, London, Macmillan and Co., Limited [1925].
- BENSON, Stella (1928), *Worlds Within Worlds*, London, Macmillan and Co., Limited.
- BROOKE-ROSE, Christine (1998), "Exsul", in Susan Rubin Suleiman (ed.) *Exile and Creativity. Signposts, Travelers, Outsiders, Backward Glances*, Durham and London, Duke University Press, pp.9-24.
- CRONIN, Michael (2000), *Across the Lines: Travel, Language, Translation*, Cork University Press.
- GRANT, Joy (1987), *Stella Benson: a biography*. London, Macmillan.
- KAPLAN, Caren (1996), *Questions of Travel. Postmodern Discourses of Displacement*, Durham and London, Duke University Press.
- MCCOTTER, Clare (2007), "Woman Traveller/Colonial Tourist. Deconstructing the Great Divide in Beatrice Grimshaw's Travel Writing", *Irish Studies Review*, Vol.15, No.4, pp. 481-506
- MITTER, Partha (1987), "Can we ever understand alien cultures? Some epistemological concerns relating to the perception of the Other", *Comparative Criticism*, vol. 9, pp. 3 -34. Cambridge University Press,
- SAID, Edward (1983), *The World, the Text, and the Critic*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.



# ETHICAL LESSONS FROM SOUTH AFRICA: THE LEGACY OF THE NOBEL PEACE PRIZE SPEECHES

Joana Passos

UNIVERSIDADE DO MINHO

The Nobel Prize, one of the most prestigious awards in the world, has been consolidating its credibility for over a hundred years, since the first Nobel awards were given in 1901. From the very beginning, The Nobel Prize was conceived as an international award to pay tribute to outstanding achievement, anywhere in the world. The solid selection of worthy laureates and the sheer standard of excellence among the awarded people or organizations is another element that established the credibility and high respect commanded by such a Prize. Among the categories mentioned in Alfred Nobel's will, namely Physics, Chemistry, Physiology or Medicine, Literature and Peace, it is the last category that concerns my present contribution<sup>[1]</sup>. The Nobel Peace Prize is to be awarded to "the person who shall have done the most or the best work for fraternity between nations, the abolition or reduction of standing armies and for the holding and promotion of peace congresses"<sup>[2]</sup>. While all the other Nobel categories are awarded by Swedish institutions, The Nobel Peace Prize is the only one to be awarded by a committee of five people chosen by the Norwegian Parliament. The motives for

---

1 In 1968, Sveriges Riksbank (Sweden's central bank) established the Nobel Prize in Economic Sciences in Memory of Alfred Nobel, founder of the Nobel Prize.

2 Excerpt from the will of Alfred Nobel "The Nobel Peace Prize". Nobelprize.org. 31 Oct 2010 [http://nobelprize.org/nobel\\_prizes/peace/](http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/)

delegating the decision concerning the Nobel Peace Prize to Norway are not explained by Alfred Nobel, but it is interesting to note that contrary to all the other prizes that are more clearly associated to particular scientific or scholarly institutions, the decision to award the Nobel Peace Prize is, indirectly, in the hands of a political institution, a fact that makes sense, since the balance that may allow for the desired “fraternity between nations” is, frequently, a political matter. To a certain extent, there may be a political factor in all the choices for the categories contemplated by the Nobel Foundation, not least the Nobel Prize for Literature as ideology and ethics are core elements for the creation of written art. Nevertheless, no other prize is so clearly intended to interfere in world politics as the Nobel Peace Prize. Just by becoming a Nobel Laureate, a person or organization working in a particular country will be noticed worldwide, which means visibility for that particular cause, and not the least, a visibility accompanied by a public declaration of international approval and support, as it is implied in being chosen to receive such a prestigious award.

Nobel Peace Prizes have rewarded work for peace among nations as well as work to settle peacefully intra-national problems. In this particular study, I will focus on the four South African Nobel Peace Prizes, because I think, there is an exemplary dimension to the racial struggle within South Africa as the epitome of a continental struggle for decolonization and internal adjustment. And if South Africa’s struggle against racism stands as an example to the whole of the African continent, its ethical lessons are equally relevant for current European politics, increasingly involved with immigration issues and racist feelings, as one can conclude from the surprising popularity attained by such characters as Jorg Haider (who won Austrian Parliamentary Elections in 2008, dying shortly after in a car crash), or Jean Marie Le Pen, head of a nationalist, xenophobic party, the National Front, five times candidate to the French presidential elections (conquering a significant number of votes in 2002) and the recent polemic in the European parliament concerning President Sarkozy’s plan to deport the Roma people. Thus, it is timely and relevant to recall South Africa’s internal struggle against apartheid and learn from its ethical legacy.

The Nobel Peace Prize was awarded to South African Albert Luthuli in 1960, to Bishop Desmond Tutu in 1984, and to FW de Klerk and Nelson Mandela in 1993. I will discuss the four presentation speeches, by the Nobel Committee, where the reasons for giving the prize to such personalities are put

forward, and then I will go through the four Nobel Lectures reflecting on the message by each of the Laureates. I will follow a chronological order because these awards have to be contextualized with an eye on South African history and the evolving regional context.

### **Albert Luthuli – Nobel Peace Prize, 1960**

In his Presentation Speech, Gunnar Jahn, Chair of the Nobel Committee, declared that Albert Luthuli was given the Nobel Peace Prize because he had always defended a peaceful solution for South Africa's internal problems<sup>[3]</sup>. The whole speech is very much focused on the presentation of South Africa's struggle against racism as a specific national issue, and that view surprised me. In this same year, 1960, a significant number of African countries had just become independent<sup>[4]</sup>, and the choice for a peaceful solution to settle internal conflict in South Africa was particularly important for the whole of the African continent, setting the example for the outcome of a decolonization wave. Considering that independence had often been followed by civil war or by internal tension between different races or ethnic groups, the fact that opposition in South Africa, that is to say, the ANC – the African National Congress – was choosing the road of peaceful demonstrations in the struggle for freedom (just as Gandhi had done in South Africa at the turn of the century<sup>[5]</sup> and later, in India, in the 1940s) was all the more inspiring and commendable. On the other hand, the similitude between Gandhi and Luthuli in terms of convictions and leadership must have been quite scaring for white South Africans eager to defend the hold of their community to national power. An opponent with a high moral profile and an international reputa-

---

3 “If the nonwhite people of South Africa ever lift themselves from their humiliation without resorting to violence and terror, then it will be above all because of the work of Luthuli (1961: 22, 23) in “Presentation Speech by Gunnar Jahn”, *Strenghts & Convictions, the Life and Times of the South African Nobel Peace Prize Laureates*, (ed.) Gavin Jantjes, Nobel Peace Center and Iziko Museum of Cape Town, Catalogue to the Exhibition “Strenghts & Convictions”, 2009, p:16-23.

4 In the year 1960 the following African countries became independent: Camaroons, Togo, Senegal, Madagascar, Somália, Benin, Niger, Burkina Faso, Ivory coast, Chad, Congo, Gabon, Mali, Nigeria and Mauritania.

5 Ghandi was in India from 1893-1914 – political activity to defend the rights of the Indian community. Founded the Natal Indian Congress (May, 1894), and launched the first peaceful resistance campaigns.

tion must have been that last thing they wished for. And how did Luthuli gain such a high profile?

Albert Lothuli was a teacher for seventeen years, as faculty member of Adams College, in Natal<sup>6</sup>. He was a Christian, and Christianity had deeply influenced his worldview. He also came from a lineage of Zulu chiefs. This combination of circumstances means Lothuli gained visibility and respect in his community through three dimensions of social intervention: as a highly regarded teacher, as local chief (since 1953) and as an active member of the local church. In the Nobel Presentation Speech, Gunnar Jahn said Lothuli worked all his life to promote justice “in the individual, in the nation and among the nations” (2009: 16, Nobel Presentation Speech, 1961). These words are important because the line of argument defended by Lothuli, and in fact by all the Nobel Laureates to be addressed in this essay, is that no political regime can afford to sacrifice the dignity of the people under its responsibility, in order to perpetuate itself. And it was by calling on individuals to feel entitled to dignity and self-respect that Albert Lothuli captivated people into political commitment.

Lothuli emerged as a political leader in the post-war years, when he became a member of the African National Congress (founded since 1912) in 1944. At this particular moment in time, World War II had weakened most European regimes and the Soviet Union was quick to see the opportunity to expand communism worldwide through the support of independence struggles. In South Africa, during the 1940s, white pressure increased as the white community was aware of the changing international climate due to the rise of independent African nations. Yet again, white South Africans saw themselves entitled to a different, legitimate claim, since they were a centuries old white community, saw themselves as Africans, and did not see their regime as “colonial”, in the sense of foreign, metropolitan occupation. However, even if white South Africans were indeed Africans, that identity did not justify a racist, *apartheid* regime. In his presentation speech, Gunnar Jahn provided some numbers for 1960:

“The present-day population of South Africa is some 14,7 million, of whom only some 3.3 million are white. Of the remainder, 9,6 million are Africans, some 0,4 million Asian (mainly Indians) and 1.4 million of mixed race.

---

6 Again, it was in Natal that Gandhi organized the Natal Indian Congress, in 1894, the very same region where Lothuli studied and worked. I believe, Gandhi must have been an inspiration for Lothuli.



(...) The figures testify to the fact that people of all races have helped to build this community. The whites could never have done it alone. (...) But what is the position of the nonwhite population? In this community, non-whites are denied all right to participate in the government of the state. They are discriminated against legally, economically and socially.”

(Gunnar Jahn, Presentation Speech for Nobel Peace Prize 1961, 2009: 17)

The year Luthuli became the President of the African National Congress, 1960, the Congress was banned in South Africa and went underground. In that same year, Luthuli was awarded the Nobel Peace Prize, a real embarrassment for the oppressive white community.

In Luthuli’s own words, the Peace Prize he received had a “threefold significance” (2009: 24, Albert Luthuli Nobel Lecture, 1961):

“(...) It is a tribute to my humble contribution to efforts by democrats on both sides of the color line to find a peaceful solution to the race problem. This contribution is not in any way unique. I did not initiate the struggle to extend the area of human freedom in South Africa; other African patriots – devoted men – did so before me.”

(...)

“On the other hand, the award is a democratic declaration of solidarity with those who fight to widen the area of liberty in my part of the world. As such, it is the sort of gesture which gives me and millions who think as I do, tremendous encouragement.

(...)

From yet another angle, it is welcome recognition of the role played by the African people during the last fifty years to establish, peacefully, a society in which merit and not race would fix the position of the individual in the life of the nation.

(...)

This award could not be for me alone, nor just South Africa, but for Africa as a whole.”

(2009: 24, Albert Luthuli Nobel Lecture, 1961)

As you can read in the quotes above, the connection between the internal struggle against racism in South Africa and the decolonization process in the rest of the continent is quite clear in Albert Luthuli’s lecture. If these struggles across the African continent are connected, the Nordic declaration of solidarity towards South African’s internal struggle against apartheid can

be extended to moral support in the fight against racism and colonialism throughout the African continent.

In total contrast with the repressive attitude of the white community, Luthuli always spoke of sharing power, of enlarging access to citizenship, and never of revenge, or of measures against the white community. Luthuli's political vision is collected in his book *Let my People Go* (1962), a set of lectures and writings that certainly had an impact in the political formation of other African activists.

During his Nobel lecture, Luthuli's appealed for further support from the Christian church, "to help the struggle to end racism in South Africa" (2009: 30 Nobel Lecture 1961), and in fact, it would be by a man of the church that would follow on Luthuli's footsteps as another charismatic South African leader and Nobel Peace Laureate.

### **Desmond Tutu – Awarded the Nobel Peace Prize in 1984**

The first noticeable difference between the Nobel Peace Ceremony of 1961 and the 1984 one is that both the Presentation Speech and the 1984 Nobel Lecture (by Desmond Tutu) reveal a very different attitude. Twenty-three years later, the world was more aware of and more horrified at the shocking repressive measures enforced in South Africa, and you can feel a certain international consensus in the expression of rage against the white community. That is why the 1983 Nobel Peace Ceremony is more focused on internal events in South Africa and the tone is quite different from the more contained, utopian and reformist appeal of the 1960s. In his presentation speech, Egil Aarvik said:

"It is the Committee's wish that this year's award should be seen as a renewed recognition of the courage and heroic patience shown by black South Africans in their use of peaceful means to oppose the apartheid system.

(...) Sometime ago television enabled us to see this year's laureate in a suburb of Johannesburg. A massacre of the black population had just taken place – the camera showed ruined houses, mutilated human beings and crushed toys. Innocent people had been murdered. Women and children mortally wounded. But, after the police vehicles had driven away their prisoners, Desmond Tutu stood and spoke to a frightened and bitter congregation: 'Do not hate', he said, 'let us choose the peaceful way to freedom.

It is with admiration and humility we today present the Nobel Peace Prize to this man.”

(2009: 43-44, Presentation Speech by Egil Aarvik)

As if to complement the denunciation tone we can read in the above Presentation Speech, Desmond Tutu did not refrain from presenting a horrifying account of life under apartheid:

“One day the police chased some pupils who had been boycotting classes, but they disappeared between the township houses. The police drove down the old lady’s street. She was sitting at the back of the house in her kitchen, whilst her charges were playing in front of the house in the yard. Her daughter rushed into the house, calling out to her to come quickly. The old lady dashed out of the kitchen into the living room. Her grandson had fallen just outside the door, dead. He had been shot in the back by the police. He was 6 years old.”

(2009: 48, Desmond Tutu Nobel Lecture, 1984)

(...)

“In pursuance of apartheid’s ideological racist dream, over 3.000.000 of God’s children have been uprooted from their homes, which have been demolished, whilst they have then been dumped in the Batustan homeland resettlement camps. I say dumped advisedly: only things or rubbish is dumped, not human beings. Apartheid has, however, ensured that God’s children, just because they are black, should be treated as if they were things, and not as of infinite value as being created in the image of God. These dumping grounds are far from where work and food can be procured easily. Children starve, suffer from the often irreversible consequences of malnutrition – this happens to them not accidentally, but by deliberate government policy.”

(2009: 50 Desmond Tutu Nobel Lecture, 1984)

With these words, Desmond Tutu brings the world both the random killing of innocent people and the organized genocide, balancing the intimate and the national dimension of horror in his exhaustive, diversified and eloquent denunciation of the South African apartheid regime. There is a tremendous dimension of courage in doing this, for someone who is not a refugee, and who would return to South Africa in a few days. Maybe it is worth to point out that Albert Luthuli, the previous Nobel Peace laureate, died near his hometown under mysterious circumstances hit by train. How mysterious these circumstances are, I leave you to wonder.

From Luthuli you learned restrain, high ethical standards, and the choice for peaceful resistance. With Tutu, the courage of open denunciation, and with both, the refusal to be indifferent. But a time would have to come when resistance is replaced by concrete political decisions. The next two Nobel Peace Prizes awarded to South Africans were given to a black man and a white man, who decided to sit down, talk about their differences, and end apartheid together.

### **Frederik Willem de Klerk and Nelson Mandela – awarded The Nobel Peace Prize in 1993**

The presentation Speech by Francis Sejersted reinforced the commitment of the Nobel Foundation to support the fight for human rights, recognizing the value of a selection criterion that is slightly different from the more militaristic formulation in Alfred Nobel's will. In the 20<sup>th</sup> century, it is commonly acknowledged that the construction of long lasting peace takes more than reducing armies and promoting peace among nations. As Francis Sejersted says "If anything close to a stable peace is to be achieved, respect for each other's character, integrity and dignity is an absolute requirement (2009: 62, Presentation Speech by Francis Sejersted, 1993). In his presentation speech he also recalled the two previous Nobel Peace Prizes awarded to South African activists Albert Luthuli and Desmond Tutu, linking the Nobel Committee's long and repeated support for the struggle against Apartheid to the happy outcome celebrated by these last two prizes.

On receiving this award, Frederik Willem de Klerk asked if the procession of Nobel Peace Laureates since 1901 reflected a general movement by mankind toward peace. A pertinent question if one wants to judge the effective ethical intervention that moved Alfred Nobel to promote such a prize. I would answer with the value of role models such as the ones revisited in this essay. They certainly made a difference to make the world a better place. And how would these outstanding characters define peace in their own words?

According to Frederik Willem de Klerk:

“There can thus be no real peace without constant effort, planning and hard work.

Peace, therefore, is not an absence of conflict or a condition of stagnation.

Peace is a frame of mind.

It is a frame of mind in which countries, communities, parties and individuals seek to resolve their differences through agreements, through negotiation and compromise, instead of threats, compulsion and violence.”

(2009: 68 – 71, FW de Klerk Nobel Lecture)

On his turn, Nelson Mandela phrased with amazing clarity what is at stake in the choice for peace:

“We speak here of the challenge of the dichotomies of war and peace, violence and non-violence, racism and human dignity, oppression and repression and liberty and human rights, poverty and freedom from want.”

(2009: 77, Nelson Mandela Nobel Lecture)

“This must be a world of democracy and respect for human rights, a world freed from poverty, hunger, deprivation and ignorance (...)”

(2009: 79, Nelson Mandela Nobel Lecture)

Indeed, the choices and the task before us are simultaneously this simple and immense. And urgent. To take heart, I would like to recall the exhibition that motivated the above reflections on the South African Nobel Laureates. It took place in 2009, at Iziko South African National Gallery, in Cape Town, South Africa, under the title “Strenghts & Convictions”. The value of exhibitions such as this one has got multiple dimensions and plenty of positive outcomes. Among these I would first underline the dignified ability of such an exhibition to put out the word about what happened, how much it hurt, and how a few exceptional people were able to make a difference. Secondly, let us recognize the gift of art to bless a violent history with a positive, hopeful note. As example, I picked one of the pieces from the “Strenghts & Convictions” exhibition to show you. It is a series of photographs by George Hallet from the “Dance for All” project. “Hallet invited the young dancers to present themselves to the world in a single-shot portrait” (2009: 209). In this set of photographs, young dancers face the camera with attitude, blending refined elegance and self-confidence. Their sense of purpose and their pride encourage one to believe that this new generation, with access to opportunities, materializes, to some extent, the regeneration of South Africa’s wounds. Their country certainly has to live up to the quality of these youths... And a watchful world has to help in any way it can.

**References**

*Strenghts and Convictions, the Life and Times of the South African Nobel Peace Prize Laureates, 2009*, Catalogue of the 2009 exhibition *Strenghts and Convictions*, (ed.) Gavin Jantjes, curator, Cape Town: The Nobel Peace Prize Center and the Iziko Museum of Cape Town.

# THE 'DOUBLE-BIND' NON-WHITE, NON-MALE IN CHINESE AMERICAN WOMEN'S WRITING: MAXINE HONG KINGSTON – A CASE STUDY

Amélia Carvalho  
UNIVERSIDADE DO MINHO

Bearing in mind the theme of the present Colóquio de Outono, “Voices, Discourses, Identities in Conflict”, the discussion of the issues surrounding the dual ethnicity of Chinese American women writers seemed to be of the utmost relevance.

When I decided to use the compound noun in the title of this essay - “double-bind”- my intention was twofold: I intend to refer both to the dilemma Chinese American women writers face in critical reception of their work, that is, the fact that they neither belong to the ‘white publishing establishment’, nor speak with the male voice of authority and reason that belongs solely to their *male* counterparts – Chinese American men, and I also mean to metaphorically allude to the more concrete traditional binding of the feet from ancestral times. Maxine Hong Kingston herself uses the expression “Dolls with big Feet” (Kingston, 1981: 75) to designate the opposition between the stereotypical exotic images of the Asian woman which are still present in western imagination and, in opposition, the big feet which are the result of contemporary women’s “unbinding” of cultural constructs/conceptions from the past.

“Unbound feet”  
We are unbinding our feet

We are women who write  
 We are women who work  
 We are women who love  
 Our presence in this world.  
 (Lim: 1992, 253)

Maxine Hong Kingston is the best-known contemporary writer to be included in the canon of American literature. More than three decades ago, her groundbreaking works *The Woman Warrior: Memoirs of a Girlhood Among Ghosts* (1976) and *China Men* (1980), made Kingston become one of the pioneers of a whole new generation of Asian American writers and the spokesperson of Asian American women in their quest for identity.

In Nicoleta Zagni's interview with Maxine Hong Kingston in 2006 (Zagni: 2006, 98-99), the author comments on the change brought about by the publication of her 1982 article "Cultural Mis-readings of American Reviewers". MHK's<sup>[1]</sup> analysis of critiques to her book promoted the creation of Asian American literature courses, ethnic studies courses, history courses, all of which provided a much needed historical contextualization of the various minorities. Kingston claims:

"(...)I'm probably one of the pioneers that began the need for ethnic studies classes or other courses in the study of minorities [...] and as each of my books has come out, there have been better and better readings and better and better criticism." (Zagni: 2006, 99)

### **Maxine Hong Kingston: a few biographical data**

Maxine Hong Kingston's debut occurred in 1976 with the publication of *The Woman Warrior: Memoirs of a Girlhood Among Ghosts*, a groundbreaking work that weaves together biographical as well as fictional elements, history and myth. It won the National Book Critics' Circle Award for nonfiction in 1976; *China Men* (1980), second in line, constitutes a great contribution to the perception of Chinese immigrant experience from the late nineteenth century to the contemporary period. This metafictional history brought Kingston the American Book Award for nonfiction in 1981.

---

1 For economy sake MHK will be used occasionally standing for Maxine Hong Kingston.



Her first novel, *Tripmaster Monkey: His Fakebook*, published in 1989 is a more traditional publication, which won the P.E.N. USA West Award for fiction.

In 1991, a fire in Kingston's home destroys the only copy of *The Fourth Book of Peace*, which she decided not to rewrite; choosing to publish instead, *The Fifth Book of Peace* in 2003. The latter combines a mixture of literary genres, from autobiography to fiction, personal essay, political commentary, and reportage, a natural consequence of the writing workshops (writing-in-community) with War Veterans she had initiated in 1992.

She publishes *Veterans of War, Veterans of Peace* in September 2006, an anthology of veterans' writings and, finally in 2008, she receives the National Book Foundation's Medal for distinguished Contribution to American Letters.

My essay aims to address a few questions regarding both her place in the American literary scene and the double-edged critical reception of her books, both by American literary critics and Chinese American male writers.

Ethnic women's identity is determined by its differential value: the definition of their identity is situated at the crossroads of identities. Maxine Hong Kingston states in Shirley Geok Lin's *Approaches to teaching Kingston's The woman warrior*, "I am nothing but who 'I' am in relation to other people." (Lim: 1991, 23) similarly to the way Bakhtin uses to refer to this interdependence between 'I' and 'the other', when arguing about his own interpersonal relationship:

"I am conscious of myself and become myself only while revealing myself for another, through another, and with the help of another."  
(apud Danow, 1991: 59)

Due to the doubly marginal status which is imposed on them, women feel compelled to value themselves for what they **are not**, that is, the supposedly negative traits "non-white" / "non-male" which some critics use to label them (in relation to other writers). These traits will actually be used by these writers as an impetus for their creativity and empowerment.

In *Critical Mis-readings by American Reviewers* (a compilation of critiques Kingston put together about 30 years ago to refute some of the most upsetting examples of the type of reviewing which classified her work as **exotic-**

**inscrutable-mysterious-oriental thus alien**, she chooses Michael T. Malloy's unfavourable review in *The National Observer*:

“The background is exotic, but the book is in the mainstream of American feminist literature.” (Kingston, 1982: 56)

Kingston's reply highlights one of the most harmful stereotyping devices used by critics, the “double-bind, damned-if-you-do-and-damned-if-you-don't” (Ibid) Malloy, she points out, does not like it **because** it entered the mainstream; which means that she should not transgress the borders of the exotic, but continue to conform to the role traditionally imposed to Asian women.

In her essay *The Subject of Memoirs: The Woman Warrior's Technology of Ideographic Selfhood*, Lee Quinby refers Michel Foucault, for whom this “double-bind” has political connotations. Foucault argues that modern age places individuals in a sort of political dilemma: “the simultaneous individualization and totalization of modern power structures.” (apud Quinby, 1992: 297). Foucault also suggests that “maybe the target nowadays is not to discover what we are but to refuse what we are.” (Ibid.) Thus, he suggests we abandon the kind of individuality which has been imposed to us for centuries, and start promoting new forms of subjectivity.

Notwithstanding the fact that the works were acclaimed by American literary criticism as representative works, in “Cultural Mis-readings by American Reviewers”, Maxine Hong Kingston criticises the reasons that lead critics to praise her work, pointing out that they derived from traditional misconstrued notions of their ethnicity and from misconceptions of what is to be expected from works by Asian writers. She advises readers to study the historical contextualization of *The Woman Warrior*, so that they understand the socio-historic and cultural approach to the reception of Chinese immigrants in American the socio-economic and cultural contexts:

“How amazing”, they might as well be saying, “that she writes like a human being. How un-oriental”. “I cannot understand her. It has to be her innate mystery.” (Kingston, 1982:57)

“How dare they call their ignorance our inscrutability!” (Ibid.56)

Her lament towards critics' ignorance in recognizing her American citizenship surely makes her become the spokeswoman of her Asian American sisters:

“I am an American woman. I am also a Chinese American woman, but I'm not a Chinese woman, never having traveled east of Hawaii, unless she [a critic] means an 'ethnic Chinese woman', in which case she should say so.” (Kingston, 1982: 58)

Thus, she claims her place in the American literary scene, “I am an American writer, who, like other American writers, wants to write the great American novel” (Ibid. 57), and tries to evade the constraining stereotype of their criticism and the expectations which are generally raised around Chinese American writing.

Rejecting this assumed inevitability, in “Cultural mis-readings by American reviewers”, on the one hand, Kingston congratulates the literary critics for having recognized a good literary work. On the other hand, the author suspects that most of them understood the quality of her work in an unconscious way, since they praise the wrong aspects (Kingston, 1982: 55-56). For this reason, Kingston recommends that the critics broaden their horizons and suggest:

“Instead of asking, ‘Is this work typical of Chinese Americans?’ why not ask, ‘Is this work typical of human beings?’” (Ibid. 62)

Although Kingston had expected her work to be read through several perspectives, namely: ‘Women’s Lib movement, a Third World perspective and through the same ethnic perspective of, say, works by black writers, it is however, the writer’s responsibility to transcend all those categories. What she did not expect from critics was to have her books and herself interpreted according to the exotic, mysterious and inscrutable oriental perspective. (Kipling’s British-colonial *cliché* “East is East and West is West and never the twain shall meet“, yet AGAIN!)

The author refuses the above titles: “inscrutable”, “mysterious” and “exotic”, because they deprive their subjects of a common humanity, and ascribe to them characteristics which are so different to the ones usually attributed to human beings in general, that the former become intrinsically

unknowable. By doing this, the critic/stereotyper defends his/her ignorance. On the other hand, the author states that Chinese Americans do not want to be designated as non-inscrutable, and non-mysterious either because both perspectives are erroneous ways of 'reading' them. What she advocates is that they should not be "measured by a false standard". (Kingston, 1982: 56-57)

"I do not want critics to decide whether the twain shall or shall not meet. I want them to be sensitive enough to know that they are not to judge Chinese American writing through the view point of nineteenth century British-colonial writing." (Ibid).

Kingston laments that critics generally call her people "exotic". To designate them in this way is to make them "petrify" into a statue-like position of immobilization and constant alienation – politically this constitutes a very sensitive point due to the long history of exclusion (Chinese Exclusion Acts) of the Chinese in America, of their deportations and of the laws denying them citizenship, when they should have been included in the building of America since the beginning.

Proudly, M.H.K. states that she had firmly believed she had written with such power that the reality and humanity of her characters would bring any stereotypes to the ground.

[...] By giving the 'oriental' (always Eastern, never here) inhuman, unexplainable qualities, the racist abrogates human qualities, and, carrying all this to extremes, finds it easier to lynch the Chinaman, bomb Japan, napalm Vietnam. (Kingston, 1982: 57)

A great percentage of the critics that classified her work as representative and of great quality, do so through criteria which were established for traditional western literary creation. The fact that the work conforms, or not, to the oriental fantasy present in their minds is a natural and unconscious process. Nonetheless, Chinese American women writers' intention consists precisely in "fragmenting" that oriental fantasy in which they feel entrapped because they are women of Chinese American ethnicity. The fact that the critics take that orientalist image as their starting point to write their considerations reveals that these writers' works have not yet fragmented that fantasy as they should have.

Reinforcing this image, Kingston provides us with a few examples of this oriental(ist)-exotic-inscrutable-mysterious criticism. For Alan McMahan of

the Fort Wayne Journal-Gazette, the term “‘inscrutable’ still applies to the rank and file of Chinese living in their native land.” To which Kingston replies in all her perplexity and bewilderment. After all, “Does he mean Chinese Americans? What native land? Does he mean America? My native land is America.” (Ibid., 56)

In an attempt to clarify a certain confusion in critics’ minds, Kingston states:

“[...] That we be called by our correct name is as important to Chinese Americans as it is to native Americans, Blacks and any American minority that needs to define itself on its own terms. [...] Chinese-American history has been a battle for recognition as Americans; we have fought hard for the right to legal American citizenship.” (Ibid., 59)

Apparently, however, white Americans seem to forget that regardless of the similar physical characteristics between Asian people, these do not constitute a pattern for a common nationality. Kingston objectively refers to the geographical demarcation, saying:

“Chinese are those people who look like us in Hong Kong, the People’s Republic of China and Taiwan.”  
(Ibid. 59)

In fact, the citizens that call themselves “*bona fide* Americans”, the “true” Americans, are not familiar with the fact that if a child is born on American soil, he/she will automatically be considered as an American citizen (as is the case of the descendants of the first Chinese people in America – the second generation Chinese Americans ).

Due to these omissions that M.H.K. sees as stemming from the negligence by the critics in being accurate and precise in their denominations, the author recommends that in the future they should be concerned about preconceived “slips of the tongue” regarding the mixture of identities in order to safeguard Chinese Americans from incongruous labeling, she writes:

“As for “Chinaman” I think we had better keep that work for use among ourselves. Now we do call ourselves Chinese, and we call ourselves Chinamen, but when we say, “I’m Chinese”, it is in the correct context of differentiating ourselves from Japanese, for example. When we say we are Chinese,

it is short for Chinese American or ethnic Chinese; the American is implicit.” (Kingston, 1982: 59-60)

Recently Kingston claims an idea as typically her own, regarding the designation “Chinese American”. She advocates the omission of the hyphen separating Chinese and American, and explains that “the hyphen gives the word on either side equal weight, as if linking two nouns. It looks as if a Chinese-American has double citizenship, which is impossible in today’s world. Without the hyphen, ‘Chinese’ is an adjective and ‘American’ a noun; a Chinese American is a type of American.” (Ibid.) Nowadays she has a slightly different opinion about the hyphen. She says it links rather than divides.

Nonetheless, the generalization of all Asian people is continuously applied, even when one intends to refer to Chinese Americans specific and unequivocally. The poem “Chinks”, by Lawson Fusao Inada in *West Side Songs* (1972) illustrates this indiscriminate homogenization:

Ching Chong Chinaman  
Sitting on a fence  
Trying to make a dollar  
Chop-chop all day  
[ ... ]  
When the war came  
They said, “We Chinese!”

When the war went away  
They made sukiyaki  
Saying, “Yellow all the same.”

When the war closed,  
They stoned the Japs’ homes.  
(apud. Kim, 1982: 244-45)

In an illustration of “No Name Woman”<sup>[2]</sup>, the critics confuse Japanese with Chinese people. Kingston replies with sarcasm: “Surprise Asian brothers and sisters! We may as well think of ourselves as Asian Americans because we are all alike anyway.” (Kingston, 1982: 61)

---

2 “No Name Woman” is the first chapter of MHK’s *The Woman Warrior: Memoirs of a Girlhood Among Ghosts*.

The writer states that what is even more regrettable in this misinterpretation is the fact that she finds it necessary to explain to a lot of white race Americans, (for whom it still is not obvious), the reason why she finds these critiques offensive. Thus, she comments: "If I use my limited time and words to explain, I will never get off the ground. I will never get to fly." (Ibid. 57).

### The issue of Literary Genre

In several of her interviews, Maxine Hong Kingston has tried to clarify the literary genre of her first works in order to address more complex issues regarding critics' concerns in the classification of her work. In her interview to Paula Rabinowitz in 1987, Kingston says

"After going back and forth on my classification, I've decided that I am writing biography and autobiography of imaginative people. I am writing about real people, all of whom have minds that love to invent fictions. I am writing the biography of their imagination." (Rabinowitz, 1987: 186)

The author regrets that the question regarding the classification of her first works has become such a heated political debate. After all, the boundary between fictional and non-fictional literature and between what can be considered literature and non-literature is so blurred that it is not possible to limit accurately where one ends and the other begins.

"[...] Is this fiction or non-fiction? There have been articles that just addressed that, and never got to what I am talking about.

I must write in a way that makes readers care about the people I create on paper. No matter that critics question what my genre is – fiction? Nonfiction – there is a reader in every audience who will ask 'How's your mother doing?'" (Lim, 1991: 23-24)

Bakhtin describes this transition or blurring of borders in *The Dialogic Imagination*, as follows:

"After all, the boundaries between fiction and nonfiction, between literature and non-literature and so forth are not laid up in heaven. Every specific situation is historical. And the growth of literature is not merely develop-

ment and change within the fixed boundaries of any given definition: the boundaries themselves are constantly changing.” (Bakhtin, 1981: 33)

Why has this question become so important?

The history of *The Woman Warrior’s* reception is an interesting one – it combined double criticism from both American literary critics and her Chinese American counterparts.

If, on the one hand, the mainstream media welcomed the book with great enthusiasm, (although still bearing the stigma of the “Exotic” and still ‘read’ as foreign, on the other hand, Chinese American male writers questioned Kingston’s classification of her work. The question whether Kingston’s first works should be classified as autobiography or memoirs and fiction raised a much older and more deep-rooted dispute issue from the past – a question of legitimacy, because it raises questions regarding the role and responsibility of the ethnic writer, the question of the power of the writer to “claim America” for Chinese Americans.

As Edward Said argued, orientalist ideology is based on the unbalanced power relations between East and West, in such a way that this inequality was transferred to the area of cultural studies through the discriminatory representation of the oriental “I”.

“Representations are formations, or as Roland Barthes has said of all the operations of language, they are deformations. The Orient as a representation in Europe is formed – or deformed – out of a more and more specific sensitivity towards a geographical reason called “the East.” (Said, 1987: 273)

The Western “I” is represented as itself, self-sufficient, with no need for introductions and elaborate definitions, whereas, in broad terms (arbitrary and condescendingly), the Asian is represented as the “Oriental Other”. Still from a colonialist vision and *modus operandi*, the “other” is subjugated by the imperialist hegemonic power and assigned traits that are imbued with a feminine sexuality, which transform it into a passive and silent being, an object of conquest who is denied any form of subjectivity. This “Oriental other” is silenced and given feminine characteristics: it is irrational, passive, sensual and mute.

The language of ethnicity in American culture was a reflection of this orientalist tradition that relegated Chinese Americans to immobility, as passive subjects.



In an attempt to confront the racist stereotyping of the feminine construction of the Chinese American “I”, the passive “Other”, Frank Chin and other Chinese American male writers[3], established as their male goal the re-establishment of a lost virility, through the recuperation of the active voice of the authentic Chinese American identity, inherent to the tradition of Chinese immigration in America. At the center of this quest is the importance of the role of narrator of History. Who are the appropriate heroes that will be able to narrate the stories, myths and legends, “talk-stories” from the past with authenticity, unblemished by foreign (mis)conceptions? Who better than men to recuperate the authentic patriarchal voice of the Chinese Man?

“I speak in the Chinaman ‘I’ and I write the Chinaman act ... Mine is the Chinaman ‘I’. Whatever language a Chinaman speaks, it is always Chinaman and the first person pronoun ‘I’, in any language, means ‘I am the law’. (apud Lim, 1991: 54)

It is through the appropriation of language as the medium of culture that male writers rebel against an emasculating past effected through feminization processes and reclaim their lost virility while at the same time. In M. H. Kingston’s own words:

“[...] men writers are equating the novel with their manhood. They are not publishing as many novels as the women are, but their anger is toward the wrong people – us. [...] they also think that the women are in conspiracy with the white publishing establishment to get our work published. [...] The other possibility is that they feel they have been castrated by American society. Maybe what they say is exactly what’s going on: the novel is castrated out of them and all that’s left is tremendous anger at women.”

(Rabinowitz, 1987: 183-84)

So they outlined the boundaries:

no light  
Of teaching liberal nations, for the poor  
Who sit in the darkness when it’s not night?

---

3 These writers initiated a movement with the publication of *Aiiieeeee!!! An Anthology of Asian American writers*, edited by Jeffery Paul Chan, Frank C. Chin, Lawson Inada and Shawn Wong., and later formed CARP – Combined Asian Resources Project.

No cure for wicked children? Christ, - no cure!  
 No help for women sobbing out of sight  
 Because men made the laws  
 (Elizabeth Barrett Browning in Armstrong, 1992:342)

When I furthered my research on Asian American literature, and particularly on MHK's writing, I found it very difficult to understand how this emblematic writer could bear the brunt of such harsh criticism. She had involuntarily become involved in a "tug-of-war" to determine the status of the Chinese American spokesperson.

Kingston was accused of not being a true "representative" for several reasons. Firstly, for appropriating and subverting Chinese myth in order to create the so-called magical realism (Rabinowitz, 1987: 149); secondly, for giving an inaccurate portrayal of the Chinese community and their reality in general and for depicting women and their oppression with exaggerated fictional traits<sup>[4]</sup>; and finally, for perpetuating and consolidating the emasculation of the Chinese male, (Ibid. 183-184)

Frank Chin seems to be asking: who does she think she is to be writing an anthropological work, an intervention in Chinese American historiography if she is not an anthropologist and who allowed her to subvert and alter traditional myths.

In a personal testimony to Shirley Geok-Lin Lim (Lim, 1991), Maxine Hong Kingston comments on a particular ironic situation – the attitude of Chinese pirate translators, who reveal total ignorance regarding the aims of her work – they "hypercorrect", that is, they correct myths and legends in her work as a "hygienic" practice that brings cultural practices back to the reasonable and "acceptable" level of normality:

"[...] Sinologists have criticized me for not knowing myths and for distorting them; pirates correct my myths, revising them to make them conform to some traditional version. They don't understand that myths have to change, be useful or be forgotten. Like the people who carry them across the oceans, the myths become American. The myths I write are new, American. That's why they often appear as cartoons and kung fu movies." (Lim, 1991: 24)

---

4 In her own "Cultural mis-readings by American Reviewers" (Kingston, 1982: 63) Kingston says a Chinese Canadian man even wrote in a letter "How dare you make us sound like savages with that disgusting monkey feat story?"?

Finally, MHK claims the importance of Chinese oral tradition, storytelling (performed mostly by women in past times as a way of transmitting and preserving tradition and history), myth and legends as a way of intervening, of exploring new paths and of reconstructing Chinese American history and a unique Chinese American identity in modes which are different from the conventional ones established by her male counterparts.

I would like to conclude with a good example of the role of Chinese American women play as essential links in “telling the stories of History” - the poem “Chinatown Talking Story”, by Kitty Tsui:

The gold mountain men said  
 There were two pairs of eyes  
 So beautiful  
 They had the power  
 To strike you dead,  
 The eyes of kwan ying lin  
 And mao dan so.

Kwan ying lin, my grandmother,  
 And mao dan so  
 Were stars of the Cantonese opera  
 And women  
 Rare  
 In a bachelor society

When my grandmother first came  
 She was interned on angel island  
 For weeks, a young Chinese girl,  
 Prisoner in a strange land

When mao dan so  
 First arrived  
 She  
 came on an entertainer's visa  
 And made \$10,000 a year.

It cost \$1.25 to see a show,  
 A quarter after nine.  
 Pork chop rice was \$.15.

When theater work was slow  
 Or closed down  
 Other work was found:  
 Washing dishes,  
 Waiting tables,  
 Ironing shirts.

In china  
 Families with sons  
 Saved and borrowed  
 The \$3,000  
 To buy a bright boy  
 Promise in a new land.

In China  
 Girls born into poverty  
 Were killed or sold.  
 Girls born into prosperity  
 Had their feet bound,  
 Their marriages arranged.  
 On angel island  
 Paper sons and blood sons  
 Waited  
 To enter *gum san*  
 Eating peanut butter on crackers  
 For lunch and  
 Bean sprouts at night.

The chinamen who passed the interrogations  
 Were finally set free.  
 The ones who failed  
 Were denied entry and deported  
 Or died by their own hands.

In 1940, the year  
 Angel island detention center  
 Was closed  
 A job at macy's  
 Paid \$27 a week.  
 Only Chinese girls

Without accents please apply.  
[...]

My grandmother,  
A woman with three daughters  
Left her husband  
To survive on her own.  
She lived with another actress,  
A companion and a friend.  
[...]

She has worked since  
She was eight.  
She is seventy-two.  
She sits in her apartment  
In new york Chinatown  
Playing solitaire.  
Her hair is thin and white.  
Her eyes sunken in hollows,  
Are fire bright when she speaks.  
[...]

Today  
At the grave  
Of my grandmother  
With fresh spring flowers,  
Iris, daffodil,  
I felt her spirit in the wind.  
I heard her voice saying:

Born into the  
Skin of yellow women  
We are born into the armor of warriors

(Kitty Tsui, in *Asian American Women United of California*, 1989: 132-35)

## References

- ARMSTRONG, Isobel (ed.), (1992), *New Feminist Discourses: Critical Essays on Theories and Texts*, London and New York, Routledge
- ASIAN AMERICAN WOMEN OF CALIFORNIA (EDS.), *Making Waves: An Anthology of Writings By and About Asian American Women*, (1989), Boston, Beacon Press
- DANOW, David K., (1991) *The Thought of Mikhail Bakhtin: From Word to Culture*, New York, St. Martin's Press
- KIM, Elaine H., (1982) *Asian American Literature: An Introduction to the Writings and their Social Context*, Philadelphia, Temple University Press
- KINGSTON, Maxine Hong, (1981) *The Woman Warrior: Memoirs of a Girlhood Among Ghosts*, London, Picador
- KINGSTON, Maxine Hong, "Cultural Mis-readings by American reviewers" in Amirthanayagam, Guy (ed.), (1982) *Asian and Western Writers in Dialogue*, London, Macmillan
- LI, Wenxin, Book Review of Sau-Ling, Cynthia Wong (ed) 1999, *Maxine Hong Kingston's The Woman Warrior: A Casebook*, New York: Oxford, in Rocky Mountain Review, Spring 2000
- LIM, Shirley Geok Lin and LING Amy (eds.&introd.); Kim, Elaine H. (fwd.), *Reading the Literatures of Asian America*, ( in the series *Asian American History and Culture* Chan, Sucheng (ed.), (1992), Philadelphia, Temple University Press
- LIM, Shirley Geok (ed.) (1991), *Approaches to Teaching Kingston's The Woman Warrior*, New York, Modern Language Association of America
- QUINBY, Lee, (1992), "The Subject of Memoirs: *The Woman Warrior's* Technology of Ideographic Selfhood" (1-484) in Smith, Sidonie and Watson, Julia (eds) *De-/Colonizing the Subject: The Politics of Gender in Women's Autobiography*, (1992), Minnesota Press, University of Minnesota Press
- RABINOWITZ, Paula, "Eccentric Memories: A Conversation With Maxine Hong Kingston" in *Michigan Quarterly Review* 26,1, Winter (1987)
- SAID, Edward W., (1987) *Orientalism*, Penguin Books
- ZAGNI, Nicoleta A. "An Interview with Maxine Hong Kingston", in *Révue Française d'études Américaines* 2006/4, N° 110, 97-106

# IDENTITÉ, IDENTITÉS À L'HEURE DE LA MONDIALISATION : UNE FAUSSE ÉVIDENCE ?

Emmanuel Fraisse

DILTEC, UNIVERSITÉ SORBONNE NOUVELLE PARIS-3

*Qu'il me soit permis de rappeler d'emblée le plaisir que j'ai eu à être invité à participer à cette rencontre passionnante, et de remercier tout particulièrement la Professeure Ana Gabriela Macedo, la Professeure Cristina Alvares et Marie-Manuelle Silva avec laquelle je travaille depuis plusieurs années.*

*J'ai ressenti un très vif intérêt face à la thématique retenue par les organisateurs de ce Colloque d'automne et face à la variété des points de vue et des discours qu'elle implique. Il est rare en effet, et combien utile au demeurant, de voir réunis autour d'une problématique commune des politistes, des juristes, des linguistes (grammairiens, acquisitionnistes et spécialistes de l'analyse du discours), des sociologues, des musicologues, des spécialistes de la culture populaire, des littéraires, bref des chercheuses et des chercheurs qui se reconnaissent dans la belle expression de « sciences humaines ». De même, l'approche internationale et comparatiste adoptée par les organisateurs est particulièrement stimulante.*

Les réflexions qui suivent renvoient à la notion d'identité à l'heure de la mondialisation. Notion dont on essaiera de suggérer l'ambiguïté dans un premier temps. On cherchera ensuite à observer la manière dont les identités sont traversées par une tension entre particulier et universel, et que la langue et la littérature jouent un rôle décisif et lui-même complexe dans ce domaine. Juste un point de vocabulaire avant d'entrer dans le développement du sujet : les francophones parlent de « mondialisation » là où le reste du monde dit « globalisation ». Qu'on pardonne cette nouvelle manifestation de « l'exception française ».

### Identité : sous le signe de l'ambiguïté

Identité(s) : le mot, comme tout terme présent dans le débat public – et a fortiori lorsque ce débat est mondial – apparaît au dessus, sinon de tout soupçon, au moins de toute mise en cause. On se figure qu'il a toujours existé, et qu'il est finalement assez neutre : deux impressions également discutables. Car, comme c'est le cas pour toute production intellectuelle, une expression et l'ensemble des connotations qu'elle véhicule sont bien évidemment le produit d'une construction, d'évolutions et d'une série de malentendus liés à sa fréquence même. Venu du vocabulaire de la philosophie (« la propriété de deux objets à être identiques » ou « le caractère de ce qui est un ») puis de la psychologie, le terme est passé, depuis une trentaine d'années, dans celui des sciences sociales et du discours politique : identité culturelle, religieuse, ethnique, nationale.

Identidade, Identity, Identité, Identität, Identidad, Identitá, chacun, en portugais ou en anglais comme en français en allemand, en espagnol ou en italien, chacun évoque donc « l'identité » pour référer à au moins deux notions passablement différentes. Deux conceptions de l'« identité » sont en effet à l'œuvre dans la langue de tous les jours en termes de culture et de vie sociale : d'une part le caractère permanent de « l'identité » (« ce qui est identique à soi-même ») et par conséquent intangible et invariant, d'autre part le « sentiment d'appartenance » des individus à un ensemble ou une communauté qui les dépasse et contribue à la définir. Ce que relève le *Dictionnaire culturel en langue française* d'Alain Rey :

**Identité culturelle** : ensemble des traits culturels propres à un groupe ethnique (langue, religion, art, etc.) qui lui confèrent son individualité ; sentiment d'appartenance d'un individu à ce groupe.<sup>[1]</sup>

Or, et c'est bien là que réside la difficulté, si l'identité est prise comme « ce qui est identique à soi-même », cela suppose qu'elle ne saurait évoluer, sauf à se détruire ou à s'évanouir<sup>[2]</sup>. Et si le « sentiment d'appartenance » l'emporte,

1 Alain Rey (dir.), *Dictionnaire culturel en langue française*, Paris : Dictionnaires le Robert, 2005, sv<sup>o</sup> « identité ».

2 D'où l'ambiguïté politique de l'« identité », très visible à l'occasion du débat organisé en 2009-2010 par le Ministère français de l'Immigration, de l'intégration, de l'identité nationale et du développement solidaire. En effet, soit l'identité nationale est fixe, soit elle est l'objet de débat et de révisions. Indépendamment de toute prise de position politique, on ne peut que



tout est ouvert, et ce « sentiment » est évidemment susceptible d'évolution. Ce débat, sur le fond sinon dans les termes, est moins récent qu'on ne l'imagine. Dans la France de la III<sup>e</sup> République, il oppose deux conceptions de la nation. Pour dire très vite et très grossièrement : une conception « de droite » et une conception « de gauche ». En effet, la droite nationaliste française n'a cessé, au moins depuis Maurice Barrès (1862-1923) de penser en termes de « racines », liant ainsi « identité », « terroir » et « patrie » définie comme terre des ancêtres : la terre et les morts. À quoi s'oppose la tradition de la « nation », conçue comme héritage intellectuel et mode de « vivre ensemble », et illustrée par Ernest Renan (1823-1892) :

Une Nation, c'est une âme, un principe spirituel. Deux choses – qui à vrai dire n'en font qu'une – constituent cette âme, ce principe spirituel. L'un est dans le passé, l'autre est dans le présent. L'une est la possession commune d'un riche legs de souvenirs ; l'autre est le consentement mutuel, le désir de vivre ensemble, la volonté de continuer à faire valoir l'héritage qu'on a reçu indivis.<sup>[3]</sup>

Héritage ou construction : telle était, et demeure pour une part, la problématique autour de l'identité.

Construction, ou plus précisément héritage en construction. Ce que suggère l'historien Fernand Braudel (1902-1985) lorsqu'il considère dans la préface de son dernier ouvrage intitulé justement *L'identité de la France* que cette dernière ne peut être saisie que comme processus :

Alors qu'entendre par l'identité de la France ? Sinon une sorte de superlatif, sinon une problématique centrale, sinon une prise en main de la France par elle-même, sinon le résultat vivant de ce que l'interminable passé a déposé patiemment par couches successives, comme le dépôt imperceptible de sédiments marins a créé, à force de durer, les puissantes assises de

---

relever la coexistence des deux aspects sur le site du « grand débat ». Ainsi se superposent deux types de discours : ceux relevant de la subjectivité (« pour vous, qu'est-ce qu'être français ? »), ceux de la définition, souvent tautologique (« Ce débat doit tout d'abord favoriser la construction d'une vision mieux partagée de ce qu'est l'identité nationale aujourd'hui. ») <http://www.debatidentitenationale.fr/>

3 *Qu'est-ce qu'une nation ?* Conférence faite à la Sorbonne le 11 mars 1882, ch. 3.

la croûte terrestre. En somme un résidu, un amalgame, des additions, des mélanges.<sup>[4]</sup>

Autre élément, et ce n'est pas le moindre : identité au singulier supposerait une mono-appartenance, ou un sentiment d'appartenance exclusive à un groupe (d'où le fait que de nombreux mouvements d'extrême droite racistes et nationalistes s'affirment aujourd'hui comme « identitaires »<sup>[5]</sup>. Or tout le prouve – c'est d'ailleurs le fond de la thèse que l'écrivain libanais francophone Amin Maalouf (Prix Goncourt 1993) développe dans un bref et remarquable essai intitulé *Les identités meurtrières*<sup>[6]</sup> : les individus relèvent nécessairement, et avec plus ou moins d'intensité, de plusieurs groupes dans le même temps. La construction du sujet s'établit justement sur cette pluralité : on peut, par exemple, être femme, francophone, arabe et chrétienne.

Se définissant comme « migrant et minoritaire », Maalouf relève que ces deux statuts sont paradoxalement de plus en plus massivement partagés à une époque marquée par la mondialisation, dont on sait qu'elle est caractérisée par un brassage des populations, des biens matériels et, dans une certaine mesure, des cultures et des langues à l'échelle du globe :

Nous sommes tous contraints de vivre dans un univers qui ne ressemble guère à notre terroir d'origine ; nous devons tous apprendre d'autres langues, d'autres langages, d'autres codes ; et nous avons l'impression que notre identité, telle que nous l'imaginions depuis l'enfance, est menacée [...].

Aussi le statut de migrant n'est-il plus seulement celui d'une catégorie de personnes arrachées à leur milieu nourricier, il a acquis valeur exemplaire. C'est lui la victime première de la conception « tribale » de l'identité. S'il y a une seule appartenance qui compte, s'il faut absolument choisir, alors le migrant se trouve scindé, écartelé, condamné à trahir soit sa patrie d'origine

---

4 Fernand Braudel, *L'identité de la France*, t. 1, *Espace et histoire*, Paris : Arthaud-Flammarion, 1986, p. 17.

5 Dans la France d'aujourd'hui, un certain nombre de groupes d'extrême-droite ultranationalistes et racistes se définissent comme « identitaires » et axent leur action dans le domaine de la préservation « culturelle » face à l'immigration et la mondialisation. Ainsi le site <http://www.bloc-identitaire.com/> d'un groupe intitulé « Bloc identitaire » a-t-il pour mot d'ordre « le réveil des identités ».

6 Amin Maalouf, *Les identités meurtrières*, Paris : Grasset, 1998, nouv. éd., Paris : LGF, 2008, 189 p.

soit sa patrie d'accueil, trahison qu'il vivra inévitablement avec amertume, avec rage.

Avant de devenir un immigré, on est un émigré ; avant d'arriver dans un pays, on a dû en quitter un autre, et les sentiments d'une personne envers la terre qu'il a quittée ne sont jamais simples. Si l'on est parti, c'est qu'il y a des choses que l'on a rejetées – la répression, l'insécurité, la pauvreté, l'absence d'horizon. Mais il est fréquent que ce rejet s'accompagne d'un sentiment de culpabilité. Il y a des proches que l'on s'en veut d'avoir abandonnés, une maison où l'on a grandi, tant et tant de souvenirs agréables. Il y a aussi des attaches qui persistent, celles de la langue ou de la religion, et aussi la musique, les compagnons d'exil, les fêtes, la cuisine.<sup>[7]</sup>

### Langues, littérature, identités : le choix de la langue

Tout semble attester que la langue est bien au cœur de l'appartenance, cette langue que selon les périodes et les cultures on appelle « maternelle » ou « paternelle », et qui paraît être au cœur de ce qu'il y a de plus intime chez chaque sujet, comme le suggère Amin Maalouf. Et, sur le plan historique, on rappellera ici l'importance de la pensée de Herder à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle sur ce point : la langue est considérée comme constitutive de la nation qui est elle-même conséquence et cause de l'existence du « peuple » et donc de la spécificité de sa langue. Ce que rappelle très utilement Benedict Anderson<sup>[8]</sup>. Or, indépendamment des stratégies quasi imposées, liées au caractère très périphérique de certaines langues en termes de diffusion internationale (tout particulièrement Afrique, mais aussi en Asie, monde indien, monde malais ou Chine par exemple)<sup>[9]</sup>, nombreux sont les écrivains à avoir choisi une langue autre comme langue d'écriture. Qu'on pense, parmi les figures les plus connues de choix de l'anglais par des non anglophones et en se limi-

7 Amin Maalouf, *Les Identités meurtrières*, *Op. cit.* p. 47-48. Sur ce thème de la migration, et dans une perspective sociologique et anthropologique dans un univers mondialisé, voir Fariba Adelhah et Jean-François Bayart (dir.), *Voyages du développement, Émigration, commerce, exil*, Paris : Karthala, 2007, coll. « Recherches internationales », 362 p.

8 Voir Benedict Anderson, *Imagined Communities, Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, [Londres, 1983], « Langues anciennes, nouveaux modèles », in *L'Imaginaire national : Réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme*, trad. par Pierre-Emmanuel Dauzat, Paris : La Découverte, 1996 ; nouv. éd., 2002, coll. « La Découverte poche », p. 77-90

9 Voir Pascale Casanova, *La République mondiale des lettres*, Paris : Seuil, 1999 ; nouv. éd., Paris : Seuil, 2008, coll. « Points essais ».

tant à une période récente, qu'on songe donc à Joseph Conrad (1857-1924) qui a hésité, en renonçant au polonais entre le français et l'anglais ; à Vladimir Nabokov (1899-1977) ayant choisi de manière définitive l'anglais au détriment de son russe natal après avoir brièvement recouru au français<sup>[10]</sup>. D'autres et comment ici ne pas penser à Fernando Pessoa (188-1935) ? – ont non seulement joué de la variété des langues, mais de celles des noms. Questions d'identité... d'identités. Quelle est l'identité de l'écrivain ? Celle que définit sa « carte d'identité » ou celle (celles) qu'il s'est donnée ? Romain Gary ou Émile Ajar, tous deux couronnés par le Prix Goncourt en 1956 et 1975 ?

Poursuivant les travaux de Michel Beniamino<sup>[11]</sup> qui a été son directeur de recherche, Anne-Rosine Delbart rappelle dans *Les exilés du langage*<sup>[12]</sup> que la situation des écrivains francophones<sup>[13]</sup> face à la langue dépend évidemment de leur statut linguistique originel qui, dans bien des cas a des répercussions sur leur statut social et leur relation avec la France et la langue française. Soit ils sont francophones « de naissance » et issus dans un espace francophone développé (Belgique, Suisse francophones, Québec), soit ils sont d'une autre langue (généralement européenne) et ont choisi le français comme langue d'écriture, soit ils sont originaires de l'espace francophone issu du monde colonial.

Un des paradoxes les plus frappants dans le domaine de l'identité, ou de l'appartenance, comme on voudra, réside donc dans le choix de la langue française par des écrivains occidentaux qui, délibérément, décident de ne pas écrire dans leur langue maternelle. On peut penser qu'il ne pourrait s'agir là que d'un choix tout particulier et purement individuel. Une observation plus attentive suggère une très grande complexité dans ce choix, qui renvoie précisément à ces appartenances multiples évoquées plus haut, et à la nature de la mondialisation culturelle.

---

10 Voir Michael Oustinoff, *Bilinguisme d'écriture et auto-translation. Julien Green, Samuel Beckett, Vladimir Nabokov*, Paris : L'Harmattan, 2001.

11 Voir notamment Michel Beniamino, *La francophonie littéraire, Essai pour théorie*, Paris : L'Harmattan, coll. « Espaces francophones », 1999.

12 Anne-Rosine Delbart, *Les exilés du langage, un siècle d'écrivains venus d'ailleurs (1900-2000)*, Limoges : Presses universitaires de Limoges, collection « francophonies », 2005, 262 p.

13 Pour des raisons de commodité, j'appelle ici « francophones » les écrivains qui recourent à la langue française sans être français. Pour un résumé de cette problématique, voir Lise Gauvin, « La francophonie, vue d'Amérique », in *La langue française vue des Amériques et de la Caraïbe*, entretiens réalisés par Patrice Martin et Christophe Drevet, préface de Lise Gauvin, Léchelle : Zellige, 2009, p. 7-11.

On se bornera ici à mettre en lumière deux variables, qui sont naturellement susceptibles d'être combinées : la première d'ordre social, et qui renvoie à l'histoire, la seconde d'ordre plus précisément littéraire et artistique.

Variable sociale et historique : ainsi nombre d'écrivains espagnols (Fernando Arrabal, Agustín Gomez Arcos, Adelaïde Blasquez) ont choisi le français dans les années 60-70 pour des raisons politiques, le franquisme ayant jusqu'à la mort du dictateur exercé une censure féroce sur la littérature et la vie intellectuelle. Variable sociale également, dans le contexte de l'importance de Paris comme capitale éditoriale et artistique, lieu de partage susceptible d'attirer les écrivains, de leur conférer une part de son prestige et de permettre la diffusion et la traduction de leurs œuvres. Ce que rappelle le romancier et homme de théâtre cubain Eduardo Manet (né en 1930), et auteur notamment de *Rhapsodie cubaine* et *d'amour et d'exil* :

J'ai voulu choisir une langue [le français] me permettant d'écrire différemment, pour ne pas retourner à Cuba. Et la langue qui était la plus proche de moi, celle que j'admirais le plus, c'était le français. C'est comme cela que j'ai commencé à écrire en français. [...]

À Paris, je suis entouré d'Argentins, de Chiliens, de Latino-Américains donc, mais aussi d'Américains et de Français qui ne sont pas nés en France.

Cela fait que Paris est, pour moi, une véritable cité cosmopolite. Ce ne serait pas la même chose si je vivais dans une autre ville d'Europe, dans une autre capitale. Même quand je vivais à Rome, je n'avais pas la même sensation. À Paris, on peut être sud-américain et parisien, ou parisien et sud-américain. C'est la caractéristique principale de la France. C'est pour cela que c'est le pays d'accueil et la ville d'accueil idéaux pour tous les artistes, et que tout le monde y vient.<sup>[14]</sup>

Cet entretien, retransmis sur la radio marocaine Médi 1 au début des années 2000 peut apparaître quelque peu décalé par rapport à la situation actuelle. Il est d'ailleurs significatif que Manet parle de « cosmopolitisme », reprenant le thème central développé par Pascale Casanova de « Paris ville-littérature ». Paris, capitale cosmopolite face à Londres, New-York ou Shanghai capitales mondialisées ? Paris, lieu de la résistance de la culture

14 Edouardo Manet, « Entretien », in Patrice Martin et Christophe Drevet, *La langue française vue des Amériques et de la Caraïbe*, Op. cit., p.115-116.

« cultivée », de la « haute culture » contre le déferlement de la culture des « marques », des musées à succursales multiples, de la culture standardisée et « décultivée »<sup>[15]</sup> ? C'est poser ici la question de la place de l'art et de la culture dans la mondialisation. Reste que l'opposition Paris / New-York n'est peut-être pas totalement convaincante. En effet, dans les deux cas, il y a bien localisation, ancrage dans un lieu défini et un espace physique alors que la caractéristique de la culture mondialisée, et de la mondialisation serait précisément le nomadisme et l'absence de territorialité, faisant des individus, selon leur statut et leur origine, comme le dit Zygmunt Bauman, soit des « touristes » soit des « vagabonds »<sup>[16]</sup>.

Il n'est pas question de reprendre ici la liste de tous ceux que leur trajectoire personnelle et l'histoire ont conduit et conduisent à choisir le français comme langue de création, et souvent Paris comme lieu de séjour. Qu'on remarque seulement leur nombre, leur vitalité, le haut degré de reconnaissance dont ils sont fréquemment l'objet, notamment par le biais des prix littéraires. Sans faire une liste complète, quelques noms cependant, qu'ils soient venus d'Irlande ou du Canada et des États-Unis (Beckett, Nancy Huston, Jonathan Littell), de l'Europe de l'est, Tzara, Ionesco, Cioran, Gherasim Luca (Roumanie), de Tchécoslovaquie (Kundera), Hongrie (Agota Kristof), de Russie (André Makine), de Grèce (Vassilis Alexakis), d'Espagne (Michel del Castillo ou Jorge Semprun, en plus de ceux qu'on a cités plus tôt), d'Amérique latine (Hector Biancotti, Silvia Baron-Supervielle),

Or ces écrivains sont fort rarement bilingues nés ou issus de familles bilingues. C'est en un sens l'étrangeté de la langue étrangère qui les a poussés à écrire. L'identité se découvre pour eux dans l'expérience de l'altérité. Cette lutte contre la langue qui n'est pas vôtre, sa résistance, son étrangeté est très fréquemment décrite par ces écrivains du monde. Ce que résume admirablement Nancy Huston (née en Alberta en 1953) à la fin de sa passionnante correspondance avec l'Algérienne Leila Sebbar :

15 Sur les modes contemporains et mondialisés de la consommation culturelle, voir Hervé Juvin et Gilles Lipovetsky, *L'Occident mondialisé, controverse sur la culture planétaire*, Paris : Grasset, 2010, 332 p. Cet ouvrage rassemble dans l'espace d'un même livre un regard relativement optimiste sur la mondialisation (Lipovetsky) et une vision beaucoup plus pessimiste et critique (Juvin).

16 Zygmunt Bauman, *Globalization, the Human Consequences*, [Londres : Polity Press et Blackwell Publishers Ltd, 1998], *Le coût humain de la mondialisation*, traduit de l'anglais par Alexandre Abensour, Paris : Hachette, 1999, coll. « Pluriel », 1999, ch. IV, « Touristes et vagabonds », p.119-155.

Écrire en français, c'était donc un double éloignement : d'abord écrire, ensuite en français (ou plutôt l'inverse : d'abord en français, ensuite écrire). En d'autres termes j'avais besoin de rendre mes pensées deux fois étranges, pour être sûre de ne pas retomber dans l'immédiateté, dans l'expérience brute sur laquelle je n'avais aucune prise. Au début, j'écrivais avec une impression d'impunité totale, comme si le fait d'employer une autre langue, en rendant mes textes illisibles à ma famille, me mettait hors d'atteinte<sup>[17]</sup>.

Et l'argentine Silvia Baron-Supervielle (née en 1934) ne dit pas autre chose :

En espagnol, j'avais beaucoup de facilité. J'écrivais des poèmes, des sonnets. [...] Et puis tout d'un coup, c'était comme si j'étais restée muette devant le français. C'est ce mutisme là, bien qu'ayant peur de me tromper et d'écrire mal, qui a fait que j'ai voulu m'exprimer comme cela. Une démarche un peu particulière, mais qui me faisait être encore plus près d'une sorte de mystère de la vie, le mystère d'être différente et d'écrire dans une langue différente<sup>[18]</sup>.

### Francophonie africaine : naissance d'une identité littéraire ?

Il apparaît légitime de considérer la littérature francophone de l'Afrique subsaharienne sous un angle différent de celui adopté dans l'étude du choix du français par des écrivains occidentaux dont le français n'est pas la langue maternelle.

En effet, le fait francophone en Afrique noire – et on pourrait faire des remarques assez proches en ce qui concerne le Maghreb, voire les Antilles – est directement liée à la domination coloniale, ce qui est assez différent de la situation du Machrek (francophones du Liban en premier lieu, mais aussi d'Égypte ou de Syrie jusqu'aux années 60). De surcroît, le français, langue officielle dans de nombreux pays d'Afrique de l'ouest et du centre, n'y est pas, et loin de là, la langue parlée de tous alors que les langues africaines les plus diffusées ne sont pas coextensives à des groupes et des espaces strictement nationaux. Voilà donc le français langue de l'exercice du pouvoir, de l'édu-

17 Nancy Huston et Leila Sebbar, *Lettres parisiennes, histoires d'exil, document*, Paris : Bertrand Barrault, 1986, nouv. éd. Paris : J'ai lu, 1999, p.212.

18 Silvia Baron-Supervielle, « entretien », in Patrice Martin et Christophe Drevet, *La langue française vue des Amériques et de la Caraïbe, Op. cit.*, p. 26.

cation et des affaires, mais aussi bien souvent langue d'interlocution entre individus relevant d'un même espace politique ou régional. On retrouve ici, *mutatis mutandis*, une situation comparable à celle d'autres espaces anciennement coloniaux comme l'Inde, dont on peut estimer que la capitale éditoriale demeure à Londres.

Enfin, et malgré quelques tentatives, les écrivains africains rencontrent une réelle difficulté à recourir aux langues africaines, pour des raisons éditoriales évidentes (la capitale de l'édition africaine est à Paris) et parce que leur public reste bien souvent « délocalisé », et très largement européen. Ainsi le sénégalais Boubacar Boris Diop explique-t-il dans *Le Monde des livres* du 16 avril 2010 avoir choisi d'écrire un roman en wolof *Doomi Golo* « parce que nos langues doivent avoir leur chance », et s'est finalement décidé à le traduire (*Les petits de la guenon*) écrit en 2003 en français et affirme n'avoir « jamais eu l'intention d'arrêter » d'écrire en français, même s'il considère « la littérature écrite dans les langues européennes par des Africains comme une littérature de transition » (p. 5). Reste une réalité massive que souligne Boubacar Diop lui-même : une minorité des lecteurs de la littérature africaine vit en Afrique<sup>[19]</sup>. À quoi s'ajoute le fait que pour des raisons politiques et sociales enchevêtrées, nombre des écrivains africains vivent en Europe, et, depuis quelques années, en Amérique du nord.

Mais la raison principale qui explique la vitalité de la littérature francophone en Afrique de l'Ouest réside dans le fait que la littérature a été, et reste pour une part, le principal vecteur d'affirmation identitaire des intellectuels africains. Ce que relève Bernard Mouralis :

Approximativement jusqu'à la fin de la deuxième guerre, le texte proprement « littéraire » est resté pratiquement le seul moyen dont disposaient les Africains pour exprimer leur propre point de vue [...] la « littérature » – poésie, théâtre, roman – a pris en charge des secteurs et des ordres de préoccupation qui seraient restés distincts.<sup>[20]</sup>

19 Ainsi, Boubacar Diop (mais sur quelle bases statistiques ?) avance, toujours dans le même numéro du *Monde des livres*, le fait que seuls 20 % des lecteurs de la littérature africaine vivent en Afrique.

20 Bernard Mouralis, *Littérature et développement, Essai sur le statut, la fonction et la représentation de la littérature négro-africaine d'expression française*, Thèse pour le doctorat, Université de Lille 3, 1978, Lille, ART, 1981 ; nouv. éd., Paris, Silex, 1984.



Parallèlement, les écrivains africains ont constamment pensé en termes « d'Afrique » plus que de « nations », les espaces nationaux étant assez largement imputables au découpage administratif des colonies au sein d'ensembles plus vastes (Afrique occidentale française, Afrique équatoriale française). C'est particulièrement visible dans l'anthologie-manifeste de Léopold Sédar Senghor (1906-2001), *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française* publiée aux Presses universitaires de France en 1948, et précédée de *Orphée noir*, un essai resté fameux de Jean-Paul Sartre, Paris.

Comme le relève Liliane Kesteloot, une des pionnières de l'étude de la littérature africaine francophone :

Cette anthologie était un acte d'indépendance.

Elle était aussi l'acte officiel de naissance d'une littérature négro-africaine de langue française, radicalement différente de la littérature française, et inassimilable par elle. Acte de naissance, elle était d'abord un acte de divorce d'avec l'Europe.<sup>[21]</sup>

La publication en 1948 de l'*Anthologie nègre et malgache de langue française* a joué en effet un rôle déterminant dans la reconnaissance de l'existence et de l'originalité d'une littérature africaine contemporaine. Soixante ans après, ce texte reste au cœur de la réflexion et de bien des débats sur la littérature africaine, son identité et sa relation au français.

En dépit des différences historiques, culturelles et politiques entre les aires géographiques définies par Senghor (il y a plus de contributions d'antillais que d'africains ou de malgaches), c'est l'unité d'une parole poétique noire qui doit l'emporter. En ce sens, l'*Anthologie* est bien l'expression d'une « identité ». Tout son paradoxe réside dans le fait que Senghor fonde cette identité sur un critère racial imposé par la situation coloniale, et qu'il tend par la suite sinon à lui substituer, du moins à lui adjoindre un second critère, culturel celui-là : le sentiment d'appartenance au monde noir, ces deux critères impliquant une conception unitaire de la parole poétique. D'où l'ambiguïté de la

---

21 Liliane Kesteloot, *Anthologie négro-africaine, Panorama critique des prosateurs, poètes et dramaturges noirs du XX<sup>e</sup> siècle*, Verviers, Gérard et Cie, 1968 ; nouv. éd., 1987 pour les chapitres 1 à 8 ; Vanves, Édicef, 1992 pour les chapitres 9 à 12, p. 132.

négritude qui ne cesse d'osciller entre race et culture, entre « identité » fixe et sentiment (évolutif) d'appartenance<sup>[22]</sup>.

L'effet fondateur de l'*Anthologie* de Senghor est reconnu par tous ses successeurs et les critiques, qu'ils en marquent les limites – l'anthologie est le reflet d'un moment littéraire et politique déjà dépassé lors de sa publication, elle ne pouvait pas rencontrer un large public africain – ou qu'ils y adhèrent pour l'essentiel : ce fut bien l'acte de naissance de la littérature francophone africaine.

Cinquante ans après les indépendances, l'Afrique noire reste écartelée entre l'aspiration unitaire et l'affirmation des identités ethniques, nationales ou régionales. Le fait est que la littérature apparaît comme un lieu d'expression concret et idéal dans ce débat. Car si le mal développement et les guerres civiles ont ravagé et ravagent encore nombre des pays africains, l'unité africaine et le panafricanisme restent un horizon idéologique souhaité par les écrivains qui voient dans la littérature l'expression d'une identité partagée, et qui reste à construire.

### En guise de conclusion : le global et le local

Une des dimensions les plus complexes de notre époque réside dans la coexistence des affirmations particulières et du mouvement de globalisation. Local et global, particulier et universel ne sont pas deux notions antinomiques et susceptibles de s'exclure mais deux pôles de tension conduits à coexister selon des modalités perpétuellement renégociées. Ce que démontre avec talent Arjun Appadurai quand il évoque par exemple la diffusion et la réception du cricket en Inde et dans les espaces relevant du Commonwealth<sup>[23]</sup>.

Dans cette perspective on pourra garder à l'esprit que nombre de manifestations des contre-cultures (culture urbaines, cultures du ghetto), du graffiti au rap en passant par le slam et les clips, sont une expression de cette contradiction des affirmations identitaires à l'heure de la mondialisation.

22 Sur les enjeux liées à cette anthologie voir notre article « A comme anthologie » in Christiane Chaulet-Achour et Brigitte Riera (dir.) *Abécédaire francophone, Langue et littérature*, à paraître aux Presses universitaires de Bordeaux.

23 Voir Arjun Appadurai, *Modernity at Large : Cultural Dimensions of Globalization* [Minneapolis, 1996], *Après le colonialisme. Les conséquences culturelles de la globalisation*, trad. de l'américain par Françoise Bouillot et Hélène Frappat, Préface de Marc Abélès, Paris, Payot, 1996 ; nouv. éd., « Petite Bibliothèque Payot », 2005.

D'une part elles sont mondialisées : issu du monde nord-américain, le rap fait partie intégrante de la protestation et de l'affirmation des spécificités des « banlieues » ou des « quartiers » français. D'autre part, elles sont profondément ancrées dans des terrains particuliers dont elles prétendent se constituer comme l'expression spécifique.

Par delà les pratiques partagées et le recours généralisé à des objets partagés à travers le monde (ordinateurs, Internet, Face-book, Utube, etc.), il nous faut bien considérer des formes infiniment plus segmentées et particulières des pratiques culturelles : celles qui lient des communautés d'âge, de sensibilités, d'imaginaires. Ce que la mondialisation peut nous rappeler sans cesse, c'est qu'aucun d'entre nous n'appartient à un univers cohérent ou « pur ».

Vivant dans un seul monde, nous relevons tous de plusieurs pôles d'appartenance tout à la fois imposées et choisies, et la réception d'un même objet, d'un objet mondialisé, sera nécessairement multiple, ou hybride : Shakespeare vu du Japon ne saurait être identique à Shakespeare vu de France, et encore moins vu d'Angleterre. Et naturellement, chaque classe sociale, chaque groupe et chaque individu constituent à eux seuls un prisme de réception qui ne cesse d'osciller entre repli et partage, entre intimité et espace public, entre particulier et universel.



# THE ACQUISITION OF CLITIC PRONOUNS BY EUROPEAN PORTUGUESE HERITAGE SPEAKERS

Maria do Pilar Barbosa  
UNIVERSIDADE DO MINHO

Cristina Maria Moreira Flores  
UNIVERSIDADE DO MINHO

## 1. Introduction

For the last 30 years, a large body of research on bilingual language acquisition has studied bilingual speakers who acquire both languages in parallel from birth. These (simultaneous) bilinguals show evidence of making a clear distinction between their two languages early in life, showing a successful autonomous development of the two languages from early on (Meisel, 2001).

Another well-studied group is that of bilingual speakers who acquired their L2 later in life (successively in childhood, as adolescents or adults). Research in this subfield aims at investigating whether these L2 speakers acquire their L2 in a different way from L1 acquirers (see Ellis, 1985, for an overview).

A third group shares some common issues with the first two types of bilingual speakers, even though it may be defined as unique. This is the group of heritage speakers (HS), who have received particular attention in the field of language acquisition only in recent years (Montrul 2002, 2004, 2008, 2010; Pires & Rothman, 2009; Pires, 2011; Polinsky, 1997, 2006, 2008; Polinsky & Kagan, 2007; Rothman, 2007, 2009; Schoenmakers-Klein, 1989, 1997; Silva-Corvalán, 1994; Valdés, 1995, 2000). HSs are typically second and third generation migrants, who grow up in the country of migration. The host language develops commonly as their dominant language, while the language of origin, their parents' language, is their heritage language (HL). HSs

acquire their HL like monolinguals and simultaneous bilinguals, i.e., through their inborn faculty of language, triggered by naturalistic early exposition to the HL; nevertheless, they differ from the other two groups with respect to the quantity and quality of the input they receive from their HL. As Polinsky and Kagan say, “their heritage language begins in the home, and often stops there” (Polinsky & Kagan, 2007: 369). Commonly, these speakers have no (or very limited) formal education in their heritage L1 and show low literacy skills. In opposition, the majority language is the language of schooling and socialization. Most daily interaction occurs in the majority language. Some studies on bilingual acquisition assume that HSs are incomplete acquirers given that their competence is described as diverging from the linguistic competence of monolinguals with the same age, social group and cognitive development (for a discussion, see Pires, 2011).

The second and third generations of Hispanic-descendants resident in the EUA have been the most studied group of HS from a linguistic and educational perspective (cf. Montrul, 2002, 2004, 2006, 2010; Silva-Corvalán, 1994; Valdés, 1995). Since Portugal is a country with a strong emigration tradition, we also find Portuguese communities living all over the world, being a valuable source for the research in the field of heritage bilingualism. Portuguese HS live, for example, in the US, Canada, Venezuela, South Africa or in the European countries that have traditionally hosted Portuguese migrants in the last fifty years: France, Switzerland and, in our study, Germany.

Despite the common factors that define heritage bilinguals, they are not a homogeneous group. The level of proficiency in the HL may vary from ‘very low’ to ‘highly proficient’ given that it may be influenced by a variety of linguistic and extra-linguistic factors. The onset of exposure to the majority language can occur at the same time as the exposure to the HL (simultaneous bilingualism) or only later (successive bilingualism). The majority language can be totally excluded from the domestic environment, it can be used at home but only among siblings or it can be used in parallel to the home language by the parents. There are also other factors, like language attitudes and motivation, which influence the maintenance of the heritage language inside a migrant family or community. Furthermore, not all HSs have the opportunity or the wish to attend HL programs, so there are huge differences in formal education and literacy among HS. As stated by Rothman (2009), “without adequate academic support of the heritage language

during the school years, heritage speakers often miss the chance to acquire literacy skills in the language.” (Rothman, 2009: 157).

In general, HSs tend to show differences in language competence in comparison to monolingual speakers of the same age (Pires & Rothman, 2009). Hence, some authors argue that heritage bilinguals have undergone incomplete acquisition or L1 attrition (Montrul, 2002, 2008; Polinsky, 1997, 2007, 2008; Silva-Corvalán, 1994). Polinsky (2008), for instance, demonstrates that HSs of Russian who live in the US reanalyze the grammatical gender system of Russian by reducing the three-gender-system. For Polinsky (2008) the Russian HSs show incomplete acquisition of the Russian grammar.

The deficiencies showed by the HSs regarding their HL competence led some authors to propose that the acquisition of a HL equals L2 acquisition. L2 learners rarely achieve complete native-like competence in all domains of their second language (Hyltenstam & Abrahamsson, 2003). They show instances of divergence compared to native speakers in several domains of the grammar. Hence, some studies propose that HS fail to achieve native-like competence in the same grammatical domains as L2 learners (e.g. in flexional morphology, as described in Montrul, Foote & Perpiñán, 2008).

Another factor, which is common in L2 and HL acquisition, is the variation in the quality and quantity of the input from the target language. HS are exposed to a restricted number of contexts and interlocutors (Montrul, 2010), in contrast to the input that a monolingual child receives during its acquisition process.

It is almost consensual that the quality and quantity of input plays a central role in language acquisition, however how much input a child needs in order to develop native competence remains an open question. Following Chomsky (1986), the child acquires its native language on the basis of little evidence (a question he calls Plato’s Problem). However, empirical research with hearing children of deaf parents has shown that there is a minimal baseline of input that these children need in order to develop productive competence in their spoken L1 (Sachs, Bard & Johnson, 1981). Schiff-Myers (1988), for instance, shows that these children need a minimum of 5 to 10 hours per week of interaction with non-deaf people (Schiff-Myers, 1988: 54). The same conclusion is made with regards to bilingual children. De Houwer (1999) emphasizes that the bilingual child needs sufficient input from both languages in order to develop native-like proficiency in both.

The heritage speaker generally receives intensive input from his/her heritage language until de age of three, but the input decreases progressively from this age on (if the immigrant stays in the host country and does not decide to return). Therefore, an important question in heritage language research is to investigate if the reduction of exposure to the HL influences its acquisition.

Another important variable is the AGE. The age of L1/L2 acquisition is intrinsically related to optimal periods for the acquisition of different language properties. If certain properties are acquired earlier than others in L1 acquisition, consequently the HS, who is exposed to his/her L1 since birth but suffers a decrease of input at a certain age, will show variability with regards to his/her knowledge of different grammatical domains. Probably, s/he will show more stable knowledge of the properties which are acquired early and will have more difficulties with regards to grammatical aspects, which are acquired at a later stage in L1 acquisition. Authors like Au, Knightly, Ju, & Oh, (2002), Au, Knightly, Ju, Oh, & Romo (2008) and Montrul (2010) investigate this hypothesis.

Pires and Rothman (2009) point to another variable which may influence the development of heritage languages: the factor *formal instruction*. Normally HS are not (or only marginally) exposed to formal instruction in their HL. Some countries support HL programs, where HS are taught in their native language, but the number of schools with HL programs varies from country to country or from region to region within the same country. Hamburg, for instance, the German region with the largest community of Portuguese immigrants, (still) has some schools where Portuguese is taught to Portuguese immigrant children (on a facultative basis). However, in smaller urban environments we do not find similar initiatives. Furthermore, the number of taught hours tends to be very limited (2-3 hours per week). The facultative character of these programs also reduces the assiduity.

Pires and Rothman (2009) argue that certain linguistic properties are only present in the standard norm, which is acquired in school, and are almost inexistent in the colloquial norm. Consequently, the heritage speaker who is not (or only marginally) exposed to the standard form does not have the opportunity to acquire these grammatical aspects. The contrast between standard and colloquial norm is especially expressive in the case of Brazilian Portuguese, where we can find high degrees of variation in many grammati-



cal domains, such as the verbal morphology, the clitic system, the subjunctive or the inflected infinitives. In the case of inflected infinitives, the authors argue that BP colloquial dialects no longer instantiate inflected infinitives (see also Pires, 2006), but this grammatical issue is taught at school and BP monolinguals show full competence of them in comprehension/grammaticality judgment tasks (see Rothman, 2007). In contrast, Brazilian HS who live in the US, studied by Rothman (2007) and Pires and Rothman (2009), show insufficient knowledge of this property. The authors explain this deficit by arguing that

“mismatches between heritage and monolingual native grammars are not in all cases the result of qualitative distinctions between the process/mechanisms of native acquisition in both cases, but rather the result of exposure to significantly distinct primary linguistic data”. (Pires & Rothman, 2009: 236)

Brazilian HS in US have not been sufficiently exposed to the standard norm, where inflected infinitives occur.

The present study aims at analyzing the proficiency of Portuguese heritage children, who live in Germany, with regards to their knowledge of clitic placement. Their results are compared to the competence of Portuguese monolinguals of the same age span. The objective of the study is to verify if young second generation immigrants, who acquire Portuguese as HL, develop identical knowledge of the Portuguese clitic system as Portuguese monolinguals. Section two describes clitic placement in EP; section three presents the methodology and the participants (Heritage Speakers [HS] and the control group of Monolingual Speakers [MS]). The hypotheses are described in section four. Section five presents the results of both informant groups, which are discussed in the following section.

## **2. Clitic placement in EP**

The clitic system is one of the most complex issues in the grammar of European Portuguese (EP). Normally, the clitic pronouns occur in enclitic position. Proclisis only occurs in the following contexts:

## I. Subordinate clauses introduced by a complementizer:

- (1) Eu duvido **que** ele a visse. (Cf. Lamento terem-na visto)  
 I doubt that he her see.SUBJ.3SG (regret.1SG to-have.3PL-her seen)  
 I doubt it that he saw her (Cf. I doubt it that they saw her)

## II. Whenever the following elements precede the verbal complex within the minimal CP that contains it:

- *Wh-phrases*
- (2) **Quem** o viu?  
 who him saw  
 ‘Who saw him?’
- *Nonreferential quantified expressions*
- (3) Non-specific indefinite QPs
- a. Subject: **Alguém / algum aluno** o viu.  
 Someone / some student him saw  
 b. Object: **Alguma coisa** lhe disseram, mas não sei o quê.  
 some thing-to-him said.3pl, but not know.1sg the what  
 ‘Something they told him, but I don’t know what.’
- (4) Negative QPs
- a. Subject: **Nenhum aluno** se esqueceu do livro.  
 no student SE forgot of-the book  
 ‘No student forgot the book.’  
 b. Object: **Nada** te posso dizer.  
 nothing to-you can.1sg say  
 ‘There is nothing I can tell you.’
- (5) Universal QPs
- a. Subject: **Todos** se esqueceram do livro  
 everyone SE forgot of-the book  
 b. Object: **Tudo** me recusaram.  
 everything to.me refused.3PL  
 ‘They refused everything to me.’
- (6) DPs modified by Focus particles
- a. Subject: **Só o Pedro** o viu.  
 only the Pedro him saw  
 ‘Only Peter saw him.’  
 b. Object: **Só isto** te posso dizer agora.  
 only this to.you can-1sg say now  
 ‘I can tell you only this.’

- *Sentential negation and negative adverbs*
- (7) O João **não/nunca** a viu.  
 the João not / never her saw  
 ‘João never saw her.’
- *Aspectual adverbs*
- (8) a. O Pedro **já** o viu.  
 the Pedro already him saw  
 ‘Pedro already saw him.’
- b. Ela **ainda** se engana nas contas.  
 she still SE make.mistakes in-the calculations  
 ‘She may well mix up the numbers.’
- c. Ela **sempre** se enganou.  
 She always SE makes mistakes  
 ‘She has always made mistakes’

The complexity inherent to this phenomenon raises interesting problems for acquisition. This is why it is particularly suited to the topic at hand.

### 3. The present study

#### 3.1. Participants

A total of 24 Portuguese children aged between 7 and 15 participate in the present study. The group of HS includes 12 children/teenagers, aged between 7 and 15 (mean = 10,83; standard deviation = 2,62). All of them grew up in Germany, four live in South Germany, in a small town near Stuttgart, seven live in the North (Hamburg) and one participant (HS\_4) had returned to Portugal one month before the testing session. Nine participants were born in the host country, while the other three immigrated before the age of two. The participants share the common characteristics of heritage speakers. The parents are first generation migrants, even though in four cases one parent has grown up her/himself in Germany (though not the other). Portuguese is the predominant language at home in every case. It is spoken by parents and other members of the family in their daily interactions with the child. Half of the informants said that they also used German at home, especially those who have siblings or whose mother/father is bilingual (because s/he grew up in Germany her/himself). German is the majority language. It

is spoken at school, with friends and in other daily contexts outside home. All informants said that they feel much more comfortable speaking German than Portuguese. Despite communication within family, the tested HSs also have contact with Portuguese through TV and during the summer holidays annually spent in Portugal. All participants come from a small village in the region of Porto (North Portugal).

The participants differ in their exposure to formal instruction in Portuguese. Three children attend a bilingual German-Portuguese school (the *Rudolph-Ross Schule* in Hamburg), where they study Portuguese; some subjects, such as History, are taught in German and Portuguese. Thus, these children receive formal instruction in Portuguese. In the other extreme, there are two participants with no schooling in Portuguese and two who had one year of extra-curricular Portuguese classes (4 hours a week). The other participants started attending Portuguese classes at the age of 7, on an average of 3 hours a week. These classes are sponsored by the Portuguese Embassy or by the Portuguese Catholic Church. For each participant, an estimate of the total amount of hours of formal instruction in Portuguese up until the moment of the interview was calculated on the basis of the formula  $\langle \text{hours per week} \times 40 \text{ weeks per year} \times \text{number of years} \rangle$ .

Table 1 shows the relevant description of the group of HSs: identifying code (HS\_1 through HS\_12), age and amount of exposure to formal instruction (estimate of the total number of hours, according to the formula presented above).

**Table 1. Group of Heritage Speakers (age and formal instruction in Portuguese)**

| <b>Participant</b> | <b>Age</b> | <b>Schooling<br/>(total n° of hours)</b> |
|--------------------|------------|--|
| FH_1               | 7          | 0  |
| FH_2               | 8          | 480                                      |
| FH_3               | 8          | 240                                      |
| FH_4               | 9          | 400                                      |

|               |       |        |
|---------------|-------|--------|
| FH_5          | 10    | 960    |
| FH_6          | 10    | 320    |
| FH_7          | 12    | 160    |
| FH_8          | 12    | 1440   |
| FH_9          | 12    | 720    |
| FH_10         | 12    | 620    |
| FH_11         | 15    | 160    |
| FH_12         | 15    | 0      |
| MÉDIA         | 10,83 | 458,33 |
| DESVIO-PADRÃO | 2,62  | 424,13 |

The control group is made up of 12 monolingual speakers, aged between 7 and 12. All of the children live in the district of *Póvoa do Varzim*. Thus, the members of the control group and the members of the group of study are from the same region. The participants in the control group were all born in Portugal and never left the country. They study English as a foreign language at school, but they do not speak any other language. Their age, mean and standard deviation are represented in Table 2.

**Tabela 2. Control group (age, mean and standard deviation)**

| <b>Participant</b> | <b>Age</b> |
|--------------------|------------|
| MS_1               | 7          |
| MS_2               | 7          |
| MS_3               | 7          |
| MS_4               | 8          |
| MS_5               | 8          |
| MS_6               | 8          |
| MS_7               | 8          |

|                    |      |
|--------------------|------|
| MS_8               | 9    |
| MS_9               | 9    |
| MS_10              | 10   |
| MS_11              | 10   |
| MS_12              | 12   |
| MEAN               | 8,58 |
| STANDARD DEVIATION | 1,50 |

### 3.2. Methodology

Clitic placement was tested by an oral production task, performed in a silent room. At first, the children were told that they would see a Powerpoint with a story involving a dialogue between two characters, a Portuguese boy and a foreign girl who had trouble constructing Portuguese sentences. Thus, the sentences produced by the girl did not have the right word order. The task of the child was to help the girl put the words together in the right order. The interviewer read the boy's sentences aloud, assuming the role of the boy, and the child was to assume the role of the girl, thus "helping" her put the words together. The words composing each sentence were shown on the screen and the child should construct the sentence and say it aloud. There were no limitations of time. All of the sessions were taped.

The test contains 18 sentences out of which 16 contain clitics: 12 in contexts of proclisis and 4 in contexts of enclisis. The proclitic constructions involve three different conditions: (i) constructions with sentential negation and negative adverbs, as in example *Ainda não me apetece comer* 'I still don't feel like eating'; (ii) subordinate clauses, as in *Já viste o bolo que a minha mãe nos fez?* 'Have you seen the cake that my mother made for us?'; (iii) clauses introduced by other proclisis triggers, such as adverbs (*já* 'now', *talvez* 'perhaps'), as in *Agora já o vi* 'Now I already saw it' or negative QP subjects (*ninguém* 'no one').

Before testing, there was an oral interview focusing on biographic and sociolinguistic questions designed to define the profile of each participant.

#### 4. Hypotheses

Even though there are several studies on the acquisition of clitics in EP (cf. Costa & Lobo, 2007, 2009; Costa, Lobo & Silva, 2009; Duarte & Matos, 2000; Duarte, Matos & Faria, 1995; Silva, 2007, 2009), we know of no systematic quantitative study of the enclitic/proclitic alternations in child speech. The papers by Costa & Lobo (2007, 2009), Costa, Lobo & Silva (2009) e Silva (2007, 2009) show that monolingual preschool children (between 3 and 6 years old) go through an initial stage in which they omit clitics. Subsequently, they gradually start producing clitics. In spite of this, little is known about the alternations between proclisis and enclisis in child speech. Silva (2007) reports attested mistakes in clitic placement between the ages of 3 and 6,5 consisting in the use of enclisis in the context of elements that trigger proclisis in the adult grammar. Similar observations are made in Duarte, Matos & Faria (1995) e Duarte & Matos (2000). These authors claim that, at initial stages of acquisition, monolingual children generalize enclisis. It is only later (at the age of 4) that proclisis is acquired. However, we know of no longitudinal study that addresses the topic in a systematic way.

Assuming that the sources cited are right in claiming that the monolingual child starts by generalizing enclisis, we can draw the following hypotheses regarding heritage speakers:

- 1) The HS does not acquire Portuguese like a native speaker, i.e., he does not go through the same stages of acquisition as the monolingual child. This hypothesis would be confirmed in case the deviant cases attested are instances of proclisis in contexts of enclisis (the opposite pattern of the one that is found in monolingual children).
- 2) The performance of the HSs is similar to that of the MSs. In this case, we may conclude that, as far as this particular aspect of the grammar is concerned, competence in the HL is native-like.
- 3) The deviant cases attested are instances of enclisis in contexts of proclisis. This would strengthen the hypothesis that the HS follows the same pattern of acquisition as the monolingual child even though he diverges from the monolingual child from the initial state onwards in virtue of the drastic reduction in the linguistic *input* that characterizes the development of the HL.

## 5. Results

The central aim of this study is to test whether the participants know the rules of clitic placement in Portuguese, specifically in contexts of proclisis. Consequently, the results will focus on the correct use of clitics in the three contexts that require proclisis (negation, subordinate clauses and sentences with aspectual adverbs and indefinite quantifiers).

First the results of the monolingual controls will be presented. Figure 1 shows the accurate use of proclisis (in percentage) per individual.

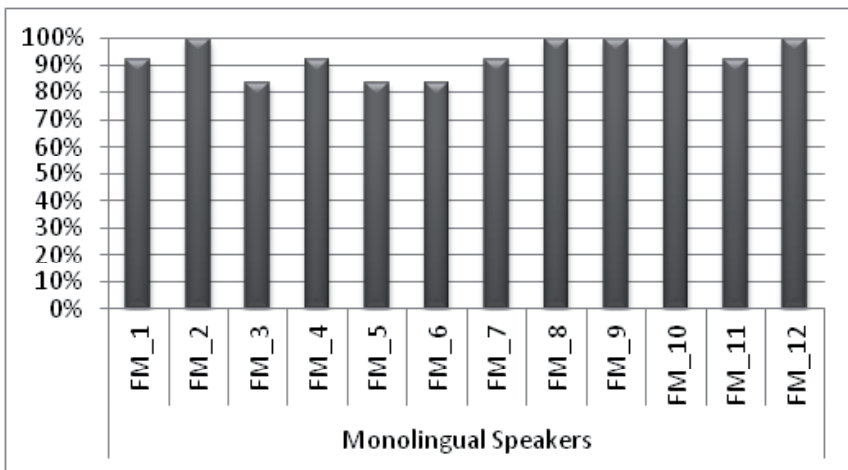


Figure 1. Proclisis: percentage of accuracy (Monolingual Control Group)

The average of accurate use of proclitic pronouns is about 93,1%, (83,3% – 100%), the standard deviation is 6,97. Five monolingual children use proclisis in all proclitic contexts, four use proclitic pronouns in 91,7% and the other three in 83,3% of the proclitic contexts. The data show that monolingual children have a very robust knowledge of proclisis, even though there is some variation. Seven children use enclisis instead of proclisis in at least one context.



The results of the heritage speakers are given in figure 2.

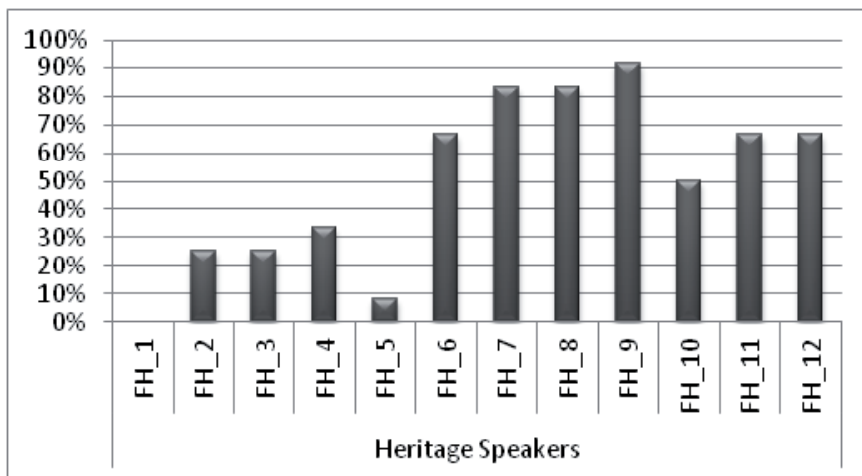


Figure 2. Proclisis: percentage of accuracy (Heritage Speakers)

The average of accuracy is about 50% in this group. However, inter-group variation is much higher in the case of the HSs when compared to the monolingual controls. The percentage of accurate use of proclitic construction varies between 0 and 91,7% (standard deviation = 30,99). One child does not use proclitic pronouns at all, four produce less than 35% of proclitic constructions and one speaker uses proclisis in half of the proclitic contexts. On the other hand, three heritage speakers show results which are very close to the average of accuracy of the monolinguals: two participants use proclisis in 83,3% of the contexts and one participant produces 91,7% of proclitic pronouns. No HS uses proclisis in all required contexts.

Figure 3 presents the averages of accuracy in both groups.

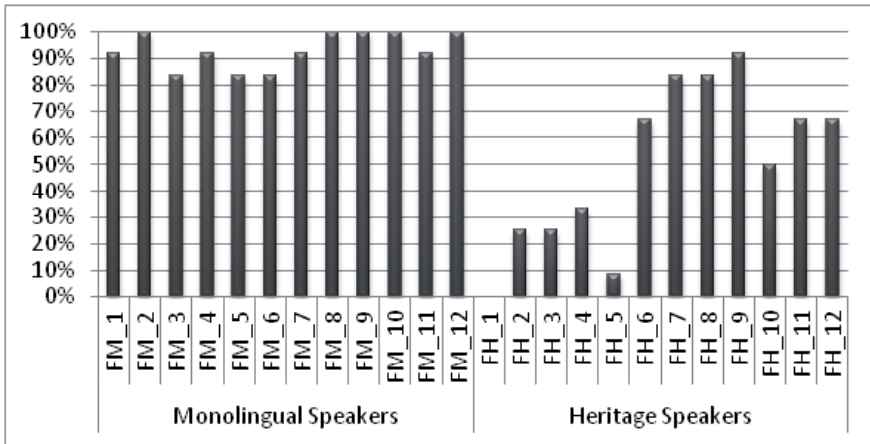


Figure 3. Proclisis: percentages of accuracy (both groups)

A non-parametric Mann-Whitney test reveals a highly significant difference between both groups ( $Z = -3,748$ ,  $p < 0,001$ ), but the inter-group variation among the HSs is so high that it is necessary to relate the results with extra-linguistic factors that might influence the proficiency of the participants in this particular grammatical domain. The two independent variables that were controlled in this study are AGE and EXPOSURE TO FORMAL INSTRUCTION.

Concerning AGE, it is possible to divide the group of HSs into two subgroups. The first subgroup includes participants who are between 7 and 10 years old (henceforth 'younger HS'; participants HS\_1 to HS\_6). The second subgroup comprises older children and adolescents (henceforth 'older HS'), with ages between 7 and 15 (participants HS\_7 to HS\_12).

A new statistical test was run in order to compare the average of accurate production of proclitics in both subgroups. The results show that the younger HSs use proclisis only in 26,4% of all contexts ( $SD = 23,23$ ), while the average of accuracy is about 73,6% in the group of the older HS ( $SD = 15,28$ ). A non-parametric Mann-Whitney confirms that there is a highly significant difference between both subgroups ( $Z = -2,589$ ,  $p = ,009$ ). The younger heritage children show considerable difficulties in the production of proclitic constructions. Only a ten-year-old boy (HS\_6) scores slightly higher than the other participants of this subgroup (66,7%). On the other side, in the group of the older HS, only the twelve-year-old participant HS\_10, scores

slightly lower (50%). The other participants vary between 66,7% and 91,7% of accurate use of proclitic pronouns. These results indicate that the variable AGE plays an important role in the domain of clitic placement.

In order to test the influence of the variable EXPOSURE TO FORMAL INSTRUCTION, a new re-arrangement of the subgroups was made. In this case, three subgroups were constituted according to the total number of hours of formal instruction (in Portuguese) that the participants had until the moment of testing. The first subgroup comprises participants who did not attend Portuguese classes at all (participants HS\_1 and HS\_12) or those who attend only one year of classes (a total of 160 hours; HS\_7 and HS\_11). In the second subgroup are the participants who had between 240 and 480 hours of formal instruction in Portuguese by the time of testing (participants HS\_2, HS\_3, HS\_4, HS\_6). The third subgroup includes the participants with the highest amount of formal instruction in Portuguese. The estimated total of hours varies between 620 and 1140 (HS\_5, HS\_8, HS\_9 and HS\_10).

Table 3 shows the average of accurate production of proclisis and the standard deviation per subgroup.

| HS    | Age | Formal instruction (estimated number of hours) | Subgroups                     | Accurate use of Proclisis (Individual results) | Mean (SD)             |
|-------|-----|--|-------------------------------|--|-----------------------|
| HS_1  | 7   | 0  | Subgroup 1<br>0 to 160 hrs    | 0%   | 54,2%<br>(SD = 36,95) |
| HS_12 | 15  | 0  |                               | 66,7%  |                       |
| HS_7  | 12  | 160  |                               | 83,3%  |                       |
| HS_11 | 15  | 160  |                               | 66,7%  |                       |
| HS_3  | 8   | 240  | Subgroup 2<br>240 to 480 hrs  | 25%  | 37,5%<br>(SD = 19,86) |
| HS_6  | 10  | 320  |                               | 66,7%  |                       |
| HS_4  | 9   | 400  |                               | 33,3%  |                       |
| HS_2  | 8   | 480  |                               | 25%  |                       |
| HS_10 | 12  | 620  | Subgroup 3<br>620 to 1140 hrs | 50%  | 58,3%<br>(SD = 37,90) |
| HS_9  | 12  | 720  |                               | 91,7%  |                       |
| HS_5  | 10  | 960  |                               | 8,3%   |                       |
| HS_8  | 12  | 1440   |                               | 83,3%  |                       |

Table 3. Variable EXPOSURE TO FORMAL INSTRUCTION

The subgroup with little (or no) exposure to formal instruction presents a mean of 54,2% of correct production of proclisis. Surprisingly, the intermediate subgroup (participants with 240 to 1140 hours of formal instruction) scores lower than the first subgroup with an average of 37,5%. In the case of the third subgroup (the participants with most exposure to formal instruction) the mean is about 58,3%, i.e., it is slightly higher than in the other two subgroups. In general the mean values are very close in the three subgroups. A Kruskal-Wallis Test confirms that there is no statistical difference between the three subgroups concerning the variable *EXPOSURE TO FORMAL INSTRUCTION* ( $\chi^2(2) = 1.149, p = .563$ ).

A closer look to the data shows that the youngest participant (7 years old), who did not attend a heritage language class, has the lowest result (0% of proclisis), but the oldest speaker, who also did not attend any kind of classes, scores significantly higher (66,7%). This individual comparison suggests that the variable *AGE* appears to be more significant than the variable *EXPOSURE TO FORMAL INSTRUCTION*. A similar conclusion can be drawn by comparing the results of the participants HS\_2 and HS\_7. The participant HS\_2 is a child who has attended the bilingual school Portuguese-German for two years (estimated amount of instruction: 480 hours). His proficiency regarding clitic placement is very low (only 25% of proclitic constructions). Conversely, the twelve-years-old girl HS\_7 only had a total of 160 hours of exposure to formal instruction (she attended the heritage language program during one year). Nevertheless, she scores considerably higher than HS\_2 (83,3%), a result that is very much like that of some monolinguals.

## 5. Discussion

Summing up our results thus far, we reach the following conclusions:

- As far as clitic placement is concerned, the HSs do not have the same level of proficiency as the MSs with the same age. The HSs show an average of accurate results of 50%. The MSs, by contrast, display an average of accuracy of 93%.
- The HSs use enclisis in contexts of proclisis; the converse is not attested at all.
- Age appears to be the key factor: the younger HSs reveal significantly lower rates of accurate results than the older HSs.

- Formal instruction does not have a significant impact on the different levels of accuracy evidenced.

Even though there are no quantitative studies of clitic placement in the acquisition of European Portuguese by monolinguals, it has been observed that children tend to overgeneralize enclisis in early stages of acquisition (Silva, 2007; Duarte & Matos, 2007). Thus, the results of our study confirm the hypothesis that the HSs follow the pattern of monolingual acquirers, i.e., they start by overgeneralizing enclisis and then they acquire the contexts that require proclisis, even though they do it at a slower pace than the MSs. The differences detected between the younger HSs and the older ones indicate that the contexts of proclisis are eventually acquired, but at a delayed stage when compared to monolinguals. Our hypothesis is the following: because the HSs are exposed to reduced input, they take longer to acquire the grammar of clitic placement, but the strategies used in the process are identical to those of the MSs. This hypothesis, however, needs to be tested against further studies in the acquisition of clitic placement in monolingual children.

If the claim that the monolingual acquirers overgeneralize enclisis is to be confirmed, the question that then arises is why enclisis is the pattern that is generalized and not proclisis. Overgeneralization of one pattern over another is not surprising if something like the Subset Principle is a guiding strategy in acquisition. This principle, originally proposed by Berwick (1985), basically states that the learner “must select the smallest possible language compatible with the input at each stage of the learning procedure” (Clark & Roberts 1993:304-5). This principle is designed to capture the fact that children do not seem to make use of negative evidence. Thus, by positing the grammar that generates the smallest possible language compatible with the trigger experience, the acquirer is able to rely on positive evidence only in the process of convergence towards the target grammar. Since a language that only has enclisis or proclisis is a subset of a language that possesses both patterns, it is not surprising that the child should start by overgeneralizing one pattern. Notwithstanding this, the question that arises is why enclisis is the generalized pattern and not proclisis.

One first hypothesis to consider is whether the option for enclisis is due to frequency effects. In order to verify this hypothesis, an automatic search was

carried out on the *Linguatca Speech Corpus MUSEU DA PESSOA*<sup>[1]</sup>. In a total of 6501 occurrences of clitics, 3380 tokens of enclisis (52%) and 3121 (48%) tokens of proclisis were attested. Even though enclisis is more frequent than proclisis, the difference between the two is not significant. Therefore, we conclude that frequency is not the relevant factor.

It seems evident that the answer to the question why enclisis is the over-generalized pattern in acquisition depends on the theory of clitic placement in the adult grammar. The literature on the syntax of pronominal clitics is abundant and a number of different theories have been proposed (cf. Barbosa, 1996, 2008; Rouveret, 1992; Madeira, 1992; Martins, 1994; Uriagereka, 1995; Duarte & Matos, 2000; Duarte, Matos & Gonçalves, 2005; Costa & Martins, 2003; Raposo & Uriagereka, 2005; Magro, 2008). Here, we will follow the set of proposals that assume that, in the syntax, the clitic is placed to the left of the functional head that contains the verb, enclisis being derived in the post-syntactic component of the grammar (cf. Costa & Martins, 2003; Magro, 2008; Barbosa, 2008). In particular, we adopt the analysis developed in Barbosa (2008), which is briefly described in the next section.

### 6.1. *Barbosa (2008)*

Barbosa (2008) suggests that what distinguishes clitics in EP from those of the other Romance languages is that, in the syntax, the clitic is not dominated by the head that contains the verb. In other words, it does not form a **Morphological Word** (in the sense of Distributed Morphology<sup>[2]</sup>; cf. Halle & Marantz, 1993; Embick & Noyer, 2001) with the head that contains the verb (cf. also Magro, 2008).

(9) *Syntax*: [CP cl [<sub>T</sub> [<sub>T</sub> V [ T ]]] [ vp ... ]

As a result of this, it is in the post-syntactic level of the grammar that the clitic adjoins to its host (cf. Vigário, 2003).

In the model of Distributed Morphology, the terminal nodes of the syntactic derivation (Morphemes) are bundles of abstract syntactic features relevant

1 Corpus Museu da Pessoa <http://www.linguatca/ACDC/>

2 In the model of Distributed Morphology, a Morphological Word is a (potentially complex head) not dominated by another head.

only to syntax, with no phonological or syntactic information. It is only at the moment of *Spell Out* that the phonological matrices of each morpheme (the **Vocabulary Items**) are inserted. At the moment of **Vocabulary Insertion**, the hierarchical structure generated by the syntax is linearized and there is a small set of operations that may alter the order of the morphemes generated by the syntax. **Local Dislocation** (LD) is one such operation. It consists of merger of a terminal node with another under adjacency. LD applies to linearized structures (i.e., immediately after linearization) and replaces an adjacency relation by a hierarchical relation, as illustrated below:

(10) X\*Y [[Y] X] (\* indicates the adjacency relation)

Barbosa (1993, 2008) proposes that enclisis in EP is the result of merger of the clitic to the Morphological Word that immediately follows it (which is formed by the terminal nodes dominated by T: the verb and its affixes):

(11) cl\*<sub>T</sub> V+T [[<sub>T</sub>V+T] cl]

Barbosa (1996, 2000, 2008) argues that every context of enclisis in which the verbal complex does not occupy the absolute initial position is a context of adjunction to CP (or TP if C doesn't project). This is the case of referential/specific pre-verbal subjects, sentential adverbs or dislocated and topicalized objects. Assuming, in the spirit of Chomsky (2001), that *Spell Out* proceeds cyclically, by Phases, CP being a Phase, then it becomes possible to state that (11) only applies in those contexts in which the clitic is situated in the left periphery of the CP Phase.

Barbosa (2008) proposes that the idea that LD is defined over linearized structures has the potential to explain the distribution of enclisis. In his original formulation of Morphological Merger under Adjacency, Marantz (1988) attempts to restrict the application of this operation to the cases in which the element that is subject to dislocation occupies a peripheral position. The motivation for this restriction is that it is only in these cases that affixation under adjacency does not destroy the adjacency relation that has been previously established between the affix/clitic and an element to its right/left.

In Embick (2006), this restriction is labeled Consistency and is formulated as follows (where the term "concatenation relation" stands for "adjacency relation"):

(12) *Consistency*: concatenation relations must be kept and may not contradict each other.

Barbosa (2008) suggests that, as a result of this restriction, the rule of LD (11) is blocked in those contexts in which the clitic establishes an adjacency relation with an element to its left (namely, in all those contexts in which there is phonetic material preceding the verbal complex within CP; these are the contexts of proclisis). In these situations, adjunction of the clitic to its host takes place at a later level, when Prosodic Structure is computed: the clitic adjoins to the Phonological Word to its right, as happens with the other nonpronominal clitics in EP, as argued in Vigário (2003).

(13)    w  
           cl    w

(13) is the configuration associated with proclisis.

In the cases in which the clitic occupies the left periphery of the CP phase, LD may take place without violation of Consistency, deriving enclisis. At this point, the idea that *Spell Out* proceeds cyclically, by phases, becomes crucial. Since *Spell Out* is cyclic, any material that is outside CP — that is, above CP (or above the highest functional projection if CP does not project) — is spelled out in the next cycle up. Therefore, it is not spelled out in the same phase as the clitic being irrelevant for the purposes of LD: at the moment adjacency relations are computed, the clitic is the leftmost element of the Phase. Therefore, rule (11) applies, yielding enclisis. According to Barbosa (2008) this is what happens in all of the contexts of enclisis in which the verbal complex is not in absolute initial position: constructions with referential/specific pre-verbal subjects, frame adverbs, etc. (see Barbosa, 2008, and the references cited there for details).

The picture that emerges from this set of proposals is that LD applies whenever possible: in the cases in which it is blocked by independent constraints, the clitic does not have any other choice but to adjoin to its host at a later level of the derivation, in Prosodic Structure, using the same resources that are used by the other nonpronominal clitics of the language. This is why most speakers have the intuition that proclisis is somewhat more “marked” than enclisis.



## 6.2. *Consequences for acquisition*

Coming back to acquisition, if indeed the target grammar behaves as described in the previous section, then the option for enclisis by the child means that the child starts out by assuming a grammar in which the clitic is subject to LD and that it is only later that he/she acquires the contexts in which the operation is blocked.

Let us now consider the alternative hypothesis, in which the child would start by assuming proclisis. On the perspective adopted here, the option for proclisis would mean that the child starts by selecting one of the following two hypotheses:

- a) The clitic in EP forms a Morphological Word with the head that contains the clitic in the syntax (i.e., EP is just like Italian or Spanish).
- b) The clitic does not form a Morphological-Word with the head that contains the verb but it only needs to adjoin to its host in the level of Prosodic Structure.

Both a) and b) entail that the grammar posited does not have a rule of LD. Such an assumption, however, is incompatible with the input data. What this means, then, is that the grammar that generates the smallest possible language compatible with the input data is a grammar with a rule of LD across the board, i.e., a grammar with enclisis. This grammar can then be revised on the basis of sufficient exposure to positive evidence so as to incorporate the contexts in which the rule in question is blocked.

## 7. **Conclusions**

This study is a contribution to the understanding of the knowledge of the grammar of heritage EP by focusing on clitic placement, a particularly complex issue of EP grammar.

We have observed that the HSs of Portuguese living in Germany who are 7-15 years old present a great deal of variation in their production of sentences that require proclisis in the target grammar. In this respect they clearly differ from the MSs with the same age. The results show that, by the time they are seven years old, monolingual children show robust knowledge of the patterns of clitic placement. In the case of the HSs, their performance is strongly dependent on age. On average, the older HSs show higher lev-

els of accuracy than the younger HSs. This points to the conclusion that the contexts of proclisis are eventually acquired, even though the whole process takes longer and is delayed.

The other conclusion of this study is that the HSs go through the same stages in the acquisition of clitic placement as monolingual acquirers, i.e., they start by overgeneralizing enclisis and then they gradually acquire proclisis. In fact, all of the mistakes that were attested were cases of enclisis in contexts of proclisis; we did not find a single occurrence of proclisis in a context of enclisis. We presented a hypothesis of explanation of this phenomenon that relies on the analysis of Barbosa (2008). We argued that this option for enclisis reflects a strategy that is in accordance with the Subset Principle: the child starts by assuming the grammar that generates the smallest possible language that is compatible with the trigger experience. In the framework adopted, such a grammar is the one that assumes that the clitic is subject to a rule of LD. Then, by sufficient exposure to positive evidence, the child fixes the contexts in which this rule is blocked. In the case of the HSs this process is delayed and takes longer precisely because it requires sufficient exposure to positive evidence. Our hypothesis is that delayed acquisition is due to reduced input data.

Finally, this study has also shown that formal instruction in Portuguese has little effect on the process of acquisition of this particular aspect of the Portuguese grammar.

## References

- AU, T., KNIGHTLY, L., JUN, S. & OH, J. (2002), Overhearing a language during childhood, *Psychological Science* 13, pp. 238–243.
- AU, T., KNIGHTLY, L., JUN, S., OH, J. & ROMO, L. (2008), Salvaging a childhood language, *Journal of Memory and Language* 58, pp. 998–1011.
- BARBOSA, P. (1993), Clitic Placement in Old Romance and European Portuguese, in *CLS 29: Papers from the Twenty-Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago, University of Chicago.
- , (1996), Clitic Placement in European Portuguese and the Position of Subjects, in A. Halpern and A. Zwicky (eds.), *Approaching Second: Second Position Clitics and Related Phenomena*, Stanford, Calif., CSLI Publications, pp. 1–40.

- , (2000), Clitics: a Window into the Null Subject Property, in J. Costa (ed.), *Essays in Portuguese Comparative Syntax*, New York, Oxford Press, pp. 31-93.
- , (2008), Clíticos, Deslocação Local e Linearização Cíclica, *Diacrítica, Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, Série Ciências da Linguagem* 22, pp-131-156.
- BERWICK, R. (1986), *The acquisition of syntactic knowledge*, MIT Press, Cambridge, MA.
- CHOMSKY, N. (1986), *Knowledge of language: its nature, origins and use*, New York: Praeger.
- (2001), Derivation by Phase, in M. Kenstowicz (ed.), *Ken Hale: A Life in Language*, Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 1-52.
- CLARK, R. & ROBERTS, I. (1993), A Computational Approach to Language Learnability and Language Change, *Linguistic Inquiry* 24, pp. 299 – 345.
- COSTA, J. & LOBO, M. (2007), Clitic omission, null objects or both in the acquisition of European Portuguese?, in S. Baauw, F. Drijkoningen & M. Pinto (eds.), *Romance Languages and Linguistic Theory*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 59-71.
- , (2009), Clitic Omission in the Acquisition of European Portuguese: Data from comprehension, in A. Pires & J. Rothman (eds.), *Minimalist Inquiries into Child and Adult Language Acquisition: Case Studies across Portuguese*, Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, pp. 63-84.
- COSTA, J., LOBO, M. & SILVA, C. (2009), Null objects and early pragmatics in the acquisition of European Portuguese, *Probus* 21, pp. 143-162.
- COSTA, J. & MARTINS, A. M. (2003), Clitic placement across grammar components. Paper presented at *Going Romance 2003 (Seventeenth Conference on Romance Linguistics)*. Nijmegen.
- DE HOUWER, A. (1999), *Two or more languages in early childhood: Some general points and practical recommendations*, Washington, DC: Center for Applied Linguistics. [www.cal.org/resources/digest/earlychild.html](http://www.cal.org/resources/digest/earlychild.html) (20/10/2010)
- DUARTE, I, MATOS, G. & FARIA, I.H. (1995), Specificity of European Portuguese Clitics in Romance. In. I. H. Faria & M.J. Freitas (eds.), *Studies on the Acquisition of Portuguese*, Lisboa: APL / Colibri, pp. 129-154.
- DUARTE, I. & MATOS, G. (2000), Romance Clitics and the Minimalist Program, in. J. Costa (ed.), *Portuguese Syntax. New Comparative Studies*, Oxford: Oxford University Press, pp.116-142.
- DUARTE, I., MATOS, G. & GONÇALVES, A. (2005), Pronominal clitics in European and Brazilian Portuguese, *Journal of Portuguese Linguistics* 4-2, pp. 113-142.
- ELLIS, R. (1985), *Understanding Second Language Acquisition*, Oxford: Oxford University Press.

- EMBICK, D. (2006), *Linearization and Local Dislocation: Derivational Mechanics and Interactions*. Ms. University of Pennsylvania.
- EMBICK, D. & NOYER, R. (2001), Movement Operations after Syntax, *Linguistic Inquiry* 32 (4), pp. 555-596.
- HALLE, M. & MARANTZ, A. (1993), Distributed Morphology and the Pieces of Inflection, *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*, The MIT Press, pp. 111-176.
- HYLSTENSTAM, K. & ABRAHAMSSON, N. (2003), Maturation constraints in SLA, in C. J. Doughty & M. H. Long (eds.), *The handbook of second language acquisition*, Oxford, UK: Blackwell, pp. 539-588.
- MADEIRA, A. M. (1992), On Clitic Placement in European Portuguese, in H. van Koot (ed.), *UCL Working Papers in Linguistics 4*, London: University College, pp. 95-122.
- MAGRO, C. (2008) *Clíticos: Variações sobre o Tema*. PhD dissertation, Universidade de Lisboa.
- MARANTZ, A. (1988), Clitics, Morphological Merger, and the Mapping to Phonological Structure, in M. Hammond & M. Noonan (eds.), *Theoretical Morphology*, New York, Academic Press.
- MARTINS, A. M. (1994), *Clíticos na História do Português*, PhD dissertation, Universidade de Lisboa.
- MEISEL, J. M. (2001), The simultaneous acquisition of two first languages: Early differentiation and subsequent development of grammars, in J. Cenoz & F. Genesee (eds.), *Trends in bilingual acquisition*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 11-41.
- MONTRUL, S. (2002), Divergent acquisition and attrition of Spanish tense/aspect distinctions in adult bilinguals, *Bilingualism: Language and Cognition* 5 (1), pp. 39-68.
- , (2004), Subject and object expression in Spanish heritage speakers: A case of morpho-syntactic convergence, *Bilingualism: Language and Cognition* 7 (2), pp. 125-142.
- , (2008), *Incomplete Acquisition in Bilingualism: Re-examining the Age Factor*, Amsterdam: John Benjamins.
- , (2010), How similar are adult second language learners and Spanish heritage speakers? Spanish clitics and word order. *Applied Psycholinguistics* 31, pp. 167-207.
- MONTRUL, S., FOOTE, R. & PERPIÑÁN, S. (2008), Gender agreement in adult second language learners and Spanish heritage speakers: The effects of age and context of acquisition, *Language Learning* 58 (3), pp. 503-553.
- PIRES, A. (2006), *The minimalist syntax of defective domains: Gerunds and infinitives*, Amsterdam: John Benjamins.

- , (2011), Linguistic competence, poverty of the stimulus and the scope of native language acquisition, in C. Flores (ed.) *Transversalidades II. Múltiplos Olhares sobre o Bilinguismo*. Braga: Edições Húmus/CEHUM, pp. 115-144.
- PIRES, A. & ROTHMAN, J. (2009), Disentangling sources of incomplete acquisition: An explanation for competence divergence across heritage grammars, *International Journal of Bilingualism* 13 (2), pp. 211-238.
- POLINSKY, M. (1997), American Russian: Language loss meets language acquisition, in *Proceedings of the Annual Workshop on Formal Approaches to Slavic Linguistics*, Ann Arbor, MI: Michigan Slavic Publications, pp. 370-406.
- , (2006), Incomplete acquisition: American Russian, *Journal of Slavic Linguistics* 14, pp. 191-262.
- , (2008), Russian gender under incomplete acquisition, *Heritage Language Journal* 6 (1), pp. 40-71.
- POLINSKY, M. & KAGAN, O. (2007), Heritage languages: In the 'wild' and in the classroom, *Language and Linguistics Compass* 1 (5), pp. 368-395.
- RAPOSO, E. & URIAGEREKA, J. (2005), Clitic Placement in Western Iberian: A minimalist view. In G. Cinque & R. Kayne (eds.), *Handbook of Comparative Syntax*, Oxford: Oxford University Press, pp. 639-697.
- ROTHMAN, J. (2007), Heritage speaker competence differences, language change, and input type: Inflected infinitives in heritage Brazilian Portuguese. *International Journal of Bilingualism* 11, pp. 359-389.
- , (2009), Understanding the Nature of Early Bilingualism: Romance Languages as Heritage Languages, Special Issue of *International Journal of Bilingualism* 13 (2), pp. 155-163.
- ROUVERET, A. (1992), Clitic Placement, Focus and the Wackernagel Position in European Portuguese, ms., University of Paris-8.
- SACHS, J., BARD, B. & JOHNSON, M.L. (1981), Language learning with restricted input: Case studies of two hearing children of deaf parents, *Applied Psycholinguistic* 2 (1), pp. 33-54.
- SCHIFF-MYERS, N. (1988), Hearing children of deaf parents, in D. Bishop & K. Mogford (eds), *Language development in exceptional circumstances*, Edinburgh: Churchill Livingstone, pp. 47-61.
- SCHOENMAKERS-KLEIN, G. M. (1989), Structural aspects of the loss of Portuguese among migrants: a research outline, *Review of Applied Linguistics* 83-84, pp. 99-124.
- , (1997), Dutch Language Loss in Brazil and the Conceptual Hypothesis, in J. Klatter-Folmer & S. Kroon (eds.), *Studies in maintenance and loss of Dutch as an immigrant language*, Tilburg: Tilburg University Press, pp. 99-119.
- SILVA, C. (2007), A aquisição de pronomes clíticos diferenciados em português europeu, in *Comemorações dos 75 anos do CLUL – Sessão de Estudantes*. Lisboa. [http://www.clul.ul.pt/artigos/silva\\_carolina.pdf](http://www.clul.ul.pt/artigos/silva_carolina.pdf) (20/06/2010)

- , (2009), Assimetrias na aquisição de diferentes tipos de clíticos em português europeu. In A. Fiéis & M. A. Coutinho (eds.), *XXIV Encontro Nacional da APL. Textos Seleccionados*, Lisboa, APL / Colibri, pp. 527-541.
- SILVA-CORVALÁN, C. (1994), *Language contact and change*, New York: Oxford University Press.
- URIAGEREKA, J. (1995), Aspects of the Syntax of Clitic Placement in Western Romance, *LI* 26, pp. 79-123.
- VALDÉS, G. (1995), The teaching of minority languages as foreign languages: Pedagogical and theoretical challenges. *Modern Language Journal* 79, pp. 299-328.
- , (2000), Teaching heritage languages: An introduction for Slavic-language-teaching professionals. In O. Kagan & B. Rifkin (eds.) *Learning and teaching of Slavic languages and cultures: Toward the 21st century*, Bloomington, IN: Slavica, pp. 375-403.
- VIGÁRIO, M. (2003), *The Prosodic Word in European Portuguese*, Berlin: Mouton de Gruyter.

# POLÍTICA E JORNALISMO: ALGUMAS PRÁTICAS DISCURSIVAS

Isabel Margarida Duarte

UNIVERSIDADE DO PORTO

## Introdução

Nesta reflexão, iremos tomar “discurso político” não em sentido estrito, enquanto discurso produzido pelos “políticos”, ou na esfera exclusivamente política (como o discurso parlamentar, os discursos de campanha eleitoral, dos comícios, dos panfletos políticos, dos cartazes, da propaganda em geral), mas em sentido lato, aquele tido em conta por Charaudeau quando fala de “palavra política”, a que “se inscreve em uma prática social, circula em certo espaço público e tem qualquer coisa que ver com as relações de poder que aí se instauram.” (2010: 16). Embora nos pareça excessivamente limitadora a opinião de van Dijk (2005: 15) segundo a qual as práticas políticas são “exclusivamente discursivas”, uma vez que, em nosso entender, a política é também acção, o autor tem razão em sublinhar a relevância do *dizer* político. O modo como se anunciam ou são propostas medidas, se persuade o outro, se argumenta em favor das nossas posições, se ataca e se defende, se destrói o adversário, se antecipam e anulam contra-argumentos é central no destino político dos actores envolvidos na luta política. Grande parte da política passa portanto, sem dúvida, pela linguagem e, como escreve Kerbrat-Orecchioni (1984: 225), o discurso político alimenta-se de e deleita-se com as incertezas linguísticas. Nesta reflexão, interessa-nos, sobretudo, pensar a relação entre linguagem e acção política (cf. Charaudeau, 2005), quer dizer, analisar “[...] comment le langage se noue à l’action dans le discours poli-

tique et comment on retrouve ce nouage dans les différentes stratégies de parole qui se déploient dans ce champ”.

O nosso objectivo é analisar alguns mecanismos e até ambiguidades linguísticas utilizadas pelos locutores jornalistas como forma de influenciarem ou persuadirem os leitores acerca da bondade das suas próprias convicções e opções político-partidárias, quer tenham assumidamente consciência do processo em que se encontram envolvidos quer não. Com as palavras, como sabemos pelo menos desde Austin, fazemos coisas, a palavra é acção e uma das coisas que com ela fazemos é convencer os outros ou, dito de outro modo, alterar os estados de crenças dos alocutários. Ora, para convencer, o discurso tem que ser simples e credível, mas também dramático.

### 1. Relação palavra política e *media*

A relação entre a palavra política e os *media* é particularmente complexa e pode ser entendida em sentidos múltiplos. Por um lado, os políticos servem-se dos *media* como veículo privilegiado para fazer passar as suas mensagens e a sua propaganda mais ou menos explícita e os *media*, com ou sem consciência de que são o meio que propaga essa mensagem, podem difundir-la de modo mais ou menos obediente ou distanciado, crítico. Acontece, com frequência, serem meros veículos de mensagens políticas sobre as quais não tomam, pelo menos aparentemente, partido, podendo privilegiar o discurso do poder ou o da oposição. Muito raramente conseguem a desejável equidistância que lhes permitiria dar conta de diferentes posições de forma equilibrada, deixando ao leitor a liberdade de pensar e decidir. Portanto, os *media* também fazem política, sendo os jornais, as rádios, as televisões facilmente conotados com certas posições políticas e até partidárias que difundem, não tendo, frequentemente, preocupações de isenção.

É neste sentido que iremos procurar estudar um caso particular de discurso político nos *media*, i.e., os *media* enquanto fazedores de opinião pública, por vezes excessivamente próxima de certos discursos partidários.

Há ainda um outro vector pelo qual podemos analisar a relação *media*/política: o da dependência ou necessidade mútua. Se os políticos precisam de um espaço público de difusão, que os *media* configuram, para divulgarem as suas propostas e posições e se os líderes dos partidos falam, nos comícios, à hora de abertura dos telejornais, também os *media* precisam daqueles para



consequirem obter as informações que se encontram na origem das notícias, matéria-prima fundamental de que são feitos os órgãos de comunicação. Como refere Charaudeau (2006: 29),

“Também as mídias encontram-se em uma situação contraditória. Elas estão estreitamente ligadas ao mundo político na busca de informação: os jornalistas são, de um lado, dependentes das fontes de informação, oficiais ou não, que se impõem a eles; freqüentam jantares, banquetes e outras reuniões públicas – e mesmo privadas – que reúnem políticos; estabelecem e utilizam redes de informantes e se dotam de agendas de endereços que lhes permitem obter instruções mais ou menos secretas; suscitam confidências etc. Entretanto, as mídias, por razão de credibilidade, procuram se distanciar do poder político. Diversificam as fontes, realizam pesquisas e investigações de todas as ordens. Revelam os subterrâneos de certos negócios; na verdade, interpellam os responsáveis políticos para provar ao cidadão que são independentes e estão imunes à influência política, pois existe sempre a suspeita do jornalista a serviço do poder estatal.”

Tendo estes pressupostos como ponto de partida, iremos passar em revista algumas das manhas linguísticas dos *media*, i. e., alguns mecanismos linguísticos de que se servem para persuadir subrepticamente o leitor, para conduzir e modificar o estado de crenças do locutário, de forma continuada mas subtil.

Algumas das manhas linguísticas e políticas que configuram uma espécie de golpes discursivos com os quais o locutor pretende dominar o locutário, impor-lhe a sua opinião, são do tipo manipulação, proselitismo, ameaças, promessas, dramatização do discurso, comparações, ethos de autoridade, ethos da convicção, imprecisão discursiva. Mais especificamente, fazem parte dos mecanismos usados pelos *media* a desqualificação do adversário, a insinuação de factos lesivos para a face de alguém, através da utilização de mediativos como o *futuro perfeito* (e, em menor grau, o condicional), pressupostos que decorrem da utilização de expressões definidas (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1984: 216), por exemplo. Quando o locutor usa subentendidos ou implicaturas conversacionais para dar a entender um determinado estado de coisas, uma vez que esse tipo de implicatura é cancelável, fica com a possibilidade de poder dizer depois que não afirmou o que foi implicado (cf. Kerbrat-Orecchioni, 1984: 220).

Na consideração da relação política e *media*, raramente se conta com o papel do alocutário como um actor capaz de uma leitura crítica, de descobrir os exageros e as meias verdades e de lhes atribuir um sentido. Ora, tal como todo o discurso político, aquele produzido pelos *media* vive num dilema: ou insiste, repete e sublinha os argumentos de descriminalização do outro para que o seu alerta seja eficaz, arriscando-se a pecar por excesso e a ser exagerado, levantando por isso suspeitas de não isenção; ou, se se limitar a denunciar factos que considera reprováveis sem insistir nessa denúncia, sem a dramatizar, corre o risco de o leitor passar por ela sem a levar a sério. O justo equilíbrio é de difícil alcance e os locutores raramente resistem à tentação de exagerar, assim perdendo não só a independência mas, com ela, a credibilidade.

## **2. Jornal *Público*, 2009: “aquele querido mês de Agosto”**

As tomadas de posição do jornal diário *Público* em Agosto de 2009, antes das últimas eleições legislativas, correspondem àquela estratégia discursiva a que Charaudeau chamou “parole de décision”: num primeiro momento, o locutor denuncia uma situação que considera inaceitável; depois anuncia (ou deixa que o leitor deduza) como se pode resolver a situação anómala denunciada. Ao sugerir, mesmo que implicitamente, uma solução possível (no caso em apreço: se não se identifica com as situações por nós denunciadas, vote no maior partido da oposição), o discurso jornalístico adquire uma espécie de carácter performativo.

Veremos então alguns exemplos concretos de uso de certos fenómenos linguísticos e discursivos que, a nosso ver, configuram formas de “palavra política” de jornalistas, perigosamente próxima da dos políticos mais ou menos profissionais.

O “caso das escutas” que o Governo supostamente estaria a fazer ao Presidente da República, cuja divulgação, tanto quanto se sabe, foi encomendada directamente por um assessor da Presidência da República a um jornalista do *Público*, como um email revelado por um outro jornal veio a denunciar, foi apenas a face mais grave de uma promiscuidade que os leitores e a opinião pública não conhecem em toda a sua dimensão, mas conseguem, apesar de tudo, adivinhar.

Nesse “caso”, que analisei em dois momentos anteriores<sup>[1]</sup>, temos fontes anónimas, informações sugeridas ou implícitas mas não explicitamente ditas (por meio do *futuro perfeito*, p.e.), descridibilização de uns actores e credibilização de outros, sendo os dois últimos recursos tão exagerados que se tornam quase pueris.

O *corpus* que analiso para esta comunicação compõe-se da primeira página da edição Porto do jornal *Público* durante os 31 dias do mês de Agosto de 2009. Nessa primeira página, descontei quase sempre a parte superior que geralmente aproxima o jornal de um vulgar tablóide, excepto num caso em que um título, claramente político, nos interessa, até por ser o único de tal teor nessa parte superior da primeira página: *Vasco Pulido Valente “Por que é que tanto “optimismo” em Sócrates se torna quase ofensivo”* (16/08). Também não me ocupei dos títulos ou notícias internacionais. Procurei quantificar os títulos / notícias em neutros, negativos para Portugal, negativos para o Governo (ou para o PS), negativos para a oposição (ou para o Presidente da República). Quando existe confronto, o saldo é sempre negativo para o PS (e, de uma vez, o título surge repetido). As contas são tão eloquentes que não é possível deixar de pensar no desabafo do Provedor do leitor, Joaquim Vieira, quando, a 20 de Setembro, denuncia “haverá uma agenda política oculta na actuação deste jornal?”.

Com efeito, quando uma notícia poderia parecer positiva para o Governo ou o país, há sempre uma adversativa<sup>[2]</sup> que altera o valor argumentativo do título, reorientando-o no sentido contrário (ver, por exemplo, jornais dos dias 8, 13, 14, 21, 22, 23, 24 de Agosto):

- Manchete do dia 08/08: *Recuperação económica em curso mas Portugal é dos mais atrasados*
- Manchete do dia 13/08: *Tempo de espera por cirurgias baixou para 3,4 meses mas consultas estão sem controlo*

---

1 “Manipulation et discours dans la presse: le cas du quotidien *Público*, août, 2009”, comunicação apresentada nas Jornadas sobre “Manipulação e Discurso”, com o Prof. Christian Plantin (CNRS, Université de Lyon), 4 e 5 de Junho de 2010, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e “Le dit et le non-dit: chronique d’une démission annoncée (Comment tout de même faire connaître le non-dit: un cas de manipulation journalistique)”, comunicação apresentada ao Seminário Internacional “Ce qu’on ne dit pas: Stratégies discursives de l’implicite, le non-dit, et le secret”, Universidad de Cádiz, 27 e 28 de Outubro de 2010.

2 Agradeço esta sugestão ao Professor Manuel Pinto.

- Segundo título de 13/08: *Portugal duplica atletas federados **mas** está longe do topo europeu*
- Manchete do dia 14/08: *Economia volta a crescer **mas** cenário de crise continua presente*
- Título menor, 19/08: *Crise está perto do fim **mas** deixa feridas abertas*
- Subtítulo da manchete 21/08: *Contas públicas melhoram em relação ao primeiro semestre, **mas** meta do défice continua longe*
- Manchete de 22/08: *Economia está a recuperar porque as famílias voltaram a gastar mais* (note-se a oração causal: o mérito não é dos governo mas das famílias)
- Subtítulo da manchete de 22/08: *Banco de Portugal confirma números do INE **mas** se a actual subida do preço do petróleo se mantiver os orçamentos familiares podem vir a ser afectados*
- Subtítulo da manchete de 23/08: *Gestão integrada das zonas costeiras foi recomendada pela UE em 2002 **mas** só na passada quinta-feira o Governo aprovou reforma para o sector*
- Manchete de 24/08: *Portugal deixa Berlim **só** com uma medalha*

No caso do subtítulo desta manchete, o “mas” tem um sentido contrário ao que tem sido apontado:

- *Naide Gomes ficou a um passo do bronze **mas** delegação portuguesa teve a melhor pontuação de sempre*

Se a titulação do jornal quisesse ser favorável para Portugal, o título poderia ser:

- *\* Delegação portuguesa teve a melhor pontuação de sempre **mas** Naide Gomes ficou a um passo do bronze*

Se o Programa do PSD é referido duas vezes em manchete (27 e 28/08), ambas de forma positiva e assertiva, já no dia 30 a manchete fala de Sócrates, mas logo no subtítulo Marcelo Rebelo de Sousa elogia o PSD:

- Manchete (30/08): *Sócrates endurece ataque a Ferreira Leite e promete desafiar Cavaco nas uniões de facto*
- Subtítulo: *Marcelo Rebelo de Sousa elogia programa do PSD e prevê novas eleições dentro de dois anos*

Quando os dois maiores partidos são postos em confronto, a tomada de posição do jornal é favorável ao PSD, como no subtítulo da manchete de 25/08, cuja mensagem, em tempo de crise, não é despidiçada:

- Manchete: *PS e PSD vão gastar mais de 50 milhões nas autárquicas*
- Subtítulo: *Socialistas aumentam despesas de campanha e PSD corta para metade.*

Estruturas como o *futuro perfeito* ou o uso dos verbos modais “poder” e “dever”, que foram já estudadas várias vezes, servem para o jornalista passar informação pela qual se não responsabiliza (cf. 11/08, no texto correspondente ao título “Alentejo, Há imigrantes a trabalhar sob violência, extorsão e medo”, quando se escreve

- *Alguns dos chefes das redes terão pertencido à polícia política romena, para quem “a vida de uma pessoa tem pouco valor.”*

Outras marcas linguísticas de uma óbvia tomada de posição política são as escolhas lexicais fortes (“decepção e engano”, “desconfiança”, “contestação” (16/08)), os verbos e outros elementos que activam pressuposições (“duvidam” (15/08), “temem” (16/08), “chega aos ...” 11/08, 12/08, 15/08; ou “só...” (15/08), “na melhor hipótese”, “e o pior é que...” (16/08), “fica-se pela prata” (19/08), “não afasta a possibilidade de ..., poder existir” (1/08), “tudo começou” (19/08), para dar apenas alguns exemplos.

As más notícias são, quase sempre, da responsabilidade de um enunciatador colectivo ou anónimo, ou seja, a fonte é frequentemente não identificável: TC, inspectores da PJ, relatório do TC, Estatísticas, dados do INE, o Infarmed, a Inspeção Geral das Actividades da Saúde, um estudo, um relatório (7/08), “vários economistas” (14/08).

A forma de dar a notícia e de construir os títulos, sobretudo tendo em conta a importância de que se revestem por estarem na primeira página é elucidativa da falta de isenção do jornal. Vejam-se, a título de exemplo, o dia 4/08, “Falta de médicos de família agrava-se”, em que a parte da notícia positiva para o Governo aparece no final do texto, marginalizada e não chamada a título:

- *Um relatório divulgado ontem pelo Tribunal de Contas mostra que a falta de médicos de família se agravou nos últimos dois anos. O número de utentes sem clínico atribuído cresceu em 250 mil. O documento recomenda ao Ministério da Saúde que tome rapidamente medidas para solucionar o problema. Já a espera para cirurgias baixou.*

Outro título pouco isento é, a 17/08, “Magalhães ao serviço do plano de Hugo Chávez” que sugere algum plano maléfico e ditatorial quando a notícia apenas fala da encomenda dos computadores a Portugal.

Por vezes, o título apresenta ideias contraditórias entre si, para que a orientação argumentativa anti-governo possa ser reforçada. É o que acontece no dia 7/08, a propósito do fecho do Hospital Miguel Bombarda:

- *Saúde mental “Se a ASAE visitasse o Miguel Bombarda, fechava-o”, diz director, mas psiquiatras criticam transferências sem condições.*

Aparentemente, fechar o Hospital é positivo, porque não parece ter condições, logo, a decisão do Governo parece boa. Mas as transferências não têm condições, logo a decisão do Governo afinal não é boa.

Há dias do mês em que todos os títulos da primeira página são negativos para o Governo, por exemplo, nos dias 15/08 e 18/08:

- *Manchete 15/08: Taxa de desemprego pode levar dois anos até começar a subir*
- *Subtítulo: Mais de meio-milhão de desempregados, número-recorde, num trimestre em que os mais atingidos foram os homens mais novos e os mais idosos*
- *Outros títulos menores: Homens de Sócrates lançam ataque a Cavaco*
- *Negócio dos submarinos: Alemães só vão pagar um quarto da penalização*
- *Mais 117 casos de gripe A: Presos duvidam do plano para casos em prisões*

As primeiras páginas dos dias 18 e 19, quando começou o “caso das escutas” são, obviamente, apenas o pico de uma deriva de que o jornal foi sofrendo durante todo o mês de Agosto de 2009.

### 3. Conclusão

O director do *Público* foi afastado do cargo, no termo do processo referido no parágrafo anterior, talvez porque se tornou demasiado acintosa a tomada

de posição político-partidária do jornal neste período pré-eleitoral. Quanto mais atentamente analisarmos os recursos linguísticos usados pelo jornal durante o mês em causa, mais nos identificamos com as legítimas preocupações do Provedor do *Público*, quando se / nos interrogava “haverá uma agenda política oculta na actuação deste jornal?” e mais compreendemos quão sub-reptícias e complexas são as relações entre discurso político e discurso jornalístico.

### Referências

- CHARAUDEAU, Patrick (2005), *Le discours politique et le pouvoir du langage*, [em linha] disponível no endereço [www.francparler.org/dossiers/pj/charaudeau\\_ciep\\_2007.rtf](http://www.francparler.org/dossiers/pj/charaudeau_ciep_2007.rtf), consultado em 12/09/2010
- CHARAUDEAU, Patrick (2006), *Discurso Político*, S. Paulo, Contexto.
- CHARAUDEAU, Patrick (2010), *Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização*, [em linha], disponível no endereço <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>, consultado em 18/09/2010, [Tradução: Grenissa Stafuzza].
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine (1984), “Discours politique et manipulation: du bon usage des contenus implicites”, in Kerbrat-Orecchioni & Mouillaud (éd.), *Le discours politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, pp. 213-227.
- VAN DIJK, Teun (2005), “Política, ideología y discurso”, *Quórum Académico*, vol. 2, nº 2, pp. 15-47.





# VOZES DISSONANTES NA ACTIVIDADE POLÍTICA BRASILEIRA: UM DESVENDAMENTO CRÍTICO.

Rosalice Pinto

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## 1. Introdução

O termo *política*, actualmente, pode apresentar duas concepções distintas (Freitas do Amaral, 2010). De um lado, alguns autores a definem como *a conquista e o exercício de poder do Estado*. Do outro, de forma mais abrangente, teóricos a consideram como *um fenómeno de poder e de exercício do poder em toda e qualquer instituição social onde se manifesta*. Contudo, independentemente de uma visão mais restrita ou abrangente do termo, deve ser ressaltado o seu carácter contraditório, bipolar, dialéctico, implicando, necessariamente, luta entre pessoas, grupos sociais ou países, divergências de opiniões. Consequentemente, ao discorrer-se acerca da *política*, instaura-se, obrigatoriamente, um embate de vozes sociais com *certo teor de dissonância*.

Salientando a relevância da *política* como objecto de reflexão e de debate na sociedade actual e centrando-se no estudo de textos/discursos inseridos em práticas sociais por ela protagonizados, esta contribuição procurará, de um lado, descortinar algumas vozes presentes/ausentes em entrevistas, realizadas em um telejornal de um canal de televisão brasileiro<sup>[1]</sup>, a candidatos à presidência do Brasil, no ano de 2010. Do outro, o nosso intuito será de perceber de que forma a *heterogeneidade enunciativa* presente nestes textos/

---

1 Referimo-nos aqui ao Jornal Nacional, apresentado pela TV Globo, no horário nocturno.

discursos pode ser um elemento de persuasão importante para convencer o eleitorado a votar em determinado candidato. Essas vozes em confronto são, assim, estratégias argumentativas de grande valia no discurso político em que, explicitamente ou implicitamente, dialoga-se sempre com ecos diversos de várias origens: os do partido de oposição, os do povo, os do adversário...

Para atingir esses objectivos, procuraremos, num primeiro momento, apresentar aspectos teórico-epistemológicos do Interaccionismo Sociodiscursivo (doravante ISD) -Bronckart (1999, 2004), perspectiva teórica em que insere-se, fundamentalmente, este trabalho. Num segundo momento, a partir de algumas abordagens linguístico-textuais tradicionalmente conhecidas, estabilizaremos os conceitos de *dialogismo* e de *polifonia*, de forma a esclarecer a opção teórica adoptada. Por fim, passaremos às análises propriamente ditas.

Este estudo será efectuado em um *corpus* recolhido a partir da gravação e da transcrição de entrevistas efectuadas por três candidatos à presidência da República do Brasil, nomeadamente José Serra do Partido Social Democrata; Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores e Marina Silva do Partido Verde. Esses candidatos correspondiam, nas sondagens, àqueles que teriam mais chance de vencer as eleições presidenciais brasileiras no ano de 2010.

## 2. Opções teórico-metodológicas

Importa salientar que todo indivíduo, ao produzir determinado texto, tem em mente já formatos pré-estabelecidos de textos (inseridos em géneros textuais<sup>[2]</sup> diversos) em sua memória a longo termo. Estes integram-se no que Bronckart denomina o *arquitexto*. Na verdade, quando da produção/ interpretação de determinado texto, numa *acção de linguagem* socio-historicamente situada, num tempo e lugar definidos e para atender uma finalidade específica, um agente *adopta* formatos de textos já conhecidos e os *adapta* em função de contextos diversos. São as representações que este agente tem de certos modelos textuais que podem vir a propiciar-lhe certa *economia cognitiva* quando da elaboração/ interpretação de determinado texto. Dessa forma, o funcionamento humano não pode deixar de considerar as dimensões

---

2 Para um aprofundamento sobre o estudo de géneros textuais em português europeu, ver: Coutinho (2005) e Miranda (2007).

cognitivas, sociais, afectivas, semióticas a ele atreladas. Este posicionamento epistemológico-político adoptado pelo Interaccionismo Sociodiscursivo privilegia, assim, *uma ciência integrada do humano*, fundamentando-se tanto nos quadros teórico-epistemológicos desenvolvidos por Spinoza, Marx, Engels, Vygotski e (re)actualizando-os, quanto baseia-se nas abordagens sociofilosóficas de Habermas e de Ricoeur<sup>[3]</sup>. Com isso, o ISD deixa de lado a herança positivista que presumia uma segmentação bem marcada das disciplinas e subdisciplinas.

O ISD insiste, assim, no papel central da linguagem em aspectos do desenvolvimento humano. Esse foco na linguagem centra-se no fato de que ela é o instrumento fundamental tanto da *gnosologia* quanto da *praxiologia*. O primeiro aspecto corresponde à capacidade dos indivíduos da nossa espécie de apreender aspectos do universo e de organizá-los em *mundos representados*<sup>[4]</sup>. Já o segundo diz respeito ao modo como os membros da espécie humana se situam nestes mundos e organizam suas formas dinâmicas.

Dentro desse contexto, alguns aspectos dentro do quadro teórico do ISD mostram-se relevantes no escopo deste trabalho. Merecem ser ressaltadas as noções de *actividade*, *ação*, *texto* e de *género textual* e, do ponto de vista metodológico, a *metodologia descendente de análise*.

Para o ISD, tanto a *actividade* quanto a *ação* são formatos interpretativos imputados de um lado mais à colectividade, do outro a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos. No entanto, é pela linguagem que estas actividades/acções são mediatizadas.

Contudo, é pelos *textos* que circulam que estas ações/actividades podem vir a ser estudadas. Dessa forma, os textos correspondem a *unidades comunicativas globais* e constituem os representantes empíricos das actividades de linguagem/acções de linguagem *em que estão inseridos*. Com isso, seguindo este quadro teórico a *própria organização interna dos textos em diferentes níveis (infraestrutura textual, mecanismos de posicionamento enunciativo e meca-*

---

3 Pode-se encontrar uma exposição detalhada do quadro teórico-epistemológico do interaccionismo sociodiscursivo em Bronckart (1999: cap. I).

4 Sobre a questão dos *mundos representados*, Bronckart baseia-se em Habermas. Segundo esse autor, o *agir* leva em conta *representações colectivas* que são organizadas em sistemas (denominados mundos) formais ou representados: *mundo objectivo*, *mundo social* e *mundo subjectivo*. Esses mundos são *produtos de operações de descontextualização e de generalização*. Sob efeito dessas operações, existe um conjunto de saberes que são abstraídos dos contextos socioculturais e semióticos locais, organizando-se em sistemas de representação colectiva, tendendo a uma universalidade.

*nismos de textualização*) depende das características da actividade em que estes textos se incluem. Como Bronckart afirma, relativamente aos mecanismos de posicionamento enunciativo em que encontram-se as vozes (nosso objecto de reflexão).

“Les mécanismes de prise en charge énonciatif paraissent donc être sous la dépendance des activités sociales et du genre pour ce qui concerne leur finalité ou leur orientation, et sous la dépendance d’opérations psycho-cognitives pour ce qui concerne les conditions de leur mise en oeuvre et leur teneur effective.”

(Bronckart, 2008: 89)

Na verdade, a materialidade dos textos é coibida por questões genéricas várias, inclusive por características impostas pela própria actividade em que os textos integram-se. Dessa forma, justifica-se o facto de o ISD preconizar uma *metodologia descendente de análise*. Ao analisarmos determinado texto, devemos primeiro olhar os parâmetros do contexto de produção (questões contextuais)<sup>[5]</sup>, depois verificar o que Bronckart (1999) denomina o *folhado textual* (composto por três planos): a infra-estrutura, os mecanismos de textualização (conexão e coesão) e mecanismo de posicionamento enunciativo (modalização e vozes). Sendo que todos estes elementos estão em constante interacção.

Entretanto, ressaltemos que no modelo preconizado pelo ISD o folhado textual restringe-se a descrever textos escritos em que a linguagem verbal é o único código semiótico presente. Dessa forma, não leva em consideração textos na modalidade oral e/ou multimodais. Por isso, ao adoptarmos o modelo bronckartiano ampliá-lo-emos para melhor reflectir sobre o nosso objecto de estudo – transcrições de entrevistas realizadas na televisão brasileira a candidatos à Presidência do Brasil.

No que tange a questões relativas ao *dialogismo* e à *polifonia*, foram vários os autores que aprofundaram estes aspectos, em quadros teóricos distintos<sup>[6]</sup>. No entanto, importa salientar que considerar-se-á nesta contribuição,

5 O facto de relevar a importância de aspectos contextuais na materialidade linguística não é algo novo. Podemos citar teóricos da Gramática Sistemática Funcional – Halliday (2008); da Análise Crítica do Discurso – Van Leeuwen (1997); da Análise do Discurso – Maingueneau (2002); Adam (2010).

6 Para um inventário sobre estas noções no âmbito dos estudos linguísticos ver: Miranda (2007) ou Koch, Bentes & Cavalcante (2007).

à semelhança do que afirma Bakhtin (1997: 316) que *Toda palavra é dialógica por natureza*. Na verdade, *todos os enunciados estão repletos de ecos e lembranças de outros enunciados*, aos quais vinculam-se no interior de uma esfera comum de comunicação verbal. No entanto, salientamos que este *dialogismo* perpassa todos os textos tanto orais quanto escritos e pode vir a ser percebido através de *intertextualidades explícitas e/ou implícitas*. E é exactamente neste(s) *espaços intertextuais* (muitas vezes inferidos) que ecoam, além da voz do próprio enunciador, vozes sociais diversas. Estas vozes diversas são perceptíveis através de marcas *que podem vir a se manifestar através de códigos semióticos diversos de forma explícita ou implícita*.

### 3. Metodologia adoptada

De forma a atingir o objectivo desta comunicação, gravamos as entrevistas concedidas, num jornal televisivo, pelos três candidatos com maior possibilidade de vencer as eleições no Brasil: Dilma Rousseff, Marina Silva e José Serra. Estas entrevistas, gravadas nos dias 9, 10 e 11 de Agosto de 2010, respectivamente, com um tempo de duração muito similar – cerca de 12 minutos cada - foram transcritas seguindo critérios apresentados em Atkinson & Heritage (1984) e Filliettaz, L.; Saint-Georges, I. de; Duc, B. (2008). Inclusive, muitos aspectos observados na transcrição, *relativos à prosódia e entonação*, como veremos nas análises, servirão como elementos importantes para a caracterização da *heterogeneidade enunciativa* e das *vozes sociais* presentes neste universo textual.

Vale salientar que devido à extensão das transcrições, cerca de cinco páginas correspondentes a cada um dos candidatos, seleccionámos para as análises alguns trechos que se mostravam mais relevantes. Visamos, com isso, mostrar não apenas a *heterogeneidade enunciativa* característica da actividade política, mas também a pluralidade de vozes instauradas de forma explícita ou implícita.

### 4. Análise dos Textos

Antes de passarmos à análise das entrevistas, parece-nos relevante apresentar uma breve contextualização do momento por que passa o Brasil na altura das eleições presidenciais 2010 e pontuar alguns aspectos importantes de

cada um dos candidatos para que possamos melhor ‘desvendar’ o que está nos textos e por trás dos textos. Lembremos que preconizamos aqui, uma metodologia *descendente de análise*, em que aspectos contextuais se mostram de grande importância para a realização/interpretação das análises.

#### 4.1. O Brasil da Era Lula

Primeiramente, vale salientar que Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente do Brasil em finais de 2002, assumindo a presidência no início de 2003. No ano de 2004, vários programas sociais foram implantados pelo governo, sendo que alguns, na verdade, correspondiam apenas a uma continuação de projectos iniciados no governo anterior. Foram instaurados: o “bolsa família”; o “fome zero”, o “bolsa escola”, o “auxílio gás”. Com essas medidas de carácter social, a pobreza extrema do Brasil passou de 12% a 4,8% entre 2003 e 2008.

Neste período também, algumas taxas merecem destaque: a taxa de desemprego cai de 9,1% a 7,2%; a inflação apresenta uma queda de cerca de 8%, passando de 12,53% a 3,14%; o salário mínimo apresenta um aumento significativo, atingindo 510 reais em 2010. Enfim, estas conquistas sociais foram também favorecidas por um ‘boom’ económico reforçado por um grande número de recursos naturais encontrados e ainda uma política externa pacificadora. Na verdade, o mundo deparava-se com um líder (Luiz Inácio Lula da Silva) que saiu das forças sindicais para o governo da 8.<sup>a</sup> economia global e representava para todos uma incógnita e também uma ameaça. Será que entraria no poder um novo Chávez (líder da Venezuela – no poder há cerca de dez anos)? No entanto, com o passar dos anos este mesmo indivíduo conseguiria uma força nacional e internacional e se tornou, ao final do ano de 2010, um líder respeitado mundialmente. Teve, inclusive, na última sondagem efectuada no Brasil sobre a aprovação do Presidente da República, cerca de 80% de aprovação.

Em relação aos candidatos entrevistados, vale salientar que Dilma Rousseff iniciou a sua vinculação ao governo Lula em 2003, quando ocupou a pasta de Ministra das Minas e Energia. A partir de 2005, torna-se Ministra-Chefe da Casa Civil do Governo. E como a candidata afirma na entrevista, este estatuto corresponde ao 2º cargo mais importante do governo. Marina Silva, em 2003, foi nomeada Ministra do Meio Ambiente e, em 2009, anun-

cia a desfiliação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e assume a liderança do Partido Verde (PV). Por outro lado, José Serra assumiu vários cargos no governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso. Actuou como Ministro do Planeamento e do Orçamento e Ministro da Saúde, além de ser Prefeito e Governador do Estado de São Paulo.

#### 4.2. *Estudos de Caso*

Como mencionámos, iremos perfazer o estudo das vozes presentes e ausentes nas entrevistas televisadas, transcritas a partir de critérios apontados em Atkinson & Heritage (1984) e Filliettaz, L.; Saint-Georges, Il. De; Duc, B. (2008). Como estudaremos cada entrevista em separado, pontuaremos a de Dilma Rousseff, como estudo de caso 1; a de José Serra, como a 2 e a de Marina da Silva, 3. Esta numeração segue cronologicamente as datas de realização das entrevistas: dias 9, 10 e 11 de Agosto de 2010, respectivamente.

##### 4.2.1. *Estudo de Caso 1*

Do ponto de vista dos parâmetros do contexto de produção, temos de um lado a Dilma Rousseff que se posiciona enquanto candidata do Partido dos Trabalhadores, demarcando claramente uma continuação ao governo Lula e a jornalista que se posiciona como a porta-voz do povo e da instituição à qual pertence; do outro, os futuros eleitores desta ou de outro candidato que se posicionarão quanto à escolha de determinado candidato. Circulando num *suporte midiático* – a própria televisão - a entrevista a candidatas à Presidência, enquanto género textual, tem como objectivo *esclarecer ao povo as propostas do candidato e algumas dúvidas que ainda existam a respeito dos mesmos*. Por outro lado, do ponto de vista dos entrevistados, estes têm um tempo determinado (no caso cerca de 12 minutos) para convencer os eleitores a votarem neles.

Uma das primeiras perguntas efectuadas pela apresentadora é a seguinte: “A senhora se considera preparada para governar o Brasil longe do Presidente Lula?”. Na verdade, a jornalista ecoa a voz de muitos eleitores que se perguntam se a candidata terá realmente personalidade política autónoma, uma vez que ela esteve sempre vinculada a Lula. Em resposta, a candidata faz uso de várias ocorrências do pronome pessoal “eu” e verbos no presente e no

pretérito perfeito do indicativo, com várias repetições de estruturas linguísticas, enfatizando todo o seu *potencial cognitivo e pragmático*, como atestamos nos exemplos abaixo:

- *Eu considero* que *tenho* experiência
- *Eu fui* secretária municipal da fazenda
- *Eu fui* coordenadora do governo ao assumir a chefia da Casa Civil
- *Eu tenho* experiência
- *Conheço* os problemas do governo brasileiro

Na realidade, a candidata tem a necessidade de reforçar e legitimar o seu potencial administrativo e político, uma vez que este vem sendo colocado em causa por vários eleitores. Observamos que a partir da unidade textual<sup>[7]</sup> (1), várias outras são construídas no intuito de justificar esta (1), como observamos em (2), (3), (4), (5).

Ademais, são inúmeros os elementos qualificativos e quantificadores que realçam o preparo da candidata ao cargo.

- Tenho experiência *suficiente*
- Eu fui secretária municipal da fazenda (...) a *primeira* secretária municipal.
- Também fui a *primeira* mulher e fui coordenadora do governo (...).

Existe de certa forma uma contra-argumentação declarada a todos que desacreditam do potencial da candidata – representado textualmente pelo pronome pessoal “você” - e desconhecem a sua história.

- Fui coordenadora do governo ao assumir a chefia da Casa Civil, como *você*s sabem é o segundo cargo MAIS importante (...).

Ainda é de ser ressaltada a entonação dada pela candidata ao quantificador “MAIS” – transcrito em caracteres em maiúscula -, reforçando a necessidade de se justificar junto ao povo e de fazer-se conhecer a este mesmo povo. Não podemos nos esquecer de que a candidata até a entrada no governo Lula tinha tido pouca projecção político-administrativa.

---

7 O termo unidade textual diz respeito a qualquer unidade (lexical, proposicional, relativa a um parágrafo ou a vários parágrafos) implícita ou explícita (verbal ou não-verbal) que, no interior do universo textual, apresenta uma unidade de sentido. (Pinto, 2010: 222).



Num segundo momento da entrevista, o outro jornalista reforça a sua ligação com o actual governo e pergunta:

De qualquer maneira a senhora acha que [o fato de não ter experiência e ter tido o nome indicado directamente por Lula] poderia fazer com que o eleitor a enxergasse ou enxergasse o presidente Lula actualmente como um TUTOR do seu governo, caso eleita?

Mais uma vez a entonação atribuída pelo jornalista ao lexema “TUTOR”, ecoa a voz dos eleitores e denuncia a preocupação do povo com o facto de a candidata ser ainda inexperiente na tarefa e estar muito ligada ao governo anterior. Lembremos que, como afirma Bacot (2010): “Le nom propre dit quelque chose, raconte quelque chose et est un peu un récit. Il est porteur d’un message”. Na verdade, a candidata, ao ter a sua candidatura atrelada ao estadista Lula, transmite ao eleitorado credibilidade e força política. Uma vez que o próprio nome do actual presidente carrega já, axiologicamente, características bem positivas reconhecidas por todos. No entanto, esta espécie de ‘colagem’ ao governo também torna-se um problema porque pode vir a atestar uma despersonalização política da candidata. Em resposta, a candidata responde a estas vozes preocupadas, reafirmando no entanto esta sua ligação:

- Cê sabe, Bonner, s- o pessoal tem que escolher o que eu sou. Uns dizem que sou uma mulher forte @@. O out-outros dizem que eu tenho tutor. Eu quero te dizer o seguinte: A minha relação política com o presidente Lula eu tenho IMENSO orgulho dela. Eu participei <directamente com o presidente, fui braço direito-esquerdo dele (...).

Como atestámos, a candidata continua construindo a sua identidade política em função ao presidente. Ela não esconde isso. A própria entonação do lexema “IMENSO”, transcrito em caracteres maiúsculos, atesta esta força e esta ligação. E mais ainda, continua a explicitar a sua actuação enquanto “braço direito-esquerdo dele”.

Observamos neste trecho também que ela apresenta-se como uma candidata preparada para governar o país mais *por sua força* do que por sua competência real. Dessa forma, ela responde indirectamente a algumas *vozes eleitorais* que contestam a sua capacidade.

- *Uns dizem que sou uma mulher forte.*

Podemos ainda observar que Dilma Rousseff, enquanto agente, apresenta-se nesta entrevista com uma *heterogeneidade* bem delineada. Como vimos, pela materialidade linguístico-textual, estão presentes um *ethos de continuidade*, um *ethos de submissão*, *ethos de insegurança* (uma vez que, a todo momento, a candidata tem de legitimar que tem condições para governar o país). Em muitos momentos esta construção textual é co-construída a partir de vozes sociais diversas (contrárias à candidatura da Dilma; de eleitores desconfiados, de eleitores simpatizantes do governo, do(s) jornalista(s)). Estas implicitamente servem como interlocutores e co-constrõem este *ethos composite*<sup>[8]</sup>.

#### 4.3. Estudo de Caso 2

A segunda entrevista a ser analisada é a realizada ao candidato do Partido Social Democrata Brasileiro, partido de oposição ao governo actual, o PSDB, José Serra.

Um trecho da entrevista que merece destaque é quando um dos entrevistadores pergunta ao entrevistado por que motivo ele tem procurado evitar críticas ao governo Lula. Como afirma: “O senhor acha que em alguns casos fez elogios a ele. O senhor acha que essa é a postura que o leitor espera de um candidato da oposição?”. Na altura, o enunciador José Serra consolida a sua tática conciliadora, como vemos abaixo:

- Olha... o Lula não é candidato a presidente. O Lula, a partir de primeiro de Janeiro, não vai ser mais Presidente da República.

Na realidade, o facto de trazer para o seu discurso, o nome próprio “Lula” de uma forma ileisa, serve para construir uma imagem positiva do enunciador de oposição. Como afirma Bacot (2010), “le nom propre peut classer le locuteur qui l’ utilise”. Evidentemente, o próprio entrevistador “estranha” a própria conduta do entrevistado, uma vez que, normalmente, esperar-se-ia que um candidato de oposição, normalmente, entrasse em polémica com o

8 Para um estudo dos *ethè* presentes no discurso político ver Charaudeau (2005). No contexto político português ver: Pinto (2010).

candidato da situação. Como sabemos todos, o carácter agónico e polémico, já descrito e analisado por diversos autores<sup>[9]</sup>, é uma das características frequentes no discurso político.

Ainda este *carácter conciliador relativizado* do enunciador é reforçado ao pontuar que o governo Lula fez coisas positivas, contudo ainda há muito o que fazer.

- O governo Lula fez coisas positivas não é... outras coisas... deixou de fazer. A discussão ... não é o Lula. A discussão ... é o que vem pra frente. Tá certo?

Salientemos que a própria entonação representada pela flecha direccionada para a parte inferior - o que denota uma entonação descendente<sup>[10]</sup> - pode vir também, implicitamente, a minimizar o que foi feito e de certa maneira acentuar o que ainda está por fazer.

Ainda é de ser ressaltado o excesso de *marcadores textuais* aditivos que em sequência acentuam aquilo que *ainda* pode vir a ser realizado pelo novo presidente. De certa forma, também reforçam as falhas do governo anterior.

- Hoje tem coisas problemas e tem coisas boas... (...) Reforçar aquilo que tá bem e CORRIGIR e poder melhorar aquilo que não ficou direito.

É de ser ressaltada também a *entonação* utilizada ao pronunciar o lexema “CORRIGIR”. O facto de acentuar a pronúncia de tal verbo também realça que muito tem de ser alterado.

Ademais, podemos ressaltar em muitos momentos, a utilização de *articuladores lógicos*, pontuando uma racionalidade no discurso, respondendo indirectamente a vozes sociais que buscam uma maior racionalidade no discurso e propostas de governo mais concretas.

---

9 Refiro-me aqui, no contexto português em especial, aos trabalhos precusores de Marques (1988), Marques (2000) e Fonseca (2001).

10 A análise multimodal, em que diversos sistemas (verbais e não-verbais) actuam de forma dinâmica, parece interessar a vários autores. Desta forma, os gestos, a entonação são elementos importantes para a construção dos diversos significados. Para um estudo prático sobre a questão em interações em ambiente escolar ou empresarial, ver: Filliettaz, Georges & Duc (2008).

- É *por isso* que o Brasil PRECISA e o Brasil PODE mais. Aonde? Na área de saúde, na área da segurança, na área da educação, inclusive de ensino profissionalizante.

A conjugação do articulador lógico, de uma entonação ascendente em vários momentos e de *verbos que denotam carência (precisar) e potencialidade (poder)*, impõem-se neste caso para caracterizar um candidato pragmático que responde realmente a vozes insatisfeitas com a política do governo anterior.

#### 4.4. Estudo de caso 3

No caso específico da terceira entrevista em que o enunciador principal é a candidata do Partido Verde, Marina Silva, a primeira questão da jornalista diz respeito à excessiva especificidade da actuação política de Marina:

A senhora não tem uma experiência administrativa em nenhuma outra área em outro sector. Como que é a senhora pretende convencer o eleitor de que a sua candidatura é pra valer que ela não é apenas uma candidatura <Pra marcar posição nessa questão do meio ambiente?

A partir dessa questão ecoam vozes contrárias à possível eleição de Marina Silva como futura Presidente do Brasil.

- E eu sempre penso da seguinte forma. É... até dois mil e catorze qual será a temperatura da terra? Até *dois mil... e catorze*, quantas crianças... ainda continuarão é ... sem ter a chance de chegar sequer à oitava série? *Até dois mil e catorze* quantas pessoas serão soterradas... pelas enchentes por falta de cuidado?

Na verdade, através de questões retóricas sucessivas (estratégia persuasiva extremamente eficaz) com repetição de algumas estruturas linguístico-textuais, são pontuados os problemas que afligirão a sociedade brasileira, contudo não são mostradas soluções concretas para este problema. Na verdade, toda a argumentação é dirigida, essencialmente, aos protetores do meio-ambiente e aos eleitores que defendem esse partido político.

No entanto, depois, pela insistência da jornalista ela pontua outros problemas sociais;

- A minha candidatura é para AGORA! Porque o Brasil não pode esperar... Fátima, são uma emergência para o cidadão que fica na fila esperando horas e horas para poder fazer um exame (...) o Brasil tem imensas oportunidades de se desenvolver com justiça social, de melhorar a vida das pessoas

Com isso, a candidata salienta indirectamente que ainda não foi feito o suficiente para o desenvolvimento da justiça social do Brasil. O marcador temporal “AGORA”, salientado em letras maiúscula, em conjugação com o pronome adjetivo possessivo “minha”, no sintagma nominal “minha candidatura” demarca claramente o potencial da candidata em mudar o que já existe. Com é afirmado: o Brasil tem imensas oportunidades (...).

Ainda, podemos ressaltar a ênfase dada pela candidata ao equilíbrio e ao diálogo com outros partidos. Indagada sobre como governaria o país salienta que a importância das parcerias entre partidos.

- *Eu* estou dizendo que se ganhar *eu quero* governar com os melhores e *já estou dizendo* que é fundamental o diálogo entre o PT e o PSDB e *eu já estou dizendo* que *eu quero governar* com a ajuda deles, então eu vou compor uma base de sustentação, já respaldada pela sociedade.

A voz do enunciador mostra-se em diálogo constante com a dos outros partidos. A presença de pronomes de primeira pessoa, com o marcador temporal “já” (que corresponderia neste contexto a “a partir de agora”), salienta o posicionamento da enunciativa como moderadora.

## 5. Reflexões finais

Quando pensamos em discurso político, sempre o consideramos como agónico, polémico, divergente. Foram vários os trabalhos surgidos aqui em Portugal, com textos pertencentes a diversos géneros textuais nesta atividade, que atestam este carácter dissonante.

Neste trabalho, contudo, vimos que tal dissonância é relativa. Nenhum dos candidatos enfrentou de frente as possíveis limitações do governo Lula. Nem Serra, nem Marina em especial teriam a condição de brigar com um governo que tinha no final de 2010 quase 80% de popularidade.

O que constatámos, nesta contribuição, é que a *heterogeneidade enunciativa* presente é clara. Os enunciadores (tanto candidatos quanto entrevista-

dores) são multifacetados e essa complexidade é decorrente exactamente de outras vozes sociais implícitas/explicitas que podem vir a ser textualmente inferidas. É em resposta a essas vozes que os enunciadores contrapõem ideias e actualizam-se constantemente e complexificam-se.

Na verdade, a actividade política é uma prática social bem propícia para esta pluralidade vocal. *O enunciator, nesta actividade em especial, deve a todo momento se reconstruir e reactualizar a sua imagem em função de circunstâncias várias.* Aqui, neste género textual específico, neste suporte, os constrangimentos impostos também são de grande relevância par estabelecer a complexidade destes mecanismos de responsabilidade enunciativa. Como afirma Trognon e Lame (1994: 11) *apud* Marques (2000: 52) é pelos *media* que as figuras públicas “se fonte et se défont, c’est-à-dire, se constituent au travers des débats dans lesquels ils s’affrontent”.

Dessa forma, a heterogeneidade enunciativa é clara nos textos estudados, CONTUDO os *graus de dissonância* esperados não foram claramente atestados nos textos analisados. Num país em que a aprovação popular ao governo do Lula é de 80%, vale mais um *discurso equilibrado* (José Serra), *conciliador* (Marina Silva) ou *de continuidade* (Dilma Rousseff).

## Referências

- ADAM, Jean-Michel (2008), *A linguística: introdução à análise textual dos discursos*, trad. Maria das Graças Soares Rodrigues, Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto e Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin, São Paulo, Cortez.
- ATKINSON, J. & Herigate, J. (orgs.) (1984), *Structure of social action: studies in conversational analysis*, New York, Cambridge University Press.
- BACOT, Pierre (2010), “L’onomastique et le discours politique”, *Comunicação apresentada no XII Colóquio de Outono*, Braga, Universidade do Minho.
- BAKHTIN, Mikhail (1997), *Estética da Criação Verbal*, trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira, São Paulo, Martins Fontes, 2ª edição.
- BRONCKART, Jean – Paul (1999), *Atividade de language, textos e discursos*, trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha, São Paulo, EDUC.
- , (2008). “Genres de texte, types de discours et ‘degrés’ de langue ». *Homage à François Rastier. Texto!* [em linha], vol. 13, nº. 1, pp. 1-95.
- CHARAUDEAU, Patrick (2005), *Le discours politique : les masques du pouvoir*, Paris, Vuibert.
- DUCROT, O. (1972). “Polyphonie”, *Lalies* 4, pp. 3-30.

- COUTINHO, Antónia (2005), “Para uma Linguística dos Géneros de Texto”. *Diacrítica*, 19, n.º. 1, pp. 73-88.
- FILLIETTAZ, Laurent.; Saint-Georges, Ingrid de & Duc, Barbara (2008). “L’analyse des interactions” *Cahiers de la Section des Sciences de l’Education*, 117, pp. 96 e 97.
- FONSECA, Joaquim (2001), « Viva a Guiné-Bissau: a construção do sentido e da força persuasiva do discurso”, *Colecção Linguística*, 14, pp. 51-140.
- FREITAS DO AMARAL, Diogo (2010), *História das Ideias Políticas*, vol. 1, Coimbra, Alameda [1949].
- HALLIDAY, Michael Alexander K. (2008), “Working with Meaning: towards an applicable linguistics”. *Meaning in Context: strategies for implementing intelligent applications of language studies*, pp. 7-23.
- KOCH, Ingedore; Bentes, Anna Christina & Cavalcante, Mônica. (2007). *Intertextualidade: Diálogos Possíveis*, São Paulo, Cortez Editora.
- MAINGUENEAU, Dominique (2002), “Analysis of an academic genre”. *Discourse Studies*, vol. 4, n.º. 1, pp. 319-342.
- MARQUES, Maria Aldina Bessa R. (2000), *Funcionamento do Discurso Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação ao Governo*, Minho, Universidade do Minho/CEH.
- MIRANDA, Florencia (2007), *Textos e Géneros em Diálogo – uma abordagem linguística da intertextualização*, Tese de doutoramento em Teoria do Texto, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- PINTO, Rosalice (2010), *Como argumentar e persuadir? Práticas jornalística, política e jurídica*, Lisboa, Quid Juris.
- VAN LEEUWEN, Theo (1997), “Representação dos Actores Sociais”, in. Emilia R. Pedro (org.). *Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva sociopolítica e funcional*, Lisboa, Caminho.

### Corpora

Jornal Nacional. “Transcrição das entrevistas aos presidencialistas efectuadas em Agosto de 2010”. Entrevistas realizadas a Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva.





# VOZES POLÍTICAS NO DISCURSO MEDIÁTICO SOBRE O AMBIENTE

Rui Ramos

UNIVERSIDADE DO MINHO

## 1. Introdução

O presente texto pretende constituir um contributo para a descrição do discurso sobre o ambiente nos *media* (em particular, na imprensa generalista escrita), focalizando a sua atenção sobre a heterogeneidade enunciativa e a modalização que nele se manifestam, analisando em concreto como a voz de alguns atores políticos se cruza e conflitua com outras vozes presentes no espaço público.

“A imprensa é, por excelência, o lugar do relato de discursos”, afirma Duarte (2003: 97). De facto, mesmo uma análise elementar, ao nível não científico, identifica facilmente “discursos do outro” ou “outros discursos” nos textos da imprensa. A polifonia que nestes se estabelece é notória e organiza-se em dois níveis distintos.

O primeiro destes níveis respeita a uma dimensão não técnica e é testemunhado pelas múltiplas fontes produtoras de textos publicados nos jornais. Assim, a par da palavra de cada jornalista de cada jornal, identifica-se a presença de textos de outros jornalistas e de outros jornais, de agências de informação, de cronistas, de líderes de opinião, de colaboradores regulares ou ocasionais, de leitores, etc.

O segundo nível respeita aos mecanismos de citação, quer mostrando a voz do outro, através de recursos variados, quer remetendo para evocações mais indiretas ou veladas de outros discursos, factuais e pretéritos ou sus-

peitados e futuros. Esta é uma área que congrega os mecanismos formais de citação e é igualmente uma dimensão constitutiva da língua (Authier-Revuz, 1984), pois esta está internamente organizada de acordo com uma “matriz dialógica ou dialogal” (Fonseca, 1992: 263), e assim se plasma em discurso.

O cruzamento de vozes na imprensa é reconhecido e tomado como natural: cada edição de jornal constitui-se como produto de uma multiplicidade de autores e, sobretudo, o discurso jornalístico é construído sobre estratégias polifónicas de evocação de vozes alheias, porque boa parte do material jornalístico respeita ao dito, a enunciações de outrem, filtradas e retomadas no discurso do jornalista.

Há ainda que assinalar que o discurso sobre o ambiente, ou ambientalismo, se constitui como discurso dominante (Jung, 2001) na esfera pública, colaborando na construção e desenvolvendo-se sobre uma “memória interdiscursiva”, ou seja, os discursos significativos na configuração das experiências “em segunda mão” mediadas pelos meios de comunicação social, com capacidade de intervenção social transversal não negligenciável. É neste sentido que Susan Miller (1991) usa a metáfora que associa o discurso sobre o ambiente na esfera pública e um “carnaval textual”, metáfora que será retomada por Myerson e Rydin (1996), no que referem como “environet”, um agregado dinâmico de textos de teor ambiental estabelecido sobre o cruzamento de vozes plurais – as vozes prestigiadas e as periféricas, as autorizadas e as leigas, as apaziguadoras e as agónicas, as pretensamente permanentes e as assumidamente transitórias.

## **2. As vozes do discurso mediático sobre o ambiente**

Provavelmente, não é possível caracterizar o discurso sobre o ambiente na imprensa generalista portuguesa contemporânea através de uma marca única, singular e final, que o distinga de toda a rede de discursos que cruzam no espaço público. Poderá, contudo, afirmar-se a existência de um conjunto de marcas que o individualizam face aos restantes discursos constituídos publicamente, e que resulta de uma combinação particular de características. Uma delas, imediatamente identificável, e fortemente operativa no seu desenho, é a presença relevante de um interdiscurso científico – o que leva a afirmar que o discurso mediático ambiental se encontra intersecionado pelo discurso da ciência. Tivemos oportunidade de contribuir, em vários estudos,

para a análise e descrição dessas marcas (cf.: Ramos, 2008, 2009a, 2009b; Ramos & Carvalho, 2008<sup>[1]</sup>). O discurso da ciência, seja através da evocação das vozes dos cientistas, seja através da citação de estudos e relatórios, autoriza o discurso mediático ambiental, oferece-lhe vocabulário e modos de organização preferenciais, seja ao nível local, seja ao nível global, e confere frequentemente a este uma didaticidade a assinalar (cf.: Moirand, 1992).

Mas o discurso mediático sobre o ambiente apresenta igualmente uma outra dimensão, que importa identificar. Trata-se de um discurso agónico, na medida em se constitui na esfera pública e congrega vontades divergentes, discursos conflitantes, opções variadas. Se, em muitos casos, o seu destinatário final é o cidadão comum, e junto deste procura fazer valer os seus argumentos e efetivar os seus efeitos perlocutórios, em muitos outros casos os destinatários finais são os decisores políticos. Estes são igualmente convocados, a sua voz encontra eco na imprensa quando são tratados temas ambientais, são chamados a contrapor reclamações de populações, ativistas ambientais ou interesses diversos, são confrontados com a voz comum dos cidadãos, do bom-senso, do que pode ser esperado como “normalidade”.

Porém, a sua voz não deixa de ser mediada pelo jornalista. Mesmo quando este aparenta absoluta isenção na reprodução fidedigna da voz dos decisores políticos, nomeadamente pelo uso daquela forma de relato de discurso que mais se identifica com a reprodução fiel e literal do discurso de outrem que é o discurso direto, não pode ultrapassar a subjetividade inerente ao uso da palavra. Importa, por isso, para a descrição do objeto em análise, verificar qual o tipo e grau de modalização operada pelo jornalista mediador entre o discurso dos decisores políticos e o público. Tal pode ser realizado de várias formas; neste caso, dar-se-á especial atenção aos mecanismos de introdução dos discursos daqueles e a evocação de discursos conflitantes com o do decisor político.

### 3. Metodologia e *corpus*

Para este breve estudo, foi recolhido um conjunto de textos presentes nas edições *online* de quatro jornais generalistas portugueses: o semanário *Expresso* e os diários *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Público*, entre 1 e 31 de Outubro de 2010. A pesquisa foi realizada através dos recursos dispo-

---

1 Nestes estudos poderá encontrar-se um conjunto de referências a outros estudos relevantes.

nibilizados pelo portal “Europe Media Monitor” (<http://emm.newsbrief.eu/overview.html>), que monitoriza e oferece aqueles resultados.

No recorte deste *corpus*, foram realizados dois passos: o primeiro constituiu numa pesquisa usando as palavras-chave “ministra do ambiente”; o segundo passo correspondeu à seleção, entre os artigos inicialmente identificados, daqueles que respeitam à Ministra portuguesa (vários dos artigos inicialmente selecionados referem-se às eleições presidenciais no Brasil, onde uma das candidatas ocupou aquele cargo governativo) e que, de alguma forma, dão a ouvir a sua voz (não somente que a mencionam).

O *corpus* restringe-se, então, a dez artigos (cf.: anexo 1): dois artigos do semanário *Expresso*, um artigo do *Diário de Notícias*, dois do *Jornal de Notícias* e cinco do *Público*.

A escolha de versões *online* apresenta algumas limitações: são frequentemente textos que não correspondem à versão final que será impressa, ou mesmo textos que não serão impressos; podem pertencer mais às agências noticiosas do que ao próprio jornal, sendo objeto de edição elementar; e poderão não corresponder inteiramente, por isso, à linha editorial do jornal. Ainda assim, é decisão do jornal aceitá-los das suas fontes e disponibilizá-los nas suas edições *online*, e alguma edição básica é realizada; mas, sobretudo, estes textos encerram o potencial de ser imediatamente acedidos pela crescente comunidade de leitores em meio informático e de logo passarem, “partilhados” ou difundidos, para os espaços virtuais de interação social (Facebook ou Twitter, por exemplo), partilha que os mesmos facilitam e até sugerem, através das ligações fáceis que permitem. Desta forma, os textos acabam por adquirir um poder acrescido de chegar a um público alargado e por fomentarem a discussão na esfera pública.

A análise pretende averiguar como ecoa nestes jornais a voz da responsável máxima da política de ambiente, com que outras vozes esta se cruza e partilha o espaço público, e que imagem é traçada pelos enunciadores jornalistas (mediadores) das vozes dos decisores políticos, através dos mecanismos de relato de discurso e de outras formas de evocação do discurso alheio. Os procedimentos analíticos restringem-se ao material verbal, não considerando as imagens ou ilustrações que o acompanham, assim como as respetivas legendas.

## 4. Os resultados observados

### 4.1. Questão de referência

Nos textos do *corpus*, a Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro, é referenciada de oito formas diferentes:

- “governante”: 3 vezes;
- “Ministra”: 11 vezes;
- “Ministra da tutela”: 2 vezes;
- “Ministra do Ambiente”: 6 vezes;
- “Ministra do Ambiente e Ordenamento do Território, Dulce Pássaro”: 2 vezes;
- “Ministra do Ambiente, Dulce Pássaro”: 4 vezes;
- “Ministra Dulce Pássaro”: 1 vez;
- “Dulce Pássaro”: 9 vezes.

Algumas destas opções decorrem do facto de os jornalistas evitarem repetir a mesma expressão referencial: depois de inserirem o referente com a menção completa da função que desempenha e, por vezes, o nome, passam a referi-la de forma mais económica, num processo anafórico, optando por expressões como “ministra” ou “Dulce Pássaro”. É o caso do texto apresentado abaixo, um breve apontamento de 242 palavras (além do título), organizado em cinco parágrafos, que inclui seis formas diferentes de referenciar a Ministra:

- “A **ministra do Ambiente, Dulce Pássaro**, garantiu (...) Questionada sobre a data provável de publicação do documento, (...) a **Ministra** (...) **Dulce Pássaro** deslocou-se às zonas da Pedra Bela (...) **A ministra** garantiu, ainda, que (...) “O Ministério discriminou positivamente (...), afirmou **Dulce Pássaro**. **A governante** falava (...)” (*Jornal de Notícias*, 16/10/2010)

Contudo, ocorre igualmente que alguns textos referenciam a titular do cargo num momento inicial através de uma expressão mais genérica e só na sequência do desenvolvimento textual oferecem à leitura uma expressão referencial completa, num processo catafórico que gera alguma tensão / expectativa, na medida em que a informação inicial não é completa e o leitor

necessita de continuar a leitura do texto para ver preenchido o vazio cognitivo gerado. Este recurso pode ser exemplificado pelo excerto seguinte:

- “Ambiente: Projetos prioritários em curso com apoio comunitário concretizam-se para não se perder ajudas - **ministra**

Lisboa, 01 out (Lusa) - Os projetos prioritários da área do Ambiente em curso (...) afirmou hoje a **ministra da tutela**, (...)

Num contexto de contenção orçamental, (...), disse a **ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dulce Pássaro.**”  
(*Expresso*, 1/10/2010)

Seja de uma forma ou de outra, parece poder afirmar-se que os textos recolhidos referenciam com relevo a figura da Ministra, não deixando de a identificar de modo completo. Esta observação pode sustentar a saliência que os jornais conferem à figura dos governantes e aos seus discursos, contribuindo para a perceção pública do grande impacto das suas decisões sobre a vida individual e coletiva dos cidadãos portugueses.

#### 4.2. Outras vozes

Cruzam-se com a voz da Ministra várias outras vozes, explicitamente referenciadas. Trata-se de autarcas locais, um Secretário de Estado, o Diretor do Parque Natural da Peneda-Gerês, uma eurodeputada e deputados nacionais. A forma de referenciar estes enunciadores é semelhante à identificada para referenciar a Ministra, com o cargo e o nome respetivo. Esta constatação poderá sugerir que os jornalistas reconhecem validade às vozes autorizadas pelo sistema político, intensificando e perpetuando os mecanismos de poder público. Só num dos textos (*Jornal de Notícias*, 6/1/2010) há a citação de uma moradora numa zona afetada por cheias, no que poderia ser classificado como uma impressão de cor local a emprestar à peça jornalística a necessária dose de credibilidade. Mas, enquanto todos os restantes protagonistas são identificados pela função política ou pública que desempenham e pelo nome próprio e apelido, esta cidadã é identificada como moradora e só pelo que se suspeita ser o nome próprio, sem a importância que aos restantes enunciadores é atribuída:

- ““Ó senhor presidente, estamos aqui esquecidos?”, atira Maria Aurora, a viver paredes meias com o rio Tinto há 26 anos. “Isto é para passarmos a noite a espreitar”, diz a moradora.” (*Jornal de Notícias*, 6/1/2010)

Apesar de haver um imenso número de associações e grupos de cidadãos, de âmbito nacional e local, com preocupações e intervenção ao nível da defesa ambiental, nenhum é explicitamente evocado nos textos recolhidos. Verifica-se, assim, uma distinção relevante entre a forma de encarar os cidadãos anónimos e os detentores de cargos políticos no que respeita ao seu acesso ativo ao espaço público, uma forma de modalização avaliativa que o discurso do jornalista permite identificar.

#### 4.3. Polemicidade

As formas de evocar o discurso alheio identificadas no *corpus* abarcam as várias possibilidades: discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre e formas difusas de citação.

A presente investigação, porém, não se centrará nesses mecanismos, mas essencialmente nos *verba dicendi* e restantes instrumentos de introdução desse discurso relatado e de outros discursos evocados.

Neste campo, três grupos de observações parecem ser as mais pertinentes para a descrição do material em análise.

Um dos verbos mais frequentes na introdução do discurso da Ministra é o verbo *garantir*, com sete ocorrências. É certo que há três grupos de textos que se constroem visivelmente sobre a mesma base textual oriunda da Agência Lusa e que apresentam segmentos decalcados daquele intertexto original, permitindo a repetição das mesmas estruturas e dos mesmos lexemas neste *corpus*. Assim, os textos do *Jornal de Notícias* e do *Público* de 16/10/2010 repetem algumas destas ocorrências, e o uso insistente deste verbo poderia ser explicado pelas opções idioletais do jornalista daquela agência responsável por aquele texto original (a peça da Agência Lusa sobre a qual foram elaborados os artigos dos dois jornais). Contudo, tais repetições não são transversais a todos os artigos selecionados e, por isso, a validade da observação mantém-se.

Este verbo introduz a voz da Ministra, em todos os casos em discurso indireto, como no exemplo seguinte:

- “Ministra **garante** que projectos ambientais prioritários serão concretizados” (*Público*, 1/10/2010)

Contudo, em cinco destes casos, o segmento seguinte ao do relato em discurso indireto incorpora um novo verbo introdutor de discurso relatado, em situação anterior (um caso) ou posterior àquele (quatro casos) e que sugere uma reprodução mais próxima do discurso original:

- “A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, **garantiu** no Gerês, Terras de Bouro, que o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês - que foi muito contestado pelas populações - estará publicado antes do fim de 2010. “O período de consulta pública terminou. Houve muitas sugestões, críticas, negativas e positivas, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento”, **afirmou.**” (*Jornal de Notícias*, 16/10/2010)
- “Dulce Pássaro **garantiu**, também, que há meios humanos suficientes, **assinalando** que encontrou “pessoas envolvidas e motivadíssimas para fazer o trabalho”” (*Público*, 16/10/2010)
- “A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, **garantiu** esta semana que o plano de ordenamento, alvo de muitas críticas pelas populações dos cinco concelhos que integram estará publicado até final do ano. “O período de consulta pública terminou. Houve muitas sugestões, críticas, negativas e positivas, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento”, **afirmou.**” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010)

Esta estratégia discursiva parece apontar para a perceção do segmento discursivo que contém o verbo *garantir* como sendo de total responsabilidade do relator (uma sua leitura assumida do ato ilocutório realizado pela Ministra ao prestar determinadas declarações), ao que se segue um segmento que atesta o relatado e fundamenta a interpretação do relator, com um verbo introdutor de discurso mais neutro do ponto de vista avaliativo. Os pares de verbos são *garantir e afirmar* em quatro casos e *garantir e assinalar* em um caso. Note-se que, nos quatro casos em que ocorre o primeiro par de verbos, o enunciado introduzido pelo segundo verbo é composto exclusivamente por um segmento em discurso direto, como se a única interferência do jornalista



relator ficasse fora dos limites das aspas que demarcam aquela sequência; no caso do par *garantir e assinalar*, verifica-se que uma parte do segmento introduzido por *assinalar* é igualmente em discurso direto.

Naturalmente, não se defende aqui que o uso de relato em discurso direto exime o relator de responsabilidades enunciativas face ao que relata. Aliás, como já foi sublinhado,<sup>[2]</sup> o discurso direto é um simulacro. Mas a ilusão que envolve o uso de diferentes formas de relato de discurso desempenha o seu papel na troca comunicativa que cada texto realiza.

Acresce que cinco dos casos de uso do verbo *garantir* para introduzir o discurso da Ministra ocorrem em segmentos que traçam uma relação presente-futuro dos estados de coisas configurados, todos marcados pelo uso do Futuro e, por isso, por natureza marcados de alguma dose de dúvida quanto à sua efetivação (e, eventualmente, quanto à sinceridade de quem realiza atos ilocutórios promissivos).

A insistência no verbo *garantir* para introduzir a voz da Ministra e traduzir a sua atitude proposicional poderá sugerir que esta busca dotar de uma especial força ilocutória as suas palavras, ficando desta forma bem clara a sua assunção plena, particularmente relevante na realização de atos promissivos. Contudo, uma tal insistência nesta opção lexical, verificada no cotejo de vários artigos de diferentes autores, também poderá permitir a extração do implícito segundo o qual há alguma dose de dúvida que envolve as palavras da Ministra e a sua credibilidade, dose de dúvida que a obrigará a ser particularmente assertiva e a reforçar explicitamente a força ilocutória dos seus enunciados. Desta forma, a voz da Ministra, tal como é apresentada pelo jornalista mediador, surge como contra-discurso de um outro discurso anterior, implicitamente retomado e contrariado. Esse discurso, como foi referido, é o discurso de uma voz comum, normalmente desacreditando as promessas dos políticos, evocando implicitamente a doxa “os políticos mentem” e tal fricção de vozes dá a ver uma das faces do caráter agónico do discurso mediático sobre o ambiente.

Estas deduções não podem basear-se somente na verificação uns quantos casos do verbo *garantir*, obviamente. Ainda que de forma breve, há a assinalar o uso de outros verbos introdutórios de discurso que, por opção do relator, pretenderão traduzir a assunção plena e explícita, com especial força ilocutória, dos enunciados dos atores políticos citados nos textos recolhidos. É o

---

2 Cf., nomeadamente, Maingueneau, 2000, e Duarte, 2003.

caso dos verbos *frisar* (três vezes) e *salientar* (duas vezes<sup>[3]</sup>), ambos introduzindo a voz da Ministra, assim como do verbo *prometer* (duas vezes), introduzindo a voz de outros políticos.

O efeito de evocação de um discurso original, face ao qual a voz dos políticos se configura como contra-discurso, é identificado numa citação do Secretário de Estado do Ambiente:

- “Questionada sobre a data provável de publicação do documento – já que o plano lhe foi enviado em Março –, a ministra endereçou a resposta para o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa – que se encontrava a seu lado –, tendo este dito que será publicado “ainda este ano, **sem dúvida**”.” (*Público*, 16/10/2010)

O marcador de modalização assinalado, se confere ao ato promissivo realizado uma força ilocutória reforçada, pelos motivos acima expostos, evoca implicitamente a sombra da dúvida sobre a sinceridade, ou sobre a vontade ou a capacidade de cumprir os atos a que se comprometem os detentores de cargos políticos.

No mesmo excerto, uma outra voz comum, velada, é identificável a partir do primeiro segmento entre travessões. Este justifica a pertinência da pergunta dirigida à Ministra e mencionada antes, marcando igualmente a dissonância e a fricção de vozes. Neste caso, a pertinência da pergunta decorre das expectativas de normalidade associadas à ação governativa: se o documento foi enviado ao Ministério sete meses atrás, não é normal que ainda não tenha tido qualquer reação, seja de contestação, seja de aceitação e publicação. A crítica está presente e a evocação destes factos na esfera pública não deixa de pressionar o Ministério no sentido da sua publicação.

Outra das formas difusas de citação funciona através do uso de nominalizações. O caso seguinte ilustra-as:

- “No órgão municipal, recordou-se a **promessa** da ministra do Ambiente, aquando da atribuição dos financiamentos do Fundo de Protecção dos

---

3 Estes dois verbos apresentam ocorrências em dois textos que são, visivelmente, construídos sobre o mesmo intertexto original, obrigando a alguma prudência na interpretação do número das suas ocorrências.

Recursos Hídricos, em criar um Programa Polis para os rios” (*Jornal de Notícias*, 6/10/2010)

A nominalização, nestes casos, constitui uma forma económica de evocar um ato de discurso, com a vantagem argumentativa de o dar como inquestionável. Provavelmente, o leitor deste artigo terá dificuldade em aferir da validade da interpretação das palavras da Ministra enquanto promessa, no momento referenciado pelo texto. Contudo, se tal interpretação é apresentada como dado adquirido, como pressuposto da afirmação que constitui o tópico do enunciado, a tendência será a de a aceitar, de aceitar que houve um discurso anterior e que a sua interpretação era aquela que é agora reatualizada no discurso presente. E, mais uma vez, está em causa a realização de um ato promissivo, com a dose de envolvimento e de exposição da face daquele que o terá realizado.

O excerto seguinte exemplifica um recurso semelhante, atualizando uma voz comum, atribuída à população em geral, e também referindo o produto pelo produtor, num processo metonímico que pode esconder o agente e dar visibilidade ao objeto – o que poderá conferir a todo o procedimento argumentativo maior consistência e poder. Note-se que são múltiplos os instrumentos de criação de fricção entre os discursos em confronto:

- “Apesar da **insistência das populações**, o Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda Gerês (PNPG), a publicar até ao final do ano, vai continuar a excluir (...)

A ministra do Ambiente, Dulce Pássaro, garantiu esta semana que o plano de ordenamento, **alvo de muitas críticas pelas populações** dos cinco concelhos que integram estará publicado até final do ano. “O período de consulta pública terminou. Houve muitas **sugestões, críticas, negativas e positivas**, e, agora, analisados esses contributos e a sua compatibilidade com a legislação comunitária, que é preciso respeitar, está-se a ultimar o documento”, afirmou.

(...) Uma das medidas mais **contestadas**, e simples, do Plano - a necessidade de que qualquer intervenção tivesse o aval técnico de um dos arquitetos - já terá sido abolida.” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010)

Efeito semelhante pode resultar, no excerto seguinte, pelo uso do participio assinalado:

- “Os projetos prioritários da área do Ambiente em curso, apoiados por fundos comunitários, vão concretizar-se de modo a que Portugal não perca estas ajudas, afirmou hoje a ministra da tutela, salientando que a comparticipação nacional está **garantida**.” (*Expresso*, 1/10/2010)

De novo, este segmento mostra o assumir da realização de um ato futuro de forma expressa e com força ilocutória reforçada, dando um pressuposto como adquirido.

Este excerto ilustra igualmente um outro mecanismo polifónico, suficientemente descrito e identificado como o *não polémico*. No texto em causa, este recurso adquire algum relevo, dado que é empregado quatro vezes. O efeito é o de evocar um discurso anterior que afirmaria o contrário do que este contra-discurso assume, ou a dúvida quanto a ele. Como os decisores políticos parecem tão insistentemente empenhados, tal como são apresentados no discurso dos jornalistas, em negar esse discurso anterior, este acaba por ganhar relevo e visibilidade, trazendo à superfície o tom conflituoso das relações que se estabelecem neste campo discursivo.

Finalmente, importa assinalar um conjunto de *verba dicendi* que introduzem a voz de outros decisores políticos. Estes sustentam um discurso que se opõe frontalmente ao da Ministra, mas o jornalista relator faz bem mais do que apresentar as suas palavras, modalizando claramente o seu discurso pela interpretação explícita que realiza. Eis alguns exemplos:

- “Autarcas **queixam-se** de que Governo continua sem autorizar a instalação na região de aerogeradores para produção de energia” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010);
- “Neste momento, os animais menos protegidos somos nós, as pessoas”, **insurgiu-se** ao DN o presidente da Junta do Soajo” (*Diário de Notícias*, 20/10/2010);
- “E é uma forma de o ICNB se financiar”, **acusa** Aires Ferreira. (...) “Teremos de nos candidatar a projectos, que serão avaliados por técnicos em Lisboa, e não na região”, **lamenta**. (...) “É uma situação deplorável, porque essa decisão configura um exercício de menorização das gentes do distrito de Bragança”, **acusa** o social-democrata

Adão Silva. (...) **Teme** que esse dinheiro “não seja aqui investido” e espera “que haja uma revisão desse despacho.” (*Público*, 27/10/2010)

Nem todos estes verbos são tipicamente classificados como *verba dicendi*, mas parece que haverá um uso metafórico do seu valor semântico para modalizar o discurso e introduzir a voz alheia, sublinhando o lado mais conflituoso da vida pública e intensificando o caráter agônico do discurso sobre o ambiente.

## 5. Reflexões finais

A observação destas ocorrências sugere uma visão dos políticos oferecida à opinião pública com uma autoridade imanente. Contudo, tal autoridade é imediatamente minada pela evocação explícita ou implícita de um discurso conflituante e desautorizador da voz do político, mesmo (ou sobretudo) quando este é desenhado procurando reforçar a força ilocutória do seu discurso. Contrariamente ao que acontecerá no campo da pura luta política ou ideológica, em que, supostamente, as vozes em confronto gozam de estatutos semelhantes e decorrem do mesmo campo de atividade social, no caso do conflito em torno de questões ambientais, a voz dos decisores políticos confronta-se com a voz comum, inevitavelmente aquela que o leitor do jornal adota como sua.

Esta voz comum interpreta os valores éticos e morais, o bom-senso, o ideal sempre demandado, a verdade, as expectativas de normalidade que cada cidadão constrói, de acordo com a cultura dominante. Trata-se da voz da razão, difusa nos seus contornos concretos, mas inquestionável no seu todo primordial.

Assim, a luta torna-se desigual e mesmo injusta, pois político algum poderá ser visto como vencedor de uma contenda numa narrativa tão fortemente condicionada na sua orientação argumentativa. Poderá, então, dizer-se que *é oferecida ao público, nestes textos, uma credibilidade fragilizada da figura do político*, operação levada a cabo pelo discurso modalizador do jornalista mediador.

Este opera uma seleção das vozes com relevo para se fazerem ouvir na esfera pública, escolhendo, pelo menos no conjunto de textos analisados, aquelas que já são formalmente autorizadas pelo poder instituído.

O jornalista, longe de relatar com uma hipotética e assética isenção o discurso dos decisores políticos, interpreta as intenções e as reações dos protagonistas do discurso público, salientando a dimensão agónica, a dissensão, o conflito de vontades e o choque de interesses.

Neste aspeto, se parece poder afirmar-se que as características do discurso sobre o ambiente na imprensa não diferem significativamente das que são apontadas para a generalidade do discurso político, a evocação da voz comum poderá constituir um traço particular e distintivo, pelo jogo dialógico que promove.

## Referências

- AUTHIER-REVUZ, J. (1984), “Hétérogénéité(s) Énonciative(s)”, *Langages*, 73, pp. 98-111.
- DUARTE, I. M. (2003), *O relato de discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- FONSECA, J. (1992), *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa / Nice, Universidade de Nice.
- JUNG, M. (2001), “Ecological Criticism of Language”, in A. Fill e P. Mühlhäusler (eds.) (2001), *The ecolinguistics reader. Language, ecology and environment*, London / New York, Continuum, pp. 270-285.
- MAINGUENEAU, D. (2000), *Analyser les textes de communication*, Paris, Nathan.
- MILLER, S. (1991), *Textual carnivals: the politics of composition*, Carbondale, Southern Illinois University Press.
- MOIRAND, S. (1992), “Autour de la notion de didacticité”, in *Les carnets du CEDISCOR*, n° 1 [Un lieu d’inscription de la didacticité. Les catastrophes naturelles dans la presse quotidienne], Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, pp. 9-20.
- MYERSON, G. e RYDIN, Y. (1996), *The language of environment. A new rhetoric*, London, UCL Press.
- RAMOS, R. (2008), “Argumentação e emoção no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa”, in W. Emediato, I. L. Machado e R. Mello (Orgs.) (2008), *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso. Emoções, Ethos e Argumentação*, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- RAMOS, R. (2009a), *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- RAMOS, R. (2009b), *The Organization and Functions of the Press Dossier: The Case of Media Discourse on the Environment in Portugal*, in Ch. Bazerman, A. Bonini e D.

- Figueiredo (eds.) (2009), *Genre in a Changing World*, Fort Collins, Colorado / West Lafayette, Indiana, The WAC Clearinghouse and Parlor Press, pp. 223-242.
- RAMOS, R. e CARVALHO, A. (2008), “Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change”, in L. Dam, L.-L. Holmgreen e J. Strunck (eds.) (2008), *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 223-247.

## Anexo 1

Lista dos artigos jornalísticos constitutivos do corpus:

1. Ambiente: Projetos prioritários em curso com apoio comunitário concretizam-se para não se perder ajudas - ministra (*Expresso*, 1/10)
2. Ministra garante que projectos ambientais prioritários serão concretizados (*Público*, 1/10)
3. Obras no rio Tinto podem começar depois do Inverno (*Jornal de Notícias*, 6/10)
4. Plano para o Gerês até ao final do ano (*Jornal de Notícias*, 16/10)
5. Peneda-Gerês terá novo plano de ordenamento ainda este ano (*Público*, 16/10)
6. Análises a resíduos de Gondomar ainda não foram realizadas (*Público*, 17/10)
7. Eólicas excluídas do Parque Nacional do Gerês (*Diário de Notícias*, 20/10)
8. Autarcas contra entrega da gestão do fundo ambiental da barragem do Baixo Sabor ao ICNB (*Público*, 27/10)
9. Baixo Sabor: Deputados PS e PSD contra “comportamento de rapina” e “desvio” do fundo financeiro para ICNB (*Expresso*, 28/10)
10. PS e PSD contra entrega da gestão do fundo da barragem do Sabor ao ICNB (*Público*, 28/10)





# A CONVERGÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS NA COMUNICAÇÃO POLÍTICA E NA COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA: 'SELLING A PRESIDENT LIKE A BAR OF SOAP'?

Elsa Simões Lucas Freitas

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

*In the era of image politics, advertising campaigns have become primarily designed to promote candidates and their leadership ability, rather than to publicise the party platform, philosophy or the policies they will enact.*

Stephen Kline

*[Advertising researchers] were surprised to find that both political and product judgements are commonly influenced by the affective connotations and source dimensions of the ads. Indeed, these researchers found that viewers do not pay any closer attention to information in political ads than they do to the product attributes and utility claims in consumer advertising.*

Stephen Kline

## Introdução

O presente artigo constitui-se como uma breve reflexão sobre as características do discurso publicitário e do discurso político, analisando o modo como os elementos constitutivos de ambos parecem ter vindo a sofrer um processo de sobreposição, na medida em que o discurso político cada vez mais se rege pela associação deliberada de elementos emocionais e pessoais à figura do candidato (em detrimento da importância votada ao programa político que representa), à semelhança do que acontece no discurso publicitário contemporâneo, onde igualmente, ao divulgar uma marca, se enfatizam associações de cariz emocional mais ou menos subjectivas, relegando os factos sobre o produto ou serviço para segundo plano - ou mesmo subs-

tituindo-os na sua totalidade pela representação metafórica utilizada para reforçar a sua memorização por parte do consumidor.

### 1. O discurso publicitário

Hoje em dia, é quase um lugar-comum iniciar qualquer texto sobre publicidade referindo (e, frequentemente, lamentando) a sua aparente omnipresença nos espaços públicos, que acaba por constituir uma ameaça ao espaço privado das nossas mentes individuais. Nessa mesma linha de raciocínio, deplora-se também frequentemente o carácter omnívoro e voraz da mensagem publicitária, que de tudo consegue fazer matéria-prima para as suas tentativas de sedução consumista. Quer se trate de uma constatação (Cook, 1992); Myers, 1994 e 1999) ou de um lamento (Williamson, 1978; Geis, 1982) (que correspondem a posições mais ou menos extremadas de entre um espectro de reacções possíveis à publicidade enquanto fenómeno social), estas duas características são indissociáveis da natureza da mensagem publicitária contemporânea: é devido à sua omnipresença nos espaços geográficos que as mensagens publicitárias conseguem obter um dos seus maiores trunfos – o efeito de repetição (seja esta referente a uma reiteração literal da mesma mensagem no mesmo meio ou a uma repetição de tipo intersemiótico do seu conteúdo significativo em campanhas multimeios). Por outro lado, é devido à sua capacidade omnívora (quanto ao material que intertextualmente conseguem incorporar e à velocidade com que o fazem) que efectivamente tornam as suas mensagens apelativas, inovadoras e em sintonia com todos os mais recentes desenvolvimentos sociais (Cook, 1992: 34).

Apesar de serem parte integrante deste género discursivo e indispensáveis ao seu funcionamento, estas são também duas das principais características que suscitam reacções negativas na mente do público quando se trata de avaliar o discurso publicitário. A insistência (frequentemente excessiva e cansativa) numa mesma mensagem suscita desconfiança quanto à fiabilidade do seu conteúdo intrínseco, já que se torna necessário recorrer à equação *maior número de repetições = maior memorização*. De facto, parece estar embutida no código genético deste discurso a consciência de uma falta de credibilidade quanto ao que se transmite, que terá de ser compensada por repetições várias e levadas a cabo a diversos níveis. Por outro lado, a extraordinária capacidade do discurso publicitário de reciclar e reaproveitar todos

os materiais disponíveis – mesmo os que aparentemente lhe poderiam ser prejudiciais (Freitas, 2008: 44) – coloca questões do foro ético, que reforçam a noção de falta de credibilidade: ao apoderar-se de tudo o que é passível de ser utilizado, as fronteiras do discurso publicitário esbatem-se de tal forma que a sua delimitação enquanto género com contornos definidos e identificáveis fica ameaçada (Cook, 1992: 205).

Este hibridismo é simultaneamente vantajoso para a mensagem publicitária, já que pode pedir de empréstimo a outros discursos mais respeitados a credibilidade que lhe falta, mas também potencialmente danoso, pois arrisca-se a ser julgada em termos da superficialidade da assunção de meras características externas que se limitam a mascarar a falta de conteúdos.

Estamos portanto perante um discurso que, por natureza e por escolha própria, é indefinido, mutante, parasita ou simbiótico (dependendo da posição que ocuparmos no espectro de avaliação anteriormente referido), oportunista ou revelador de uma saudável atitude de ‘just-in-time’ – ou seja, e como já vimos, sem margens e sem limites, numa tentativa constante de nos fazer esquecer o seu objectivo primordial (levar à compra de um bem ou serviço). É esta indefinição um dos pecados capitais da publicidade, já que um discurso com uma ‘hidden agenda’ e que se nega a admitir os seus objectivos, tentando aparentar algo que não é, constitui até certo ponto uma agressão aos nossos padrões éticos (Cook, 2004: 216; Freitas, 2010: 259). Aí radica a nossa atitude ambivalente quanto à publicidade: por vezes a contragosto, reconhecemos-lhe capacidade de nos persuadir e de nos entreter, enquanto lhe negamos a seriedade e o reconhecimento devidos a um discurso socialmente valorizado por méritos próprios (Freitas, a publicar em 2011).

## 2. O discurso político

Tal como a publicidade no seu formato contemporâneo nas sociedades ocidentais, o discurso político assume-se como o discurso por excelência dos espaços públicos, diferindo no entanto da publicidade (pelo menos na sua essência, e talvez não tanto na sua concretização real) nos objectivos que se propõe alcançar – o bem público, conseguido através do debate de ideias e de programas de acção (Kline, 1997: 143).

No entanto, e cada vez mais, as democracias contemporâneas e os candidatos democraticamente eleitos (e os que o pretendem vir a sê-lo) estão

conscientes das possibilidades de divulgação que lhes são oferecidas pela utilização criteriosa dos diferentes meios. O espaço público expande-se, assumindo novas formas, nomeadamente através da acentuação da visibilidade – um factor cada vez mais relevante devido à preponderância do papel da televisão. À semelhança do que acontece nas mensagens de divulgação publicitária, também no discurso político a mensagem deixa de valer apenas pelo conteúdo que se pretende transmitir, passando a ser avaliada (talvez até predominantemente) pelas formas de que se reveste e, o que é mais importante ainda, pelas qualidades pessoais de quem transmite essa mensagem política (Wells et al, 1998: 13)

Ao assumirem-se como agentes da acção política no âmbito da ágora contemporânea, os candidatos têm igualmente de vestir as roupagens do actor profundamente auto-consciente quanto à utilização dos recursos linguísticos e quanto à imagem que apresenta aos seus públicos. Cada vez mais, a sua imagem pública que, a uma escala anteriormente inimaginável, os meios difundem, se confunde com a sua identidade enquanto candidato. A consciência crescente dos efeitos da mediatização leva então a que as estratégias publicitárias nas suas mais diversas formas passem a ser parte integrante (ou até mesmo preponderante) das campanhas eleitorais a que assistimos hoje em dia.

### 3. A miscigenação dos discursos

Esta tendência de apropriação das técnicas da publicidade e do marketing para o esforço global de relações públicas que rodeia a figura do candidato político tem raízes longínquas, mas que se tornaram óbvias com o sucesso da campanha eleitoral do presidente Kennedy nos Estados Unidos – que constitui um claro exemplo de como um bom desempenho nos debates televisivos contribui decisivamente para a vitória sobre um candidato com uma imagem pessoal menos mediática. A consciência de que a imagem pessoal e um bom domínio das estratégias discursivas podem vencer eleições levou um jornalista a acusar o publicitário Rosser Reeves de vender Eisenhower ‘como se ele fosse um sabonete’ (Kline, 1997: 139, tradução nossa) – e, de facto, para o homem que cunhou a expressão da suprema mais-valia publicitária ‘USP – Unique Selling Proposition’ <sup>[1]</sup> talvez não houvesse diferenças

---

1 Este termo, cunhado por Rosser Reeves, apresenta três características principais: (1) o anúncio deve fazer uma proposta específica ao consumidor; (2) essa proposta deve estabe-

intrínsecas quanto à forma adequada de promover o homem a eleger para um cargo político ou o sabonete a escolher quando olhamos para a prateleira do supermercado, já que, no fim de contas, o objectivo por ambos partilhado é o de persuadir, levando a um determinado comportamento

As objecções éticas que se colocam à publicidade como fenómeno social estendem-se aqui, portanto, ao discurso político que nela baseia a sua estruturação interna. A própria percepção da política por parte dos públicos acaba por ser contagiada (ou contaminada, para os mais críticos) pelos critérios que aplicamos à nossa avaliação da publicidade comercial: em termos generalistas, o candidato será tanto melhor quanto mais se destacar pela sua imagem e personalidade. O paralelismo com um qualquer bem ou produto divulgado através de publicidade comercial é evidente. Tanto num caso como no outro, nada garante que a prestação real e concreta corresponda à proposta publicitária que nos pretende seduzir: a ênfase do apelo desloca-se para a parte emocional, deixando de parte os argumentos racionais e os debates ideológicos que, à partida, deveriam ser a característica definidora do género ‘discurso político’. Da mesma forma que os factos são remetidos nos anúncios para os rodapés com letra tão pequena que se torna invisível, no discurso político também os julgamentos baseados na emoção e na visualidade se sobrepõem a avaliações de cariz mais racional (Kline, 1997: 141).

Nesta deslocação de paradigma, e tal como acontece no discurso publicitário, o discurso político personaliza a sua mensagem de forma a parecer estar a falar com cada membro do público enquanto, obviamente, o faz para uma enorme quantidade de pessoas simultaneamente – numa aproximação clara aos métodos publicitários, onde assistimos a anúncios que (na falta de uma diferenciação intrínseca do produto) apostam na diferenciação do consumidor (Brierley, 1995: 32). O apelo às emoções, em combinação com as tecnologias digitais dos média (que permitem personalizar o apelo e aceder a ele no nosso próprio tempo), fazem com que a decisão de voto corresponda a uma amálgama de factores mais ou menos individuais e difíceis de prever por parte do emissor, na medida em que correspondem a preferências pessoais e juízos de valor que não se baseiam em factos e conceitos tangíveis. Nas palavras de um conhecido especialista na área do Jornalismo, Ricardo Jorge Pinto, deixamos de ouvir o tradicional ‘Votem em mim!’ para passarmos a

---

lecer uma diferença entre o produto e a concorrência e (3) deve ser poderosa, de forma a que convença os consumidores a começarem a usar esse produto ou marca (Belch & Belch 2004: 256)

ouvir ‘Votem em vocês!’ (Pinto, 2006: 24). E é com base naquilo que nos agrada a nós, enquanto indivíduos, que uma mensagem publicitária comercial ou uma mensagem eleitoral nos propõem um perfil de consumidor ou de votante que podemos ou não aceitar.

Tudo isto é talvez uma evolução inevitável numa sociedade que avalia resultados em termos de audiências, e onde a percepção da realidade se apresenta fortemente mediatizada. Como evitar o alastramento das estratégias publicitárias a um discurso que, mesmo em termos de espaço físico, convive com elas quotidianamente? Efectivamente, mesmo os espaços de divulgação de ambas as mensagens são partilhados – por vezes até sobrepostos, como nos casos de *outdoors*), o que propicia e explica, até certo ponto, essa contaminação.

A desconfiança e o cinismo com que frequentemente o discurso político e a política em geral são encarados não serão certamente apenas consequência desta ligação perigosa que temos discutido até agora. De facto, pode mesmo ser apontado o facto de que, hoje em dia, o cinismo e desconfiança com que o discurso político é recebido ultrapassam em grau qualquer preconceito relativamente ao discurso publicitário e ao seu *modus operandi*: “Unlike the market where consumers must decide between two brands they actually want, the contemporary voter must decide between the lesser of two evils.” (Kline, 1997: 146).

Efectivamente, existe a ideia subjacente de que a política deveria ser séria, isenta, destinada ao serviço público, independente de questões como o aspecto físico dos candidatos ou a roupa que vestem, ou a cor de fundo do *outdoor* onde aparecem retratados. Deveria ser uma questão de substância e não de invólucro – o que faz com que muitos considerem a classe política em geral como um conjunto de sepulcros caiados de branco. Esse embelezamento do invólucro a que a expressão bíblica se refere pode, de facto, ser atribuído à acção das técnicas publicitárias.

Tal como acontece no discurso publicitário, também o discurso político tem de lutar contra a forte alfabetização dos públicos quando se trata de interpretar discursos mediatizados no âmbito de uma sociedade de consumo. Em ambos os casos, apela-se cada vez mais a um leitor/espectador *blasé*, por vezes cínico, e que é capaz de interpretar numa fracção de segundo todas as estratégias discursivas e visuais que lhe são propostas (embora tenha por vezes dificuldades em verbalizá-las, sendo frequentemente essa apreensão feita de modo imediato e intuitivo).

Para captar a atenção de um público com estas características (e como bem o sabe a publicidade), a abordagem a utilizar deve ser preemptiva, fazendo apelo a conhecimentos comuns, estabelecendo um pacto individual com cada um dos leitores/espectadores (e com todos ao mesmo tempo), onde lhe dizemos ‘Eu sei, tu sabes, e ambos estamos conscientes desse facto’, num piscar de olho irónico e pós-moderno a que nós próprios recorremos logo no início deste artigo. Um bom exemplo de uma estratégia desse tipo corresponde à tática a que podemos chamar ‘estratégia Ferrero Rocher’ ou ‘estratégia óleo VÊGÊ’:<sup>2</sup> o Presidente reeleito, Aníbal Cavaco Silva, fez questão de anunciar, aquando da divulgação da sua candidatura, que não teria campanhas de *outdoors*, tendo em conta que no actual cenário de crise, isso seria um desperdício de dinheiro e recursos. Leia-se nas entrelinhas a conclusão lógica do argumento: *ao contrário do que fazem todos os outros candidatos*. Esta constituiu uma das suas USP (Unique Selling Propositions) enquanto candidato, que contribuiu para o diferenciar relativamente a todos os outros. É interessante verificar que se recorreu a uma estratégia publicitária para marcar a originalidade, e não a um qualquer ponto programático da campanha eleitoral para o fazer.

## Reflexões finais

Um dos nomes clássicos dos estudos de publicidade, Judith Williamson, apontou em 1978 que a publicidade se torna necessária especialmente quando há muitos produtos com características semelhantes no mesmo segmento de mercado (1978: 24). Ou seja, quando não há diferenciação intrínseca entre os produtos, vão ser apenas as associações emocionais, as metáforas,

---

2 Os chocolates Ferrero Rocher lançam campanhas no início do Verão, a informar que os seus produtos deixarão de estar disponíveis durante os meses quentes, pois ‘o calor poderia afectar a qualidade dos seus produtos’, lançando nova campanha com a chegada do tempo frio, onde se avisa que os produtos estão novamente disponíveis nas prateleiras, agora que o calor já passou. Esta estratégia que (inusitadamente) publicita a não-existência do produto no mercado apresenta-se como uma preocupação extra com a qualidade oferecida ao cliente, e visa estabelecer uma diferença relativa à concorrência. No caso do óleo VÊGÊ, assistimos a uma campanha que parodia as tradições publicitárias de anúncios a outros óleos vegetais, ridicularizando os cenários exóticos e cosmopolitas frequentemente utilizados, numa crítica explícita aos custos de produção em que tais anúncios incorrem. Por comparação, este anúncio assume-se como básico e ‘fracote’, devido à sua simplicidade extrema, já que a opção foi investir na qualidade do produto, em detrimento do investimento em campanhas publicitárias soberbas. Em ambos os casos descritos, é visível a semelhança com a estratégia adoptada por este candidato, que diz preferir não gastar dinheiro em publicidade, estando subentendido nessa promessa o facto de que o gastará em matérias verdadeiramente prementes.

as intertextualidades, o humor, a música, enfim, todas as estratégias a que a publicidade recorre, que vão emprestar-lhe o seu carácter diferencial. Tendo em conta a aproximação entre ambos os discursos, talvez o mesmo raciocínio se possa aplicar ao cenário político e só nessas estratégias consigamos encontrar as diferenças entre os candidatos?

## Referências

- BELCH, George E. e Belch, Michael A. (2004), *Advertising and Promotion: An integrated marketing communication perspective*, New York: McGraw-Hill.
- BRIERLEY, Sean (1995), *The Advertising Handbook*, London: Routledge.
- COOK, Guy (1992), *The Discourse of Advertising*, London & New York, Routledge.
- COOK, Guy (2004), *The Discourse of Advertising: new edition*, London & New York: Routledge.
- FREITAS, Elsa S. L. (2008) *Taboo in Advertising*, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- FREITAS, Elsa S. L. (2010), 'Advertising the Medium: On the Narrative Worlds of a Multimedia Promotional Campaign for a Public Television Channel', in *Intermediality and Storytelling*, Marina Grishakova e Marie-Laure Ryan (eds.), Berlin/New York: De Gruyter, pp. 258-284.
- FREITAS, Elsa S. L. (a publicar em 2011), 'Advertising and Discourse Analysis', in *The Routledge Handbook of Discourse Analysis*, James Gee e Michael Handford (eds.), London & New York: Routledge.
- KLINE, Stephen (1997), 'Image Politics: negative advertising strategies and the election audience', in *Buy This Book: studies in advertising and consumption*. Mica Nava, Andrew Blake, Iain MacRury, Barry Richards (eds.), London and New York: Routledge, pp. 139-156.
- GEIS, Michael L. (1982), *The Language of Television Advertising*, New York, Academic Press.
- MYERS, Greg (1994), *Words in Ads*, London: Edward Arnold.
- MYERS, Greg (1999), *Ad Worlds*, London: Arnold.
- PINTO, Ricardo J. (2006), 'Directa, já? A mudança de paradigma comunicativo e a eventual transição de uma democracia representativa para uma democracia participativa', in *Cadernos de Estudos Mediáticos 4: Comunicação Política*, Paulo Cardoso e Álvaro Cairrão (eds.), Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 18-27.
- WELLS, William, Burnett, John e Moriarty, Sandra (1998), *Advertising: Principles & Practice*, London, Sidney, Toronto: Prentice-Hall International Editions.
- WILLIAMSON, Judith (1978), *Decoding Advertisements*, London: Marion Boyars.



# OS DISCURSOS POÉTICO E MUSICAL NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO EM *DICHTERLIEBE*

Ângelo Martingo  
UNIVERSIDADE DO MINHO

Pedro Maia  
UNIVERSIDADE CATÓLICA

Primeiramente designado *Gedichte von Heinrich Heine, 20 Lieder und Gesänge aus dem lyrischen Intermezzo*, a obra que viria a lume pela Peters como *Dichterliebe* continha originalmente 20, e não 16 canções, tendo sido composta por Schumann em nove dias (24 Maio a 1 de Junho de 1840) (cf. Komar 1971a: 4; Hallmark, 1977: 133-4), a partir de uma selecção de textos de *Lyrisches Intermezzo*, de Heine (1797-1856), colectânea de poemas inicialmente publicada em 1823 e depois incluída em *Buch der Lieder* (1827) (Komar 1971a: 3). Schumann (1810-1856), visita o género por três vezes na via, cada uma das quais coincide com os períodos mais férteis da vida do compositor, bem como em alturas de reinvenção da própria escrita: 1827-28, 1840s, 1847 (Thym, 2004: 120). Em todo o caso, o ano da composição deste ciclo – designado de *Liederjahr* –, torna-se especialmente significativo pela abundante produção vocal datando período, designadamente, *Myrthen*, Op. 25, com poemas de, entre outros, Byron (1788-1824), Burns (1759-1796), Goethe (1749-1832), Heine, e Rückert (1788-1866); *Liederkreis*, Op. 39, com poemas de Eichendorff (1788-1857); e *Frauenliebe und -leben*, Op. 42, com poemas de Chamisso (1781-1838).

É a partir de um conjunto restrito de obras como as enunciadas que, de acordo com Thym (2004: 131), se generalizou o uso do termo ‘ciclo’, desig-

nação à qual está subjacente, de acordo com McCreless (1986: 5) uma relação entre as partes, bem como implicações de ordem e interdependência. Tal questão coloca-se em *Dichterliebe* – que exhibe “Lieder-Cylus” como subtítulo –, não sendo porém aqui a unidade analítica isenta de dificuldades, quer do ponto de vista dos resultados, quer do ponto de vista da metodologia usada. Numa discussão em torno desta obra, mas extensiva ao gênero, Komar (1971b: 63-66) avança como argumentos eventuais para a congruência de um ‘ciclo’, entre outros, a similaridade dos poemas (construção, estilo), a coerência musical das canções, ou um esquema harmônico na sucessão de tonalidades. No mesmo sentido, como recorda Turchin (1985: 232), Schumann faz uso do termo em composições instrumentais, por vezes associado à variação numa aceção abrangente (relações motivicas entre andamentos).<sup>[1]</sup>

Por outro lado, Thym (2004: 131) chama a atenção para a importância do tema poético, trama narrativa, imagética ou motivos na construção da unidade das obras. Em *Myrthen*, por exemplo, um conjunto de 26 canções composto no ano das núpcias do compositor (1840), com poemas de vários autores, e sem um tema comum, é na diversidade que Thym (2004: 131) avança a coerência do conjunto, enquanto *bouquet* e oferta amorosa. Aliás, como recorda Turchin (1985: 231-2), nas recensões críticas da época, é valorizado na ideia de ‘ciclo’ um nexos poético (narrativo, ideia central) em detrimento de um nexos musical, não obstante a *Neue Zeitschrift für Musik*, revista musical fundada por Schumann, apresentar-se como contra-exemplo, referindo-se aí frequentemente relações tonais entre as canções, como meio de unificação. Sumariando as possibilidades, Agawu (1992: 6ss) apresenta quatro modelos de relação entre texto e música, a saber (1) o texto é assimilado pela música; (2) texto e música mantêm a sua identidade; (3) a música é sustentáculo, apenas, do texto; e (4) a canção como domínio autónomo, irreduzível aos seus elementos – música e texto.

A espelhar essas possibilidades de articulação, os contributos para a construção de sentido em *Dichterliebe* ora privilegiam a escrita vocal e instrumental, ora o texto, ora a articulação dos dois. Do ponto de vista da análise harmónica e formal, a perspectiva mais sólida é apresentada por Komar (1971b), de acordo com quem *Dichterliebe* é estruturado em duas partes

1 Cf. Kaminsky (1989) para uma análise da coerência de obras para piano que configuram ciclos *Papillons*, Op. 2 (1829-1831), *Carnaval*, Op. 9 (1834-1835), e *Davidsbundlertänze*, Op. 6 (1837).

(canções 1-7 e 8-16) e estas em 5 secções (canções 1-5, 6-7; 8-12; 13-14, 15-16) (Komar, 1971b: 66), predominando a sucessão de tonalidades por intervalos de 5º e 3ª, e verificando-se ainda linearmente uma subida lá-si-dó na primeira parte (canções 1-7) e as subidas cruzadas lá-si bemol-dó bemol e lá-si-dó sustenido na segunda parte (Komar, 1971b: 77-80).<sup>[2]</sup> Nem a unidade harmónica, porém, nem tais relações analíticas são consensuais a partir da investigação pertinente – Neumeyer (1982: 95) refere que a sucessão de tonalidades não assegura uma clara lógica do conjunto, e não é consensual que a análise desenvolvida por Shenker possa ser extrapolada de peças individuais para obras em vários andamentos (McCreless, 1986: 6; Neumeyer, 1982:104). Para mais, e de acordo com Neumeyer (1982: 97; 104), tratando-se de um ciclo vocal, a narrativa e progressão dramática são determinantes para organicidade do conjunto, não devendo ser ignoradas. Do mesmo modo, Agawu (1992: 3-4) recorda que o *Lied* resulta da junção de dois sistemas semióticos – a música e a linguagem, verificando-se por isso passagem de uma obra fechada a um ‘texto’ plural. Assim, não só é insustentável para Agawu (1984: 165-166), a tradicional hierarquia de parâmetros (devendo proceder-se a uma análise que incluía, entre outros, a textura, a dinâmica e o registo no mesmo nível de importância dos demais elementos), como a análise deveria reflectir a pluralidade semântica das palavras (Agawu 1992: 6-7), sobretudo, tendo em conta que não há uma relação necessária entre texto e música (que pode reforçar, contradizer, ou ser indiferente àquele) (Agawu, 1992: 30).<sup>[3]</sup>

A esse propósito conviria, desde logo, mencionar que, embora Schumann se refira frequentemente à música instrumental como mais expressiva que a música vocal (Hallmarck, 1977: 112; Marston, 1991: 251; Thym, 2004: 122), é com este compositor, de acordo com Thym (2004: 127ss), que voz e piano atingem igual protagonismo, não obstante as obras em estilo popular, em que o piano tem a função de acompanhamento.<sup>[4]</sup> Nesse sentido aponta, no

2 A ordenação e selecção das canções evolui desde o momento da composição até publicação. Se para Hallmark (1977: 132) e Neumeyer (1982: 96) isso indicaria não ser certo que desde início se colocasse nesta colecção de canções a ideia de um ciclo, para Komar (1971b: 81) a exclusão de quatro das canções originais confirma a lógica

3 Cf. Também Kerman (1980) para uma crítica da metodologia analítica.

4 Tal distinção não é, porém, estanque. Marston (1991), por exemplo, sustenta que o ciclo *Dichterliebe* reflecte a admiração do compositor por Beethoven, em particular, pelo *Quarteto* Op. 131 (dó sustenido menor), que o compositor ouvira em 1837.

caso de *Dichterliebe*, a análise dos manuscritos, onde é patente que Schumann começa por esboçar ora a parte vocal, ora a parte de piano (ou eventualmente, escrever sem esboçar, sobretudo na parte final) (Hallmark, 1977: 113; 125; Flock, 2009: 9). Também ilustrativo desse equilíbrio, e particularmente notório neste ciclo, é o facto, como recorda Komar (1971a: 6), de nove das canções (designadamente, as canções 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 15, e 16) apresentarem um postlúdio no piano cuja duração é aproximada ou excede mesmo as partes cantadas. Outro exemplo pode ser encontrado na canção nº 13, em que o silêncio da parte instrumental articula a intervenção vocal e vice-versa, até à reunião final (Thym, 2004: 130).

Dentro desse diálogo, verificam-se processos de convergência e de divergência. Numa aproximação entre processos musicais e poéticos, Agawu (1984: 175) mostra que, em variados casos, a estrutura de cada canção configura uma curva dinâmica que coincide com a estrutura narrativa do poema (e. g., nas canções 7, 13, 4, 1, 11), numa ascensão para um ponto culminante e relaxamento posterior, com a reversão no poema. Tal clímax é, frequentemente, simultaneamente momento culminante e ponto de viragem (Agawu, 1984: 160), tomando formas como seja a nota melódica mais aguda, o culminar de uma sequência, uma transformação na textura, uma dissonância última antes do fechamento.

Sem prejuízo desse equilíbrio e pontos de convergência, o tratamento musical é distinto da estrutura dos poemas. Desde logo, os esquemas de rima nos poemas (aabb; abab; abcb) não são duplicados pela música, e só duas canções (1 e 9) são musicalmente estróficas (Komar 1971a: 6-7). Para além disso, Thym (2004: 136) aponta o uso da ironia no tratamento do texto (não obstante ser este um processo também identificado em Heine), referindo, nomeadamente, a canção nº 6, em que o ritmo confere à música uma seriedade que o poema não tem, bem como as canções nº 9 e nº 11, em que o estilo de valsa e opereta, respectivamente, criam um efeito de distanciamento face ao triângulo amoroso retratado.<sup>[5]</sup>

---

5 Cf. Beate (2002) para uma análise do texto de Heine, bem como da especificidade do seu uso em *Dichterliebe*.

A mesma relação descentrada entre texto e música emerge em outros poemas, sendo frequentemente referida a ambiguidade tonal da canção que abre o ciclo (e. g., Flock, 2009; Komar 1971b; Neumeyer, 1982; Thym, 2004; Turchin, 1985). Com efeito, na primeira canção, a tonalidade do início e do fim (fá sustenido menor) nunca é explicitamente afirmada, sendo que a tonalidade a que são feitas cadências (lá maior) está ausente do início e do fim da peça (Komar, 1971b: 67).<sup>[6]</sup> Por outro lado, e apesar do necessário encontro das duas, enquanto à voz está predominantemente subjacente a tonalidade maior (lá), ao piano está mais consistentemente associada a tonalidade menor (fá sustenido).<sup>[7]</sup>

A um outro nível, *Dichterliebe* diverge do conjunto poético sobre o qual é construído pela selecção e ordenação, dos poemas (Komar, 1971: 5; Hallmark, 1977: 132; Neumeyer, 1982:105), sendo ignorados, em particular, aqueles em que evocam sentimentos mais negativos (Hallmark, 1977: 132; Neumeyer, 1982: 102). Mas não só aí. Na verdade, é modificado o sentido da narrativa se atendermos à citação da canção nº 12 que é feita no postlúdio pianístico da última canção, como frequentemente notado (Flock, 2009: 14; Hallmark, 1979: 120; Neumeyer, 1982: 97; Thym, 2004; Turchin, 1985: 235). Com efeito, o ciclo não termina com o poema da canção nº 16, escrita no modo menor e que tem como objecto o enterro do amor por parte do poeta, mas antes com a citação, no piano, da canção nº12, escrita no modo maior, e que tem como objecto o apelo das flores à reconciliação do poeta com a

---

6 A tonalidade de lá maior, estrutural no desenho global da obra, de acordo com Komar (1971b: 77) será afirmada apenas na segunda canção. A mesma ambiguidade (agora entre Ré menor e Sol menor) se verifica, de acordo com Thym (2004: 133) na canção nº 9, que abre a segunda parte do ciclo. Paradoxalmente, a ambiguidade harmónica, seja do início (1, 5, 9, 12, 14) ou do fim (1, 2, 4, 8, 9, 13) das canções em *Dichterliebe*, é apresentada por Komar (1971b: 12) como um aspecto que concorre para a coesão do conjunto, tendo em conta que por virtude disso tais peças se tornam significativas apenas num conjunto que culmina com a consistência das duas últimas canções.

7 De acordo com Turchin (1985: 234), enquanto o texto comunica a nível consciente, está reservado ao piano um nível de expressão emocional. Nesse contexto, e tendo em conta o assunto da canção (florescimento do mês de Maio) e o desfecho do conjunto, poder-se-ia entender a parte instrumental como prenúncio daquilo que só mais tarde emerge na narrativa. Numa perspectiva mais abrangente, Prawer (1961:1, *apud* Komar 1971a: 3) sugere que o espaço para o piano nos *Lieder* com poemas de Heine, bem como a popularidade deste entre os compositores, resulta do facto poeta sugerir emoções sem referir-se a elas directamente. Consultar ainda Vieira de Carvalho (2005) para uma análise de Eichendorff, em que emerge a música, em detrimento da linguagem, como meio privilegiado de comunicação.

sua amada. Ao fazê-lo, para além de divergir com o poema e introduzir, sem palavras, a reconciliação, Schumann recapitula material sem voltar a uma tonalidade anterior (Thym, 2004: 133-4), o que simultaneamente implica um fechamento e abertura da obra.

### Sumário e conclusão

Em resumo, a escrita pianística e vocal encontra em *Dichterliebe* um equilíbrio exemplar (Thym, 2004), tomando a primazia no processo de composição ora a parte vocal, ora a parte instrumental (Hallmarck, 1977). Composto de 16 canções na sua versão final, este ‘ciclo’, como é designada a obra em sub-título, tem merecido alguma reflexão académica, quer em torno da organicidade do conjunto, quer sobre as relações entre texto e música.

Embora não seja consensual a aplicação da análise shenkeriana a obras com múltiplas partes (McCreless, 1986; Neumeyer, 1982), tal é o instrumento que tem estado subjacente ao escrutínio da unidade do conjunto, e a partir do qual resultam evidenciadas, por exemplo, a importância sucessão de tonalidades à distância de 5<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> (Komar, 1971b). No que concerne as relações entre texto e música, têm sido identificados processos em que a parte instrumental tem paralelo na narrativa, como a ‘curva’ dinâmica e narrativa identificada Agawu (1984), bem como outras em que tal não se verifica, como a independência entre a rima musical e poética (Komar, 1971a) e o uso da ironia (Thym, 2004).

Central na criação de sentido parecem ser ainda a ambiguidade e a divergência na canção que abre o ciclo e naquela que o encerra – se na primeira o piano implicitamente prenuncia o pessimismo que só mais tarde emerge no poema, no final, é também no nível não-discursivo, em divergência com a narrativa, que emerge a redentora reconciliação do poeta. Se tomarmos como ‘verdade’ essa reconciliação, por virtude do posicionamento derradeiro na obra, encontraríamos também aqui o privilégio do não-discursivo como meio privilegiado de comunicação, já identificado por Vieira de Carvalho (2005) em Eichendorff.

Desse modo, é na confluência de processos lineares, que concorrem para a coerência do todo, e da não-linearidade de ‘vozes dissonantes’ – citação, ambiguidade, divergência discursivo/não-discursivo –, que emerge contrapontisticamente a criação de sentido em *Dichterliebe*.

## Referências

- AGAWU, V. K. (1984), “Structural ‘Highpoints’ in Schumann’s *Dichterliebe*”, *Music Analysis* 3, pp. 159-180.
- (1992), “Theory and Practice in the Analysis of the Nineteenth-Century ‘Lied’”, *Music Analysis* 11, pp. 3-36.
- BEAT, J. P. (2002), *Schumann’s Dichterliebe and Early Romantic Poetics*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- FLOCK, J. D. (2009), *The Nineteenth-Century Reflection of Gender in Selected Songs from Frauenliebe und Leben and Dichterliebe by Robert Schumann*, Dissertação de Mestrado, Ball State University.
- HALLMARK, R. (1977), “The Sketches for “Dichterliebe””, *19th-Century Music* 1(2), pp. 110-136.
- (1979), *The Genesis of Schumann’s Dichterliebe: A Source Study*. Tese de Doutorado. Ann Arbor: UMI Research Press.
- KAMINSKY, P. (1989), “Principles of Formal Structure in Schumann’s Early Piano Cycles”, *Music Theory Spectrum* 11(2), pp. 207-225.
- KERMAN, J. (1980), “How We Got into Analysis, and How to Get out”, *Critical Inquiry* 7(2), pp. 311-331.
- KOMAR, A. (1971a), “From Heine’s poems into Schumann’s songs”, in A. Komar (ed.), *Schumann Dichterliebe: an authoritative score, historical background, essays in analysis, views and comments*, New York, Norton, pp. 3-12.
- (1971b) “The music of Dichterliebe. The whole and its parts”, in A. Komar (ed.), *Schumann Dichterliebe: an authoritative score, historical background, essays in analysis, views and comments*, New York, Norton, pp. 63-94.
- MARSTON, N. (1991), “Schumann’s Monument to Beethoven”, *19th-Century Music* 14(3), pp. 247-264.
- MCCRELESS, P. (1986), “Song Order in the Song Cycle: Schumann’s ‘Liederkreis’, Op. 39”, *Music Analysis* 5(1), pp. 5-28.
- NEUMEYER, D. (1982), “Organic Structure and the Song Cycle: Another Look at Schumann’s “Dichterliebe””, *Music Theory Spectrum* 4, pp. 92-105.
- PRAWER, S. S. (1961), *Heine, the tragic satirist*, Cambridge, Cambridge University Press.
- THYM, J. (2004), “Schumann: Reconfiguring the lied”, in J. Parsons (Ed.), *The Cambridge companion to the lied*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 120-141.
- TURCHIN, B. (1985), “Schumann’s Song Cycles: The Cycle within the Song”, *19th-Century Music* 8(3), pp. 231-244.
- VIEIRA DE CARVALHO, M. (2005), “O engano dos significados ou a prisão da linguagem: Da poética musical de Eichendorff à poética musical de Adorno”, in Gil, F. & Vieira de Carvalho, M., *A 4 mãos: Schumann, Eichendorff e outras notas*, Lisboa, Imprensa nacional casa da Moeda, pp. 53-85.





# 'SPEAK FROM EVERY MOUTH – THE SPEECH, A POEM': CONFLICTING VOICES, DISCOURSES AND IDENTITIES IN THE POETRY OF ROBERT BROWNING

Paula Alexandra V. R. Guimarães  
UNIVERSIDADE DO MINHO

It seems very difficult to link autobiography with poetry in Browning's poetical works because the author constantly and methodically hides behind masks and speakers, expecting his readers to take pleasure in unmasking each. In his epilogue to *Men and Women* (1855), Browning writes: "... you saw me gather men and women, / Live or dead or fashioned by my fancy, / Enter each and all, and use their service, / Speak from every mouth, [...]" (129-132). With these multiple characters, no speaker could be abusively identified with the poet, who thus became invisible but free to speak in the first person while using several voices. Through odd rhymes, dislocations of syntax and colloquialisms, Browning creates for each speaker a highly individual linguistic personality. The 'action' in his poems is thus verbal and vocal. Some of these voices tell the 'truth' when they precisely try to hide it and others hide the truth when they pretend to tell it openly, leaving the reader to decide. As the poet states in *Sordello* (1840), "making speak, myself kept out of view, / The very man as he was wont to do, / And leaving you to say the rest for him." (I, 15-17); this means that the reader is strongly invited not to trust the speaker and to take his own conclusions from the speaker's unwonted revelations. The poet never interrupts and judges his speakers but ironically and implicitly invites his readers to do so by obliquely debunking the speeches of his reprehensible speakers. Browning himself staged his aesthetic principle in the dramatic monologue "How it strikes a Contemporary" (1855), in which the artist is described as an observer who needs to put reality to the test, through the drama of conflicting internal voices, and whose reader is a competent one who never takes the text at its face value. In the end, there seems to be a deliberate absence of definitive answers to pressing questions about identity, motive and social context.

[...] *though he turned language into ignoble clay, he made from it men and women that live. [...] If Shakespeare could sing with myriad lips, Browning could stammer through a thousand mouths.* (Oscar Wilde, 1890)

Robert Browning's most relevant poetic concepts can be found in the psychological assumptions introduced in the three major poems with which he initiated his career in the 1830s: the lyrical "Pauline" (1833), the dramatic "Paracelsus" (1835), and the epic "Sordello" (1840). These texts are thematically connected by a similar *conflict*, psychological and verbal, and each seems to arrive at the same conclusion: that the artist can only achieve full self-realisation by getting into productive communication with the external world.

If in "Pauline" this problem is formulated in terms of a discursive conflict between reason and instinct, in "Paracelsus", the alchemist-speaker eventually turns his mental powers to unscrupulous ends, and linguistically betrays himself to the ways of the world. In turn, the character of Sordello is verbally motivated like the poet himself by two impulsions, one more egotistical turning him *inward* towards self-contemplation and artistic endeavour, the other more worldly driving him *outward* to a life of action in society.<sup>[1]</sup>

Weeks, months, years went by  
 And lo, Sordello vanished utterly,  
 Sundered in twain; each spectral part at strife  
 With each; one jarred against another life;  
 The Poet thwarting hopelessly the Man –  
 (*The Poems*, 655-59)

Browning's attempt to present Paracelsus' spiritual biography in dramatic form was a first step towards externalising verbally the author's inner perceptions. He had warned that this work would require the 'co-operating fancy' of the reader if he or she was to grasp the shape and significance of the

1 The poem, in heroic couplets, is the story of poetic genius surrounded by the grandeur of historical event (early thirteenth-century Italy), an orphan with extraordinary powers as a poet and troubadour, who sacrifices his ideal and his art to fame. See Robert Columbus and Claudette Kemper's study on "Sordello and the Speaker: A Problem in Identity" (1964). In terms of form and language, Robert Browning deliberately sets out to counter all conventions: bewildering syntax, enjambed lines, unexpected rhymes frustrate the reader's expectations and make the poem's meaning obscure.

whole. However, fearing that his audience would not understand his general purpose and method, the poet decided to use the dedication to the original edition to explain his intention:

[...] it is an attempt, [...], to reverse the method usually adopted by writers whose aim it is to set forth any phenomena of the mind or the passions, by the operation of persons and events; and that, instead of having recourse to an external machinery of incidents to create and evolve the crisis I desire to produce, I have ventured to display somewhat minutely the mood itself in its rise and progress, [...] (apud Kennedy and Hair, 2007: 45-6, our emphasis).

Later on, in the dedication to his play "Strafford" (1837), Browning would significantly describe the drama as "one of *Action in Character*, rather than *Character in Action*" (apud Kennedy, 56-7, our emphasis). And, in fact, in all of his subsequent plays the protagonist has to decide between two lines of action: one derived from innate idealism, the other from selfish calculation. The resulting *internal conflict* supplies the 'dramatic' and discursive tension of the piece. Like Sordello himself, other characters die of emotional exhaustion resulting from the verbal confrontation between their material and spiritual interests.<sup>2</sup> In later plays, like "Luria," and "A Soul's Tragedy," external action virtually disappears, while the *speeches* of the characters, closely akin to dramatic monologues, expose with increasing clearness that major concern in Browning's thinking – the psychological and verbal *conflict* between a wisdom of the heart and the wisdom of the world.

But the poet's following efforts, in the 1840s, included three additional dramatic experiments of a very different and much more original kind. These were: *Pippa Passes* (1841), *Dramatic Lyrics* (1842), and *Dramatic Romances and Lyrics* (1845). In explanation of the general symbolic title, "Bells and Pomegranates", the poet wrote that he meant "to indicate an endeavour towards something like an *alternation*, or *mixture*, of *music with discoursing*, *sound with sense*, *poetry with thought*." (apud Kennedy, 83, our emphasis).

---

2 As Stopford Brooke states, "It is during this period of impassioned confusion and struggle towards form, during this carnival of individuality, that Sordello, ..., a modern in the midst of mediaevalism, an exceptional character wholly unfitted for the time, is placed by Browning. And the clash between himself and his age is too much for him. He dies of it; dies of the striving to find an anchorage for life, and of his inability to find it in this chartless sea." (1906: 181).

The discipline and method of playwriting had increased Browning's dramatic sense, but the kinds of dramatic struggle which excited his imagination were now those happening within the minds of individual characters. The poet discovered a perfect medium for presenting his insights in a verbal (dis)guise: the *dramatic lyric* and its more sophisticated variation, the *dramatic monologue*.<sup>[3]</sup>

Browning's poems, as E. D. H. Johnson proposes, may be classified into three groups, conforming to the three aspects under which the poet saw "the drama of solitary souls in their strife with the forces of organized society" (1952: 90-91). One aspect poses the problem of intellectual assent to established institutions and involves a concept of *power*; a second poses the problem of emotional assent to conventional morality and involves a concept of *love*; and a third aspect poses the problem of aesthetic assent to artistic traditions and involves a concept of the *creative impulse*. All three themes occur in *Pippa Passes: A Drama*, which thus marks out the principal issues with which Browning would be concerned.

This transitional lyrical drama is the first long work which allows us to identify the themes and methods which would characterise Browning's more mature style.<sup>[4]</sup> It presents a day in the life of an Italian working girl on holiday, who imagines herself experiencing the lives of the four most fortunate people in the town, but being unaware that each of them is in the midst of a terrible crisis. While the poet still uses verbal dialogue, dramatic effect is here mostly achieved through a display of tensions *antecedent* to action. The subject-matter of the four episodes suggests an attempt to fuse the subjective and objective strains of Browning's previous work. A great amount of incident is present *by implication*; yet the emphasis does not fall directly on the actions of the characters, but rather on the *motives* out of which action

---

3 A dramatic monologue is a form of monodrama in which a speaker other than the poet addresses an assumed listener or group of listeners, who may accept or doubt the truth of what the speaker is saying. Robert Langbaum has been one of the first critics to characterise this form, stating that it reveals on the part of the poet both 'sympathy' and 'judgement' towards his speaker, and to distinguish it from the *dramatic lyric* and the *lyrical drama* (1957: 69-103).

4 The play is a product of Browning's first visit to Italy in 1838, when he fell in love with Asolo, the ancient hill-town north-west of Venice. It is the most 'operatic' of his works and it may have been conceived as the opera he had planned to write. Though what emerged was a closet-drama, the play has several times been performed. The text of the poem has been much discussed, namely by E. W. Slinn, "'God a Tame Confederate': The Reader's Dual Vision in *Pippa Passes*" (1976).

develops. The psychological analysis of motivation, furthermore, provides Browning with an opportunity to endow the characters with his own highly individualistic perceptions, while seeming to present them as independent beings fully responsible for their own values and statements.

Pippa's world is linguistically presented by Browning as rendered to the tyranny of church and state, to corrupt officialdom, to envy, malice and wanton cruelty, to adultery, blackmail and murder. 'Pippa's passing' awakens the conscience of individuals enslaved by self-interest, and verbally induces conduct which is contrary to those courses of action, discrediting the materialistic values endorsed by society.<sup>[5]</sup> Each of the four situations which Pippa influences by her celebration of intuitive feeling deals with a *discursive conflict* between individuals and some form of authority, whether institutionalised power, conventional morality or artistic formalism.

In the process, Browning had discovered his true vocation or talent, the *dramatic monologue*, and the proper field for such action was *not* the artist's own character. Through his dramatic experiments, Browning had learned to project his insights outward and to give them objective embodiment in imaginary characterisations. Henceforth, he would drop the pretence of external action and confine his attention to the *vocal* portrayal of individuals under the stress of interior psychological conflicts. Apparently so remote from their creator in time, place and circumstance, these figures would become Browning's *agents* for delivering to his age the messages which he had not succeeded to get across in earlier works.

*Dramatic Lyrics* and *Dramatic Romances and Lyrics* were followed by two additional collections of short poems: *Men and Women* (1855) and *Dramatis Personae* (1864). By motivating the 'actors' in his dramas with his own ideas and impulses, Browning could now *speak out* with greater originality and boldness than would ever have been possible in his own person. Browning's *world*, the prophets and artists, the lovers and doers of great deeds possess a phenomenal capacity for passionate emotion, combined with a childlike reliance on instinct. These qualities inevitably put them in *conflict* with conven-

---

5 It is reported that Browning, walking alone in a wood near Dulwich, had "the image flashed upon him of someone walking thus alone through life; one apparently too obscure to leave a trace of his or her passage, yet exercising a lasting though unconscious influence at every step of it; and the image shaped itself into the little silk-winder of Asolo, Felippa or Pippa" (*The Poems*, Notes p. 297, 1069).

tionalised modes of social conduct. Whether it be ‘Fra Lippo’, ‘Rabbi Ben Ezra’, David in “Saul,” the Grammarian, or ‘Childe Roland’, Browning’s heroes are all exceptionally clear-sighted in their confrontation of actuality. They see through the *false shows* at which society connives, preferring to meet life on its own terms rather than to indulge in fanciful self-delusion:

Rescue me thou, *the only real!*  
 And scare away *this mad ideal*  
 That came, nor motions to depart!  
 Thanks! Now, stay *ever* as thou art!  
 (65-68, our emphasis)

By dramatising individual case histories, Browning stepped before his readers in such a variety of *poetic guises* that it was impossible to identify him with any single role. Through odd rhymes, dislocations of syntax and colloquialisms, Browning creates for each speaker a highly individual *linguistic personality*. The ‘action’ in his poems is thus verbal and vocal. Some of these voices tell the ‘truth’ when they precisely try to hide it and others hide the truth when they pretend to tell it openly, leaving the reader to decide.<sup>6</sup> Furthermore, since he made his ‘attacks’ piecemeal through anatomising characters, each of whom verbally embodied but a *single aspect* of contemporary thought, he could be sure of enlisting on his side all those who did not share this particular fault. Only when the widely diversified types in Browning’s catalogue are grouped according to family resemblance, does one begin to comprehend the scope and consistency of the poet’s opposition to existing values, and hence the extent of his alienation from Victorian society.

Superficially dissimilar though they are, “My Last Duchess” and “Soliloquy of the Spanish Cloister” (1842) present versions of a single *verbal conflict*. Just as the duke in the former is motivated in all he does by punctilious pride of rank, so the hypocritical and worldly friar who soliloquizes in the second poem appeals to the forms of religious observance. And just as the dead duchess, in all her innocent pleasures, unknowingly made a mockery of her husband’s ceremoniousness, so Brother Lawrence’s spontaneous action criticizes reli-

6 As the poet states in *Sordello* (1840), “making speak, myself kept out of view, / The very man as he was wont to do, / And leaving you to say the rest for him.” (I, 15-17); this implies that the reader is strongly invited not to trust the speaker but to take his own conclusions from the speaker’s unwonted revelations.

gious formalism. In both poems, the central irony grows out of the fact that the *speaker damns himself* in endeavouring to cast discredit on his unsuspecting adversary, being betrayed by his own discourse.<sup>[7]</sup> So, in poem after poem representing every kind of career, the protagonist must make his decision between the practical inducements to worldly success and lonely integrity of spirit.<sup>[8]</sup>

As time passed, Browning became more inclined to put aside the cover of historical remoteness and to address himself to the psychoanalysis of contemporary types. “Bishop Blougram’s Apology” (1855) and “Mr. Sludge, the Medium” (1864), for example, bring the charge of *spiritual sterility* directly home to Victorian society. Blougram is a sort of devil’s advocate who discursively appropriates typical Browningsque doctrines and converts them to his own ends. In the words of his creator: “He said true things, but called them by wrong names” (996). The whole tenor of the Bishop’s plea points to the conclusion that worldly self-interest is identical with spiritual well-being. Thus, he says: “My business is not to *remake* myself,/ But to *make* the absolute best of what God made” (354-5, our emphasis). In “Mr. Sludge, The Medium”, the poet allows his protagonist to make out the best possible verbal case for himself until the last extraordinary diatribe which reveals Sludge as the unregenerate charlatan he is:

I tell you, sir, in one sense, I believe  
Nothing at all, — that *everybody can*,  
*Will, and does cheat*: but in another sense  
I’m ready to believe my very self —  
That every cheat’s inspired, and every lie  
Quick with a germ of truth.<sup>[9]</sup>  
(1320-25, our emphasis)

7 For Paula Guimarães, “The smoothness and polish of the Duke’s discourse contrasts with his perfidious and deranged character: he is quite a performer, using the force of his personality to make horrifying information seem merely colourful”; she corroborates that “He is ‘helped’ not only by Browning’s tactful use of understatement and omission but also by the flowing fluidity of the poet’s rhyming couplets and the use of enjambment”, techniques that she sees as “a subtle driving force behind the duke’s compulsive revelations” (2010:4).

8 In “Childe Roland to the Dark Tower Came” (1854), the speaker’s alienated thoughts are saddened precisely because they represent the malice of society against the dedicated ones who step aside from the ‘trodden path’.

9 The model for Sludge was Daniel Dunglas Home (1833-86), the popular American medium who conducted séances in some Italian cities. Attracted to spiritualism, Mrs Browning was initially impressed by him, only to be distressed at her husband’s response to Home whom he always regarded as a fraud.

As Charles Perquin states, “Browning’s poetics of the dramatic monologue even rests on the impossibility of truthfulness [...] Browning was not interested in truthfulness but in revelation and many of his numerous speakers paradoxically tell the truth when they try to lie” (2001:9).

Browning, on the other hand, challenges the sexual morality of the Victorians at nearly every discursive point. His interest is in the verbal fulfilment of passion, rather than in the rhetorical preservation of domestic proprieties. In no way are his convictions less conformable to accepted theories than in his refusal to recognise any basis for social inequality between men and women. The Euripides of “The Last Adventure of Balaustion” (1871) is speaking for his creator when he says: “Mere *puppets* once, I now make *womankind*,/ For *thinking, saying, doing*, match the male” (140-141, our emphasis).<sup>[10]</sup> The central problem in Browning’s love poetry is invariably one of communication between the sexes. The intangible influences which encourage or destroy intimacy between men and women elicit all his skill in psychological analysis. In a great number of poems, love is destroyed through the man’s determination to establish verbally his mental superiority over the woman. This is the theme of “Mesmerism”, for example, as well as of “A Woman’s Last Word” (1855) in which the woman soliloquizes:

What so false as truth is,  
False to thee?  
Where the serpent’s tooth is  
Shun the tree —  
(13-16)

If, for Browning, true love necessitates total disregard of the ways of the world, then it follows that self-interest is love’s greatest enemy. A long succession of poems, concerned with individuals for whom *the voice of society* drowns out that of passion, verbally dramatises the poet’s sense that no worldly gain is ever achieved without spiritual loss. Browning’s most provocative examination of failure in love as the penalty for faint-hearted con-

---

10 Balaustion and her companions sail from Sicily to Syracuse, pursued by pirates and forced to seek refuge in a hostile port. She saves herself and her fellows by reciting to the Syracusans a play by Euripides, a song associated with safety and deliverance from a dangerous situation. Balaustion’s is a framing narrative for the Euripidean text.



formity to social conventions occurs in “The Statue and the Bust” (1855). In this poem, the passing of time and the demands of everyday existence dull the lovers’ edge of resolve, who verbally delude themselves with the belief that such steadfastness as theirs will eventually be rewarded. When it is too late, they awaken to the realization that they have wasted their lives in make-believe:

And both perceived they had dreamed a dream;  
Which hovered as dreams do, still above:  
But who can take a dream for a truth?  
(153-155)

Just as the religious or political man must take a stand with regard to *institutionalism* and the lover with regard to *conventional morality*, so the artist is threatened by the tyranny of *tradition*.<sup>[11]</sup> As it impinges on the life of the imagination, traditionalism becomes largely intellectual, regimenting instinct to a lifeless formalism, eventually leading to *art for art’s sake*. But whether he inhabit an ‘ivory tower’ or ‘the market place’, the artist who subordinates his native talent to traditional modes has, in Browning’s opinion, betrayed his birthright. The nameless painter of “Pictor Ignotus” (1845), as we learn from his speech, has sought refuge from the harsh importunities of the world in the recesses of his inner being, as one naturally

... inquisitive, to scan  
The *license and the limit, space and bound,*  
*Allowed to truth* made visible in man.  
(10-12, our emphasis)

The reasons for the failure of Andrea del Sarto (1853) are at once more complex and more symptomatic of the iconoclastic bias which carries over into Browning’s aesthetic thinking. Andrea paints to make money, allowing his choice of subjects to be determined by the market. He is verbally identified with the type of material-minded collector that Browning describes in

---

11 Almost invariably, the artists in Browning’s poetry are somewhat alien figures, either neglected or misprized by the society in which they live. Those artists whom Browning holds up for admiration are, like his lovers and men of action, nonconformists, rebels and individualists on instinct.

“My Last Duchess”. Andrea, like the unknown painter, hypocritically pretends to exist in the realm of his imaginings:

I, painting from myself to myself,  
 Know what I do, am unmoved by men’s blame  
 Or their praise either.  
 (90-92)

Preferring any compromise to the slightest risk of loss, the painter inadvertently reveals that he has silenced the calling of his spiritual nature. But, as Browning expounds in “Easter-Day” (1850), the artist’s unique gifts impose on him the highest responsibility and he tries, as much as possible, to keep his message uncontaminated by the vanity of artifice.

The solitary figure who is verbally alert to every incident in the life around him, present in “How It Strikes a Contemporary” (1855), exemplifies this concept of the artist as an observer who needs to put reality to the test through the drama of conflicting internal voices. Any work of the imagination which fails to assume recognition of the *facts of human experience* is necessarily, for Browning, either false or imperfect. The fullest expression of the poet’s aesthetic philosophy is to be found in “Fra Lippo Lippi” (1853), whose protagonist has rejected the institutional repression of the Church and thrown over traditional forms of ecclesiastical art:

This world’s no *blot* for us,  
 Nor *blank*; it means intensely and means good:  
 To find *its meaning* is my meat and drink.  
 (313-15, our emphasis)

Browning’s masterwork, *The Ring and the Book* (1868-9) draws together the principal strands in its author’s critical thinking, by telling the story of a Roman murder trial case and versifying the compelling *vocal arguments* of both law counsel and gossip witness, in twelve different dramatic monologues.<sup>[12]</sup> The work is also a massive reflection on the nature of language

12 It is the seventeenth-century story of an impoverished Italian nobleman who married Pompilia, the young daughter of a bourgeois Roman couple, and who proceeded to make life torturous for his bride through constant harassment and petty cruelties, declaring that she was unfaithful. When she decides to flee to Rome in the company of a young cleric, Giuseppe Caponsacchi, she is chased by her husband and sent to a nunnery for penitent women.

itself, its power and weaknesses, its ambiguity and liability to distortion or artful manipulation. Stefan Hawlin states that the interest of Browning's discursive method resides in that "a character's perspective of events, affected by his or her moral formation, is embedded in a particular style of language, but – in turn – the style of language conditions what that character is capable of seeing and perceiving" (2002: 58).

The sophisticated deviousness of Guido Francheschini's argument, which does not derive from mere conformity with the ways of the world but from a coldly deliberate exploit of certain social usages, is made to contrast with Pompilia's intuitive reaction against the prevailing falsity of the social conventions under which she suffers. The anti-social implications become more prominent as the attorneys make a *spoken travesty* of legal procedure, showing that the machinery of social justice is as prejudiced as public opinion, and no more capable of distinguishing between right and wrong. Darkly ironic is also Browning's linguistic portrayal of ecclesiastical administration in its abandonment to material self-interest:

Since all flesh is weak,  
Bind weaknesses together, we get strength:  
The individual weighed, found wanting, try  
*Some institution, honest artifice*  
Whereby the units grow compact and firm!  
Each props the other, and so *stand is made*  
*For our embodied cowards that grow brave.*  
(2015-21, our emphasis)

With the body of the poem behind, and the varied expostulations of both moral hypocrisy and social vanity eavesdropped by the reader, Browning goes on in the concluding lines to suggest that the true theme of *The Ring and the Book* is none other than

---

Learning of her pregnancy, he gathers four accomplices and murders the girl's parents and herself (with twenty-two stabs). Arrested, the husband is brought before court, tried and found guilty; before being executed, he pleads for his defence by stating that it was his right to kill an adulterous wife for the sake of injured honour. Browning uses twelve different testimonies/perspectives to reflect upon biased and prejudiced judgement and the elusive nature of truth itself.

This lesson, that our human speech is *naught*,  
 Our human testimony *false*, our fame  
 And human estimation *words and wind*.  
 (3021-23, our emphasis)

Further elaborating on the necessity for the artist to probe beneath the surface of outward seeming and *spoken word*, the poet has the protagonist of a much later poem suggest the following: that simply to report what others say or do is not enough – it is by describing what others *think and do while they speak* that the artist can disclose a different meaning:

Along with every act – and *speech is act*-  
 There go, a multitude impalpable  
 To ordinary human faculty,  
 The *thoughts which give the act significance*.  
 Who is a poet needs must apprehend  
 Alike *both speech and thoughts* which prompt to speak.  
 Part these, and thought withdraws to poetry:  
 Speech is reported in the newspaper.  
 (“Red Cotton Night-Cap Country”, 137-38, our emphasis)

According to Isobel Armstrong, “Browning’s poetry becomes [...] an analytical process which ceaselessly investigates the *nature of utterance* and its representations and their cultural meaning” (1993: 154). She sees “included in his poems ... an understanding that they are made of *language* and that though they pretend to be speech, they are *writing* – not actually heard, but read” (*Ibidem*, our emphasis). Browning incorporated his reading of the dilemma which tormented the Victorian artist – a split in awareness derived from the unpredictability of both language and contemporary experience – into the character of Euripides, as conceived in *Balaustion’s Adventure* (1871), and which may serve as well as our concluding remark on the poet’s aesthetic principle:

His task is to *refine, refine*,  
 Divide, distinguish, *subtilize away*  
 Whatever seemed a solid planting-place  
 For footfall, -- not in that phantasmal sphere  
 Proper to poet, but *on vulgar earth*

Where people used to tread with confidence.  
 There's left no longer *one plain positive*  
*Enunciation incontestable*  
 Of what is good, right, decent here on earth.  
 (320-28, our emphasis)

## References

- ARMSTRONG, Isobel (1993), "The Politics of Dramatic Form", in *Victorian Poetry: Poetry, Poetics and Politics*, New York, Routledge, pp.136-54.
- BROOKE, Stopford A. (1906), *The Poetry of Robert Browning*, London, Isbister and Co. Ltd. (republished by the Echo Library, 2006).
- COLUMBUS, Robert & Claudette Kemper (1964), "Sordello and the Speaker: A Problem in Identity", *Victorian Poetry*, vol. 2, n° 4 (Autumn), pp. 251-267.
- GUIMARÃES, Paula (2010), "Analysing Darker Motives or Delving Robert Browning's 'Poetry of Revenge'", in Sheila Bibb & Daniel Montiel (org.), *Best Served Cold: Studies on Revenge*, vol. 140 of 'Probing the Boundaries Series – Persons', Oxford, pp. 1-13, <<http://www.inter-disciplinary.net/publishing/id-press/ebooks/best-served-cold/>>
- HAWLIN, Stefan (2002), *The Complete Critical Guide to Robert Browning*, London and New York, Routledge.
- JOHNSON, E. D. H. (1952), *The Alien Vision of Victorian Poetry. Sources of the Poetic Imagination in Tennyson, Browning and Arnold*, New Jersey, Princeton.
- KENNEDY, Richard S. & Donald S. Hair (2007), *The Dramatic Imagination of Robert Browning. A Literary Life*, Columbia and London, University of Missouri Press.
- LANGBAUM, Robert (1957), *The Poetry of Experience. The Dramatic Monologue in Modern Literary Tradition*, Harmondsworth, Penguin.
- PERQUIN, Charles (2001), "Robert Browning's Dramatic Monologues: Masks, Voices and the Art of Confession", *Cercles*, n° 2 (*Poetry and Autobiography*), pp. 3-11.
- PETTIGREW, John (ed.) (1981), *Robert Browning. The Poems*, vols. I and II, London and New York, Penguin.
- SLINN, E. Warwick (1976), "'God a Tame Confederate': The Reader's Dual Vision in *Pippa Passes*", *University of Toronto Quarterly*, vol. 45, pp. 158-73.



# **O ANO DA MORTE DE RICARDO REIS: ENTRE O DISCURSO JORNALÍSTICO E O DISCURSO FICCIONAL**

Marilda Beijo

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

*“Se fosse possível reunir numa história única todas as histórias – além da história escrita e oficial – começaríamos a ter uma idéia do que aconteceu na realidade” J. Saramago*

## **Introdução**

A pesquisa “*O ano da morte de Ricardo Reis: entre o discurso jornalístico e o discurso ficcional*”, concentra-se na grande quantidade de notícias de jornais de 1936 inseridas no romance, tendo em vista que elas adquirem função estrutural na narrativa. Para se perceber como se dá o entrelaçamento entre ficção e história realiza-se a comparação do texto ficcional de José Saramago com os jornais da época, com o intuito de verificar como é feita a transposição da linguagem jornalística para a linguagem ficcional, ou seja, para o romance, e como atua o narrador no desvendamento do passado, usando da ironia, da sátira e seus correlatos como recursos lingüísticos para evidenciar seu posicionamento crítico em relação ao período histórico mobilizado no romance.

## **O Panorama jornalístico-literário em *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e a participação do narrador no desvendamento crítico da história**

Diferentemente do romance histórico tradicional em que há normalmente a reafirmação da história, a retomada de dados históricos sob uma perspectiva contemporânea implica uma releitura do passado, recorrendo o escritor à ironia, à paródia, à sátira e ao humor no sentido de questionar a história oficialmente apresentada.

Assim, ao mobilizar em *O ano da morte de Ricardo Reis* uma grande quantidade de notícias de jornais de 1936, Saramago apresenta-nos uma visão crítica dos acontecimentos registrados em diferentes países europeus, tais como: a Alemanha, a França, a Itália, a Espanha e, principalmente, Portugal.

Contrastando o romance com as notícias publicadas em *O Século* e *Diário de Notícias*, foi-nos possível visualizar o processo de transfiguração realizado, tendo em vista o posicionamento do narrador e de determinadas personagens frente aos fatos enunciados.

Iniciando o confronto pelas notícias referentes à Alemanha, o texto literário de Saramago nos informa que, por ocasião das comemorações do quarto aniversário do advento do nacional-socialismo, “Hitler afirmou perante vinte e cinco mil homens das milícias nazis que *a Alemanha só se preocupa em trabalhar dentro da paz*” (Saramago, 1986, p.146)<sup>1</sup>, indicação recuperada de *O Século* (31/01/36, p. 1) e que chega até mesmo a trazer frase íntegra do jornal, assinalada pelo nosso grifo. Entretanto, notamos que a apropriação dessa notícia tem o firme propósito de ironizar a declaração do ditador, haja vista o comentário malicioso do narrador: “O que vale é haver ainda vozes neste continente, e poderosas elas são, que se erguem para pronunciar palavras de pacificação e concórdia” (Saramago, p.145).

Acentuando sua visão irônica, o narrador evidencia uma outra declaração de Hitler: “*Saiba o mundo que a Alemanha será pacífica e amará a paz, como jamais povo algum soube amá-la*” (Saramago, p.146 e *O Século*, 31/01/36, p. 4). Esse posicionamento do narrador nos leva a suspeitar da veracidade do pronunciamento de Hitler, desconfiança que se confirma rapidamente, tendo em vista que dois dias depois, contrariando toda a declaração de pacificidade alemã, *O Século* informa que “A Alemanha tem, já, mais de duzentos e cinquenta mil homens prontos a entrar em campanha, na zona renana em que o Tratado de Versalhes impôs a desmilitarização total” (02/02/36, p. 1).

As declarações de Hitler que tranquilizam e pregam a paz aparecem em seqüência na narrativa, enfatizando-se o que está sendo pronunciado. Havendo tantas afirmações de paz, diz ironicamente o narrador que se deve “calar definitivamente desconfianças e cepticismos” (Saramago, p. 146). Assim, o jogo narrativo vai se tecendo: a proclamação de notícias aparentemente positivas e verdadeiras é seguida por notícias negativas, que justificam

1 Daqui para frente todas as citações do romance *O ano da morte de Ricardo Reis*, serão feitas citando-se apenas o nome do autor e a página.



agonia precedente do narrador. E ele, mais uma vez comenta: “É certo que duzentos e cinquenta mil soldados alemães estão prontos a ocupar a Renânia e que Uma força alemã penetrou ontem em território checo-eslovaco” (Saramago, p. 146), querendo indicar a não validade das declarações de Hitler, salientando e comprovando que as reais intenções da Alemanha eram contrárias à paz.

Corroborando a agressividade e a imposição de poder sugeridas na notícia de *O Século* (02/02/36, p. 1), em que a quantidade de homens (duzentos e cinquenta mil) é mencionada para oprimir, amedrontar e coagir, evitando qualquer tipo de reação da zona ocupada, comenta o narrador: “por esses dias denunciou a Alemanha o pacto de Locamo e ocupou a zona renana, tanto ameaçou que o fez” (Saramago, p. 202), posto que “Hitler, esquecendo compromissos voluntariamente assumidos pela Alemanha, denunciou ontem no Reichstag o pacto de Locamo, simultaneamente, contra o estabelecido no Tratado de Versalhes, tropas germânicas entram pela primeira vez depois da Grande Guerra na zona desmilitarizada da Renânia” (*Diário de Notícias*, 08/03/36, p. 1).

O nome de Hitler, quando não aparece relacionado ao poder e à força militar, é mencionado e aclamado como um deus, conforme se pode notar em notícia publicada em *O Século* por ocasião do aniversário do ditador: “A Alemanha festejou-o numa atmosfera de veneração quase religiosa, tendo o Führer do Reich passado revista a trinta e três mil soldados do novo Exército” (21/04/36, p. 2). No romance, esse fato é trazido à tona por meio de um diálogo entre Reis e Pessoa, que discutem a notícia em tom irônico e desdenhoso:

“Hitler fez anos, quarenta e sete, Não acho que a notícia seja importante, Porque não é alemão, se o fosse seria menos desdenhoso, E que mais, Diz aqui que passou revista a trinta e três mil soldados, num ambiente de veneração quase religiosa, palavras textuais, se quer fazer uma idéia ouça só esta passagem do discurso que Goebbels fez na ocasião, Leia lá, Quando Hitler fala é como se a abóboda de um templo se fechasse sobre a cabeça do povo alemão, Caramba, muito poético, Mas isto nada vale em comparação com as palavras de Baldur von Schirach, Quem é esse von Schirach, não me lembro, É chefe das Juventudes do Reich, Que foi que ele disse, Hitler, presente de Deus à Alemanha, foi o homem providencial, o culto por ele está acima das divisões confessionais, Essa não lembrava ao diabo, o culto por um homem a unir o que o culto de Deus dividiu, E vou Schirach vai mais longe, afirma que se a juventude amar Hitler, que é o seu Deus, se se esforçar por fielmente

o servir, cumprirá o preceito que recebeu do Padre Eterno, Magnífica lógica, para a juventude Hitler é um deus, servindo-o fielmente cumpre um preceito do Padre Eterno, portanto temos aqui um deus a agir como intermediário doutro deus para os seus próprios fins, O Filho como árbitro e juiz da autoridade do Pai, afinal o nacional-socialismo é uma religiosíssima empresa.” (Saramago, p.280-1).

A veneração a Hitler é uma das manifestações do nazismo, doutrina que exacerbava as tendências nacionalistas e que constituiu a ideologia política na Alemanha. Além disso, o nazismo pregava a superioridade cultural e racial dos alemães e almejava a hegemonia sobre todos os povos da Europa. Defendia a idéia de uma civilização cristã contra o comunismo e o liberalismo.

Para que a supremacia política alemã fosse possível, seria necessário que se propagasse em outros países a ideologia nazista. Assim, verifica-se, por exemplo, a visita de estudantes alemães a Lisboa, visando à difusão dos princípios do nacionalsocialismo. Os estudantes foram recebidos com honras e comemorações, como mostram os periódicos.

“Em honra aos estudantes alemães que se encontram em Lisboa realizou-se ontem no Liceu Normal uma interessante e concorrida festa (O *Século*, 20/06/36, p.1).

Os vinte e cinco estudantes alemães das Juventudes Hitlerianas de Hamburgo visitaram a Exposição Documental do Ano X, escrevendo no livro de Honra a frase, Nós não somos nada, exprimindo que o povo nada vale se não for orientado por uma elite.” (O *Século*, 23/06/36, p. 7),

situação também focalizada pelo olhar perspicaz do narrador que, ao lançar seus comentários, desdobra o significado da palavra “escolha”, sugerindo algumas possíveis interpretações:

“Alguns dias depois, os jornais contaram que vinte e cinco estudantes das Juventudes Hitlerianas de Hamburgo, de visita ao nosso país em viagem de estudo e propaganda dos ideais nacional-socialistas, foram homenageados no Liceu Normal, e que, tendo visitado demoradamente a Exposição do Ano X da Revolução Nacional, escreveram no Livro de Honra esta frase, Nós não somos nada, querendo significar, com declaração tão peremptória, segundo explicava pressuroso o plumitivo de serviço, que o povo nada vale se não for orientado por uma elite, ou nata, ou flor, ou escol. Ainda assim

não rejeitaríamos esta última palavra, escol, que vem de escolha, posto o que o teríamos, ao povo, dirigido por escolhidos, se os escolhesse.” (Saramago, p. 363).

A extensão semântica das palavras permite, às vezes, que a uma determinada palavra sejam atribuídos sentidos de valores positivos e negativos, dependendo da forma como o vocábulo é empregado. O narrador, ao fazer o jogo com a palavra “escolha”, alude ao fato de que o povo não tinha oportunidade de escolher, uma vez que os regimes totalitários eram impostos pela força e não pela votação direta nas urnas. Pode-se inferir também que o povo, por não ter poder de decisão, torna-se os próprios escolhidos ou, melhor dizendo, os excluídos de um sistema que esmaga os menos favorecidos.

Com o objetivo principal da divulgação das idéias nazistas, a Alemanha usava diferentes mecanismos para marcar sua presença, haja vista a notícia trazida pel’*O Século*: “O dirigível Hindenburgo esteve ontem em Lisboa, onde veio deixar correspondência destinada aos países da Europa” (08/09/36, p. 3), aparecendo no jornal uma fotografia do dirigível em que pode ser observada a suástica, símbolo oficial do nazismo. No romance, o Hindenburgo aparece sobrevoando os céus de Lisboa, causando admiração e despertando o interesse dos lisboetas:

“Vai para retirar-se quando ouve vozes excitadas, Além, além, são os velhos, e outras pessoas perguntam, Onde, o quê, e uns rapazitos que saltavam ao eixo param e gritam, Olha o balão, olha o balão, enxugou Ricardo Reis os olhos com as costas da mão e viu que surgia da Outra Banda um enorme dirigível, devia ser o Graf Zepellin, ou o Hindenburgo, vinha largar correio para a América do Sul. No leme a cruz suástica, com as suas cores de branco, vermelho e negro, poderia ser um daqueles papagaios que as crianças lançam no ar, emblema que perdeu o sentido primeiro, ameaça que paira em vez de estrela que sobe.” (Saramago, p. 406)

Contrariando a euforia das outras pessoas, ao ver o avião, o narrador tem uma visão negativa da imagem. Ao empregar o verbo “poderia”, acena para a possibilidade do emblema colorido ser utilizado como papagaio, ou seja, uma “estrela” que sena alçada aos ares pelas mãos inocentes de uma criança. No entanto, é outra a perspectiva que se configura de fato: prevalece a ameaça constante representada pela Alemanha, circunstância habilmente delimitada pelo contraste dos verbos “pairar” e “subir”.

As atitudes da Alemanha atingiram profundamente todos os países da Europa, começando pela França. Segundo reportagem de *O Século* (18/01/36, p. 1), por ocasião do acordo anglo-francês, a imprensa alemã desencadeou uma violenta campanha contra o entendimento de Londres e Paris, que classificou de contrário ao Pacto de Locarno. Em função disso, a Alemanha revelou o propósito de guarnecer fortemente a zona desmilitarizada do Reno. Devido às ameaças, a França reagiu e disse que se a Alemanha enviasse forças para a zona desmilitarizada, o governo de Paris seria forçado a tomar providências. Mesmo assim, segundo notícia de *O Século* (12/03/01, p. 1), aviões de bombardeamento alemães sobrevoaram cidades da França, sendo interceptados pela esquadrilha francesa, que os obrigou a regressar a seu território. Essa atitude desencadeou a quebra do Tratado de Versalhes, havendo a ocupação da Renânia pelo exército alemão, ou seja, militarização de uma região francesa que havia sido anteriormente neutralizada.

Juntamente aos conflitos externos, a França passava por momentos conturbados na política interna. Como mostra *O Século* (23/01/36, p. 2), houve uma demissão coletiva do governo, por meio de carta encaminhada pelos ministros radicais-socialistas ao presidente Lebrum. Esse fato aparece na narrativa, mas não é esclarecido que se trata de uma crise ministerial, tendo apenas a informação: “o governo francês pediu a demissão” (Saramago, p. 123).

Toda recusa dos ministros e a dificuldade em formar novo ministério contribuiu para que “Albert Sarraut constituísse um governo de concentração republicana” (*O Século*, 25/01/36, p. 1), assim, “o novo gabinete parece ter assegurada larga maioria, visto poder contar com os votos dos radicais-socialistas, da Esquerda Radical, de parte dos Republicanos do Centro e de alguns elementos da União Socialista” (p. 4).

No romance, ao ser comentado o modelo de governo de Sarraut, o narrador complementa que “logo lhe caíram as direitas em cima” (Saramago, p. 145) e lança uma crítica irônica ao fato da direita estar acusando o governo, dizendo: “um desbocamento de tom que mais parece de arruaceiros que de país tão civilizado” (Saramago, p. 145), transfigurando notícia que aparece em *O Século*: “os jornais franceses das Direitas atacam, com violência, o novo governo de Sarraut, que parece ter garantido o apoio do Parlamento” (26/01/36, p. 1).

Os acontecimentos transcorridos desde a crise ministerial até as provocações da Direita em relação ao governo mostravam a insatisfação de uma par-

cela da população e sinalizavam para a realização de uma eleição, anunciada no texto de Saramago: “Amanhã realiza-se em França o primeiro escrutínio das eleições legislativas” (Saramago, p. 286), cujo resultado é vinculado pelo *O Século*: “O novo governo francês obteve a confiança das Camara dos Deputados por 361 votos contra 165. Sarraut afirmou estar resolvido a trabalhar pela paz interna e externa” (02/02/36, p. 1).

Todavia, “as greves, em França, alastram de maneira assustadora. Só nas regiões de Paris e do Sena-e-Oise o movimento abrange 230 fábricas e cerca de 100.000 operários. A paralização do trabalho estende-se a outras zonas” (*O Século*, 04/06/36, p. 1). O governo Albert Sarraut, de concentração republicana, encontra-se sem estabilidade e estratégia suficientes para enfrentar a crise, o que culmina no seguinte fato inevitável: “O governo Sarraut demitiu-se ontem, como se previa e Léon Blum organizou o novo ministério, que hoje terá a sua primeira reunião, em conselho de gabinete” (*O Século*, 05/06/36, p. 1), notícia que leva o narrador de *O ano da morte de Ricardo Reis*, visualizando o cenário político francês, a comentar que “agora o que vamos ter de mais certo é virem por aí abaixo outros tantos franceses, que já a esquerda de lá ganhou as eleições (Saramago, p. 299).

Esse mesmo narrador recolhe, posteriormente, os acontecimentos relativos à França, trazendo as notícias todas de uma só vez, de maneira condensada:

“Do resto do mundo as noticias não têm variado muito, continuam as greves em França, onde os grevistas já se contam por quinhentos mil, com o que não tarda se demitirá o governo de Albert Sarraut para lhe suceder um novo ministério, que Léon Blum organizará. Diminuirão então as ditas greves, assim parecendo que com o novo governo se satisfizeram, por agora, os reclamantes.” (Saramago, p. 349)

O final dessa passagem recupera também notícia de *O Século* (13/06/36, p. 1): “As greves em França diminuem consideravelmente de importância crendo-se que se aproxima o termo do movimento”, parecendo haver uma certa desconfiança da voz narrativa, tendo em vista a utilização do verbo “parecer” e da expressão “por agora”, sinalizando que provisoriamente é esse o quadro que se apresenta, mas nada garante que os “reclamantes” não retomem.

Além das crises francesas e do nazismo alemão, também o fascismo italiano figura nas páginas jornalísticas e, conseqüentemente, povoa *O ano da*

*morte de Ricardo Reis*. É retratado especialmente o conflito italo-etíope, sendo relatados, com minúcias, os vários ataques à Etiópia no jornal *O Século*, de 05/04/36, p. 12; 09/04/36, p. 1, 5 e 06/05/36, p. 1,4,6.

Possivelmente com o propósito de questionar as atrocidades da guerra, observa-se no romance de Saramago uma artimanha narrativa em que Reis se assusta com o seu pensamento indo além do que os jornais dizem. A notícia é sobre Addis-Abeba em chamas (*Diário de Notícias*, 03/05/1936, p. 7), que aparece resumida no romance, e depois, extrapolando-a, são inseridos na narrativa alguns versos, transformados em linguagem prosaica, do poema de Reis “Ouvi contar que outrora, quando a Pérsia”:

“o Diário de Notícias não fala de mulheres postas contra muros caídos nem de crianças trespassadas de lanças, em Addis-Abeba não consta que estivessem jogadores de xadrez jogando o jogo do xadrez.” (p. 301).

“ardem casas, saqueadas são as arcas e as paredes, mas quando o rei de marfim está em perigo, que importa a carne e o osso das irmãs e das mães e das crianças, *se carne e osso nosso em penedo convertido*, mudado em jogador, e de xadrez.” (p. 302),

passagens que simulam ações possíveis de uma batalha sangrenta e que nos levam a pensar na invasão da Itália sobre a Etiópia sob uma perspectiva diferente da que os jornais querem significar.

Entrelaçados à ode e à informação jornalística, divisamos ainda, no trecho sublinhado na citação acima, versos d’ *Os Lusíadas* (10 e 20 versos da 59a estrofe, canto V), que transferem toda a agonia do gigante Adamastor transformado em monte, estendendo-se tal sentimento à situação caracterizada no romance.

A proclamação do término da guerra por Mussolini dá lugar à aclamação popular que “gritaram o nome de Duce... em patriótico delírio, dançando e cantando nas ruas”(Saramago, p. 300), numa demonstração de fanatismo enfeitado de patriotismo.

Contrária a essa idolatria, manifesta-se a voz sarcástica do narrador, que censura a afirmação do chefe fascista de “que a Itália tem alma imperial”, conforme se confirma com o seguinte comentário do narrador: “por isso se levantaram dos históricos túmulos as sombras majestosas de Augusto, Tibério... aí estão, postos em alas, fazendo a guarda de honra ao nosso sucessor...

proclamado em todas as letras e em todas as línguas imperador da África Oriental Italiana” (Saramago, p. 300).

Toda a prepotência do governo italiano continua a ser reafirmada em declaração posterior de Mussolini, trazida em *O Século* (31/08/36 p.1) e reaproveitada no romance: “Mussolini, para não ficar atrás de tão belicosas demonstrações, deu aviso ao mundo de que poderá mobilizar em pouco tempo oito milhões de homens, muitos deles ainda quentes da vitória sobre esse outro inimigo da civilização ocidental, a Etiópia” (Saramago, p.399).

A Itália e a Alemanha ocupam espaço significativo em *O ano da morte de Ricardo Reis*, porém, nada que se compare à ênfase dada aos acontecimentos ocorridos na Espanha e, particularmente, à Guerra Civil Espanhola.

A história da Espanha é marcada por lutas internas partidárias e separatistas, causadoras de instabilidade política. Nas eleições de 1931 foi formado o ministério de Alcalá Zamora, que dirigiu o governo provisório até sua demissão, sendo substituído por Azafia, líder da esquerda, que vivenciou intensa crise política e, não conseguindo estabilidade no ministério, pediu demissão. Assim, após a queda do governo, ocorre nova eleição na Espanha em 1933, que registra ampla vitória da direita, representada por Alcalá Zamora, que deterá o controle do poder até início de 1936.

As muitas divergências políticas ocasionavam freqüentes trocas de governo na Espanha, como se pode confirmar em *O Século*: “Gil Robles, discursando em Toledo, declarou que um dos primeiros actos da C.E.D., logo que ocupe o Poder, será destituir o chefe de Estado” (24/01/36, p. 7), ou seja, outra mudança estaria prevista. Ainda segundo reportagem de *O Século* (29/01/36, p. 1), a esquerda usou a declaração de Gil Robles sobre os planos de destituir o governo como principal e poderoso meio de ação para desviar os votos republicanos das candidaturas das direitas, posto que já se aproximavam novas eleições.

Os blocos de direita se uniam em contraposição aos partidos de esquerda, mas, mesmo dentro de cada facção (direita/esquerda) ocorriam conflitos, fato trazido em *O Século*: “Surgiram divergências entre Gil Robles e Calvo Sotelo, que poderão por em perigo o bloco eleitoral das Direitas” (23/01/36, p. 7), e reaproveitado no romance de Saramago (p. 123).

A direita tenta reagir e acusa a esquerda, culminado na seguinte notícia: “As direitas pretendem evitar o triunfo esquerdista que conduzirá o País a uma revolução sangrenta” (*O Século*, 29/01/36, p. 1). Outras providências na ten-

tativa de conseguir apoio popular foram tomadas por Gil Robles: “reclamou uma amnistia completa para aqueles que foram arrastados para a revolução, pois só os dirigentes devem ser punidos” (*O Século*, 10/02/01, p. 1).

Por conta das inúmeras campanhas eleitorais da direita exaltando muitas vantagens, tudo levava a crer que as eleições seriam ganhas por essa facção política, conforme anuncia *O Século*: “A maioria das opiniões, em Espanha, considera provável a vitória eleitoral das Direitas, em coligação com o Centro. A secção argentina da Acção Popular dirigiu um apelo aos espanhóis, exortando-os a votar em Gil Robles, a fim de se salvar a Pátria” (13/02/01, p. 1).

As promessas continuam, pois Gil Robles, figura central do partido, tem muitos planos, como destacam os periódicos: “Gil Robles declarou que, quando chegar ao poder, servirá a Espanha com lealdade, porá termo ao marxismo e à luta de classes e implantará a justiça social” (*O Século*, 14/02/36, p.I), fato também comentado na narrativa por meio de um diálogo entre Reis e Ramón, empregado do hotel Bragança:

“Ricardo Reis disse-lhe o que sabia pelos jornais, que a voz corrente era de que ganhariam as direitas, e que Gil Robles afirmara, Sabe quem é Gil Robles, Ouvi falar, Pois esse disse que quando chegar ao poder porá termo ao marxismo e à luta de classes, e implatará a justiça social, sabe °que é o marxismo, Ramón, Eu não, Senhor Doutor, E a luta de classes, Também não, E a justiça social, Com a justiça, graças a Deus, nunca tive nada, Bem, daqui por poucos dias já se saberá quem ganhou as eleições, provavelmente fica tudo na mesma, Quando mal, nunca pior, dizia o meu avô, O seu avô tinha razão, Ramón, o seu avô era um sábio.” (Saramago, p. 153).

Seguindo a cobertura que *O Século* dava aos acontecimentos espanhóis, após alguns dias tem-se a informação: “Realizam-se hoje, em toda a Espanha, as eleições legislativas. Calcula-se que serão eleitos 246 deputados das Direitas, 136 das Esquerdas e 91 do Centro” (16/02/36, p. 1). Continuando a especulação de que a direita seria a vencedora, o jornal anuncia “As primeiras informações recebidas em Madrid indicam acentuadas vantagens das Direitas” (*O Século*, 17/02/36, p.I).

Contrariando o que indicavam os jornais, o resultado das eleições surpreende e, segundo *O Século*, “as Esquerdas vão tomar posse das cadeiras ministeriais... o Sr. Azaffa receberá a missão de formar governo, vindo a ocupar a presidência e a pasta da guerra” e, além disso, “correm boatos de um possí-



vel golpe de mão militar” (19/02/36, p. 6), que foi desmentido pelos principais chefes monárquicos, Goicochea e Calvo Sotelo, que disseram não saber nada do golpe de Estado. Todas essas notícias são recolhidas no romance, identificando-se a ironia do narrador:

“Ganhou a esquerda. No dia seguinte ainda os jornais anunciavam que, pelas primeiras impressões, a direita tinha ganho em dezessete províncias, mas contados os votos todos, viu-se que a esquerda elegera mais deputados que o centro e a direita juntos. Começaram a correr boatos de estar em preparação um golpe militar, em que estariam envolvidos os generais Goded e Franco, mas os boatos foram desmentidos, o presidente Alcalá Zamora encarregou Azafía de formar governo, vamos ver no que isto dará”, (Saramago, p. 153),

Em função da esquerda ter vencido, muitos espanhóis que defendiam a direita imigram para Portugal. O governo português não faz objeção e esses imigrantes, posto que, além de terem muito dinheiro, ainda estão de acordo com as idéias políticas de Salazar. Na narrativa, esse fato é introduzido por meio de um diálogo entre Reis e o gerente Salvador:

“e agora respondia a Ricardo Reis que lhe perguntara, Há novidade, é que de repente entraram-me três famílias espanholas, duas de Madrid e uma de Cáceres, vêm fugidas, Fugidas, Sim, por causa de terem os comunistas ganho as eleições, Não foram os comunistas, foram as esquerdas, É tudo o mesmo, Mas vêm mesmo fugidas, Até os jornais falam disso”, (Saramago, p. 156),

podendo-se confirmar em *O Século*: “A situação política do país vizinho continua a provocar a entrada no nosso território de numerosas individualidades espanholas” (22/02/36, p. 1).

É nítida a agitação em que se encontra a Espanha, e os jornais retratam a tensão: “Apesar de não haver perturbações de ordem pública em Madrid, os espíritos estão inquietos. Foi declarado ilegal o partido fascista Falange Espanhola e presos os membros do respectivo Directório entre os quais está um filho de Primo de Rivera” (*O Século*, 15/03/36, p. 1), notícia que foi praticamente transcrita do jornal para o romance: “foi declarado ilegal o partido fascista Falange Espanhola e preso seu dirigente José Antonio Primo de Rivera” (Saramago, p. 203).

O comentário rápido do narrador, informando que os jornais diziam “que a onda vermelha cresce em Espanha” (Saramago, p. 203), apenas sintetiza a gravidade da situação na Espanha, haja vista a notícia d’ *O Século*: “A onda vermelha cresce em Espanha. Numa aldeia da província de Murcia travaram-se sanguinolentos combates entre elementos da Esquerda e das Direitas” (*O Século*, 18/03/36, p. 1).

Os conflitos espanhóis aumentam progressivamente, pois “foram enviadas forças militares para a província de Badajoz onde alguns milhares de trabalhadores invadiram certas propriedades rurais” (*O Século*, 03/36). Além disso, outros acontecimentos assolavam a Espanha, surgindo em *O Século* a seguinte notícia: “Em face das desordens da Corunha, a Camara de Comércio daquela cidade pediu a adopção de providências elementares... Anuncia-se para amanhã uma greve de braços caídos, na cidade de Barcelona” (*O Século*, 03/36). Esses fatos são reunidos no texto de Saramago em meio a outros acontecimentos: “enviadas forças militares para a província de Badajoz onde milhares de trabalhadores invadiram propriedades rurais... greve geral na Corunha” (Saramago, p. 242) e “greve geral em Madrid” (Saramago, p. 264). As revoltas se alastram por várias localidades da Espanha, chegando à capital: “A greve geral em Madrid deu motivo a desordens, a assaltos e a atentados” (*O Século*, 18/04/36, p. 1).

Diante de um conjunto de notícias negativas, segundo a avaliação do narrador, que criticamente visualiza o que os jornais não enunciam, comparece a sua reflexão de que “o mundo, como destas amostras se pode concluir, não promete soberbas felicidades”, e prossegue relatando que “agora foi Alcalá Zamora destituído da presidência da República” (Saramago, 261).

Após a queda do presidente, logo os jornais anunciaram: “Manuel Azaña será eleito hoje, às 10:30, presidente da república espanhola” (*O Século*, 10/05/36, p. 1). Mas a crise política da Espanha persistia e, segundo *O Século*, “Gil Robles afirmou que está prestes a desencadear-se a guerra civil em Espanha” (*O Século*, 20/05/36, p. 1).

Depois de tantas conturbações ocorre o que já se previa: “Grave situação em Espanha. eclodiu um movimento de caráter militar” (*Diário de Notícias*, 19/07/36, p. 1) e, de modo sarcástico, o narrador apresenta sua visão sobre o acontecimento: “O exército espanhol, guardião das virtudes da raça e da tradição, ia falar com a voz das suas anuas, expulsaria os vendilhões do templo, restauraria o altar da pátria, restituiria à Espanha a imorredoura grandeza que alguns degenerados filhos haviam feito decair. (Saramago, p. 371).

Após o golpe militar ocorrido na Espanha e a eclosão da Guerra Civil Espanhola intensificam-se nos jornais portugueses as notícias referentes à Espanha, que são transfiguradas no texto literário de Saramago. A voz sagaz do narrador inicia por colocar em dúvida a declaração do general Sansurjo de que não deixaria Portugal: “está ao lado dos seus camaradas de armas, mas reafirmou que não deseja manter qualquer actividade, acredite quem quiser, palavras estas três que não são dele” (p. 372).

A evidência da mentira se firma com a sua morte, carbonizado no avião que o levaria para ocupar o lugar na diretoria militar do movimento, ficando reduzido, como diz o narrador em um tom que se aproxima do humor negro, a “um tocozinho negro, parece um caixãozinho de criança, homem que tão corpulento era em vida, reduzido ao triste tição” (p. 373).

O prosseguimento da luta e as vitórias alcançadas pelos militares sugerem que o governo de esquerda sucumbirá, fato que parece não ser visto positivamente pelo narrador, pois se expressa de modo irônico ao refletir sobre o alastramento dos regimes totalitários na Europa:

“ecumenicamente, restabeleceremos o império da cruz e do rosário sobre o odioso símbolo do martelo e da foice. A regeneração da Europa caminha a passos de gigante, primeiro foi a Itália, depois Portugal, a seguir a Alemanha, agora a Espanha, esta é a boa terra, esta a semente melhor, amanhã ceifaremos as messes.” (p.374)

O apoio irrestrito de Portugal à causa espanhola explicita-se, além dos jornais, também por meio das transmissões radiofônicas, e o narrador faz questão de expressar sua indignação perante o fato da “selecta colónia espanhola” passar a contar com “uma locutora espanhola, com voz de tiple de zarzuela” no Rádio Clube Português: “lê as notícias dos avanços nacionalistas na salerosa língua de Cervantes, que Deus e ele nos perdoem estas ironias sem humor, mais fruto duma vontade de chorar que de um apetite de rir” (p. 387).

A guerra progride assustadoramente a favor dos chefes militares espanhóis e com frequência os jornais apresentam notícias semelhantes à que segue:

“Soou, enfim, a hora do ajuste de contas - declarou, ontem, o general Mola. Intensificaram-se as lutas na zona de Guipúzcoa onde as tropas revo-

lucionárias avançam sobre Irun e San Sebastian, cidade que está cercada e cuja rendição se espera a todo o momento, dada a forte pressão exercida, ali, contra os marxistas. As tropas do território de Ifni, que, até agora, se mantinham ao lado de Madrid, aderiram ao movimento nacionalista.” (*O Século*, (17/08/36, p.1)

Como se pode observar, são notícias gerais, que não transmitem o que estaria por trás de cada conquista alcançada, pois não seria conveniente informar a população a respeito dos meios utilizados.

Diferentemente, o romance vai mostrar o outro lado por meio de uma estratégia narrativa indicando que Ricardo Reis teve outras informações por meio de Lídia, relatadas pelo irmão dela. Assim, deparamo-nos com a seguinte passagem: “o general Mola proclamou, Chegou a hora do ajuste de contas, e a praça de touros abriu as portas para receber os milicianos prisioneiros, depois fechou-se, é a fiesta, as metralhadoras entoam olé, olé, olé, nunca tão alto se gritou na praça de Badajoz. (Saramago, p.391), na qual avulta o sarcasmo do narrador, na medida em que recorre a uma tradição espanhola, a tourada, para sinalizar a inversão da festa: os prisioneiros ocupam o lugar dos animais, o som medonho das metralhadoras substitui os gritos efusivos do povo.

Finalizando as referências da Espanha em *O ano da morte de Ricardo Reis* é com profundo sarcasmo que o narrador analisa a justificativa de Franco de não ter tomado ainda Madrid para não “sacrificar a parte inocente da população” (*O Século*, 20/08/36, p.1): “bondoso homem, aqui está alguém que nunca ordenaria, como fez Herodes, a matança das criancinhas, esperaria que elas crescessem para não ficar com esse peso na consciência e para não sobrecarregar de anjos o céu” (Saramago, p. 392) A declaração de Franco nos jornais instiga a comparação com o episódio bíblico e, além de reafirmar a barbaridade e o absurdo da atitude, extrapola-o, tendo em vista o desfecho dado por Saramago, ficando patente o recurso da paródia.

Ao focalizar Portugal, o narrador parece assumir um papel ainda mais crítico, realizando o processo contrário do que faziam os jornais portugueses, que, controlados pelos órgãos de censura, limitavam-se a exaltar o ditador Salazar e as realizações empreendidas em seu governo, camuflando a real situação em que encontrava o país.

Desde a Revolução de 1910, que desencadeou o fim da monarquia, dando origem à república, a situação política de Portugal foi permeada por conti-

nuas agitações. Em 1915 houve uma primeira ameaça de ditadura militar, finalizando-se com um momento revolucionário sangrento; em 1917 instalou-se a ditadura de Sidônio Pais, apoiada pelos militares, que chegou ao fim em virtude de seu assassinato.

O período entre 1921-1924 é caracterizado por acentuadas fragmentações políticas partidárias e trocas de governo, assinalando o fracasso da vigência constitucional, que propicia, novamente, a instauração da ditadura militar em 1926, chefiada por Gomes da Costa, que entrega o poder ao general Carmona. Em 1928 ocorrem as eleições indiretas de Carmona para a presidência da República e ele convida Salazar para o Ministério das Finanças e, posteriormente, em 1932, Salazar assume a presidência do conselho de ministros. Em 1935 Carmona é reeleito e Salazar é colocado a frente do poder, dirigindo o país com “uma mão de ferro calçada com uma luva de veludo” (Saramago, p. 137), como explica Dr. Sampaio a Reis: “A verdade, caro Dr., não escolhe lugar”, ao que Reis contradiz dizendo que “Resta saber se o lugar escolhe sempre a verdade” (Saramago, p. 138), podendo-se inferir que Reis insinua uma certa desconfiança com relação ao governo e, conseqüentemente, à figura de Salazar.

Os jornais portugueses davam ampla cobertura a todos os eventos do governo, visando à propaganda do regime salazarista. Mesmo fatos que teriam de ser encarados como vergonhosos como, por exemplo, a carência econômica em que vivia o povo português, tendo que se submeter a precárias condições de vida, sujeitando-se a receber migalhas oferecidas pelo governo, eram anunciados pelos jornais como se fossem excelentes medidas governamentais, quando, na verdade, tratava-se de medidas paliativas que mascaravam a não resolução efetiva do problema. O *Século* (22/01/36, p. 9) anuncia, por exemplo: “Campanha de Auxílio aos Pobres no Inverno. Distribuíram-se, ontem, em diversas freguesias, refeições a centenas de pobres”.

O narrador, ao comentar a distribuição da sopa que ocorria em Portugal, dirige-se a Reis como se estivesse conversando com a personagem e, por meio desse pseudodiálogo, apresenta-nos a sua visão crítico-irônica a respeito do acontecimento:

“o senhor doutor já teve ocasião de ver que espécie de gente é o povo deste país, e mais estamos na capital do império, quando no outro dia passou à porta do *Século*, aquela multidão à espera do boda, e se quiser ver mais e melhor vá por esses bairros, por essas paróquias e freguesias, veja

com os seus próprios olhos a distribuição da sopa, a campanha de auxílio aos pobres no inverno, iniciativa de tão singular beleza, como escreveu no telegrama o presidente da câmara do Porto, de boa lembrança, e diga-me se não valia mais deixá-los morrer, ponpava-se o vergonhoso espectáculo do nosso mundo, sentam-se na bema a comer a bucha de pão e a rapar o tacho.” (Saramago, p.96)

Ligados diretamente à população estão os ministros, já que são eles, ou pelo menos deveriam ser, os intermediários da relação entre o povo e o seu governante, isto é, caberia a cada ministro cuidar de determinado setor, atendendo às necessidades dos cidadãos. Por serem responsáveis pela execução de projetos, suas ações, como, por exemplo, a inauguração de luz elétrica, figuram efusivamente nos jornais: “O concelho de Montemor-o-Velho está hoje em festa porque, com a presença de alguns membros do Govêrno e das autoridades locais, se vai realizar a inauguração de importantes melhoramentos”. (*O Século*, 26/01136, p. 10). Entretanto, na transposição para o romance, o que se evidencia é a inércia e a falta de competência e interesse dos ministros para atuarem, de fato, em suas pastas.

As medidas tomadas pelo governo no sentido de providenciar benfeitorias sempre são muito demoradas, como se pode perceber pela própria notícia d’ *O Século* (27/01136, p. 8): “No concelho de Montemor-o-Velho foi inaugurada solenemente, pelo SI. Ministro do Interior, a luz electrica, melhoramento há muito solicitado pela população”.

A narrativa também traz essa informação e o narrador utiliza-a para traçar um percurso degradante do ser humano, transportando-o à condição de animal. Sarcasticamente classifica os homens como bons, aludindo à classe rica, e os não bons seriam os excluídos economicamente:

“o ministro do Interior foi dizer a Montemor-o-Velho quando inaugurou a luz eléctrica, grande melhoramento, Declararei em Lisboa que os homens-bons de Montemor sabem ser leais a Salazar, podemos facilmente imaginar a cena, o Paes explicando ao sábio ditador, assim cognominado pela Tribune des Nations, que os homens-bons da terra de Fernão Mendes Pinto são todos leais a vossa excelência, e, sendo tão medieval este regime, já se sabe que daquela bondade estão excluídos os vilões e os mecânicos, gente não herdadora de bens ao luar, logo homens não bons, porventura nem bons nem homens, bichos como os bichos que os mordem ou roem ou infestam.” (Saramago, p.96)

Destaque também nos periódicos é a visita do ministro do Interior a Setubal e ao Alentejo: “O Sr. ministro do Interior manifesta o prazer com que viu no distrito de Setubal e Alentejo a iniciativa particular colaborar no combate à crise” (*O Século*, 29/02/36, p. 6), notícia que é transfundida ironicamente no romance: “Vindo dos lados de Beja, declarará aos jornais, Verifiquei no Alentejo a importância da beneficência particular na debelação da crise do trabalho, o que, traduzindo para o português de todos os dias, quer dizer, Uma esmolinha senhor patrão por alma de quem lá tem. (Saramago, p. 158)

Os problemas enfrentados pelos portugueses são dissimulados e sempre se procura dar um tom de festividade aos acontecimentos para disfarçar a miséria e a precariedade em que Portugal se encontra, daí a visão altamente irônica do narrador ao focalizar o desfile de trabalhadores em Barcelos:

“um cento de carros ornamentados mostrando cenas da labuta campestre, ele as vindimas, ele a pisa, ele a sacha, ele a escamisada, ele a debulha, e a olaria a fazer galos e apitos, a bordadeira com os bilros, o pescador com a rede e o remo, o moleiro com o burro e o saco da farinha, a fiandeira com o fuso e a roca, com esta faz dez carros e ainda hão de passar noventa, muito se esforça o povo português por ser bom e trabalhador, enfim vai-nos conseguindo, mas em compensação não lhe faltam divertimentos, os concertos das bandas filarmónicas, as iluminações, os ranchos, os fogos de artificios, as batalhas de flores, os bodos, uma contínua festa.” (p.299)

Completamente diferente, como não poderia deixar de ser, é o enfoque dado pelo *O Século* (03/05/36 p. 1) ao acontecimento:

“A Festa Nacional do Trabalho, em Barcelos, foi uma brilhante consagração do Estado Corporativo. Os srs. Ministros do Interior e do Comercio e sub-secretário das Corporações e arcebispo de Braga assistiram ao cortejo do trabalho, que foi uma imponente parada económica e um espectáculo de rara beleza e expressão regional.” (*O Século*, 03/05/36 p. 1).

A meta no governo de Salazar era manter a ordem a qualquer preço, com muitas festas, comemorações e, sobretudo, controle dos meios de comunicação. Estes, quando não comentavam a respeito de alguma “benfeitoria” realizada pelo governo, desdobravam-se em publicar pequenos avisos a possíveis conspiradores. Manifestações desse tipo podem ser observadas, por exem-

plo, em um pronunciamento feito na Emissora Nacional e publicado posteriormente no *Diário de Notícias* (14/05/36, p. 6): “O sr. Engenheiro Nobre Guedes proferiu ontem, ao microfone da Emissora Nacional, uma conferência sobre comunismo”. A mesma conferência foi também publicada em *O Século*, segundo diz o romance: “voltou com *O Século*, o discurso ocupava quase uma página, Isto é uma conferência que o tal Nobre Guedes leu na Emissora Nacional, contra o comunismo, em certa altura fala dos marinheiros” (Saramago, p. 328).

Nobre Guedes, além de falar dos malefícios do comunismo faz alusão a rumores sobre uma possível revolta dos marinheiros. O governo, para mostrar que tinha o controle total da situação, providenciou logo uma cerimônia que envolvia membros do governo e da marinha, como pode ser observado em *O Século* (22/05/36, p.1): “Aviso de 2a classe João de Lisboa, última unidade da primeira parte do programa da nossa Marinha de Guerra, foi ontem, à tarde, lançado à água. À cerimônia assistiram os srs. Presidente da República e do Conselho, outros membros do governo e muito povo”. Embora tudo estivesse sido programado para que mais uma vez se tivesse uma grande festa, algo não deu totalmente certo, desapontando o Presidente Carmona, fato satirizado pelo narrador:

“Há indícios malignos de que a força mental de Salazar não consegue chegar a todos os lugares com a potência original do emissor. Deu agora um episódio demonstrativo desse enfraquecimento, ali na margem do Tejo, que foi o lançamento à água do aviso de segunda classe João de Lisboa, em cerimônia solene, com a presença do venerando chefe do Estado. ... o povo curioso, os operários do estaleiro, os fotógrafos dos jornais, os repórteres, está a garrafa de espumante da Bairrada, esperando a sua hora triunfal, e, por que não dizê-lo, explosiva, eis senão quando começa o João de Lisboa a deslizar carreira abaixo sem que ninguém lhe tivesse tocado, a estupefação é geral, estremece o bigode branco do presidente, agitam-se os chapéus altos perplexos, e o barco lá vai, entra nas águas gloriosas, a marinhagem dá os vivas do estilo”, (Saramago, p. 334-5)

Nem tudo o que acontecia em Portugal era festa, mas, ainda assim, fingia-se um clima de descontração para ludibriar a sociedade, mesmo sabendo que “as nuvens da guerra se adensam nos céus da Europa” (p.336). Por essa razão, houve um simulacro de bombardeamento em Lisboa que foi chamado pelos jornais de “espectáculo” para não fugir ao gosto das festividades:



“Lisboa foi ontem bombardeada por uma esquadrilha de aviões que a incendiou e inundou de gases. A estação do Rossio e os teatros Nacional e Eden estiveram a arder, e os bombeiros montaram um bom serviço de socorros a incêndio e a gaseados. O curioso e impressionante espectáculo foi presenciado dos pontos altos da cidade por muitos milhares de pessoas.” (O *Século*, 28/05/36, p.1)

Em virtude das comemorações do Ano X da Revolução Nacional, páginas inteiras foram publicadas, fornecendo-se detalhes de como Portugal chegou à triunfante política vigente - o salazarismo. A exposição comemorativa dos dez anos da implantação da ditadura militar no país foi visitada por estudantes alemães que vieram a Lisboa com o propósito de estudo e de difusão dos ideais do nacional-socialismo, conforme já referenciado. Algum tempo depois da visita desses estudantes, o governo português, seguindo o exemplo alemão, decide criar a Mocidade Portuguesa, organização patriótica da juventude, e “É tornada pública a primeira lista dos voluntários inscritos” (O *Século*, 02/08/36, p. 3).

No romance, as palavras do narrador deixam transparecer que por trás da criação desse tipo de entidade, que, na verdade, visava à castração da consciência crítica do cidadão, impondo-o ao servilismo, objetivava-se a conservação dos ideais do regime salazarista:

“se decretou a criação da Mocidade Portuguesa, que, lá para Outubro, quando iniciar a sério os seus trabalhos abrangerá, logo de entrada cerca de duzentos mil rapazes, flor da nata da nossa juventude, a qual, por decantações sucessivas, por adequadas enxertias, há de sair a elite que nos governará depois, quando a de agora se acabar.” (Saramago, p. 363)

Posteriormente, é focalizada na narrativa uma manifestação entusiasta de apoio ao governo salazarista, organizada pelos sindicatos nacionais: comício anticomunista na Praça de Touros de Campo Pequeno em 28 de agosto de 1936.

Todas as atividades preparatórias do evento foram amplamente divulgadas pelos jornais e são sintetizadas ficcionalmente na narrativa de Saramago, sendo Reis inserido na grande arena. Entrecortando as notícias estará o olhar crítico do narrador, atento a todos os pormenores, começando por ironizar o símbolo dos bancários, que traz a cruz de Cristo, contradizendo a história bíblica, quando mercadores e cambistas foram expulsos do templo.

Na referência aos representantes fascistas, nazis e falangistas espanhóis, com seus uniformes característicos, o narrador enuncia ironicamente: “três cores diferentes e um só verdadeiro ideal” (p. 396). Na apresentação dos diferentes oradores não lhe escapa o representante da Marinha, “como foi que o aliciaram é segredo entre ele e a sua tentação” (p. 396). Outro orador solicita a criação de uma milícia nacionalista e a voz narrativa desenvolve todo um raciocínio imaginativo sobre a cor que deverá ter a camisa da Legião Portuguesa: “para não nos chamarem macacos de imitação, não a escolheremos nem preta nem castanha nem azul, já o branco suja-se muito, o amarelo é desespero, o vermelho Deus nos livre, o roxo pertence ao Senhor dos Passos, portanto, não resta mais que o verde” (p. 397).

Na seqüência dos acontecimentos, *O Século* anuncia visitas de Salazar a estabelecimentos militares por três dias seguidos, situação recriada de forma humorística no romance por meio de um trocadilho entre o verbo estar e o nome do presidente do Conselho: “estive na fábrica de material de guerra de Braço de Prata, estive no depósito de armamento de Beírolas e quando tiver estado em outros lugares se dará a notícia, por isso já há quem lhe chame Esteves em vez de Salazar” (p.399).

As últimas notícias evidenciadas em *O ano da morte de Ricardo Reis* dizem respeito à revolta dos barcos, questão antecipada por Lúcia a Reis e que dá origem ao seguinte diálogo:

“Qual é a intenção deles, com certeza não contam sair para o mar acreditando que será bastante para fazer cair o governo, A ideia é irem para Angra do Heroísmo, libertar os presos políticos, tomar posse da ilha, e esperar que haja levantamentos aqui, E se não os houver, Se não os houver, seguem para Espanha, vão juntar-se ao governo de lá, É uma rematada loucura, nem conseguirão sair a barra, Foi o que eu disse ao meu irmão, mas eles não dão ouvidos a ninguém, Para quando será isso, Não sei, ele não mo disse, é um destes” (Saramago, p. 404)

Esse tipo de manifestação é um demonstrativo de que existiam posições contrárias ao sistema de governo, principalmente na esfera da Marinha, e vão se concretizar, de fato, na revolta dos barcos Afonso de Albuquerque e Dão, em 08 de setembro de 1936.

O relato desse acontecimento no romance acompanha basicamente as informações trazidas pelo vespertino *Diário de Lisboa* (08/09/36, p. 1 e centrais), e Saramago se apropriará de um dos subtítulos do jornal (“Morreram

doze marinheiros”) para aí incluir o nome do irmão de Lídia, Daniel Martins, e sua respectiva idade.

### Considerações finais

No momento em que fatos históricos são reaproveitados no romance contemporâneo ocorre um movimento de transmutação, na medida em que um novo texto é criado a partir da (des)construção do discurso histórico, pois o que se busca é questionar, refletir sobre o passado.

É nesse sentido que se desenvolveu nosso trabalho: revisitamos a história por meio do confronto do discurso jornalístico e do discurso literário, permeado este último pela visão perspicaz do narrador, pelas *nuances* e artimanhas da linguagem criadas por Saramago em *O ano da morte de Ricardo Reis*.

Esse romance problematiza a sua própria matéria - a palavra, questionando o seu poder de representação dos fatos, a sua eficácia no desvendar ou encobrir os acontecimentos, a sua retórica do excesso, mimetizada na grande quantidade de notícias que percorrem as suas páginas e que são transformadas para integrar a narrativa num processo de descaracterização de sua fonte primeira.

Com uma técnica de colagem construtiva, que se realiza pela incorporação de discursos distintos ao seu texto literário, Saramago desmonta o ano de 1936: a fragmentação na estrutura narrativa toma-se homóloga aos recortes do passado numa linha conjuntiva em que a ‘deformação’ da forma dessacraliza o sistema simulado como uno, mas com frestas que se alongam no tempo, até chegar o momento em que a terra não mais esperará para dar o grito de liberdade. Mas ainda não chegara esse momento: no final do romance, a rebelião frustrada dos barcos indicia que a situação vigente ainda perduraria e o povo teria que esperar a hora de libertação.

### Referências

SARAMAGO, José. *O ano da morte de Ricardo Reis*. 8.<sup>a</sup> ed. Lisboa, Caminho, 1986.

### Jornais consultados:

*Diário de Notícias*, Lisboa, dez. 1935 - set. 1936.

*O Século*, Lisboa, dez. 1935 - set. 1936.



# UM EPÍLOGO QUE DEVERIA SER UM PRÓLOGO. EÇA DE QUEIROZ PERANTE A CRISE DOS DISCURSOS

Orlando Grossegeesse

UNIVERSIDADE DO MINHO

Não há dúvida: a Europa encontra-se no seu epílogo. E Portugal continua a permanecer na sua margem, num lugar meio idílico meio sonolento: é um jardim cada vez mais devastado à beira mar plantado, sonhando “vir a ser o *Silicon Valley* ou a Florida da Europa”, como vaticinou, nos tempos não tão remotos de um Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva, um *vade-mecum* para empresários (Neves & Rebelo, 1996: 188), prefaciado por ele próprio. Apenas 15 anos depois, impõe-se um cenário oposto – previsto como uma probabilidade no mesmo livro: de Portugal se converter em apêndice pobre de uma Região Ibérica.

São imagem e contra-imagem que espelham a *hiper-identidade*, definida por Eduardo Lourenço em “Repensar Portugal” no rescaldo do 25 de Abril, como configuração, mais sentimental do que mental, que habilmente se foi harmonizando com o ‘ser europeu’ em vez de se esgotar. A coexistência do *européismo*, uma espécie de ideologia *soft* ou pseudo-religião messiânica,<sup>[1]</sup> e da *lusofonia* como uma espécie de espaço imperial, “mais de sonho do que de realidade”, oferecendo um “refúgio imaginário” perante a “não menos hipotética ameaça da União Europeia” (Lourenço, 1996: 180-182), demonstra que a mencionada *hiper-identidade* está longe de revelar “o seu carácter atá-

---

1 Caracterização inspirada pelo pensamento crítico de François-Bernard Huyghe / Pierre Barbès (1987) e pela posição eurocéptica de Régis Debray.

vico e fora do tempo” que diagnosticou, na mesma altura, António Barreto (1996: 232).

Os discursos mediáticos e políticos actuais continuam a construir a identidade portuguesa condicionada pelo antagonismo entre uma imagem altamente eufórica do ‘país das cinco partidas, dos portugueses espalhados pelo mundo’, olhando para o atlântico desde a sua ‘varanda da Europa’, à margem das crises no seu coração, e uma contra-imagem auto-humilhante de permanecer na ‘cauda da Europa’. Este antagonismo, bem definido por Eduardo Lourenço, implica ainda uma dimensão temporal porque “é menos um *presente concreto* que é objectivo de referência do que um *passado* ou um *futuro* mistificado para justificar a esperança desmedida ou a descrença brutal nos destinos pátrios” (Lourenço, 1978: 73).

Em vez de elogiar a actualidade dos textos queirosianos que revelam uma consciência lúcida sobre a posição de Portugal no contexto europeu da crise, dever-se-ia deplorar – não o regresso cíclico da crise – mas o estado anacrónico dos discursos que ainda merecem a mesma crítica do fim do século XIX. Continua não só a interrogação sobre relações de superioridade e inferioridade dentro e fora da Europa (nos tempos de Eça: Polónia, Irlanda, a Índia e o Egipto), mas também um relacionamento ambíguo com a Europa (principalmente com a França e a Inglaterra), entre fascínio e ressentimento.<sup>[2]</sup> A partir da sua colaboração n’ *As Farpas* (1871/72), Eça começa a aperceber-se também da problemática do *discurso* político e social no próprio processo da decadência europeia e nacional. Esta consciência leva-o a criar uma estética provocadora no seio da alta sociedade lisboeta, integrando-se num *discours de loisir* (Zima, 1983) que, ao mesmo tempo, critica pela sua inércia face à realidade social. Com *esprit* e *verve*, Eça manipula as imagens auto-humilhantes e as respectivas piadas de comparação europeia e não-europeia que, no contexto actual, continuam a proliferar *mutatis mutandum* nos *blogs* da vida intelectual portuguesa, com uma ou outra citação queirosiana pelo meio.

Basta lembrar a famosa polémica com Pinheiro Chagas em 1880/81, na qual Eça defende (ainda) a necessária contemporaneidade de Portugal como nação pequena, comparável com a Holanda ou a Suécia, no sistema de nações europeias, em vez de permanecer no refúgio imaginário do passado, na retórica dos Descobrimentos:

---

2 Vd. Lourenço (1988). Desta mesma dualidade parte uma análise da questão da Europa nos romances queirosianos (Reis, 2003) que corrobora em muitos aspectos a nossa visão, já desenvolvida em Grossegeesse (2002).

“Eu digo que Portugal, nesta época em que não pode fazer conquistas, nem tem já continentes a descobrir, deve esforçar-se por ganhar um lugar entre as nações civilizadas pela sua educação, a sua literatura, a sua ciência, a sua arte – provando assim que ainda existe, porque ainda pensa.” (NC, 57; carta de 14 de Dezembro de 1880)

Argumenta-se nos moldes dum pensamento herdado do Iluminismo, exercendo, ao mesmo tempo, uma paródia do discurso patriótico, utilizado pelo seu adversário, o que permite jogar com a posição (quase) não-europeia de Portugal, superando com esta posição – parodicamente – a França, a Inglaterra e a Alemanha:

“Mas agora vejo com evidência que Portugal não necessita nem forte cultura intelectual, nem educação científica, nem elevação do gosto; não precisa de ter escolas, nem mesmo saber ler: esses esforços são para a França, a Inglaterra, a Alemanha, países não privilegiados; Portugal, esse, tem tudo garantido, a sua grandeza, a sua prosperidade, a sua independência, a sua riqueza, a sua força – desde que (...) há nos mares do Oriente uma ilha, onde debaixo de um coqueiro, à beira de um arroio, estão quatro indígenas, de carapinha branca e tanga suja, ocupados de cócoras a respeitar Portugal! Com efeito, tendo isto, Portugal tem tudo.” (NC, 57-58)

O leitor de hoje não deixará de recordar, anacronicamente, a não tão remota mitificação do papel de Portugal, quando se harmonizara o ‘ser europeu’ com a ‘missão lusófona’ de patrocinar a independência de Timor-Leste, ilha nos mares do Oriente remoto.<sup>[3]</sup> Para o Eça de 1880, um Portugal na memória e numa suposta reputação (= auto-imagem da hetero-imagem antecipada) longe da Europa – Pinheiro Chagas refere-se ao Ceilão – acaba sendo um país inexistente.<sup>[4]</sup> Tal como Antero de Quental e Oliveira Martins, Eça teme a inexistência de Portugal, por ficar não só não-europeu mas também não-contemporâneo. Isto evidencia-se n’ *As Cartas de Inglaterra*, escritas entre Setembro de 1880 e Outubro de 1882. Embora Eça ainda salvaguarde “a generosa França” (CI, 158), toda a Europa é

3 Vd. numa perspectiva crítica Paulo Castro Seixas (2002).

4 que “termina por parecer alguma coisa de defunto, de arcaico, de desenterrado, (...), que a morte esqueceu e que erra por entre nós aturdido, como a coruja na luz.” (NC, 45)

“apenas um grande pinhal de Azambuja, onde rondam meliantes cobertos de ferro, que se odeiam uns aos outros, tremem uns dos outros, e, por um acordo tácito, permitem que cada um por seu turno se adiante – e assalte algum pobre diabo que vegeta ou trabalha ao canto do seu cerrado.” (CI, 147-48)

Apesar de existir “largas e bem traçadas estradas do Direito Internacional” (CI, 147), o poder dos estados fortes e disciplinados manda impunemente nos pequenos e fracos, pondo em causa a própria ideia do progresso da civilização, pervertendo-a em uso incivilizado, bárbaro do progresso. O Imperialismo britânico faz-lhe duvidar da Europa como baluarte da civilização. Nomeadamente o procedimento desumano e arrogante face às civilizações antigas, em concreto da Índia e do Egito (CI, 157-58), desmente a superioridade do *British way of life* como expoente da Europa civilizada. Num passado mais recente, isto faz lembrar o comportamento das tropas americanas na antiga Pérsia. O mesmo profundo cepticismo acerca da “famosa estrada do progresso” encontra-se n’ *As Cartas de Inglaterra*:

“Aqui estamos sobre este globo há doze mil anos a girar fastidiosamente em torno do Sol, e sem adiantar um metro na famosa estrada do progresso e da perfectibilidade: (...). Nos dois ou três primeiros mil anos de existência trepámos a uma certa altura de civilização; mas depois temos vindo rolando para baixo numa cambalhota secular.” (CI, 48-49; publicado a 9 de Fevereiro de 1881)

Daí a simpatia de Eça pela resistência do Egito e da China à modernização inglesa. Uma certa analogia das civilizações inferiores com a própria situação de Portugal semi-colonizado é implícita, tornando-se evidente na comparação auto-humilhante com países africanos, como acontece n’ *Os Maias*, nas palavras de João da Ega:

“A civilização custa-nos caríssima, com direitos de Alfândega: e é em segunda mão, não foi feito para nós, fica-nos curta nas mangas... Nós julgámo-nos civilizados como os negros de São Tomé se supõem cavalheiros, se supõem mesmo *brancos*, por usarem com a tanga uma casaca velha do patrão...” (M, 110)

A partir de *Os Maias* e *A Correspondência de Fradique Mendes*, Eça chega a defender cada vez mais a não-contemporaneidade e a imperfeição de Por-



tugal, sem abdicar totalmente do mito da civilização europeia ‘Paris’, numa nostalgia cada vez mais dolorosa.<sup>[5]</sup> Contudo, ele questiona igualmente o modelo da “universal modernização” (ainda) eurocêntrica face ao pitoresco do Portugal antigo que deve ser conservado (FM, 83). Em resumo, mantém uma posição ambivalente, em favor do progresso vindo do centro da Europa e em favor do atraso nacional, pitoresco, que se deve certamente à estética do dândi, soberbamente representada e analisada em Fradique Mendes. A capacidade de adoptar verdades diferentes e legitimáveis corresponde à crítica de Paul Bourget em *Essais sur la Psychologie Contemporaine* (1883): o diletantismo é analisado como “maladie de la volonté”, causando a decadência da civilização europeia. No caso da nação lusa, fica a indecisão entre (1) o árduo projecto dum Portugal europeu que deveria esforçar-se para ganhar uma nova identidade e (2) a doce lembrança dum poderoso império luso no espaço não-europeu: uma posição incómoda que persiste neste alargado tempo de ‘epílogo’.

O temor da inexistência de Portugal, seja por pertencer à Europa ou por ter ficado à sua margem,<sup>[6]</sup> intensifica-se ao imaginar o iminente apocalipse nacional, que já em 1878 inspirara o projecto abortado do romance *A Batalha do Caia*. Em 1890, não é o pesadelo da invasão espanhola, que passou a mitificar o próprio temor da inexistência, mas a repartição do território português pelas nações europeias (sob a liderança de Inglaterra) que preocupa os espíritos nos anos após o *Ultimatum*. Basta citar Guerra Junqueiro que, em 1892, anotou num posfácio para *A Pátria*:

“Mas na opinião do mundo, já Portugal não existe. (...) A Europa já considera isto uma coisa defunta, espólio a repartir, iguaria a trinchar. Salva-nos da gula dos comensais a rivalidade dos apetites. No dia em que se harmonizem devoram-nos.” (Lello & Irmão: s/d, 208)

Para o fim do século XX, esta harmonia chegou mansamente com a adesão à União Europeia, não ao nível de política territorial mas na lógica da economia globalizada. O próprio Eça coincide na metáfora do banquete das

5 Vd. os artigos em *Cartas de Paris*.

6 Contudo, não deixa de ser significativo que – mesmo sob a impressão do *Ultimatum* inglês – a posição de Portugal se identifique plenamente com a Europa, sempre quando ameaçada desde fora, por exemplo no confronto com o Extremo Oriente, bem patente na crónica “Chineses e japoneses” de 1894 (CP, 197-218); vd. Grossegess (1997).

feras, ao escrever ao conde de Arnoso, em 10 de Agosto de 1891, lembrando o exemplo da Polónia que já o impressionara quando jovem:<sup>[7]</sup> “Recebendo cada uma o seu bocado da velha Lusitânia – cada Potência se cala e vai digerir para o seu canto (...)”.

Desde o século XIX, Portugal procura sobreviver imitando as nações ‘realmente europeias’, mas só o consegue em parte. Ainda nos anos oitenta do século XX, intelectuais da Europa central idealizaram esta assimilação traiçoeira do capitalismo que, nas palavras de Hans Magnus Enzensberger, dissimula uma resistência inata do português ao “capitalismo eficazmente organizado”. As “virtudes utópicas” persistem, apesar de serem “pecados capitais num mundo de progresso” (Enzensberger, 1986: 232). Em resposta a Curt Meyer-Clason na reedição dos *Diários Portugueses*, João Barrento (1996) corrige “utópicas” por “irrealistas” e constata: “o intelectual português e esclarecido de hoje sente, como sempre, aquela relação ambivalente com a Europa, entre fascínio e ressentimento., (...)” Estas reflexões de Barrento baseiam-se, curiosamente, numa releitura de “A Europa”, publicado em 2 de Abril de 1888, o ensaio queirosiano que merece um lugar de destaque na última parte do nosso epílogo que deveria ser um prólogo para *outro* posicionamento de Portugal.

“Não somos mais do que isto: Os Zulus de Europa”, reza uma famosa caricatura de Raphael Bordallo Pinheiro, publicada a 11 de Dezembro de 1884 (*António Maria*). Nela aparecem negros com rasgos europeus, levando vários óculos sobre o nariz. Parece-me muito provável que Eça de Queiroz se lembrou desta caricatura enquanto escrevia o capítulo final de *Os Maias*: o dândi Ega, num passeio com o seu amigo Carlos da Maia pelas ruas lisboetas, aproveita as botas despropositadamente compridas de um moço triste e pálido para proferir uma explicação irónica e jovial de “todo o Portugal contemporâneo”, citando, bem patente nesta expressão, a historiografia de Oliveira Martins. João da Ega compara este Portugal com

“(...) os pretos já corrompidos de São Tomé, que vêem os europeus de luneta - e imaginam que nisso consiste ser civilizado e ser branco. Que fazem então? Na sua sofreguidão de progresso e de brancura, acavalam no nariz três ou quatro lunetas, claras, defumadas, até de cor.” (M, 703).

7 No *Distrito de Évora*, Eça escreve num artigo datado de 20 de Janeiro de 1867 sobre o “Finis Poloniae”, esboçando, no mesmo número, uma visão da decadência europeia conforme o biologismo (darwinista) social da época.

Nesta comparação exagera-se a posição periférica de Portugal como sendo não-europeia. Esta mesma sofreguidão de progresso levou nas últimas décadas à proliferação de auto-estradas e telemóveis como índices falazes de desenvolvimento. Por outro lado, este exagero implica uma crítica da própria civilização europeia de progresso e consumo: as nações fortes fundam a sua arrogante missão civilizadora num discurso cultural esgotado. No entanto, este discurso é apresentado como valioso (a modernidade que nega a tradição obsoleta) e exportado em consonância com as desigualdades económicas e sociais das quais se aproveitam estas mesmas nações.

Em 1888, Eça já não acredita na necessária contemporaneidade da nação lusa, para num esforço colectivo se afirmar na ‘Europa das duas velocidades’, como comprova o capítulo final de *Os Maias*. A nação lusa destaca-se pela sua qualidade anacrónica, quase não-europeia. Daí o “Portugal antigo” (FM, 83) passa a ser revalorizada face à mesma moderna europeia, desnacionalizadora, “o tipo francês”<sup>[8]</sup> – hoje diríamos: o tipo *globish*.

No capítulo final d’ *Os Maias*, o dândi João da Ega e o diletante Carlos da Maia, aparecem como sobreviventes no seio dum imenso necrológio. É esta dimensão de necrológio colectivo que Eça de Queiroz, ao longo do demorado processo da criação de *Os Maias*, adoptou como escrita mais apropriada perante a dupla miséria, europeia e portuguesa. É nesta consciência que o romance insiste, fazendo sentir o *aporetic pleasure* (Falconer, 1987) não só no discurso do dândi, representado sobretudo através da personagem de João da Ega, mas também na própria narrativa do romance. A insuficiência da linguagem perante o acontecimento trágico, o incesto, que ocupa o lugar da catástrofe colectiva, é o verdadeiro ‘drama’ da sociedade portuguesa, porque demonstra a “impossibilidade do evento” perante o narcisismo colectivo – “questão mais actual do que nunca” (Grossegeisse, 2010: 116). Consciente desta decadência dos discursos, o romance *Os Maias* termina sem fim, apresentando precisamente este *prazer da aporia* como episódio final dos “episódios da vida romântica”, subtítulo no qual Eça insistiu. Este episódio insiste na crítica da ordem temporal<sup>[9]</sup> e, sobretudo, da velocidade acelerada da civi-

8 Na famosa carta a Oliveira Martins, de 10 de Maio de 1884, Eça escreve: “O que me consola é que todas as nações se vão desnacionalizando e que tudo tende a uma unidade comum, como o preço das estampilhas. Dentro em pouco, há-de haver um só tipo de homens, em toda a Europa, com o mesmo feitio moral, as mesmas frases, e o mesmo corte de barba.” (COR I: 227)

9 Esta crítica deve ser vista sob o contexto histórico da introdução da ordem global de zonas de tempo, sob a liderança inglesa (meridiano de Greenwich) e americana, a partir da confe-

lização moderna, chegando a uma crítica discursiva abrangente do posicionamento de Portugal em relação à Europa:

“Carlos e Ega a correr com a única esperança de apanhar o americano para chegar a tempo ao jantar, depois de ter proferido «a teoria definitiva da existência»: «Com efeito, não vale a pena fazer um esforço, correr com ânsia para coisa alguma», mas, de facto, já ofegante, correndo com o grito repetido: «Ainda o apanhamos!»” (M, 716)

O ensaio intitulado “Europa”, publicado no mesmo ano de 1888 da edição d’*Os Maias*, representa uma peça-chave desta mesma crítica discursiva. São descritas as crises político-sociais de cada nação europeia, chegando-se sempre à mesma conclusão de que “a máquina se desconjunta e que a situação da Europa é medonha!” (NC, 149). Neste quadro, Portugal destaca-se pela “azulada doçura do nosso céu carinhoso”, portanto pela “contente simplicidade da nossa natureza meio árabe”, isto é, parcialmente não-europeia, aparecendo como a peça idílica e negligenciável desta “máquina, desconjuntando-se” (NC, 148). É uma peça da qual nem valia a pena falar, a não ser pelos dotes naturais e imateriais que partilham países meridionais como Portugal e a Grécia (NC, 149).

No entanto, um colectivo (“nós”) aplica “todas as enfermidades da Europa, em proporções várias,” ao país (NC, 149), parodiando o estado de alienação nacional e cultural num discurso expressamente necrológico: este discurso aproveita a imagem antropomorfa do país como corpo doente, que prolifera nesta época, e ridiculariza o discurso patriótico que obsessivamente afirma a propriedade nacional dos bens.<sup>[10]</sup>

Em terceiro e último lugar é referida a “eloquência degenerando da loquacidade – da verbosidade descambando na verborreia” (NC, 149). Para Eça, a crise da própria linguagem representa o aspecto crucial da decadência nacional. Denuncia-se o prazer de proferir epílogos e necrológicos acerca da situação das nações como reacção antiqüíssima perante uma normalidade – a crise:

---

rência internacional de 1884 (Washington) e – num processo de unificação, no qual Portugal participa – universalmente estabelecida até 1913 (vd. Blaise, 2000).

10 “E desgraçadamente, além destes males, uns nascidos do nosso temperamento, outros traduzidos do francês, morremos a mais de um outro mal, todo nosso, (...)” (NC, 149)

“E todavia, no fundo, a situação é simplesmente normal. Natural e normal, e para ninguém pode ter terrores. (...) este fim do Mundo nada oferece de pavoroso. A situação da Europa, na realidade, nunca deixou de ser medonha. (...) A «crise» é a condição quase regular da Europa.” (NC, 149)

A qualidade desta argumentação não reside numa comparação concreta da situação finissecular com outras nas quais tinha surgido uma forte sensação de decadência ou catástrofe; transcendendo este nível de pensamento e escrita, devemos destacar, em primeiro lugar, a *visão* meta-histórica que questiona o sentido das categorias de início e fim, revelando-as como elementos de construção discursiva que se repete em diversos contextos históricos,<sup>[11]</sup> e, em segundo lugar, a *escrita* meta-histórica que nasce da crítica de uma ordem de discurso que mergulha, com mais ou menos prazer do *discours de loisir*, nesta construção discursiva do fim.

Em comparação com o texto “Europa”, discursos actuais soam quase anacrónicos quando criticam a loquacidade quotidiana e banalizadora sobre a crise. Tal como muitos contemporâneos, o escritor português confia na força regeneradora, do ciclo vegetativo da natureza,<sup>[12]</sup> certamente influenciado nesta visão pela corrente vitalista de Ernst Haeckel e outros. Contudo, resta a dúvida: terá Eça realmente confiado nesta força? Porque no texto “Europa”, esta confiança de o epílogo se tornar novamente prólogo é, de certa forma, relativizada pela imediata antecipação do próximo fim da anunciada “rica vegetação de liberdades e de noções” (NC, 151) – historicamente, o advento daquela República Portuguesa de 1910 cujo centenário e cuja crise presenciámos. O vaticínio de que “outra vez voltará Dezembro” alude não só a um renascer do problema finissecular do diletantismo nas “incertezas novas no espírito” (NC, 151), mas também a uma renovação da retórica da crise que de facto actualmente abunda: “Vozes sombrias afirmarão de novo, em línguas ainda não faladas, que tudo se desconjunta, que a situação é medonha!” (NC,

11 Visão bem patente na seguinte citação: “Já o velho cronista medieval murmurava com infinita desconsolação: «Tudo se desconjunta (...)». Já o mais velho poeta clássico, o comedido e satisfeito Horácio, cantara tristemente, (...): «Tudo se afunda, e, mais que nenhum outro, este tempo é fecundo em misérias.» Naturalmente não se queixavam de *deficits* ou de crises industriais, (...)” (NC, 150)

12 “De sorte que os males presentes, as crises, as misérias, não são mais que o natural deprecimento de Dezembro na floresta humana, donde surgirá uma mais viva, mais rica vegetação de liberdades e de noções.” (NC, 151)

152). Mesmo perante esta repetição cíclica de crises nesta “marcha dolorosa”, Eça acredita que “o mundo avança irresistivelmente!” (NC, 152).

## Referências

Obras de Eça de Queiroz [siglas]

CI *Cartas de Inglaterra*, Lisboa, Livros do Brasil

CP *Cartas de Paris*, Lisboa: Livros do Brasil

COR *Correspondência*, 2 Vols., (coord.) Guilherme de Castilho, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

FM *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Livros do Brasil

M *Os Maias*, Lisboa, Livros do Brasil

NC *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Livros do Brasil

BARRENTO, João (1996), “Apostila à apostila de *Diários Portugueses* de Curt Mayer-Clason”, *A Phala* n° 48, Lisboa, pp. 119-120.

BARRETO, António (1996), *Tempo de Mudança*, Col. Antropos, Lisboa, Relógio D’Água.

BLAISE, Clark (2000), *Time Lord: Sir Sandford Fleming and the Creation of Standard Time*, London, Weidenfeld & Nicolson.

BOURGET, Paul (1883), *Essais de Psychologie Contemporaine*, Paris, Alphonse Lemerre.

ENZENSBERGER, Hans Magnus (1986), “Portugiesische Grübeleien”, in *id.* (1987), *Ach Europa! Wahrnehmungen aus sieben Ländern*, Frankfurt / Main, Suhrkamp, pp. 179-233.

FALCONER, Graham (1987), “Flaubert, James and the Problem of Undecidability”, *Comparative Literature* n° 39/1, pp. 1-8.

GROSSEGESSE, Orlando (1997), “O fantasma do chinês deschinesado”, in Eça de Queiroz, *Chineses e Japoneses*, Lisboa, Cotovia, pp. 7-26.

GROSSEGESSE, Orlando (2002), “Eça e a Europa. Epílogo que será um prólogo”, in Carlos Reis et al. (orgs.), *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos 2000*, Coimbra, Livraria Almedina, vol. I, pp. 175-189.

GROSSEGESSE, Orlando (2010), “A tragédia da impossibilidade do evento – *Os Maias*, o *Big Brother* e a pedagogia dos *media*”, in *El desierto y la sed. Estudios Culturales Iberoamericanos*, vol. II, IC – *Revista Científica de Información y Comunicación*, Universidad de Sevilla, n° 7 / 2010, pp. 105-118.

HUYGHE, François-Bernard / Barbès, Pierre (1987), *La soft-idéologie*, Paris, Robert Laffont.

LOURENÇO, Eduardo (1978), “Repensar Portugal”, in *id.*, *O Labirinto da Saudade*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 65-78.

- LOURENÇO, Eduardo (1988), *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- LOURENÇO, Eduardo (1996), “Imagem e Miragem da Lusofonia”, in *id.* (1999), *A Nau de Ícaro seguida de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa, Gradiva, pp. 163-182.
- NEVES, João César de / Rebelo, Sérgio (1996), *Executivos interpelam Portugal. Questões-chave da nossa economia*, Lisboa, Verbo [prefácio de Aníbal Cavaco Silva].
- REIS, Carlos (2003), “Eça e a Europa ou as duas razões”, in Maria Luísa Cusati (org.), *Eça de Queirós e l’Europe*, (org.), Napoli, Università degli studi di Napoli «L’Orientale» [Collana di Letterature Comparete, n° 6], pp. 23-38.
- SEIXAS, Paulo Castro (2002), “Portugueses na Transição”, in Ana Gomes / Paulo Castro Seixas / José Manuel Garcia (orgs.), *O Futuro do Passado – Timor Lorosae*, Lisboa, Centro Nacional de Cultura / APAD.
- ZIMA, Peter V. (1983), “Vom Dandy zum Künstler – oder Narcissus bifrons”, *Romanistische Zeitschrift für Literaturgeschichte*, n° 3-4, pp. 406-434.





# FIGURAÇÕES SINEDÓQUICAS DA CRISE EM EÇA DE QUEIRÓS

Maria João Simões  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Esclarecer o conceito de vida activa e pensar a actuação do homem na esfera pública é um dos objectivos da obra *A Condição Humana* de Hannah Arendt, afirmando a autora que:

“... a tarefa e a grandeza dos mortais têm a ver com a sua capacidade de produzir coisas – obras e feitos e palavras – que mereciam pertencer e, pelo menos até certo ponto, pertencem à eternidade, de modo que, através delas, os mortais possam encontrar o seu lugar nos cosmos onde tudo é imortal excepto eles próprios.” (Arendt, 2002: 31)

Embora as suas reflexões sejam profundamente filosóficas, Hannah Arendt preferia que a considerassem uma politóloga, pois a sua preocupação dirige-se sobretudo para as consequências práticas do pensamento, questionando a relação do homem com o mundo:

“A *vita activa*, ou seja a vida humana na medida em que se empenha efectivamente em fazer algo, tem raízes permanentes num mundo de homens ou de coisas feitas pelos homens, um mundo que ela jamais abandona ou chega a transcender completamente.” (Arendt, 2002: 38)

De entre as múltiplas questões caras a Eça de Queirós, também esta questão da acção é uma das mais importantes. Com efeito, o escritor, à boa maneira realista, pugnou arduamente contra a passividade, chamando a atenção para as consequências da inércia, do conformismo e da estagnação individual e social. O desenho de algumas das suas principais personagens revelam isto mesmo – bastar pensarmos em Carlos da Maia e nos seus projectos de ter consultório, de montar um laboratório e de criar uma revista, ou em Gonçalo Mendes Ramires em luta constante contra a inércia a que o votava a sua situação de aristocrata de província falido.

Tão premente é esta ideia da necessidade de acção que o autor a coloca até na configuração do seu dândi e diletante Fradique, chegando a refutar a crítica do parisiense Alceste sobre a inacção de Fradique<sup>[1]</sup>, precisamente para conferir um matiz particular ao seu diletantismo:

“Nada menos reflectido que as designações de *indolência*, *indiferença* repetidamente (...) para marcar com precisão a natureza de Fradique. Ele foi, ao contrário, um homem todo de paixão, de acção, de tenaz labor. E escassamente pode ser acusado de *indolência*, de *indiferença*, quem, como ele, fez duas campanhas, apostolou uma religião, trilhou os cinco continentes, absorveu tantas civilizações, percorreu todo o saber do seu tempo.” (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1032)

Mas se Fradique esgota todo o seu labor na absorção de formas múltiplas de existir e pensar, é porque não acredita no homem de acção, sobretudo em Portugal, nutrindo “pelos políticos todos os horrores”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1022).

A frouxidão do homem político português, para Fradique está interligada com o laxismo do Estado – eis a razão pela qual Fradique pode afirmar que o Estado gosta do comendador Pinho, um útil prestamista, porque dum “Pinho nunca pode sair ideia ou acto, afirmação ou negação, que desmanche a paz do Estado.”<sup>[2]</sup> Assim gordo e quieto, colado sobre o organismo social, não con-

---

1 Segundo o narrador, numa “carta dirigida a Oliveira Martins, de 1883, Fradique diz: ‘ – O homem, como os antigos reis do Oriente, não se deve mostrar aos seus semelhantes senão única e serenamente *ocupado no officio de reinar – isto é, de pensar*’.” (Queirós, CFM, Vol.2, 1979: 1011).

2 E Fradique explica o que o Comendador Pinho represeta socialmente: “Socialmente, Pinho é um lobinho: e nos nossos tempos, em que o Estado está cheio de elementos mórbidos, que o parasitam, o sugam, o infeccionam e o sobreexcitam, esta inofensibilidade de Pinho pode

correndo para o seu movimento, mas não o contrariando também, Pinho apresenta todos os caracteres duma excrescência sebácea”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1075).

O que Eça aponta aqui é essa pulverização da responsabilidade e do poder identificada por Michel Foucault que afirma que o poder “é veiculado por uma rede capilar tão estreita que nos perguntamos onde poderá não existir poder”. A ordem e o progresso, como princípios da sociedade capitalista, acabam sendo contraditórios e uma vez instaurada uma ordem logo se torna um *statu quo* cristalizado e imobilista, instituindo o que M. Foucault chama “um dispositivo de saber-poder” (*apud*, Veyne, 2009: 100), com as suas próprias verdades inabaláveis.

O que Eça claramente identifica é a relação entre um poder estabelecido e a sua verdade, os quais, para perdurarem e persistirem, criam conselheiros Acácios às molhadas. Porém, pela sua improdutividade e nulidade o acacianismo precipita a CRISE – os Acácios são, ao fim e ao cabo, catalisadores das CRISES (político-económicas).

A composição típica da conselheiral figura, plasmada nos diversos conselheiros da obra queirosiana, veicula a representação da *nulidade* e a figuração da *vacuidade* e da *inoperacionalidade* da política portuguesa.

O Conselheiro Gama Torres d’O *Conde de Abranhos* é, neste sentido, um exemplar elucidativo, conseguindo o romancista, com umas breves pinceladas, desenhar esta figura que Zagalo, pressurosamente, logo encaixa na tipologia a que pertence:

“Os fundadores da *Bandeira*, moços ambiciosos (...) tinham encontrado um patrono num homem político, alta figura de relevo na história Constitucional, o conselheiro Gama Torres. (...)...todos sabiam que por trás daquele olhar parado um mundo de ideias fermentava.

É curioso observar quantos homens públicos do nosso país têm esta aparência apagada, vazia, vaga, abstracta, sonâmbula; e, todavia, eu (...) sei quanto génio habita em segredo naquelas cabeças calvas ou cabeludas, a que os superficiais (...) acham um aspecto alvar. É que nós somos uma raça reservada, inimiga da ostentação e das atitudes (...).

---

mesmo (em relação aos interesses da ordem ser considerada como qualidade meritória, Por isso o Estado, segundo corre, o vai criar barão.” (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1076).

[O conselheiro] não gostava de fazer a esmola de uma ideia. Não o censo, pois (...) ele dava todo o seu tempo e todo o seu génio às grandes questões sociais. (...).

...lembro-me de o ter visto, uma noite, em Casa do Conde, numa ocasião de crise ministerial, e nunca esquecerei a terrível impressão que me deixou aquele grande homem, de pé no meio da sala, esgazeando o olhar em redor e dizendo cavamente:

– Os senhores podem crê-lo, nem tudo são chalaças; ele há questões terríveis... A prostituição, o pauperismo, o ultramontanismo... Questões terríveis.” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 327).

O talentoso Pacheco é, também, um exemplar acabado deste tipo de nulidade, uma vez que “não deu ao seu País nem uma obra, nem uma fundação, nem um livro, nem uma ideia”, nem nada que representasse um “acréscimo na civilização portuguesa”. (Queirós, CFM, Vol. 2, 1979: 1064).

Pacheco é o negativo de um homem que de facto seja uma mais-valia para a sociedade e para a Humanidade – dum verdadeiro homem político, segundo Eça.

Na sua explicação do *homo faber*, Hannah Arendt esclarece esta ligação entre a acção, a política e o social:

Só a acção é prerrogativa exclusiva do homem, nem um animal nem um deus é capaz de acção, e só a acção depende inteiramente da constante presença de outros.

Esta relação especial entre a acção e a vida em comum parece justificar a antiga tradução do *zoon politikon* de Aristóteles com *animal socialis* que (...) foi aceite como tradução consagrada: *homo est naturaliter politicus, id est, socialis* (“o homem é, por natureza, político, isto é social”). (Arendt, 2002: 39).

Em Eça, no entanto, a valorização da acção não é aceitável a qualquer preço, como se pode ver nas críticas de “cesarismo, misticismo, sargentismo, burocratismo e voluntarismo” (Queirós, EP, Vol. 2, 1979: 1131) endereçadas a Guilherme II da Alemanha, insinuando que o imperador possa ser um viciado da acção, tanto mais que a usa licenciosamente:

“... eu antes penso que o imperador Guilherme é simplesmente um *diletante da acção* – quero dizer um homem que ama fortemente a acção,

compreende e sente com superior intensidade os prazeres infinitos que ela oferece, e a deseja portanto experimentar e gozar em todas as formas permissíveis da nossa civilização: Os diletantes são-no geralmente de ideias ou de emoções – [eu] se tentasse ser um diletante da acção, nas suas expressões mais altas, comandar um exército, reformar uma sociedade, edificar cidades, teria de possuir, não uma livraria, mas um império submisso. Guilherme II possui esse império; e hoje que se libertou da dura superintendência do velho Bismarck pode abandonar-se ao seu insaciável diletantismo da acção com a licença «com que o corcel novo (como diz a Bíblia) galopa no deserto mudo».” (Queirós, EP, Vol. 2, 1979: 1131).

A reforçar esta preocupação com a acção surge, na ficção queirosiana, a consciência que muitas das personagens mais esclarecidas têm da inoperância e da inactividade dos homens políticos e dos que têm responsabilidades decisórias, e também da passividade e inércia portuguesas<sup>[3]</sup>. É bem conhecida a crítica à “mesmice” e ao carácter frouxo dos políticos n’*Os Maias*, muitas vezes veiculada em “perspectiva movente” (segundo a conceptualização teórica de Lilian Furst<sup>[4]</sup>): no caso deste romance, sobretudo a perspectiva de Ega e a de Carlos da Maia.

Ora uma das figurações da crise na ficção queirosiana está relacionada com uma reacção típica dos políticos perante uma situação de crise: trata-se do que se pode designar por *retracção estratégica* e que consiste num apaga-

3 A passividade dos homens políticos não é exclusiva dos portugueses – basta pensar na figura de Steinbroken, o diplomata filandês de *Os Maias* que, embora não mostre agir, vive da aparência de seriedade de tal modo que diz a Carlos que não pode aceitar o não “oferecimento de Afonso da Maia, que pusera à sua disposição Sta. Olavia, para ele se restabelecer nesses ares fortes e limpos do Douro. (...) Mas, infelizmente, Sta. Olavia era longe, tão longe!... Tinha de se contentar com Sintra, de onde podia vir todas as semanas, uma, duas vezes, vigiar a Legação. *C’était enuyeux, mais...* A Europa estava num desses momentos de crise, em que homens de estado, diplomatas, não podiam afastar-se, gozar as menores férias. Precisavam estar ali, na brecha, observando, informando...

- C’est très grave, murmurou ele, parando, com um pavor vago no olhar azulado... C’est excessivement grave!

Pediu a Carlos que olhasse em torno de si para a Europa. Por toda a parte uma confusão, um *gâchis*. Aqui a questão do Oriente; além o socialismo; por cima o Papa, a complicar tudo... Oh, très grave! (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 142).

4 Lilian Furst considera que os romances realistas se caracterizam não apenas pela utilização da omnisciência do narrador mas também por uma “movência da perspectiva”, uma vez que o leitor tem acesso à história muitas vezes através da perspectivas de várias personagens – cf, Furst, 2005: 63.

mento estratégico em tempos de crise. Tal reacção surge bem representada pelo Conde de Gouvarinho no cap. XV d’*Os Maias*:

“Mas, exclamou logo o Ega, crise porquê, assim em pleno remanso, com as câmaras fechadas, tudo contente, um tão lindo tempo de outono?

O Gouvarinho encolheu os ombros com reserva. (...) o presidente do conselho fora ao paço (...) determinado a «largar o poder»... Não sabia mais. (...) Como noutras ocasiões de crise, conservara-se retirado, calado, esperando... (...)

Isto parecia a Carlos uma abstenção pouco patriótica...

– Porque enfim, Gouvarinho, se os seus amigos subirem...

– Exactamente por isso, acudiu o conde (...), não desejo pôr-me em evidência... Tenho o meu orgulho (...)... Se a minha experiência, a minha palavra, o meu nome são necessários, os meus correligionários sabem onde eu estou, venham pedir-mos.” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 379).

Neste romance encontramos também algumas das figurações mais radicais dos modos de reagir perante a inevitável crise económica para a qual o país caminha – a bancarrota. E Portugal caminha para a bancarrota, não a trote mas num “galopezinho muito seguro e muito a direito”, como afirma Cohen, no célebre jantar do Hotel Central.

Ega exulta perante a possibilidade do país entrar em bancarrota porque isso não seria senão o prelúdio da Revolução que iria “varrer a monarquia” e a sociedade velha. E, como solução radical, defende, como é sabido, a “invasão espanhola”, pois só ela poderia fazer ressurgir o espírito patriótico que nos salvasse, ainda que tal nos ficasse muito oneroso, pois pagaríamos as previsíveis alianças com as “colónias que só nos servem, como a prata de família aos morgados arruinados, para ir empenhando em casos de crise...” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 118).

Porém, se, sob perigo de perda da independência, Ega patrioticamente pensa que a tarefa poderia regenerar o país e Alencar ainda pegaria numa espingarda, já Dâmaso Salcedo depressa fugiria.

A *fuga* é assim outra figuração relacionada com a crise: Dâmaso representa sinodoicamente esta reacção de “virar costas e fugir”, ou seja, deste reactivo “escapular-se” Dâmaso será apenas um exemplo de entre muitos, como muito bem percebe e esclarece Ega:

“E no silêncio que se fez Dâmaso (...) ergueu a voz pausadamente, disse, com um ar de bom senso e de finura:

– Se as coisas chegassem a esse ponto, se pusessem assim feias, eu cá, à cautela, ia-me raspando para Paris...

Ega triunfou, pulou de gosto na cadeira. Eis ali, no lábio sintético de Dâmaso, o grito espontâneo e genuíno do brio português! Raspar-se, pirar-se!...” (Queirós, OM, Vol. 2, 1979: 119)

*A fátua histeria patriótica* é outra figuração reactiva à crise política, sendo habilmente representada por Eça na caricatura de alguns políticos. Tal é, por exemplo, a reacção do Conde de Abranhos, de acordo com o relato do seu fiel secretário Zagalo, o qual não pôde ir ver a *revolução* por ser caro o preço da tipóia que o levaria a Belém presenciar o *pronunciamento* militar. Quando se confirma a revolta Zagalo corre ao jornal *Estandarte* onde o Conde “fazia oposição” e ouve a sua reacção inicial:

“... «precipitara-se para o seu posto, desde que soubera da crise da Pátria!»

Se houvesse guerra civil, ele queria bater-se em defesa da Carta e da Legalidade (...). Se não houvesse guerra civil, pensava combater a ditadura militar (...)” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 388).

Ora nesse mesmo dia, à noite, quase aceita vir a ser Ministro da Justiça quando é contactado por um primo do general – só não o faz por calculismo astuto e prudente de quem não quer perder futuras oportunidades por se juntar-se a um governo “inconstituicional”.

Outra figuração da crise é a do *bode expiatório* da crise.

Esta situação surge explicitada numa das suas *Cartas de Inglaterra*, de 1881<sup>[5]</sup>, onde Eça fala sobre a perseguição dos judeus e a política abstencionista de Bismarck:

“Os jornais ingleses não compreendem a atitude do senhor de Bismarck aprovando tacitamente o movimento antijudaico. É fácil de perceber; é um rasgo de génio do chanceler. (...)”

5 Trata-se de mais uma das várias cartas enviadas para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, publicada a 7 de Janeiro de 1881, no nº 7 do Ano VII, com o título “Cartas de Inglaterra: A perseguição dos judeus”, coleccionada por Luís de Magalhães em *Cartas de Inglaterra* (1905) com o título “Israelismo”. (GUERRA DA CAL, Tomo I, 1975: 218 e 323).

Na Meia Idade, todas as vezes que o excesso dos males públicos, a peste ou a fome desesperava as populações; todas as vezes que o homem escravizado, esmagado e explorado mostrava sinais de revolta, a Igreja e o príncipe apressavam-se a dizer-lhe: «Bem vemos, tu sofres! Mas a culpa é tua. É que o judeu matou Nosso Senhor e tu ainda não castigaste suficientemente o judeu.» A população então atirava-se aos judeus (...) Quando a besta popular mostrava sede de sangue –servia-se à canalha sangue israelita.

É justamente o que faz, em proporções civilizadas, o senhor de Bismarck. A Alemanha sofre e murmura: a prolongada *crise* comercial, as más colheitas, o excesso de impostos, o pesado serviço militar, a decadência industrial, tudo isto traz a classe média irritada. (...)

... à falta de uma guerra, o príncipe de Bismarck distrai a atenção do alemão esfomeado – apontando-lhe para o judeu enriquecido.” (Queirós, CI, Vol. 2, 1979: 533)

Aliás, a Alemanha, apesar de surgir no panorama político europeu como uma torre maciça enquanto potência económica não escapa à doença da CRISE que assola o velho continente, como Eça mostra no conhecido texto intitulado “Europa”, de 1888<sup>6</sup>.

Neste texto, é a própria Europa que surge figurada como uma entidade estruturalmente vulnerável à crise e a argumentação de Eça caminha no sentido de revelar o modo como a crise é um factor endógeno à própria existência da Europa. Trata-se de um texto onde Eça faz um lúcido e exaustivo diagnóstico do estado reiterado de crise em que caem os diversos países, sendo a metáfora do hospital claramente explicitada desde o princípio do texto – a isotopia da doença mantém-se ao longo do texto através das mais variadas expressões: chagas, lesões, etc.. Eça mostra uma Europa constantemente atravessada não só pelas cíclicas CRISES do desenvolvimento económico, como também por diversificadas CRISES políticas com múltiplas raízes fasciculadas presas à sua longa história – crises essas que são rizomaticamente propagáveis aos países vizinhos. O escritor explica detalhadamente as vulnerabilidades dos diversos países e, no que diz respeito a Portugal, aponta um mal acrescido: a tagarelice, pois “enquanto quanto à tormentas sociais nas outras naus se trabalha, na nossa rota e rasa caravela tagarela-se.” (Queirós, NC, Vol.2, 1979: 1467).

6 Trata-se de um texto enviado de Bristol para a *Gazeta de Notícias*, cinco meses antes de Eça ser transferido para Paris.



O prognóstico deste nosso mal já era terrível no tempo de Eça, e, de então para cá, não tem melhorado – como recentemente Mário de Carvalho pôs em evidência nessa fustigante sátira ao Portugal contemporâneo que é a sua obra *Fantasia para Dois Coronéis e uma Piscina*. Para este autor, este mal atinge Portugal como uma doença crónica, pois, na verdade, o nosso “país não tem nada a dizer, a ensinar, a comunicar. O país quer aturdir-se. E a tagarelice é o meio de aturdimento mais à mão”<sup>[7]</sup>, sendo o “falatório”, na verdade, “causa de inúmeros despautérios, frouxas produtividades e más-criações.” Ninguém está imune à doença: ela atinge todas as profissões e todas as classes – sobretudo com a praga dos telemóveis: “Passam-se dias, meses, anos, remoem as depressões, adejam perigos e o país a falajar, falajar, falajar.” (Carvalho, 2003: 11).

Neste país tagarela aliás, segundo Eça, não só “a «crise» é a condição quase regular”, como acontece por toda a Europa, como, para além disso, é tudo tão confuso que não se sabe quando começa ou finda a crise. Ficcionalmente é esta mesma ideia que surge plasmada na hesitação do narrador d’*O Conde de Abranhos*, quando afirma: “Mas, finalmente, a crise veio – ou antes findou.” (Queirós, CA, Vol. 3, 1979: 395).

A ficção queirosiana apresenta ainda, reiteradamente, uma outra abordagem da crise: aquela que parte da “crise individual amorosa” e da “crise familiar”, com um efeito repercussivo generalizante. De facto, trata-se de crises que funcionam como uma espécie de *microcosmos* sinedóquico do que se passa a nível nacional.

Com efeito, as principais personagens queirosianas são, de variadas formas, atingidas por uma crise na sua vida que não conseguem vencer de modo digno: Pedro da Maia, João da Ega<sup>[8]</sup> e, destacadamente, Carlos da Maia.

O mesmo se passa com as personagens femininas – como é exemplo o caso de Luísa a quem a crise chega pela chantagem de Juliana. Tal não é de

---

7 O início desta obra de Mário de Carvalho é pautado por um a fortíssima tonalidade satírica: «Assola o país uma pulsão coloquial que põe toda a gente em estado frenético de tagarelice, numa multiplicação ansiosa de duos, trios, ensambles, coros... fervem rumorejos, conversas, vozeios, brados que abafam e escamoteiam a paciência de alguns, os vagares de muitos, e o bom senso de todos. O falatório é causa de inúmeros despautérios (...).» (Carvalho, 2003:10)

8 Recorde-se que, no clímax da sua crise amorosa com Raquel Cohen, Ega “queixou-se de não ter amigos. Ali estava, na maior crise da sua vida...” (Queirós, OM, Vol.2, 1979: 191).

admirar se nos lembrarmos do que Eça diz sobre a educação das mulheres n'As Farpas:

“Uma menina portuguesa, não tem iniciativa (...). Precisa ser (...) governada; de outro modo, (...) fica no meio da vida, com os braços caídos. Perante (...) uma *crise* de família, uma situação difícil, rezam. Têm a fé abstracta que só Deus (...) pode (...) dar-lhes a decisão (...) : mas terminam quase sempre por seguir o conselho da criada.” (Queirós, UCA, Vol. 3, 1979: 1205).

Aqui é bem visível como argumentação de Eça caminha do particular para o geral. E neste caminho do particular ao geral, muito próprio dos realistas, é fácil ver a preocupação social do escritor. Eça sabe bem que estas crises industriais “nascida[s] da necessidade que a prolífica e atulhada [nação] tem de vender o que fabrica, para comprar o que come =necessidade implacável que a força (...) a arranjar povos vassalos, para obter povos fregueses”, traz como consequência essa “afluência tumultuária às cidades, fazendo que o trabalho cada vez rareie mais, sob a indefinida multiplicação da plebe operária; e daí a formação dessas turbas esquálidas de proletários esfomeados e regelados, sem lugar na sociedade”.

Se Eça afirma isto em 1888, já em 1867, com 22 anos, estava consciente de que quem verdadeiramente paga toda a crise é o Povo de todo mundo – os homens que nos vestem e nos alimentam e a quem o “mundo oficial” despreza, não “vela[ndo] por eles”, “deix[ando]-lhes morrer a alma” e não os instruindo:

“Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos (...) que sofrem, que se lamentam em vão.

Estes homens são o Povo. (...)

Estes homens, nos tempos de lutas e de crises, tomam as velhas armas da Pátria e vão (...) combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem ventura (...), para que nós conservemos o nosso descanso opulento.” (Queirós, PJ-DE, Vol. 4, 1986: 349)

E Eça termina este fortíssimo texto com uma conclusão que é simultaneamente um apelo:

É por isso que os que tem coração e alma, e amam a Justiça, devem lutar e combater pelo Povo. (*Idem*).

**Referências:**

- ARENDETT, Hannah (2002) *A Condição Humana*, Lisboa, Relógio de Água.
- CARVALHO, Mário de (2003) *Fantasia Para Dois Coronéis e Uma Piscina*, Lisboa, Caminho, 2003.
- FURST, Lillian (1995) *All is True. Claims and Strategies of Realist Fiction*, Durham /London, Duke University Press.
- DA CAL, Ernesto Guerra DA CAL, Ernesto Guerra (1975) *Lengua y Estilo de Eça de Queiroz, Apéndice. Bibliografía Queirociana Sistemática y anotada e Iconografía del Hombre y de la Obra*, Tomo I, 1975; Tomo II, A e B, 1976; Tomo III, 1980; Tomo IV, 1984; Tomo V, 1984; Coimbra, Por Ordem da Universidade.
- QUEIRÓS, Eça de (1979) *Obras de Eça de Queirós*, I, II e III ; Vol. IV (1986), Porto, Lello & Irmão Editores.
- VEYNE, Paul (2009) *Foucault. O pensamento, a pessoa*, Lisboa, Texto & Grafia.



# O ESTILO DE EÇA/FRADIQUE E A REFLEXÃO SOBRE A LINGUAGEM (LITERÁRIA)

Francisco Sousa Neto

UNIVERSIDADE ABERTA – F.C.T.

*Exactamente porque foi um artista – astro de intensa luz – é que ele ganhou a perenidade. Exactamente porque produziu arte é que Eça de Queirós é actual e continuamos a lê-lo com paixão. [...] É-se actual em arte quando se é perene.*

Isabel Pires de Lima

Decorridos mais de cem anos após a morte de Eça de Queirós, a sua obra mantém a capacidade de cativar novos leitores, de originar novas análises e de estimular a contínua produção de adaptações ou reinvenções no campo teatral, cinematográfico e literário. Estes três factores comprovam a inequívoca actualidade e intemporalidade da produção literária do autor d’*Os Maias*.

Para confirmar a perenidade da escrita eciana e a relevância de (re)ler Eça de Queirós no século XXI, centrar-nos-emos em aspectos concernentes à actualidade do seu estilo, das temáticas abordadas e das reflexões que a obra encerra no que diz respeito à linguagem literária. A ilustração dessas considerações basear-se-á em textos diversos: cartas, crónicas, artigos, ensaios, prefácios, concedendo particular destaque a “uma das mais fascinantes obras de Eça de Queirós” (MATOS: 203) – *A Correspondência de Fradique Mendes* (1888-1900) —, e a uma das *Cartas Inéditas* do poeta-dândi<sup>[1]</sup>.

Um dos principais motivos do nosso enleio pela escrita de Eça de Queirós é, como acabámos de mencionar, o seu exemplar estilo, caracterizado pela originalidade e pela simplicidade, pela elegância e excelência da forma, pela eficiência e singularidade da sua crítica, da sua fina e exímia ironia e do seu humor inimitável.

---

1 Para identificar as citações retiradas d’ *A Correspondência de Fradique Mendes* e das *Cartas Inéditas de Fradique Mendes*..., utilizaremos, respectivamente, as siglas *CFM* e *CIFM*.

O próprio autor, quando se queixa que à sua escrita falta “força”, refere que possui, no entanto, “limpidez, fibra, transparência, precisão, clareza”. Em carta a Alberto de Oliveira, remetida de Paris a 6 de Agosto de 1894<sup>[2]</sup>, Eça afirma que “a Prosa é um dom, e dos deuses, como a Beleza” (QUEIRÓS, 2008, II: 279) e que “precisão, limpidez e ritmo [...] são qualidades de Razão e das melhores” (*idem: ibidem*).

Estas afirmações revelam a lucidez e o espírito crítico do autor – que, como veremos, não deixava de tecer autocríticas, por vezes desajustadas, a respeito dos seus escritos – e indiciam também a sua consciência da qualidade insuperável da sua prosa. Além disso, a alegada identificação que é feita entre Razão e estilo já havia sido formulada por Carlos da Maia, que “parece ser frequentemente porta-voz do seu criador” (MATOS: 198). Com efeito, num diálogo entre Afonso da Maia e o seu neto, sobre a “preocupação peninsular” (QUEIRÓS, 2006: 259) que este sentia de “pôr as ideias, a observação, numa forma de gosto e de simetria, dar-lhe cor, dar-lhe relevo” (*idem: ibidem*)<sup>[3]</sup>, Carlos da Maia apresenta como provável a ideia de o estilo constituir “uma disciplina do pensamento” (*idem: 260*). Parece-nos que será, de facto, assim, tendo em conta a inteligência e a lucidez crítica que diferenciam a prosa eciana.

Podemos, neste âmbito, fazer alusão à faceta obsessivamente perfeccionista da escrita de Eça de Queirós. Após um árduo e copioso trabalho de escrita, o autor reformulava e aperfeiçoava todos os seus escritos, com um “zelo de penitente, estimulado até ao mais agudo paroxismo da dor”, como constatou Ramalho Ortigão (*apud* LIMA, 2000: 7). Esta excessiva preocupação com o trabalho estilístico, como etapa fundamental da criação literária, é confirmada pelos manuscritos que chegaram até nós e pela atribulada história editorial de muitos dos seus textos. Na verdade, são numerosos os manuscritos em que encontramos traços evidentes de um rigoroso e consistente

2 A propósito da publicação da colectânea de ensaios *Palavras Loucas*, onde Alberto de Oliveira, colaborador da *Revista de Portugal*, enuncia o programa do movimento neogarretiano, de que foi o principal defensor.

3 Trata-se, por outras palavras, da enorme preocupação que os peninsulares dedicam à perfeição formal em detrimento da ideia. É esse excessivo cuidado com a forma que leva Afonso da Maia a considerar Carlos “um retórico” (*idem: 260*) e a afirmar: “O português nunca pode ser homem de ideias, por causa da paixão da forma. A sua mania é fazer belas frases, ver-lhes o brilho, sentir-lhes a música. Se for necessário falsear a ideia, deixá-la incompleta, exagerá-la, para a frase ganhar em beleza, o desgraçado não hesita... Vá-se pela água abaixo o pensamento, mas salve-se a bela frase” (*idem: 259*).

trabalho de escrita, antes da sua apresentação em público. Além disso, muitas obras de Eça de Queirós foram submetidas a profundas alterações, particularmente a nível estilístico, mesmo após a sua publicação. Neste âmbito, merece particular destaque o conhecido caso d’*O Crime do Padre Amaro*, paralelamente a textos como *O Mandarim* e *A Ilustre Casa de Ramires*, que foram objecto de várias versões. Terá sido este sentido agudo de insatisfação estética que levou o autor a afirmar, ao fazer a autocrítica d’*A Capital*: “Sou uma besta: sinto o que devo fazer, mas não o sei fazer” (carta a Ramalho Ortigão de 28 de Novembro de 1878 – Queirós, 2008, I: 175). Numa missiva dirigida ao Conde de Arnoso, de 21 de Julho de 1897, Eça reconhecia mesmo:

“O meu mal é o amor da perfeição – este absurdo afã de querer fazer as coisas mais corriqueiras, sempre do modo mais completo e brilhante. Se se trata de espirrar, eu tanto me preparo para que o espirro seja suave e musical, que a coisa termina sempre em carantonha, ronco e porcaria. Se se trata de mandar para um jornal a simples notícia de que um amigo chegou, eu tanto cinzelo e repulo que a notícia parece feita no Leitão ourives e dá a sensação que o amigo partiu. Se se trata de escrever seis linhas a um velho Bernardo [o conde de Arnoso], eu espero até ter o vagar de escrever uma epístola muito cheia, muito completa, muito divertida, muito amiga, e a consequência é que o vagar não vem e nunca se consegue a primeira linha.” (Queirós, 2008, II: 385-386)

A busca incessante da perfeição técnico-estilística e o escrupuloso cuidado e exigência com que Eça trabalhava os seus textos recordam muito a hiperbólica obsessão do Fradique eciano – supostamente um *alter-ego* ou “uma espécie de duplo, fortemente idealizado, do Eça-real, seu inventor” (PIEIDADE, 2003: 65) – pela produção de um discurso de absoluta perfeição e beleza formais.

Com o depoimento de Fradique, Eça tematiza “a problemática da forma, como questão ao mesmo tempo crucial e traumática” (REIS, 2000)<sup>[4]</sup>. Para o mítico ‘cinzelador’, “escrever [...] era uma experiência frustrante e publicar era um acto inatingível” (*idem: ibidem*). Na verdade, perante a proposta que o narrador-biógrafo das “Memórias e notas” faz a este “superior espírito” (CFM: 106) para “compor um livro” (*idem*: 104) sobre as impressões colhidas

4 Nas citações desta obra, não aparecerá a indicação da página, uma vez que se trata de um documento electrónico: REIS, Carlos (2000), *Vida e Obra de Eça de Queirós: Trajectos, Discursos, Imagens*, Porto Editora Multimédia.

durante uma viagem que fizera a África, Fradique recusa e afirma que não tem “sobre a África, nem sobre coisa alguma neste mundo, conclusões que [...] valesse a pena registrar” (*idem: ibidem*). Esta decisão decorre da consciência que “o verbo humano” (*idem: 105*) seria incapaz de encarnar com rigor e arte “a menor impressão intelectual ou reproduzir a simples forma de um arbusto” (*idem: 105*). A antecipada certeza desta incapacidade – que resulta em frustração – é aplicável a todo o ser humano: “Eu não sei escrever! Ninguém sabe escrever!” (*idem: ibidem*); conclui, então, que “é uma inutilidade escrever” (*idem: 106*). Por isso, opta por um “constante e claro propósito de abstenção e silêncio” (*idem: 107*) a nível literário. Terá contribuído para este silêncio a defesa de “posições eminentemente elitistas e anti-realistas” (REIS, 2000)<sup>[5]</sup>.

O próprio narrador-biógrafo das “Memórias e notas”, propositadamente confundido com Eça, constata que este “feroz insatisfeito” (*idem: 105*), defende a criação de uma linguagem literária que contenha “relevo, cor, intensidade, vida”, “fluidez e equilíbrio”, “vibração e calor” (*idem: ibidem*) que não encontrava “nos dois melhores séculos da literatura francesa” (*idem: ibidem*). Esta persistente insistência de Fradique na perfeição formal como componente essencial da obra literária, ao revelar-se inatingível, dá lugar a uma “obsessão de efeitos mutilantes” (REIS: 2000).

Numa outra passagem, o narrador-editor confere a este “transcendente espírito” (CFM: 100) características como a “vivaz invenção”, a “fantasia”, o “humorismo” e o “gosto” (*idem: 114*), atributos que também estão presentes no espirituoso Eça<sup>[6]</sup>.

No entanto, ao contrario de Fradique, Eça escreveu e publicou, num estilo que – “mesmo com as angústias e com os penosos trabalhos que este estilo

5 Fradique pretendia “em prosa «alguma coisa de cristalino, de aveludado, de ondeante, de marmóreo, que por si só [...] realizasse uma absoluta beleza [...] e que [...] tudo pudesse traduzir desde os mais fugidios tons de luz até os mais subtis estados de alma...»” (CFM: 105-106). Por outras palavras, o dândi sonhava com “uma prosa como ainda não há” (*idem: 106*). Por conseguinte, “só se podem produzir formas sem beleza: e dentro dessas mesmas só cabe metade do que se queria exprimir, porque a outra metade não é redutível ao verbo”.

6 Verifica-se o mesmo com Ramalho – “uma disposição cerebral que faz descobrir o cómico [...] através das exterioridades convencionais e das fórmulas consagradas” (QUEIRÓS, 2000: 35) – e com Eduardo Prado – “inata alegria”, “vivacidade inventiva”, “veia ricamente cómica”, “abundância e delicioso humorismo da anedota” (*idem: 377*). Recorde-se, a este propósito, que Eça criou o inexistente Fradique com pedacitos retirados dos seus amigos, o que faz do exótico dândi uma ‘manta de retalhos’.



exigiu – testemunha de forma definitiva a possibilidade de, desse modo, elaborar uma prosa a vários títulos incomparável” (REIS, 2000).

A exigência estética e o consistente trabalho, que conduzem à inigualável escrita do autor d’A *Capital*, remetem inevitavelmente para duas qualidades do estilo eciano, já mencionadas: o espírito crítico e a simplicidade. Relativamente a este segundo atributo, Eça, no texto “Deus – Duse”, sobre a actriz Eleanora Duse refere:

“Na arte, quando forte, fina e superior – a *simplicidade* resulta sempre dum violento, quase doloroso esforço. Não se coordena com clara inteligência uma concepção, não se atinge uma expressão fácil, *concisa e harmoniosa*, sem longas, tumultuárias lutas em que arquejam juntos, espírito e vontade.” (QUEIRÓS, s/d 2: 169)<sup>7</sup>

Neste trecho, além do intenso e penoso trabalho que é necessário para alcançar a simplicidade, são mencionadas outras potencialidades do estilo eciano que contribuem para seduzir o leitor coevo: a concisão, a propriedade e a harmonia.

Também Fradique, na carta inédita “A E...”, presumivelmente dirigida ao próprio Eça<sup>8</sup>, onde reflecte sobre o estilo e sobre a (crise da) linguagem literária, defende a simplicidade do texto literário:

“[...] a melhor prosa, a mais perfeita, a mais lúcida, a mais lógica, a que tem sido a grande educadora literária e tem civilizado o mundo, é feita com meia dúzia de vocábulos que se podem contar pelos dedos.” (CIFM: 80)

7 O itálico é nosso.

8 Esta suposição baseia-se não só no recurso à inicial maiúscula “E...”, que deixa ao leitor a possibilidade de completar o nome aí oculto, mas também em algumas expressões que encontramos no corpo da carta. Na verdade, as diferentes passagens em que, como constatamos, Fradique, suposto *alter-ego* de Eça, critica a escrita eciana constituem, em certa medida, um exercício de auto-crítica, uma espécie de censura relativamente ao seu próprio estilo, transmitindo as ideias do próprio Eça-criador sob o disfarce ou a identidade daquela personagem inventada. Além disso, a afirmação “Você é o mais difícil de contentar dos homens que habitam a Terra” remete, se circunscrita apenas ao domínio literário ou artístico, para a insatisfação que o autor d’ *O Crime do Padre Amaro* revela relativamente à sua escrita, insatisfação essa que resulta, como anotámos, do seu veemente desejo de apuramento estético.

Num outro passo dessa missiva, Fradique recorre à comparação com um ícone religioso italiano para opor à simplicidade, fonte de beleza de uma obra literária, o excesso, o exagero que leva à sua adulteração:

“A coisa mais simples, e que na sua simplicidade seria bela, fica logo tão sobrecarregada de ornatos, de franjas, de lantejoulas e de penduricalhos, que me lembra sempre certas imagens de santas italianas, que sob a abundância dos enfeites, dos ex-votos, dos colares, das coisas vagas que sobre elas reluzem, apresentam à adoração dos fiéis, não uma santa, mas um cabide de adelo!” (*idem*: 83)

Para dilucidar esta sua convicção de que a beleza de um texto literário está estreitamente ligada à simplicidade, o poeta das “Lapidárias” apresenta, *mutatis mutandis*, o ‘segredo’ da produção de uma obra-prima no campo da pintura:

“As palavras são, como se diz em pintura, *valores*: para produzir, pois, um certo efeito de força ou de graça, o caso não está em ter *muitos valores*, mas em saber agrupar bem os três ou quatro que são necessários. A beleza de uma pintura – no que respeita ao colorido – acaso está na abundância das cores? Não, decerto, e [...] os grandes mestres são Rembrandt, Velázquez, Van-Dick, Ribera, que pintavam com três ou quatro cores.” (*idem*: 81)<sup>9</sup>

Esse imperativo de “saber agrupar bem os três ou quatro [*valores*] que são necessários” (*idem: ibidem*) para produzir uma obra literária de qualidade é corroborado com exemplos da literatura portuguesa e europeia. Assume particular destaque, neste âmbito, a referência a um “pobre de léxico” (*idem*: 84) e a “uma das [obras-primas] mais belas que existem em todas as literaturas da Europa” (*idem: ibidem*) – o primeiro acto do *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett:

“Nada mais sóbrio, mais simples, mais seco. Cada frase contém apenas as palavras necessárias e tem contudo dentro em si todo um mundo de coisas profundas.” (*idem: ibidem*)

9 Eça-Fradique pretende, com esta afirmação, transmitir a ideia de que não importa a quantidade de cores ou de palavras, para produzir um belo quadro ou um belo texto. Parece oportuno, a este propósito, recordar uma conhecida afirmação de Leonardo Da Vinci: “A simplicidade é a suprema sofisticação”.

A esta parcimónia vocabular, que caracteriza o texto literário do ‘mago’ das *Viagens* e do romancista d’*Os Maias*, Fradique contrapõe o “estilo copioso” (*idem: ibidem*) de um qualquer “escritor abundante, eloquente, desses que sabem mil palavras do dicionário” (*idem: ibidem*). Na sua opinião, a entrega do primeiro acto do *Frei Luís de Sousa* a um desses autores ‘ricos’ de léxico levaria inevitavelmente a uma transformação nefasta “desse acto sublime” (*idem: ibidem*):

“Que lhe fique duas horas na mão, *et vous m’en direz des nouvelles!* Que coisas ele não porá nos lábios da nobre mulher de Sousa Coutinho, que declamações na boca do pobre Telmo! Duas horas só, em que lhe seja permitido adornar aquela secura e aquela simplicidade com todos os recursos do léxico e todas as exuberâncias da eloquência – e de uma obra incomparavelmente bela, sairá, ao fim dessas duas horas, uma pastelada balofa e terrivelmente indigesta!” (*idem: ibidem*)

Para o Eça-Fradique, a grande inovação de Garrett residia na simplicidade da sua escrita, na sua faculdade de articular de forma inédita o vocabulário. Garrett ensaiou inovações expressivas que Eça, outro escritor de vocabulário considerado pobre, recuperou<sup>[10]</sup>.

10 Este débito do prosador d’*Os Maias* ao autor d’*O Arco de Sant’Ana* foi constatado por Augusto da Costa Dias, na parte IV do ensaio que antecede a edição das *Viagens* da Editorial Estampa: “o estilo queirosiano deve enormemente ao de Garrett” (DIAS, 1983: 69). Segundo o mesmo estudioso, na segunda metade do século XIX, “Garrett voltava a estar cada vez mais vivo, mais moderno, mais actual; com outro nome todavia: Eça de Queirós” (*idem*: 56). No texto das *Prosas Bárbaras* “Uma carta (a Carlos Mayer)”, Eça de Queirós afirma: “Garrett tinha-se separado de nós, tomando pelo atalho que leva a Deus, e legando à geração presente a pouca alma que ela ainda tem” (Queirós, s/d 3: 217). Este reconhecimento da excepcionalidade e do legado deixado por Garrett permite-nos corroborar a convicção de Augusto Costa Dias segundo a qual Eça de Queirós terá sido, entre escritores e críticos literários de Oitocentos, o único a compreender e a valorizar a “revolução estilística de Garrett” (*idem*: 57). Essa revolução baseou-se numa “visão dialéctica do mundo” (DIAS, 59) assente, entre outros processos, num “sistema de qualificação por dois adjectivos emparelhados” (*idem: ibidem*) que, além de “fazerem a síntese instantânea do antagónico, do instável, do complexo, [...] eram adjectivos cujo conteúdo se «reinventara», embora sem renegar o seu primitivo significado” (*idem: ibidem*). Foi, deste modo, através de Garrett, que “o influxo dialéctico penetrou na própria estrutura da linguagem” (*idem: ibidem*), conferindo “uma nova extensão quantitativa e qualitativa ao nosso idioma” (*idem*: 60). Esta inovação expressiva terá exercido uma “clara influência” (*idem*: 59) no estilo de Eça, como demonstram alguns dos exemplos anotados por Augusto Costa Dias: a utilização do mesmo tipo de comparações e metaforismos; o lugar primordial concedido ao adjectivo e ao advérbio, agrupados dois a dois (ou mais); a utilização do mesmo leque de adjectivos (cf. *idem*: 61), “quase sempre em sentidos inusi-

Para reforçar esta ‘tese’ de que a simplicidade é fonte de qualidade literária, o mítico cinzelador confronta a “falta de vocábulo” de E... à “imensa riqueza” lexical (*CIFM*: 78) de autores como Ramalho, Oliveira Martins e, principalmente, Camilo Castelo Branco. Apesar de possuir um “verbo [...] prodigioso, acumulando tudo o que o génio nacional inventou para se exprimir” (*idem: ibidem*), Camilo “não alcançou jamais, como eles [Oliveira Martins e Ramalho], o vigor, o relevo, a cor, a intensidade, a imagem, a vida” (*idem*: 79), produzindo “um pastel confuso – que nem o diabo lhe pega, ele que pega em tudo” (*idem: ibidem*).

Tendo em conta estas observações relativas à “pobreza de dicionário” (*idem*: 80) do seu destinatário E(ça), o excêntrico Fradique tranquiliza-o, em tom paródico-humorista, recorrendo a uma peculiar síntese: “Bem-aventurados os pobres de léxico, porque deles é o reino da glória!” (*idem*: 79)<sup>[11]</sup>. Por outras palavras: é possível com poucos vocábulos produzir “um estilo literariamente sugestivo” (Reis, 2000).

Estas considerações sobre o estilo são fundamentadas pela alusão a escritores ingleses e franceses (cf. *CIFM*: 79-81). Na literatura inglesa, Fradique opõe os “pelintras do verbo” (*idem*: 80), os autores “cuja pobreza de dicionário era verdadeiramente lamentável” (*idem: ibidem*) a “grandes sabedores de léxico” (*idem*: 79), verificando que os “modernos pobres de léxico” (*idem*: 80), como Addison ou Anthony Froude, têm melhor acolhimento junto da crítica e dos leitores ingleses do que aqueles que recorrem a um maior número de vocábulos, como Macaulay ou George Eliot. Na literatura francesa, o prestigiado dândi destaca La Bruyère, La Fontaine, Diderot, Voltaire, Beaumarchais, “grandes mestres” (*idem: ibidem*) que empregam “termos da linguagem familiar” (*idem*: 81), e os “grandes pensadores” (*idem: ibidem*) modernos – Renan, Flaubert e Dumas filho. Relativamente ao autor de *Madame Bovary*, Fradique afirma: “Flaubert catava dos seus livros todos os termos que não pudessem ser usados na conversa pelo seu criado: daí vem ele ter produzido uma prosa imortal” (*idem: ibidem*).

---

tados (o abstracto pelo concreto, e vice-versa, etc.)” (*idem: ibidem*), recorrendo às mesmas aplicações e aos mesmos emparelhamentos.

11 Esta adaptação paródica de frases do domínio litúrgico-religioso verifica-se também n’A *Correspondência de Fradique Mendes*, quando o dândi queirosiano cria uma ‘variação’ do credo de Atanásio, para se referir ao seu amor inequívoco pela vida: “Creio na vida todopoderosa, criadora do Céu e da Terra” (*CFM*: 72).

Por todos estes motivos, o cinzelador das “Lapidárias” defende a utilização de “termos simples, usuais, banais, correspondendo às coisas, ao sentimento, à modalidade simples” (*idem*: 82), porque “não envelhecem” (*idem: ibidem*). Ao invés, “termos complicados, são já um esforço de literatura – e quanto menos literatura se puser numa obra de arte, mais ela durará, por isso mesmo que a linguagem literária envelhece e só a humana perdura” (*idem: ibidem*).

Na sequência destas considerações, Fradique Mendes verifica e destaca a natural diferenciação entre a arte de bem falar ou de fazer boa prosa e a “opulência do léxico” (*idem: ibidem*), tanto ao nível dos termos utilizados, como do desenvolvimento da ideia – a sua apresentação “sob uma forma copiosa e folhuda” (*idem*: 83). Essa abundância lexical faz com que seja necessário um dicionário para ler determinado autor e conduz à sua inevitável incompreensão<sup>[12]</sup>.

Para ilustrar a inacessibilidade dessa “estupenda linguagem” (*idem*: 82), o poeta-dândi, imagina, novamente em tom caricatural e humorístico, a transformação da expressão “um personagem [...] «que era afortunado nas suas coisas, mas nunca fora generoso e por vezes se mostrara falso»” (*idem: ibidem*) no seguinte monumento à riqueza lexical: “«Era varão escançado, porém nunca se mostrara largueado e no seu convívio despontava de honra por mendacíssimo e lançadiço»” (*idem: ibidem*).

A substituição de “termos simples”, que poderão mesmo revelar alguma “escassez de léxico”, por “sinónimos complicados, [...] estranhos e raros [...] que mostrem riqueza” lexical tornam o discurso incompreensível e provocam “em redor [...] uma imensa gargalhada” (*idem: ibidem*). O destino de um texto assim construído é a incompreensão por parte do leitor, uma vez que “ninguém tem paciência para folhear o dicionário” (*idem*: 83). Quando Fradique pergunta a Chardron se um romance escrito dessa forma vendia, ele responde amargurado: “*Pas du tout! Il paraît que, pour comprendre ça, il faut acheter aussi un dictionnaire, et ça revient trop cher!*” (*idem: ibidem*).

A responsabilidade da existência deste tipo de prosa é atribuída, pelo Fradique eciano, à figura do “purista”, do “gramático”, do “fiscal da língua” (*idem*: 73) que o seu interlocutor – E(ça) – terá ressuscitado<sup>[13]</sup>. Para este ser

12 Na opinião do dândi Fradique, também seria este o caso do seu destinatário “E...”, ou seja, do próprio Eça. Estaremos, mais uma vez, perante um desajustado exercício de autocensura.

13 Em determinada passagem, Fradique faz as seguintes acusações a E...: “Talvez mesmo o único resultado sólido dos seus livros seja o de terem ressuscitado o purista!” (*idem*: 75); “Já

“monstruoso” (o purista) que constitui, segundo o extravagante dândi, “um caso de patologia social” (*idem*: 76), mais do que a verdade ou falsidade de uma ideia, mais do que “o sentimento, a emoção, a imagem, a poesia” (*idem*: 75), importam “as palavras em que [a ideia] vem expressa” (*idem: ibidem*) e “se as vírgulas estão no seu lugar e se as incidentais não cortam demais a oração principal” (*idem: ibidem*). O purista seria, deste modo, “uma espécie de repressor da inovação estilística” (Reis, 2000).

Recorrendo à sua fina e subtil ironia, o Eça-Fradique considera o modo de escrever do purista “verdadeiramente estupendo” (*CIFM*: 75) e afirma “que o homem que assim faz não tem nome que o classifique (bruto não é bastante, facínora é talvez demais) a não ser que ele próprio, que sabe todos os termos do dicionário, conheça aquele que lhe compete” (*idem*: 75-76).

Após esta crítica acérrima a “todos os recursos do léxico e todas as exuberâncias da eloquência” (*idem*: 84), Fradique anuncia uma futura reflexão sobre a “construção francesa e os galicismos” (*idem: ibidem*). No entanto, esta temática já havia sido a florada pelo poeta das “Lapidárias”, nesta mesma carta, quando assinalara a contradição do purista que “aponta à indignação da Academia os seus galicismos [...] empregando para formular a acusação, em cada dez palavras, cinco galicismos!” (*idem*: 78).

A expressão por nós destacada é retomada pelo próprio Eça, em carta a Fialho de Almeida (Bristol, 8 de Agosto de 1888), a propósito da acusação de utilizar demasiados francesismos. Nessa missiva – réplica à “Crítica a Os Maias”, crónica de Fialho publicada n’ *O Repórter* (em 20 de Julho de 1888) e, posteriormente, nas *Pasquinadas* —, Eça emprega provocatoriamente várias expressões francesas, no intuito de demonstrar que a língua literária não pode afastar-se do contacto com outras culturas e, obviamente, com outras línguas literárias. A verdade é que nem mesmo os que o acusam de afrancesar a língua de Camões, sem qualquer “laivo de patriotismo” (*idem*: 77), procedem de forma diferente:

“O Carlos Valbom acusa-me de escrever à francesa e com galicismos que o arrepiam: e diz isto em períodos absolutamente construídos à francesa, e metendo em cada dez palavras cinco galicismos! V. [Fialho de Almeida], por outro lado, nunca tomou a pena, que não fosse para cair sobre os homens e as coisas do seu tempo, com um vigor, uma veia, um espírito, um *éclat* que fazem sempre a minha delícia. E quando eu faço o mesmo, com mais

---

V. vê, querido E..., que o homem, no fundo, é um colega seu!” (*idem*: 78).

moderação, infinitas cautelas, *et une touche très juste* – você aparece-me, e grita, «aqui-del-rei, patriotas». É escandaloso. Para Vocês tudo é permitido: galicismos à farta, pilhérias à pátria, à *bouche que veux-tu!* A mim nada me é permitido! Ora sebo!” (Queirós, 2008, I: 561)

De igual modo, no ensaio “O Francesismo” (escrito entre 1884 e 1889), Eça defende-se dos que o censuram de “ser estrangeirado, afrancesado, e de concorrer, pela pena e pelo exemplo, para desaportuguesar Portugal” (QUEIRÓS, 2001: 323). Considera-se, em vez disso, “uma das obras melancólicas” (*idem: ibidem*) da desnacionalização, uma ‘vítima’ do afrancesamento, desde o nascimento até à obtenção do seu diploma de bacharel, uma vez que a sociedade portuguesa oitocentista é, nas mais diversas áreas, subsidiária e plagiadora da França.

Todavia, essa tentativa de imitação não capta os aspectos essenciais da cultura, da civilização e da literatura gaulesas, não aprofunda devidamente o modo de ser do povo francês e limita Portugal a uma “cópia da França, malfeita e grosseira” (*idem: 331*). Estas ilações fazem com que Eça defina Portugal como “um país traduzido do francês [...] em calão” (*idem: ibidem*), frase que o seu *alter-ego* fradiquiano adapta quando considera Lisboa “uma tradução do francês em calão” (CFM: 80)<sup>[14]</sup>.

O autor d’*O Primo Basílio* verifica que o domínio onde “esta cópia do francês é mais desoladora” (Queirós, 2001: 333) é a literatura, uma vez que “vamos todos em fila, lentos e vagos [...] atrás do ganso francês” (*idem: ibidem*) e que, nessa ânsia de imitação, “fomos sucessivamente [...] românticos, góticos, satânicos, parnasianos, realistas” (*idem: 333-334*). Acontece, porém, que, “tanto os que escrevem como os que lêem tomam ingenuamente o *Boulevard* pela França” (*idem: 335*), ou seja, não apreendem o essencial da literatura francesa, não lêem, nem imitam autores consagrados, mas apenas escritores ‘menores’, escritores que se inserem na literatura de *boulevard*, como o “desagradável Richepin” (*idem: 338*) ou o “mediocre” e “detestável” (*idem: ibidem*) George Ohnet. Por outras palavras, esta colagem “às saias da França como às de uma velha amante” (*idem: 335*) fica “à superfície” (*idem: 337*), o que faz do povo português “um parasita” (*idem: ibidem*), nomeadamente a nível literário.

14 Esta adaptação permite-nos confirmar que há uma série de interferências entre criador e personagem inventada que levam a confundir o discurso de Fradique com o de Eça de Queirós e vice-versa.

Este ensaio eciano fornece uma vasta matéria de reflexão em todos os domínios, apesar do lado caricatural e, por conseguinte, excessivo que caracteriza este ataque eciano ao francesismo dominante. Trata-se simultaneamente de um artigo que sublinha a diferença entre o espírito francês e o espírito português, o que faz com que se sinta estranheza deste *collage* de Portugal, “país de imaginação” (*idem*: 336), à França, “país de inteligência” (*idem*: *ibidem*). Esta constatação denota, mais uma vez, duas características cruciais do estilo eciano que comprovam a actualidade do autor: a lucidez e a consciência crítica.

Na crónica “A Europa”, publicada n’*O Repórter* (20 de Março de 1888) e integrada por Luís de Magalhães na edição póstuma das *Notas Contemporâneas* (1909), o autor reflecte novamente sobre a influência da França, “nossa mãe latina, segunda pátria de todo o espírito bem-nascido” (QUEIRÓS, 2000: 145) e analisa a crise permanente do velho continente, cuja “situação [...] é medonha” (*idem*: 149). As diferentes considerações que Eça apresenta sobre este “ressequido continente” (*idem*: 143) aplicam-se de forma exemplar à situação actual da Europa. Na verdade, quando constata que “A «crise» é a condição quase regular da Europa” (*idem*: 149) e que “Sob as crises que a sacodem, já a máquina se desconjunta. Nada pode sustentar o incomparável desastre [...]” (*idem*: *ibidem*), o autor d’*Os Maias* está a apresentar reflexões que – por motivos que não terá certamente antecipado – se adaptam cabalmente à realidade contemporânea. Em determinado passo, o autor centra-se especificamente na crise da linguagem:

“[...] nós temos, ao que parece, todas as enfermidades da Europa, em proporções várias – desde o *deficit* desconforme até a esse novo partido anarquista que cabe todo num banco da Avenida. E desgraçadamente, além destes males, uns nascidos do nosso temperamento, outros traduzidos do francês, morremos a mais de um outro mal, todo nosso, e que só a Grécia, menos intensamente, partilha connosco: – é que, enquanto contra as tormentas sociais nas outras naus se trabalha, na nossa rota e rasa caravela tagarela-se! Tagarela-se num desabalado fluxo labial, cuja qualidade [...] não tem deixado de decair, da eloquência degenerando na loquacidade – da verbosidade descambando na verborreia!” (*idem*: 148-149)

Tanto a alusão à loquacidade e à verborreia, como a comparação de Portugal com a Grécia remetem para aspectos que podemos considerar intemporais. A aproximação entre a pátria de Camões e o berço da Democracia é



reiterada na obra *Uma Campanha Alegre* (1890-1891). Na verdade, no texto LI deste *remake d'As Farpas* (*Crónica Mensal da Política, das Letras e dos Costumes*, publicada em 1871-1872, com a assinatura de Eça e Ramalho), sobre “O Governo e a emigração”, constata o estado caótico e decadente em que se encontravam Portugal e a Grécia:

“É estranho – que haja quem estranhe a emigração. Nós estamos num estado comparável somente à Grécia: mesma pobreza, mesma indignidade política, mesma trapalhada económica, mesmo abaixamento dos caracteres, mesma decadência de espírito. Nos livros estrangeiros, nas revistas, quando se quer falar de um país caótico e que pela sua decadência progressiva poderá vir a ser riscado do mapa da Europa – citam-se, a par, a Grécia e Portugal.” (QUEIRÓS, 2003: 235)

Esta alusão à similitude entre Portugal e a Grécia e ao fenómeno da emigração portuguesa é apresentada em frases que poderiam perfeitamente ser proferidas na época hodierna:

“Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a trasbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre. Não é o espírito de actividade e de expansão que leva para longe os nossos colonos, [...] mas a miséria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.” (*idem*: 234)

Esta lucidez crítica do autor relativamente à crise global da Europa e de Portugal, nomeadamente no que diz respeito à linguagem, estende-se também à visão que tem da Arte e da Literatura. Ainda que tenha assumido muito cedo “a sua vocação de artista [...] comprometido com a realidade social, política e cultural do seu tempo, acreditando que a arte poderia contribuir para a morigeração dos costumes e a mudança das mentalidades” (LIMA, 2000: 7), Eça compreende que a afirmação do seu *côté artiste* passa essencialmente pelo “exigente, determinante e original” (*idem: ibidem*) trabalho com a linguagem, o seu “material de eleição” (*idem: ibidem*). Terá sido esta constatação que o levou a afirmar, no “Prefácio dos *Azulejos* do Conde de Arnoso”: “A Arte é tudo – tudo o resto é nada” (Queirós, 2000: 110). Paralelamente a esta valorização exclusiva da arte, Eça manifesta o seu desdém pela actividade política:

“Nada há mais ruidoso, e que mais vivamente se saracoteie com um brilho de lantejoulas – do que a política. Por toda essa antiga Europa real, se vêem multidões de politiquetes e de politicções enflorados, emplumados, atordoadores, cacarejando infernalmente, de crista alta.” (*idem*: 110-111)

Ao tecer estas considerações, Eça de Queirós revela-se um defensor da Arte pela Arte, rejeitando a literatura militante, a arte ao serviço de uma determinada causa. Valoriza, além disso, a simplicidade da primeira obra literária do conde de Arnoso:

“A tua simplicidade, Deus louvado, é fluida e correcta: e possuis assim a melhor maneira na arte do conto, com essa meia-tinta, essa aguada límpida, que não empasta e deixa ver até ao fundo diafanamente.” (*idem*: 107)

Esta reflexão sobre o estilo e a defesa do naturalismo (cf. *idem*: 104) terá levado Camilo Castelo Branco a sentir-se almejado pelo prefácio e a dirigir algumas acusações a Eça de Queirós no jornal *Novidades*. Eça responde-lhe em carta contundente e irónica, onde se demarca desse “escandaloso hábito de implicar” com Camilo (QUEIRÓS, 2001:300) e afirma que nunca leu uma linha da sua prosa. Pede-lhe, por isso, para não o observar a ele mas aos seus admiradores e amigos. Segundo Eça, estes vêem em Camilo apenas “o homem que em Portugal conhece mais termos do dicionário” (*idem*: 302), “o grande homem do vocábulo, esteio forte de Prosódia, restaurador da Ordem gramatical, supremo arquitecto das frases arcaicas, acima de tudo castiço, e imaculadamente purista!” (*idem: ibidem*)<sup>15</sup>.

A fina e distinta ironia, a simplicidade, a lucidez e a consciência crítica, ... – aspectos que, como vimos, definem o estilo queirosiano – assentam na abordagem de temas eternos, como o amor, o ciúme, a cobiça, a fatalidade, a maledicência, a mediocridade humana ou as humanas contradições (bem como nas reflexões sobre a literatura, a sociedade, a política, a religião ou o progresso). Estes temas ultrapassaram o seu tempo e revelam-se actuais, facto que cativa e seduz o leitor coetâneo, impulsionando-o à (re)leitura dos escritos queirosianos.

15 A ironia desta carta, que acabara por nunca ser enviada, está presente na própria fórmula de despedida: “Sincero e antigo admirador” (*idem*: 303).

Do exposto, podemos afirmar que Eça é um clássico moderno e isso bastaria para demonstrar a sua actualidade/perenidade. A obra eciana integra-se, de facto, em todas as definições que Italo Calvino nos dá de livro clássico e de que destacamos três mais expressivas: a primeira menciona que os “clássicos são livros que quanto mais se julga conhecê-los por ouvir falar, mais se descobrem como novos, inesperados e inéditos ao lê-los de facto”; a segunda considera que a obra clássica é aquela “que provoca incessantemente uma vaga de discursos críticos sobre si, mas que continuamente se vê livre deles” (CALVINO: 12); a terceira diz que “um clássico é um livro que nunca acabou de dizer o que tem a dizer” (*idem*: 11), que fica inacabado, o que é tipicamente moderno.

Para confirmar a contemporaneidade de Eça e o seu estatuto de autor clássico, temos a avalanche de estudos, interpretações, reavaliações, em suma, a crítica da crítica, tudo porque o encanto e a magnificência da sua escrita não deixaram ainda de nos fascinar.

## Referências

- CALVINO, Italo (2009), *Porquê ler os clássicos?*, Lisboa, Teorema.
- DIAS, Augusto da Costa (1983), “Estilística e Dialéctica”, introdução a GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 56-72.
- GROSSEGESSE, Orlando (2002), “Eça e a Europa. Epílogo que será um prólogo”, in *Actas do Congresso de Estudos Queirosianos. IV Encontro Internacional de Queirosianos*, Coimbra, Livraria Almedina, pp. 175-188.
- LIMA, Isabel Pires de (2000), “Eça disseminador de arte”, prefácio a *Retratos de Eça de Queirós. 40 olhares de escritores e artistas sobre a prosa de Eça de Queirós, um dom e dos deuses como a beleza*, (coordenação de Isabel Pires de Lima), Porto/Tormes, Campo das Letras/Fundação Eça de Queiroz, pp. 7-12.
- MATOS, A. Campos (2002), *Sobre Eça de Queiroz*, Lisboa, Livros Horizonte.
- PIEIDADE, Ana Nascimento (2003), *Fradiquismo e Modernidade no último Eça (1888-1900)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- (2008), *Outra Margem. Estudos de Cultura e Literatura Portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- QUEIRÓS, José Maria Eça de (s/d 1), *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (s/d 2), *Últimas Páginas Dispersas*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (s/d 3) *PROSAS BÁRBARAS*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».

- (1973), *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, Porto, Lello & Irmão – Editores.
- (2000), *Notas Contemporâneas*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (2001), *Cartas e Outros Escritos*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (2003), *Uma Campanha Alegre*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (2006), *Os Maias*, Lisboa, Edição «Livros do Brasil».
- (2008), *Correspondência*, organização e anotações de A. Campos Matos, 2 vols., Lisboa, Caminho.
- REIS, Carlos (2000), *Vida e Obra de Eça de Queirós: Trajectos, Discursos, Imagens* [documento electrónico], Porto Editora Multimédia.

# A MICROFIÇÃO EM PORTUGAL, UM GÉNERO BASTARDO?

UM QUASE ENSAIO EM FORMATO DE FOLHETIM

Luis Ene  
CONTADOR

I

Rui Costa, co-organizador da *Primeira Antologia de Microficção Portuguesa*, afirmava-se “surpreso com o facto de esta ter sido a primeira antologia de microficção portuguesa, sabendo nós como ela vem sendo praticada há alguns anos em Portugal e noutros países”. Editada em 2008, ela foi na verdade a primeira e mantém-se ainda a única antologia de microficção portuguesa.

Por outro lado, no “Esboço para um ensaio sobre micronarrativa”, prefácio da *Primeira Antologia*, Henrique Manuel Bento Fialho afirma que “ninguém pode negar que, sob a capa de poema, poema em prosa, aforismo, ou o que quer que seja, a micronarrativa vai marcando presença na literatura portuguesa.”

Apesar do termo utilizado por Rui Costa e Henrique Manuel Bento Fialho ser diferente, quer um quer outro afirmam o mesmo, reconhecendo a presença crescente na literatura portuguesa de um conjunto de textos literários breves que parecem não caber exclusivamente em qualquer dos géneros consagrados.

Rui Costa afirma que aquilo que mais o “atrai na microficção é a sua extrema aptidão para a promiscuidade. A microficção não é um género literário, é a riqueza da impossibilidade de o ser. Confunde os géneros e deixa-

-nos (bem) perdidos no caminho para qualquer definição.” (<http://luis-ene.blogspot.com/2010/11/sobre-micro-ficcao.html>)

A expressão “micronarrativa” foi usada pela *Minguante*, publicação digital dedicada exclusivamente ao que definia como narrativas breves que não deveriam exceder duzentas palavras e poderiam apresentar-se em prosa ou em verso. A *Minguante*, com uma participação de centenas de autores, confirmou, se necessário fosse, a presença forte da microficção em Portugal.

Qualquer que seja o termo utilizado, pode assim concluir-se com facilidade que existe a realidade que qualquer um desses termos pretende abarcar: textos literários breves (ficções ou narrativas) que parecem fintar todos os géneros. Pode também concluir-se sem grandes considerandos que a prática desses textos breves vem marcando presença na literatura portuguesa já há alguns anos.

No entanto, Henrique Manuel Bento Fialho, no prefácio à *Primeira Antologia de Microficção Portuguesa*, sinaliza a não assunção em Portugal da micronarrativa enquanto tal, afirmando, no entanto, que não caberia averiguar ali os factores que a determinam.

A brevidade e o seu carácter ficcional (ou narrativo) não serão as únicas características destes textos literários, que designarei a partir de agora por microficção, expressão que parece ganhar alguma projecção internacional, e que uso não para afirmar a existência de um novo género ou a escolha definitiva desta nomenclatura, mas apenas de forma prática para abranger todos esses textos breves que parecem escapar a todos os géneros, participando muitas vezes em vários deles, e que vêm a ser cada vez mais praticados na literatura portuguesa.

Tal como Rui Costa, também eu fico surpreendido, não só pelo aparecimento tardio e isolado de uma antologia de microficção portuguesa, mas também pela desconfiança com que a microficção vem sendo recebida em Portugal, como se de um filho bastardo se tratasse, por parte da crítica, das editoras, e até por parte de alguns daqueles que as escrevem.

Existirão sem dúvida factores que condicionam e determinam que assim seja, e gostaria de os tentar perceber, mas de momento apenas quero dar conta de alguma desconfiança e receio relativamente à microficção que tenho sentido por parte dos próprios autores, mesmo dos que a escrevem hoje em dia em Portugal.

Para tanto, não como ponto de chegada mas como ponto de partida, pretendendo ser provocador mas não ofensivo, passarei em revista de forma

sumária algumas posições e declarações de autores que em Portugal têm escrito microficção e participaram na primeira (e única) antologia de microficção bem como na *Minguante*, publicação exclusivamente dirigida à microficção. São eles, para além do Rui Costa e do Henrique Manuel Bento Fialho já referidos, o Rui Manuel Amaral, o Paulo Rodrigues Ferreira e o Paulo Kellerman. Poderiam ser outros, muitos ficam sem dúvida de fora, mas eram os que estavam mais à mão, por assim dizer. Foram utilizadas sobretudo as suas declarações em entrevistas à *Minguante*.

Vejamos então algumas das posições destes autores que escrevem microficções relativamente à própria microficção. Mas antes, que fique claro que escrevo não como um estudioso da microficção, que não sou, mas apenas como um praticante que sou, já de longa data.

## II

Rui Manuel Amaral, por exemplo, quando lhe é pedido que classifique os seus textos, ([http://minguante.com/?entrevista=rui\\_manuel\\_amaral](http://minguante.com/?entrevista=rui_manuel_amaral)) responde habitualmente que não gosta das expressões “microconto” ou “micronarrativa” porque estão demasiado conotadas com um conjunto de regras que não segue, e o mesmo quanto à expressão microficção, aplicada cada vez mais aos seus textos, inclusive na publicidade dos seus livros, sendo mesmo designado pela sua editora como “o nosso grande microficcionista”. (<http://www.angelus-novus.com/livros/detalhe.php?id=291>)

Não gostando assim dos termos micronarrativa, microconto ou microficção (<http://orgialiteraria.com/?p=1725>), Rui Manuel Amaral afirma que os seus contos são geralmente breves, de facto, mas porque essa é a forma que mais lhe convém para contar uma história. Prefere, refere ainda, dizer que escreve histórias ou ficções.

Rui Manuel Amaral escreve pois ficção, mas não microficção.

Confesso que não vejo a razão para Rui Manuel Amaral negar que escreve microficção, pelo menos se pensarmos a microficção como o conjunto dos textos breves de ficção que escapam actualmente a qualquer classificação. Até porque o Rui Manuel Amaral não se importa de dizer que escreve contos, ou histórias ou ficções.

A verdade é que os textos de Rui Manuel Amaral escapam na minha opinião à designação de contos, não porque sejam menos, mas porque são algo

mais. E não é só, nem de longe, a brevidade que lhes confere essa diferença. Curioso é que o seu editor e muitos dos que comentam os seus textos os considerem microficcões, enquanto o seu autor se tem afadigado a negá-lo.

Se há um preconceito em relação à microficcão, nomeadamente por parte da crítica e dos editores, não posso deixar de estranhar que seja um autor de microficcão ele próprio a alimentá-lo. O Rui Manuel Amaral ou qualquer outro autor que escreva microficcão não precisa assumi-lo, mas também não me parece que precise negá-lo, o que de certa forma já não o faz quando diz, numa entrevista recente, lembrando que tem sido sistematicamente associado à microficcão, (<http://orgialiteraria.com/?p=1725> ) que é uma espécie de rótulo com o qual não se identifica, mas que também não o incomoda.

Seja como for, Rui Manuel Amaral parece revelar, face à microficcão uma desconfiança que não se percebe, ainda que se aceite como opção do autor. Temo no entanto que os leitores e os estudiosos não lhe dêem razão.

Mas passemos à frente.

### III

*A Prisão do Ético*, livro de estreia de Paulo Rodrigues Ferreira contém um conjunto de textos breves que podem ser facilmente classificados como microficcões e o mesmo autor tem uma prática digital já longa de produção de outros tantos textos que dificilmente receberiam outra classificação. No entanto, é o próprio autor que se esquivava a essa classificação, afirmando que:

“Acho que não me encaixo na micronarrativa. Sou demasiado eclético para ser apenas cento e quarenta caracteres de texto, uma página ou o que quer que seja. Muitas vezes, digo micronarrativa para usar um código que seja facilmente entendido por quem me ouve ou lê. *A Prisão do Ético*, por exemplo, se tem uma segunda parte mais directa, com textos mais curtos, mais facilmente identificáveis com a «micronarrativa», a primeira não tem nada de micronarrativa.” ([http://minguante.com/?entrevista=paulo\\_rodrigues\\_ferreira](http://minguante.com/?entrevista=paulo_rodrigues_ferreira))

Mais uma vez deparo com um autor de microficcões que se esforça por negá-lo, como se escrever microficcões fosse um estigma, e mais uma vez me surpreendo.



Paulo Rodrigues Ferreira e Rui Amaral, ainda que com nuances, recusam-se assim não só a ser classificados como microficcionalistas, mas também a admitir que as escrevem. Não pretendendo fazer qualquer juízo de valor sobre essa atitude comum e sendo que ambos escrevem com regularidade textos de ficção breves que podem muito bem ser classificados como microficcões, não posso deixar de interrogar porquê esta sua atitude de negação da microficcão.

Querirão afinal negá-la apenas como género, mas aceitando a existência isolada de textos breves de ficção que não se incluem nos géneros tradicionais?

Eles não negam a literariedade dos seus próprios textos, apenas parecem recear que eles sejam classificados como microficcões. O que quererá isso dizer?

#### IV

A assunção da microficcão como género em Portugal parece, desta forma, ser desde logo dificultada pelos próprios autores que a escrevem, partilhando sem dúvida algum preconceito comum a outros escritores, um pouco como se quem a escreve se sinta, apesar de o fazer, incomodado com o facto. Não quero aqui ponderar as causas de tal atitude mas apenas trazê-la à luz para que seja, espero eu, seja pensada e progressivamente se dissipe.

Recordo que não defendo aqui a microficcão como género, mais próximo que estou, como seu praticante e não seu estudioso, de considerar, como Rui Costa, que ela “não é um género literário, é a riqueza da impossibilidade de o ser.” Mas por outro lado acredito que, mesmo que a microficcão não seja um novo género literário, existem sem dúvida microficcões, órfãs de género literário, mutantes – como diz ainda Rui Costa - que vão acumulando formas, interacções, desequilíbrios.

Esses textos literários breves que confundem os géneros existem e são provocadores e vanguardistas, pelo que negar a existência da microficcão é de certa forma negá-los e renegá-los, o que me parece mau para a microficcão. Pelo menos esse é o meu medo.

Mas continuemos.

## V

“Quanto à micronarrativa” – afirma Paulo Kellerman:

interessa-me, enquanto escritor, quando vista como uma forma de estória condensada, em que se procura restringir um texto ao essencial e, desse modo, torná-lo mais pujante e eficaz; parece-me um exercício muito aliciante e recompensador, mas também tremendamente exigente. Mas quando micronarrativa significa uma espécie de jogo de palavras ou mesmo uma forma pobre e inábil de aforismo, já me interessa menos. [http://minguante.com/?entrevista=paulo\\_kellerman](http://minguante.com/?entrevista=paulo_kellerman)

Paulo Kellerman aceita a microficcão mas também parece desconfiar dela, ainda que essa atitude surja apenas em termos de interesse pessoal, o que me parece perfeitamente legítimo. Esta posição surge com bastante clareza quando ele fala de *Miniaturas*, o seu livro de microficcões, vencedor de um prémio literário:

“de um lado tinha os meus contos longos, de temática existencialista, pesados e tensos, deprimidos e deprimentes, sobre morte e sexo e solidão; por outro lado, por vezes entretinha-me a escrever uns mini-contos meio palermas, muito breves e secos, uns irónicos e outros com pretensões humorísticas, sobre coisas absurdas e inesperadas como torneiras que se apaixonam e árvores que querem viajar. Os primeiros eram os que me interessam verdadeiramente enquanto “projecto literário”, os segundos não passavam de um entretenimento inconsequente. Acontece que fiz uma compilação de uns e outra compilação dos outros e enviei tudo para um concurso literário; ganhou o entretenimento inconsequente e o resultado foi a publicação do «Miniaturas».”

Chamar a microficcão de entretenimento inconsequente, o que Paulo Kellerman não faz, talvez não desagradasse a Rui Costa, tal como muitos poetas gostam de dizer que a poesia é inútil. Já o referi antes, a microficcão é provocadora, mas isso não a faz menos literária, antes pelo contrário. No entanto, parece-me que muitos autores pensam que a microficcão é algo menor, até menor do que um entretenimento inconsequente. Preconceito ou medo, esta é uma atitude que – a par de algum desconhecimento do género – tenho muitas vezes sentido, mesmo da parte de quem escreve microficcão, como já aqui referi e agora reafirmo. E isso preocupa-me.

## VI

Rui Zink, a propósito da brevidade na escrita e do seu valor referiu que:

“o tamanho conta, sim. Mas o que se faz com o que se tem também conta. Fazer um texto muito bom em forma breve é mais difícil do que um romance. Mas fazer um micro “apenas bom” é mais fácil.” ([http://miniguante.com/?entrevista=rui\\_zink](http://miniguante.com/?entrevista=rui_zink))

É fácil concordar com Rui Zink, e eu poderia concordar, mas já não concordo com aqueles que desvalorizam a microficção afirmando que a maior parte das microficções não tem qualidade, como já ouvi muitas vezes dizer e já vi escrito, até, desculpem-se se sou repetitivo mas é propositado, por aqueles que a escrevem.

Desde quando é que a qualidade é parte integrante de um género? Os poemas maus não são poemas? Porque há romances maus nega-se a existência do romance enquanto género?

Mas então porquê essa desconfiança face à microficção, até por parte dos seus próprios autores?

Henrique Manuel Bento Fialho, no prefácio à *Primeira Antologia de Micro-Ficção Portuguesa*, sinaliza a não assunção em Portugal da micronarrativa enquanto tal, como já referi, afirmando no entanto que não caberia averiguar ali os factores que a determinam. Não me cabe também aqui, nem me parece que o conseguisse fazer, confesso, averiguar os factores que conduzem em Portugal à desconfiança existente face à microficção. Quero tão só chamar a atenção para esse facto, e talvez sensibilizar os autores para lançarem um olhar renovado e sem preconceitos à microficção, sobretudo à microficção que se vem fazendo em Portugal.

## VII

As microficções vêm marcando presença na literatura portuguesa, como bem refere Henrique Manuel Bento Fialho, “sob a capa de poema, poema em prosa, aforismo, ou o quer que seja”, não se assumindo como microficções. O próprio Henrique Manuel Bento Fialho, um dos primeiros entre nós a praticar e a reflectir sobre a micro-ficção, parece não ter escapado a essa prática de ocultamento de microficções.

*Estórias Domésticas*, publicada em 2006, contém uma série de microficcões que dão título ao livro que, no seu conjunto, se parece apresentar como um livro de poemas, ainda que o seu autor sugira, a quem o quiser arrumar numa estante, um lugar entre as prosas e os poemas.

Não acredito que o autor negue àqueles textos, verdadeiras microficcões, a sua qualidade de microficcões, apenas não o assumiu explicitamente, nem tem de o fazer. Não será alheio a esse facto a sua opinião expressa no prefácio da *Primeira Antologia* que “é no poema em prosa que a micronarrativa melhor se consubstancia”, bem como o referido imbróglio que a mesma suscita, ou seja, no dizer do mesmo autor, “a confusão que instala entre poesia e prosa”. Esta ambiguidade da microficcão é sem dúvida a mesma que o autor atribui ao seu livro, sugerindo um lugar entre as prosas e os poemas, um lugar de problemas.

O lugar da microficcão, ou das microficcões, é sem duvida um lugar de problemas, um lugar de ambiguidades, um lugar de provocações. Antes de se afirmar pelo que é, a microficcão afirma-se pelo que não é, ou pelo que não é ao mesmo tempo que parece ser várias coisas. É assim que se pode falar da sua diferença, bem como da sua semelhança, relativamente ao poema em prosa ou ao poema breve em geral, à anedota, ao aforismo, ao fragmento, ao apontamento e por aí adiante. Mas, não sendo igual a mais nada e parecida a muita coisa, o que é afinal a microficcão?

## VIII

Curiosamente, é um autor que não parece escrever com regularidade microficcões, que assume a posição mais favorável e mais abertamente de agrado pela microficcão, sendo também o co-responsável pela primeira e única antologia de microficcão portuguesa.

O interesse de Rui Costa pela microficcão tem a ver, como ele próprio refere, com a sua extrema aptidão para a promiscuidade.

“A forma leve da micro-ficcão permite-lhe circular melhor: como se fosse possível estar em vários sítios ao mesmo tempo. A sua plasticidade nómada fá-la experimentar a banda desenhada ou a eficácia do spot publicitário; a poesia, se o ritmo deixar; o aforismo, havendo universo que se deixe comprimir. A micro-ficcão é um mutante que vai acumulando formas, interacções, desequilíbrios.”

Sem se comprometer com a questão da microficção ser ou não um género literário, afirmando que “a micro-ficção é mais do que um género, é um peixinho amarelo de barbatanas peitorais”, Rui Costa ([http://minguante.com/?entrevista=rui\\_costa](http://minguante.com/?entrevista=rui_costa)) não só aceita a sua existência como reconhece a sua importância. E é isso afinal que me parece importante e tarda a acontecer em Portugal, que se reconheça a microficção, a sua importância e a sua actualidade. É claro que ao autor se reconhece sempre o direito de não classificar a sua obra, de se mover entre géneros, de preferir a hibridiz, características que a microficção bem partilha.

Atente-se na resposta de Gonçalo M. Tavares, que há muito vem escrevendo microficções, a uma pergunta sobre a sua última obra:

“- É difícil falar de “Uma Viagem à Índia”: não é um romance, não é um poema épico. Como é que o descreve? - Tenho o mesmo problema. No prefácio fala-se em “anti-epopeia” e há ainda outras definições. Eu não sei e não consigo dizer exactamente o que é este livro. E isso agrada-me. Quando sei classificar um livro acho-o muito desinteressante.” (<http://www.ionline.pt/conteudo/85122-goncalo-m-tavares-se-passo-um-dia-sem-escrever-sinto-que-nao-estou-cumprir-minha-obrigacao>)

A terminar, talvez possa dizer, parafraseando Gonçalo M. Tavares, que não consigo dizer o que é a microficção. E isso agrada-me. Mas que existe, existe. E recomenda-se.



# AS SOCIEDADES URBANAS DE 'ALÁ E AQUÍ'

## FILMOGRAFÍA: LA ESPALDA DEL MUNDO (ELÍAS QUEREJETA)

Celso Fernández Sanmartín  
CONTADOR, GALIZA

Mutações do conto nas sociedades urbanas contemporâneas: exuberância e minimalismo - Eu digo do revés: Mutações das sociedades rurais polo 'conto' das urbanas.

O valor insustituíble da comunicación **cara a cara**

Pero **o rural** somella estar **silencioso**...

Sen embargo... *No ambulatorio, nas tabernas, nas esperas no banco, etc. manifestase coma sempre a **necesidade** de falar e escoitar.*

Traballando nunha residencia de persoas maiores en Lalín (Pontevedra - Galiza) cunha enquisa sobre a **ilusión**. E como construír nese eido un modelo comunicativo que promova a participación, e a faga empática e significativa.

No ámbito **urbán** non atopo a 'calidade comunicativa', senon maiormente unha 'comunicación práctica', e no **rural** non hai nen un simple saúdo sen dobre intención, que apela ó xogo da intelixencia, e á ledicia de regar o encontro coa palabra lúdica e exacta.

Por exemplo, que pretende (senon isto que acabamos de apuntar), un saúdo do estilo:

*-Parece que vai chover (e fai un diaza de sol sen traza de cambiar)...*

Pero que entendo por '*calidade comunicativa*'?:

Uso complexo dunha Lingua rica:

- a) *En vocabulario*
- b) *Amplitude expresiva*
- c) *Capacidade de síntese ou concisión*
- d) *Intencionalidade e intelixencia*
- e) *Capacidade de creación de vocabulario para as novas realidades: 'ouro' por 'euro', 'rapaceiro' por 'marquesina onde os nenos esperan o autobús escolar', etc.*
- d) *Contidos vividos e aprendidos*
- f) *Memoria a flor de pel*
- g) *Presencialidade*
- h) *Recreatividade*
- i) *Sen 'muletiñas'*
- ...

'*Contar nos contos*': é unha expresión popular que incide en que quen conta, faíno desde dentro, inmerso no propio relato, testemuña física ou oral do propio sucedido.

Que incidencia e relevancia ten **a cultura rural no ámbito urbano**?

Zobra como lugar estratéxico

- a) *Recoller graus de ouro, literal e figuradamente*
- b) *A Festa do Río*

*Hortensia de Zobra contandome casos que pasaron que despois que llo preguntei dixome que os vira na tv...*

*(e por alusións) a tv.*

O tráxico & o máxico e o misterioso

- a) *Amparo e o can que ía á misa*
- b) *Os santiños queimados metidos na ucha do grau*
- c) *A gorra que era para o enterro do pai de Celsa do Acebedo*
- d) *Ir polo ar desde a taberna de Osita ó lugar da Cerdeiriña e aparecer na cima dunha cerdeira, sen saber como*



O mapa social & a identidade ou o propio (sentido e pertenza)

- a) *Coplas e cántigas*
- b) *María, Xesús e Xosé, indo cara Belén... pola cima do Lugar*
- c) *Anita de Zobra: O demo ten forza pero non ten poder*

A memoria como baul de coñecementos:

- a) *Os paxaros* (carteis realizados na Residencia Nosa Sra. das Dores de Lalín, a partires do traballo interxeracional sobre o coñecemento das aves).
- b) *Os montes* (carteis realizados na Residencia Nosa Sra. das Dores de Lalín, a partires do traballo sobre o coñecemento e coidado do medio natural, e contra os lumes forestais).

Expectativas:

- a) *A faragulla de pan que lle caeu do bico a un paxaro e paralizou o CERN.*
- b) *Obra: '3MPH' de Ann-Sofi Sidén.*

# SOS e Identifi- dades em Con- flito



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de  
Desenvolvimento Regional

**FCT**

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ISBN 978-989-8139-99-3



9 789898 139993